



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL**

**VIVIANE DOS SANTOS SILVA**

**NEGRAS MEMÓRIAS: TRABALHO E FAMÍLIA DAS MULHERES  
FUMAGEIRAS NO RECÔNCAVO BAIANO (1950-1990)**

**SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BA  
2023**

**VIVIANE DOS SANTOS SILVA**

**NEGRAS MEMÓRIAS: TRABALHO E FAMÍLIA DE MULHERES FUMAGEIRAS  
NO RECÔNCAVO BAIANO (1950-1990)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local do Departamento de Ciências Humanas, Campus V, Santo Antônio de Jesus, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito final para obtenção do grau de Mestre em História Regional e Local.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edinelia Maria Oliveira Souza.

**Santo Antônio de Jesus – BA  
2023**

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB  
Dados fornecidos pelo autor

Silva, Viviane dos Santos

Negras memórias: trabalho e família das mulheres fumageiras no Recôncavo Baiano (1950-1990) / Viviane dos Santos Silva . – Santo Antônio de Jesus, 2023.

179 fls.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Ednélia Maria Oliveira Souza  
Dissertação (Mestrado acadêmico - PPGHIST) Universidade do Estado da Bahia.  
Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local – ( PPGHIST), *Campus V*. 2023.

Inclui Referências.

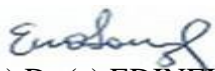
1. História. 2. Memórias. 3. Mulheres Negras. 4. Charutaria-Recôncavo Baiano.  
I. Souza, Ednélia Maria Oliveira. II. Título. III. Universidade do Estado da Bahia.  
Departamento de Ciências Humanas.

CDD 981

**FOLHA DE APROVAÇÃO**  
**"NEGRAS MEMÓRIAS: TRABALHO E FAMÍLIA DAS MULHERES**  
**FUMAGEIRAS NORECÔNCAVO BAIANO (1950-1990)"**

**VIVIANE DOS SANTOS SILVA**

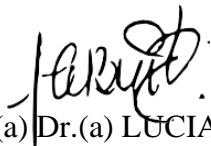
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local – PPGHIS, em 1º de junho de 2023, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:



Professor(a) Dr.(a) EDINELIA MARIA  
OLIVEIRA SOUZAUNEB  
Doutorado em História Social  
Universidade Federal do Rio  
de Janeiro



Professor(a) Dr.(a) VÂNIA NARA PEREIRA  
VASCONCELOSUNEB  
Doutorado em História  
Universidade Federal  
Fluminense



Professor(a) Dr.(a) LUCIANA  
CRUZ BRITOUFRB  
Doutorado em  
História Social  
Universidade de  
São Paulo

## AGRADECIMENTOS

É chegado ao fim de mais um ciclo, a Deus e Nossa Senhora de Fátima rendo louvores e agradeço por me permitir chegar até aqui. A trajetória foi árdua, cheia de desafios, mas Deus me ouviu e esteve me amparando nos momentos difíceis, mostrando o caminho a seguir, me confortou e me deu forças para chegar onde estou. Obrigada Senhor, pois nos tempos de angústia e desespero seu amor e seu conforto foram fundamentais, não tenho palavras para expressar o que estou sentido, é um mix de emoção e alegria.

Agradeço e dedico essa vitória aos meus pais Jerônimo e Maria de Fátima, que me ensinaram os maiores valores da vida e em todo momento estiveram comigo, fornecendo o apoio, compreensão e incentivo. São eles o meu alicerce, minhas maiores inspirações, que sempre labutaram pela sobrevivência da nossa família com muito trabalho, garra e determinação, que me ensinaram a ser uma mulher de força e um ser humano íntegro, com caráter, coragem e dignidade para enfrentar a vida. Uma mãe e um pai que me deram liberdade para seguir minhas escolhas, porém sempre indicando o caminho correto. Obrigada, por sempre segurarem a minha mão, por acreditarem na minha capacidade e por terem dedicado a vida a mim e a meus irmãos. Tudo que eu vier a fazer de melhor na vida é por vocês. Agradeço aos meus irmãos Fábio e Fabiano por me incentivarem e me apoiarem sempre.

Agradeço à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que me proporcionou a oportunidade de possuir um ensino superior. À Universidade Estadual do Estado da Bahia (UNEB), que me possibilitou dar continuidade a essa pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), por financiar os estudos e a pesquisa que deram origem a esta Dissertação de Mestrado. Foram tempos difíceis de ataque à ciência e à Universidade Pública, por isso a importância deste investimento para a divulgação do saber e para o combate ao obscurantismo é essencial.

À minha querida orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adinelia Maria de Oliveira Souza, agradeço pelos momentos de convívio, paciência e orientação, agradeço por tornar esses dois anos mais leves com seus precisos diálogos, sugestões, ao ler e reler meus escritos, sempre me incentivando, mostrando que eu sou capaz, sobretudo por ter partilhado seu conhecimento comigo. Você é, para mim, um exemplo de profissionalismo e competência, sinto-me muito honrada e privilegiada em ter como orientadora uma pessoa tão competente, querida e

admirada por todos. À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vânia Nara Pereira Vasconcelos e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Cruz Brito, por aceitarem compor minha banca de qualificação, cujas questões, sugestões e observações foram fundamentais para a versão final deste trabalho. Aos professores do curso de Mestrado, da linha de pesquisa sobre estudos e trajetórias de populações afro-brasileiras, agradeço pelos saberes e conhecimentos compartilhados. A minha turma de mestrado 2021.1, obrigada pelo apoio incansável que tivemos uns pelos outros, em especial Sandra, João e Iara pelo companheirismo, pelas alegrias, tristezas e dores que juntos compartilhamos. Sou grata a todas as mulheres negras e homens negros e às charuteiras, cujas histórias de vida inspiraram essa produção, obrigada pela confiança e a disponibilidade em fazerem parte desta pesquisa, obrigada pela imensa disposição de abrir a porta da casa de vocês, mesmo sem me conhecer direito, descortinando histórias de vidas que fizeram possível esse estudo: Dalva Nascimento de Freitas, Joselita Sampaio, Joselita Conceição dos Santos, Janacira F. dos Santos, Nilza Rosa dos Santos, Dilza Maria Nascimeto, Zilda Ferreira de Oliveira, Igina Correia dos Santos, Cosme de Jesus, sobretudo a Dona Antonieta Santos de Jesus que faleceu logo após nossas primeiras conversas ainda na graduação.

Agradeço também aos funcionários e direção do Arquivo Municipal de São Felix, na pessoa do senhor Oséas Souza, e à Faculdade Maria Milza (FAMAN), na pessoa da Prof<sup>a</sup>. Elizabete Rodrigues da Silva, pela consulta aos acervos, atenção e atendimento. Por fim, sou grata a todos(as) que de alguma forma, contribuíram com esta pesquisa. A luta continua, porque a história não para.

A história das mulheres deve ser discutida nos salões de beleza, nos almoços de família, nas mesas de bar, nos ambientes de trabalho; deve estar presente nas escolas, nas TVs e rádios brasileiras, no judiciário e no legislativo, assim como na elaboração de políticas públicas. Um país que ainda convive com a exploração sexual, as desigualdades salariais entre homens e mulheres, a discriminação e a violência contra a mulher, os atrasos em conquistas históricas de cidadania já garantidas em muitos países (como educação e saúde de qualidade, acesso fácil aos métodos anticoncepcionais, direito ao aborto) e os problemas sociais, como a pobreza, o descaso das autoridades para com os idosos e a infância, tão imbricados nas questões de gênero, tem muito a ganhar buscando respostas na história ( MICHELE PERROT, 2007, p. 11).

## **RESUMO**

A presente pesquisa objetivou analisar as experiências das mulheres fumageiras/charuteiras do Recôncavo Baiano, a partir das suas atividades na Cia. de Charutos Dannemann e Cia. de Charutos Pimentel, entre os anos de 1950-1990. Foi realizada uma abordagem metodológica baseada em depoimentos orais das trabalhadoras que, cruzados com a documentação referente ao funcionamento das fábricas de charutos, possibilitou refletir sobre a importância da economia fumageira no Recôncavo Baiano, impactando fortemente na cultura da região, ao dinamizar a vida das mulheres, trabalhadoras negras, que, reinventaram suas estratégias de sobrevivência e as relações sociais constituídas nos espaços de trabalho e na organização familiar. O contexto do pós-abolição é a chave de nossa análise, cujo foco é a interseccionalidade entre classe, raça e gênero, marcadores sociais, econômicos e políticos, que nos permitiram problematizar o século XX, tanto a partir do passado escravista como do processo de configuração do capitalismo no Brasil. Nessa chave, apontamos para a ausência de políticas de Estado capazes de fomentar a integração das populações negras à sociedade constituída no pós-escravidão, ao tempo em que compreendemos que “nenhum outro grupo na América teve sua identidade tão rasurada da sociedade quanto as mulheres negras”, conforme acentuou Bell Hooks. Logo, ao evidenciar experiências de mulheres negras trabalhadoras das indústrias de charutaria procurou-se sinalizar, também, suas lutas e conquistas, apesar de toda a opressão que norteou suas histórias de vida.

**Palavras-chaves:** Memórias; Mulheres negras; Charutaria; Recôncavo Baiano.

## **ABSTRACT**

This research aimed to analyze the experiences of women smokers/cigar makers of the Recôncavo Baiano, from their activities in the Dannemann Cigar Company and Pimentel Cigar Company, from 1950 to 1990. A methodological approach based on oral testimonies of the workers was performed, crossing the documentation regarding the operation of the cigar factories, made it possible to reflect on the importance of the smoke economy in the Recôncavo Baiano, strongly impacting on the culture of the region, by boosting the lives of women, black workers, who reinvented their survival strategies and the social relations constituted in the work spaces and in the family organization. The post-abolition context is the key to our analysis, which focuses on the intersectionality between class, race and gender, social, economic and political markers that allowed us to problematize the twentieth century, both from the slave past and from the process of configuration of capitalism in Brazil. In this key, we point to the absence of state policies capable of fostering the integration of black populations into the society constituted in the post-slavery period, while we understand that “no other group in America has had its identity so torn from society as black women” as Bell Hooks emphasized. Therefore, by evidencing the experiences of black women workers in the cigar industries, I also tried to signal their struggles and achievements, despite all the oppression that guided their life stories.

**Keywords:** Memories; Black women; Cigar culture; Recôncavo Baiano.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

IBF – Instituto Baiano do Fumo

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

CEDOC – Centro de Documentação

LTDA – Limitada ou Sociedade Limitada

FAMAN – Faculdade Maria Milza

UFRB-Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UNEB-Universidade do Estado da Bahia

FAPESB- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

CTPS – Carteira Profissional de Trabalho

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Recôncavo da Bahia.....	23
Figura 2 – Prédio da Cia. de Charutos Dannemann com trabalhadores à sua frente, 1873-1995.....	27
Figura 3 – Trabalhadoras na fábrica da Cia. de Charutos Dannemann, 1940.....	28
Figura 4 – Prédio da Cia. de Charutos Pimentel em Muritiba, 1957.....	34
Figura 5 – Matéria do Jornal A Manhã.....	35
Figura 6 – Trabalhadores da Cia. de Charutos Dannemann, 1940.....	42
Figura 7 – Registro do operário Laurentino Martins Cavalcanti na Cia. de Charutos Dannemann.....	47
Figura 8 – Registro do operário Antônio Araújo na Cia. de Charutos Pimentel.....	47
Figura 9 – Registro da operária Avelina da Silva na Cia. de Charutos Dannemann.....	48
Figura 10 – Concentração de pessoas em frente à Cia. Dannemann em recepção à Getúlio Vargas - Chefe do Governo Provisório, 1933.....	54
Figura 11 – Modelo de ficha para registro das operárias na Cia. de Charutos Dannemann.....	82
Figura 12 – Registro da operária Maria Roberta da Silva na Cia. de Charutos Dannemann.....	82
Figura 13 – Registro da operária Augusta Roberta da Silva na Cia. de Charutos Dannemann.....	83
Figura 14 – Registro da operária Enedina da Silva na Cia. de Charutos Dannemann.....	83
Figura 15 – Funções exercidas pelas irmãs Noemia Tosta e Noélia Tosta na Cia. de Charutos Dannemann.....	84
Figura 16 – Registro da operária Noemia Tosta na Cia. de Charutos Dannemann.....	85
Figura 17 – Registro da operária Noélia Tosta na Cia. de Charutos Dannemann.....	85
Figura 18 – Operária Igina Correia dos Santos. Fabrico de Dona Igina, Muritiba-Ba.....	104
Figura 19 – Árvore genealógica da família da operária Igina Correia dos Santos.....	105
Figura 20 – Registros das operárias.....	117
Figura 21 – Prensa de fumo, Século XIX, Cachoeira, Bahia.....	128
Figura 22 – Negros no trabalho da Cia. de Charutos Dannemann.....	129
Figura 23 – Registro da operária Maria de Lourdes Conceição.....	154
Figura 24 – Registro do operário Orlando Nascimento.....	155
Figura 25 – Registro do operário Floriano Braga dos Santos.....	155
Figura 26 – Registro do operário Florisvaldo Rodrigues.....	156
Figura 27 – Registro da operária Eliotéria de Jesus.....	156

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Registro das funções da Cia. Pimentel em Muritiba-BA.....	37
Tabela 2 – Registro das funções da Cia. de Charutos Dannemann. ....	38
Tabela 3 – Funções de caráter empresarial e administrativo na Cia. de Charutos Dannemann e Cia. de Charutos Pimentel. ....	43
Tabela 4 – Trabalhadores fumageiros na Cia. de Charutos Dannemann.....	94
Tabela 5 – Quantidade de trabalhadores por gênero na Cia. de Charutos Dannemann e Cia. de Charutos Pimentel.....	112

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 .....	22
Um breve histórico da agroindústria fumageira no Recôncavo Baiano .....	22
1.1 O Recôncavo, as cidades e as fábricas de charuto .....	22
1.2 O perfil social e racial das mulheres fumageiras .....	35
1.3 “País” do fumo e da subsistência .....	58
CAPÍTULO 2 .....	72
Trabalho feminino, economia e família no pós-abolição .....	72
2.1 Ocupações femininas, cotidiano e trabalho na indústria fumageira .....	72
2.2 A família no trabalho domiciliar como extensão das indústrias .....	95
2.3 Ascensão e o significado do trabalho na vida das mulheres fumageiras .....	118
Capítulo 3 .....	126
Gênero, cor e classe na indústria fumageira .....	126
3.1 “Ouvindo sem poder dizer” - vozes de mulheres sobre relações de trabalho e chefia de família .....	126
3.2 Relações de poder e sociabilidades no espaço de trabalho .....	134
3.3 Corpo, subalternidade e resistência feminina na indústria fumageira .....	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	162
REFERÊNCIAS .....	165

## INTRODUÇÃO

A minha inquietação em pensar historicamente sobre o trabalho das mulheres charuteiras do Recôncavo Sul da Bahia surgiu a partir das minhas próprias concepções de vida, dos diálogos constantes que tive com a minha mãe sobre as atividades nas indústrias fumageiras, onde predominava trabalho feito pelas mãos das mulheres negras, pobres e excluídas do modelo dominante de sociedade configurada no século XX. Ainda criança, minha mãe presenciava o trabalho da sua irmã mais velha na separação das folhas de fumo e na confecção dos charutos.

Eram muitas idas e vindas aos armazéns com as “trouxas de fumo” que garantiam a sua sobrevivência. Essas experiências familiares marcaram a minha memória e me conduziram à análise dessa história, no sentido de lançar luz sobre as vozes das mulheres charuteiras, as principais personagens desta pesquisa.

A curiosidade e o interesse por este estudo tiveram início ainda na minha graduação na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), momento em que comecei a refletir acerca dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres negras. As fumageiras tiveram um significado primordial para o avanço econômico e, conseqüentemente, o trabalho dessas mulheres nas fábricas de charutos tornou-se fundamental para a economia regional e para a economia baiana. Na presente pesquisa, compreendeu o recorte temporal que envolve as décadas de 1950 a 1990, por ser um período de intensa produção fumageira na região e, ao mesmo tempo, por demarcar as gerações das trabalhadoras entrevistadas.

Este estudo configura-se a partir da história social do trabalho em diálogo constante com a história local e regional, bem como com a história das mulheres e com os estudos sobre o feminismo negro. Partimos da análise sobre a história local, sobre o espaço, conforme a leitura de José de Assunção Barros (2005). A referência à história local, está relacionada a concepção de que, toda história é local, é exercida e produzida a partir de um lugar.

É a modalidade historiográfica que estuda uma região por ela mesma, examinando-a como sistema com seu próprio funcionamento ou como subsistema que se insere em um sistema mais vasto notando-se que é o próprio historiador quem define o critério a partir do qual está definindo este ou aquele campo de observação como uma “região” (Barros, 2005, p. 7).

Conforme a historiadora Rosana Lessa (2010, p. 25), a História Regional e Local restringe o objeto espacial de estudo, permitindo a ampliação temporal, com a

interdisciplinaridade e universalização do conhecimento. Não tomamos a história local apenas pelo local. Nossa abordagem procura estabelecer um diálogo em três dimensões: o local, o regional e global, tendo como foco a história das pessoas marginalizadas, dos grupos subalternizados. Nesse sentido, uma grande contribuição para essa pesquisa vem do conceito de cotidiano analisado pelo historiador Michel de Certeau (1998). De acordo com o autor, “o cotidiano é lugar de invenção, de criatividade e, portanto, devem ser consideradas as suas práticas ‘maneiras de fazer’ cotidianas que são ligadas às atividades sociais que ao mesmo tempo se constitui enquanto prática representativa cotidiana” (CERTEAU, 1998, p. 201). Edward Palmer Thompson (2001) também busca a partir do referencial do lugar, recuperar as experiências e as lutas de classes das trabalhadoras.

Não temos dúvida de que é na prática cotidiana que as mulheres batalham por transformações na esfera da hierarquia familiar, social e econômica. Portanto, a pesquisa busca pensar sobre a história social do trabalho fabril na Bahia na segunda metade do século XX, procurando dar visibilidade às trabalhadoras da produção da charutaria, a partir da evidência de suas vivências, suas peculiaridades e suas relações sociais. Com o objetivo de desvelar os papéis históricos assumidos pelas mulheres charuteiras, a partir de suas lutas por sobrevivência e por inserção social, buscamos percorrer a seguinte problemática: “por que as mulheres negras do Recôncavo Baiano se tornaram a força do trabalho nas indústrias de charutaria e quais foram as estratégias e as resistências desenvolvidas por elas em relação ao modelo de produção fabril que envolvia a divisão de tarefas e a hierarquização racial e de gênero?”.

Para percorrer a problemática central da pesquisa, faz-se necessário compreender o processo através do qual o Recôncavo Baiano tornou-se um lugar de destaque da cultura fumageira, de forma a contextualizar as experiências vividas pelas mulheres no chão das fábricas. A forte presença das mulheres nesses espaços de trabalho da manufatura de fumo sinaliza continuidades e rupturas dentro de uma sociedade caracterizada por profundas desigualdades sociais, raciais e de gênero.

Metodologicamente, estamos lançando mão das memórias das trabalhadoras recuperadas através da história oral, além de utilizarmos também fontes documentais, como: fichas de registros dos empregados da Cia. de Charutos Dannemann e da Cia. de Charutos Pimentel. Tais fontes documentais nos ajudam a identificar o perfil das mulheres que se ocuparam com a manufatura dos charutos e cigarrilhas. Na Cia. de Charutos Dannemann,

foram analisadas 1.548 fichas de registro empregatícios produzidos de 1935 a 1948, encontradas no Arquivo Municipal de São Félix. Já na Cia. de Charutos Pimentel, foi possível analisar 2.586 fichas produzidas entre 1930 e 1988, que se encontram no Centro de Documentação (CEDOC) da Faculdade Maria Milza. Nessas fichas contém informações sobre o local de origem e moradia das operárias abrindo caminho para compreender os processos de migração no Recôncavo Baiano, e um vasto material para traçar um perfil social através das informações de idade, estado civil, gênero, salário e lugar de ocupação no processo produtivo. Possibilitou também perceber a divisão sexual do trabalho e sua organização hierárquica a partir da distribuição das funções de trabalho.

Nas duas empresas, foram identificados registros empregatícios, documentos internos, arquivos de fotografias, e jornais onde circularam notícias. Também foi possível contar com narrativas produzidas pelos escritores Anfilófilo de Castro (1948) e Stefan Zweig (1941), este um viajante que visitou as manufaturas e nos apontou uma noção alinhada ao projeto do mito da democracia racial, revelando marcadores sociais que demarcavam os lugares ocupados no trabalho. Em relação às fontes fotográficas, não se trata de buscar confirmações dos relatos orais das charuteiras ou de informações obtidas nos documentos escritos, mas de interpretar significados relativos a uma representação imagética do passado. Nesse caso, faz todo o sentido o diálogo com Boris Kossoy (2012, p. 156) quando ele afirma que “fotografia e memória se confundem como fonte inesgotável de informação e emoção”.

Esperava, sobretudo, encontrar nos arquivos documentos e fotografias que representassem os experimentos de liberdade vividos por essas mulheres após o fim do período colonial e imperial, portanto me deparei apenas com documentos formais, fotografias que por ora trazem a representação de mulheres colonizadas e não mulheres livres. É partindo de um contexto relativamente parecido com esse, por exemplo, na obra de Saidiya Hartman (2022) “*Vidas rebeldes, belos experimentos*” conta-nos que ao consultar arquivos públicos a respeito da população afro-americana nos chamados cinturões negros da Filadélfia e de Nova York entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX deparou-se diante de um problema relativo. Assim como os documentos consultados pela autora supracitada, os documentos e registros de fotografias das trabalhadoras fumageiras que foram analisados no decorrer da pesquisa também definia a população negra através de uma imagem de pobreza, subalternidade e habitações insalubres. Nota-se então

que esses documentos encontrados forneciam apenas um antídoto necessário para o prazer da branquitude.

Procurei em imagens vernaculares, posições fotográficas em arquivos municipais, antologias fotográficas de pessoas negras, pesquisas documentais do gueto, retratos de pessoas negras e fotos em grupos de pessoas negras, e fotos em grupos exibidas em pavilhões negros e organização socioeconômica, em exposições internacionais e em feiras mundiais. Foram até encontradas imagens em grupos, no entanto foram imagens pensadas na intenção de associar as mulheres às suas habilidades manuais e, sobretudo, utilizada nas propagandas das empresas fumageiras, em estandes, etc., apropriando-se de uma prática social e a naturalizando como feminina (Grifos meus) (HARTMAN, 2022, p. 341).

Esses documentos apesar de retratarem a luta e sobrevivência das mulheres operárias, as colocavam sempre a uma expressão de inferioridade, principalmente as fotografias, pois a partir dessas fica perceptível notarmos a simbolização do negro a partir das suas intersecções.

O diálogo que foi estabelecido entre as fontes e com referências importantes do feminismo negro, a exemplo de Bell Hooks (1994) e Lélia Gonzalez (2011), possibilitando exercitar uma análise interseccional das experiências vividas pelas mulheres fumageiras, assim, busco melhor problematizar as hierarquizações estabelecidas no trabalho realizado nas fábricas e o processo através do qual as mulheres se tornaram trabalhadoras fundamentais da produção de charutos em um contexto de herança colonial, acentuado pelo patriarcado e pelo racismo. De tal modo, buscamos evidenciar qual o significado do trabalho feminino na engrenagem da produção, quais lutas foram empreendidas, quais relações foram estabelecidas no ambiente de trabalho, na família, enfim, que táticas de resistência às formas de opressão elas criaram em seu cotidiano. Interessa também, identificar, se, através do trabalho, as charuteiras ampliaram as suas possibilidades de alcance de recursos e do exercício da cidadania em um contexto social e político marcados por caminhos e descaminhos da República Brasileira.

Tomamos o pós-abolição como chave de análise, ao entender que em todo o século XX configuraram-se demarcadores sociais, econômicos, étnico-raciais e políticos que apontavam fortes ligações com a sociedade escravista e com a ausência de políticas de Estado que fossem capazes de promover a integração das populações negras à sociedade constituída depois da escravidão. Como aporte para essa discussão utilizaram-se como base os estudos de João José Reis (1988), Kátia Mattoso (1992), Walter Fraga Filho (2004), Ana Lugão Rios e Hebe Mattos (2005), Isabel Reis (2007), Edinélia Souza (2012), Clovis Moura

(2014), dentre outros trabalhos. Pensar o Recôncavo Baiano no século XX, a partir das experiências do trabalho de mulheres negras, requer uma reflexão sobre a complexidade que caracterizou essa região desde o final do século XIX, a partir das fronteiras entre a escravidão e das relações e experiências de trabalho constituídas no período pós-abolição.

Virginia Queiroz Barreto (2016, p. 157-158), pontua que ao entrar na realidade vivida por essas mulheres, nos possibilita pensar sobre os primeiros laços associativos e as redes de solidariedades construídas no cotidiano, onde a história social da mulher tem prosperado e trazido ainda mais informações acerca do mundo do trabalho das mulheres após o cativo.

Neste caso, pactuamos da ideia de que toda uma movimentação configurada na vida das pessoas egressas da escravidão, tornou possível sustentar a economia baiana. As fábricas do Recôncavo se apropriaram dessa mão de obra para satisfazer as necessidades da sua produção desde, pelo menos, a segunda metade do século XIX. Tendo em vista que “os negros domésticos, escolhidos em geral entre os mais ‘sociáveis’, cuidavam de praticamente todo o serviço dos senhores de engenhos e de outras atividades”, conforme pontuou Clóvis Moura (2014, p. 336). Depois da Abolição, aqueles e aquelas que ao abandonarem os engenhos e se deslocaram para a cidade enfrentaram novas lutas por inserção no mercado de trabalho, muitas vezes ocupando as mesmas funções, tradicionalmente exercidas por pessoas negras, pois a estrutura social e econômica se manteve, conforme chamou a atenção Clóvis Moura:

Desde o início da formação da nação brasileira essa contradição é permanente, visível e se aguça progressivamente. Por isto, fizemos a Independência conservando a escravidão e fizemos a Abolição conservando o latifúndio. Nessas duas fases de mudança não se desarticulou aquilo que era fundamental. Conservou-se aquelas estruturas arcaicas que impediam um avanço institucional maior. E, com isto, ficamos com uma lacuna, um vácuo social, político, econômico e cultural que não foi preenchido até hoje. Por isto, temos ainda atrasos seculares relevantes que continuam influenciando em grandes camadas de nossa população (MOURA, 1988, p. 24-25).

Também me preocupei em relacionar o perfil social e racial na organização do trabalho das fumageiras a partir dos estudos do feminismo negro. Segundo a historiadora Lélia Gonzalez (2020), o racismo e o sexismo foram ofuscados pelo mito da democracia racial que ocultou as violências simbólicas sofridas pelas mulheres negras, como a histórica objetificação de seus corpos e o esvanecimento do cotidiano da divisão racial e sexual do trabalho. De acordo com autora, “na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher

negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho” (GONZALEZ, 2020, p. 48).

É evidente que a inserção da mulher fumageira na sociedade capitalista brasileira em formação, ao longo do século XX, ocorreu condicionada pelo recrudescimento do preconceito racial e pela discriminação de gênero. Logo, o conceito de interseccionalidade nos ajuda a pensar nas várias identidades que essas mulheres trabalhadoras das fábricas de fumo puderam experimentar. Nesse sentido, dialogamos também com Ana Maria Veiga (2020, p. 9), atenta para o fato de que o conceito de interseccionalidade, por vezes, reforça alguns demarcadores de diferença que vão sendo repetidos ou alternados, tendo como principais a tríade raça, classe e gênero.

As mulheres fumageiras enfrentaram uma conjuntura progressiva no controle das profissões tradicionalmente exercidas por pessoas de cor negra. Assim, percebe-se que as intersecções entre classe, raça e gênero funcionavam como uma válvula de escape e geraram tensões sociais para o capitalismo em formação. Isso quer dizer que raça e divisão social do trabalho são inseparáveis. Quando pensamos sobre o continente latino-americano, posto que são estruturas que se reforçam continuamente.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002a, p. 177).

Para pensar o colonialismo, a colonialidade e as formas de enfrentamento a esse modelo de poder, é fundamental recorrer a autores como Walter Dignolo (2017), Grada Kilomba (2019) e Lélia Gonzalez (2020). Nesse contexto, a noção de raça torna-se o eixo central da hierarquização colonial, visto que não há como pensar em classificação social dissociada da hierarquização racial.

Falar em colonialidade é também discorrer sobre raça e gênero. Por isso que ao usarmos o gênero como categoria de análise em um trabalho brasileiro e latino-americano, é preciso analisarmos como funcionam essas categorias de opressão e como elas criam experiências diferentes. Diante disso, procuramos dialogar com os conhecimentos de base colonialista fazendo uma reflexão das atividades que são desenvolvidas pelas mulheres

negras nas fábricas de charutaria. Walter Mignolo (2017, p. 10) reforça que “as diferenças coloniais e imperiais também moldaram relações patriarcais, uma vez que as relações hierárquicas sexuais dependem muito, no mundo moderno/colonial, da classificação racial.

Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2021) em “*Escuta sensíveis, vozes potentes: diálogos com mulheres que nos transformam*” reforça como as mulheres negras constroem outras diversas práticas feministas a partir de suas narrativas, nos retratando como a mulher conquistou sua autonomia, como se formou politicamente tornando-se, sobretudo referências a partir daquilo que fez ou faz. As vozes das trabalhadoras fumageiras nesta pesquisa também nos conecta aos avanços que as mulheres tiveram como mulheres subalternizadas. Reforçamos sobretudo, o quanto é importante como ouvintes compreendermos o lugar social e de fala da mulher negra diante da sociedade.

Para alargar essa problematização em relação às vivências das mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano, tem sido fundamental analisar as entrevistas orais promovendo cruzamentos com os dados abstraídos das fontes documentais. A importância da fonte oral está em assimilarmos os fundamentos da oralidade e, assim, podemos percorrer o conjunto de significados das vivências, traduzidos pelas narrativas de memórias das trabalhadoras. Dessa maneira, através da oralidade das trabalhadoras fumageiras, podemos manter viva suas histórias e memórias.

O trabalho com as fontes orais, juntamente com outras fontes, nos permite compreender as relações sociais das trabalhadoras, investigando-as a fim de produzir versões da realidade e de interpretar os seus valores sociais e culturais. As mulheres fumageiras relataram momentos que só na oralidade somos capazes de compreender. A memória se reconstrói com a ajuda de acontecimentos do presente, e “mais do que buscar dados e informações nas fontes, nós as observamos como práticas e expressões e/ou de práticas sociais através das quais os sujeitos se constituem historicamente” (KHOURY, 2001, p. 91).

De acordo com o historiador Alistair Thomson (1997) nos seus estudos sobre memórias de grupos que foram negligenciados pela história oficial.

O testemunho oral gera novas histórias, por sua vez, pode literalmente, contribuir para o processo de dar voz a experiências vividas por indivíduos e grupos que foram excluídos das narrativas históricas anteriores, ou foram marginalizados (THOMSON, 1997, p. 68-69).

Ao trabalhar com a oralidade, principal metodologia para a recuperação da memória, podemos valorizar as experiências femininas raramente presentes em documentos escritos.

A história oral possibilita uma renovação do passado e da memória dos indivíduos, “a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações” (BOSI, 1987, p. 9). É por meio do diálogo com a memória das mulheres fumageiras, que recuperamos formas e significados da história oral (PORTELLI, 1997), quais sentidos elas dão ao seu passado, a partir do lugar que ocupam no presente.

Tendo em vista que as memórias são, ao mesmo tempo, individuais e coletivas, tornam-se fundamentais no processo de captura das experiências e das trajetórias dessas mulheres que construíram suas vidas em torno das atividades nas fábricas. Desse modo, as entrevistas orais constituem os principais instrumentos para a consolidação deste estudo, já que através delas podemos perceber também como a lembrança é mantida no inconsciente das pessoas e como cada uma delas traz particularidades em suas memórias.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional (POLLAK, 1989, p. 2).

As(os) entrevistadas(os) recorreram aos tempos históricos, cruzando diversas temporalidades do vivido. As entrevistas foram realizadas de forma honesta e amigável, de forma clara, sempre respeitando os limites de cada pessoa. No decorrer das entrevistas, deixamos que as falas dessas trabalhadoras ocorressem espontaneamente, mas sempre interferindo em alguns momentos necessários, de forma a introduzir alguns temas que consideramos fundamentais para esse trabalho. Assim, foi possível perceber como elas reconstruíam o passado, expressando momentos tristes e felizes, sempre revivendo episódios e dando significado às situações através da mudança no tom de voz, das pausas enquanto pensavam, dos risos, emoções, gestos e expressões faciais.

Entre as obras que dialogam com as experiências das mulheres e, sobretudo, das fábricas de charutaria, destaco os livros escritos por Ubaldo Marques Porto Filho (2003, 2014a, 2014b, 2014c), Hugo Adão de Bittencourt Carvalho (2011) com a obra “*Livro dos Charutos: Bahia - terra de todos os charutos*”, que traz uma vasta informação sobre as empresas de charutaria do Recôncavo Baiano. São obras que além de trazer a história das empresas fumageiras, traz, sobretudo, a importância dos charutos para economia baiana, as suas características e os tipos de produção feito pelas trabalhadoras, bem como os investimentos de capitais e as crises econômicas.

Ao mesmo tempo, estabeleci um diálogo mais profundo com produções historiográficas que discutem as experiências das trabalhadoras fumageiras. As pesquisas de Margarete Nunes Santos Gomes (2010), Rosana Lessa (2010), Cristina Assis (2015), Elizabete Barbosa (2015), Fábio Santos (2018), Carlos Augusto Braga (2021) e da historiadora Elizabete Rodrigues da Silva (2011), que traz com mais afinco o trabalho feminino no Recôncavo fumageiro durante a primeira metade do século XX, onde buscou explorar a presença das mulheres a partir das relações de opressão e de gênero.

A dissertação foi organizada em três capítulos, estruturados por seções temáticas. No primeiro capítulo “Um breve histórico da agroindústria fumageira no Recôncavo Baiano”, analisei o Recôncavo Baiano mostrando como ele se tornou o principal produtor de charutos a partir das suas relações com as bases produtivas do “tabaco”. Discuti as origens raciais e a composição social das operárias. Sobretudo, busquei pesquisar a trajetória das fábricas como Cia. de Charutos Dannemann e Pimentel, nas quais estão inseridas as experiências de vida dos principais sujeitos da pesquisa: as mulheres negras. Apontei os municípios que se tornaram os principais centros de produção fumageira da América Latina.

O segundo capítulo intitulado “Trabalho feminino, economia e família no pós-abolição” visa problematizar o impacto da atividade fumageiras na economia local e na família, apresentei a situação de vulnerabilidade das famílias a partir da sua situação de pobreza, exploração aspectos sociais, neste contexto discuti como essa atividade se tornou base de sustentação econômica da região. Demostrei, sobretudo, como as fumageiras sobreviviam em um mundo profissionalmente inacessível.

Por fim, o terceiro capítulo “Gênero, cor e classe na indústria fumageira” tem como objetivo problematizar as memórias e as relações de poder no processo de organização e estrutura da indústria fumageira. Discutir as relações de gênero em torno do trabalho e das famílias dessas mulheres, apresentando como algumas delas conseguiram certa ascensão social diante de um cenário de intensas desigualdades historicamente construídas, o qual as colocavam sempre em situações de subordinação e opressão.

## CAPÍTULO 1

### Um breve histórico da agroindústria fumageira no Recôncavo Baiano

#### 1.1 O Recôncavo, as cidades e as fábricas de charuto

“É certo ser esta capitania uma colônia agrícola e assim convém que seja maiormente sendo tão preciosos os frutos de sua cultura” (SCHWARTZ, 1988, p. 77).

O Recôncavo tem sido uma região carregada de expressividade na Bahia desde o século XVI, com sua especificidade histórico-cultural e, sobretudo, pelos usos de seu território no comércio de povos escravizados da África e na produção açucareira e fumageira tão lucrativos para a economia do país (BARBOSA, 2015, p. 38). Conforme observou Luiz Aguiar da Costa Pinto (1998, p. 103), “o Recôncavo é a região que circunda a Baía de Todos os Santos, formando o grande anfiteatro no qual há mais de quatrocentos anos vem se desenrolando um dos mais antigos capítulos da colonização do Brasil”.

Está dividido em duas sub-regiões, compreendendo a Região Metropolitana de Salvador e o Recôncavo Sul, localidade em estudo. O Recôncavo Sul totaliza 9.803 km<sup>2</sup> dentro da qual se acham inscritos 33 municípios fumageiros, com 80 distritos e 238 povoados, sendo uma das regiões de maior densidade demográfica no país.<sup>1</sup>

De acordo com Elizabete Pereira Barbosa (2015, p. 38), essa região tem uma área equivalente a 10.840 km<sup>2</sup>, totalizando 1,7% da superfície baiana, espaço territorialmente pequeno se comparado com a sua importância econômica. O Recôncavo é uma região essencialmente costeira, uma espécie de retângulo na direção nordeste-sudeste.

A Figura 1 mostra a região do Recôncavo da Bahia que se ergueu a partir de uma sociedade ligada à produção e manufatura do fumo que por ora buscamos entender. Sua localização geográfica está associada a um processo histórico, econômico, político, social, cultural ou antropológico a partir de uma realidade socioeconômica, em um determinado tempo. Não obstante, é uma região construída na labuta diária, na forma como os homens e mulheres produzem a sua sobrevivência (OLIVEIRA, 2000, p. 42).

[...] como uma sociedade regional estruturada à base de uma síntese ecológica, que historicamente se formou e se desenvolveu em torno das atividades por meio das quais a população que ali vive, ocupando a terra e explorando seus recursos, produz e reproduz as condições materiais de sua existência e forma o meio social em que vive (PINTO, 1998, p. 106).

---

<sup>1</sup> O Recôncavo é a zona fisiográfica mais importante da Bahia. *A Manhã*, Ano XII, n. 3.378, p. 6, 1952.

Figura 1 – Mapa do Recôncavo da Bahia.



Fonte: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa Jorge Amado, 1998. p. 31.

É importante ressaltar que o Recôncavo Sul é, portanto, uma região formada por sub-regiões, definidas a partir dos tipos de produção agrícola e das relações comerciais estabelecidas, onde são desenvolvidas diferentes atividades agrícolas, sendo possível identificar como Recôncavo canavieiro, fumageiro, mandiogueiro, da cerâmica e de toda economia de subsistência, cada qual estruturada a partir da atividade econômica que lhes definia. Conforme observou Luiz Aguiar da Costa Pinto (1998, p. 122), as terras no Recôncavo Sul, são arenosas, argilosas apropriada para o centro industrial agrícola do fumo na Bahia, constituindo-se uma das maiores riquezas.

O Recôncavo Sul da Bahia passou a ser, então, o principal centro da cultura fumageira e de sua exportação, representado, embora, em períodos diferentes pelos municípios de Maragogipe, Cachoeira, São Félix, Muritiba, Cruz das Almas, São Felipe, Nazaré e Santo Antônio de Jesus. (SILVA, 2001, p. 32). Essas cidades eram as principais responsáveis por comandar todos os caminhos de produção e comercialização de charutos no Recôncavo da Bahia, fazendo movimentar toda sua economia na qual favoreceram o maior desenvolvimento de manufaturas voltadas para esse produto. De acordo com Ana

Maria Oliveira (2000, p. 53), consagrou-se, inicialmente, como uma região essencialmente agrícola e sua produção abastecia tanto o mercado dos sertões e da capital, Salvador, como também o mercado exterior. Elizabete Rodrigues da Silva (2001) completa:

O Recôncavo fumageiro foi, relativamente, durante a primeira metade do século XX, o palco de uma economia promissora para os cofres públicos, para os proprietários das empresas de beneficiamento de fumo e fábricas de charutos, assim como foi palco da exploração de uma população envolvida no trabalho desta matéria-prima e seus produtos que se expandiram pelo mundo afora. Na mesma medida, o Recôncavo, também, foi o palco da formação de uma fisionomia social que não trazia em suas características apenas as especificidades da lida fumageira, o que já se constituía um fator preponderante, mas, também, pela forma como os trabalhadores e, precisamente, as charuteiras lidavam com as questões relativas à sua condição de mulher e de trabalhadora no conjunto das relações sociais. (SILVA, 2001, p. 172).

Dona Antonieta Santos de Jesus, aposentada, 75 anos, nascida e domiciliada na comunidade do Santo Antônio na cidade de São Félix-BA, zona rural, no período em que foi charuteira, também foi parteira e nas horas vagas trabalhadora agrícola, mãe de 14 filhos todos criados com o trabalho do campo e o fabril. Seus pais eram trabalhadores agrícolas uma ocupação de baixa remuneração e desvalorizada socialmente, rememorou que ao longo da vida teve que fazer escolhas difíceis, ainda quando criança optou por trabalhar pela necessidade que tinha. A operária deu uma breve pausa na sua narrativa e retornou falando sobre o abandono aos estudos ainda no 4º ano do antigo primário, quando deixou a escola para trabalhar no preparo do fumo para a confecção de charutos, na fábrica Pimentel, sendo está a única oportunidade que teve na vida como mulher e como negra ainda aos 14 anos, mas como o período da safra foi curto logo se inseriu na fábrica Dannemann onde trabalhou até os 18 anos quando teve seu primeiro filho. Logo após a charuteira deu continuidade na Agro Cruz em Cruz das Almas e em várias fábricas da cidade. Com um tom de voz carregado de expressões, com uma narrativa cheia de pausas diante da emoção que se encontrava ao falar da sua vida como operária a mesma relatou que: “na época que trabalhava nas fábricas de charutaria do Recôncavo as portas amanheciam enfileiradas, quando as mulheres ouviam dizer que ia botar gente pra trabalhar”.<sup>2</sup>

As narrativas de Dona Antonieta revelam a importância do trabalho com a charutaria para as mulheres negras do Recôncavo. As necessidades pelas quais essas mulheres viviam, faziam com que se empenhassem para conquistar uma oportunidade de trabalho nas fábricas.

---

<sup>2</sup> Antonieta Santos de Jesus. São Félix-BA. Aposentada. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 6 de setembro de 2019.

A partir do momento que eram inseridas nesses espaços, enfrentavam duplas e até triplas jornadas, exploração no mundo do trabalho, lutavam para vencer as necessidades materiais, a discriminação racial e de gênero, e, ainda assim, tornaram-se peças fundamentais no desenvolvimento econômico e social do Recôncavo. A charuteira continuou sua narrativa proferindo que “dava seis horas da manhã, era um desespero de mulheres pelas ruas em busca de uma oportunidade, mesmo porque era o único trabalho que tinha para as mulheres negras”.<sup>3</sup> Estar inserida no mundo do trabalho fabril era, para essas mulheres abdicar de todo o papel feminino proveniente da sociedade. Desse modo, grandes empresários capitalistas se aproveitaram da força e da vontade de trabalhar dessas mulheres para dar continuidade a perpetuação dos padrões escravistas nas relações de trabalho supostamente assalariadas, isso é bem perceptível na narrativa da charuteira ao relatar sobre o desespero das mulheres em busca de uma vaga nas fábricas fumageiras. A historiadora Edinélia Souza (2012, p. 129), em seus estudos sobre o campesinato negro, reforça que os trabalhadores libertos ao se sujeitarem a uma condição de subalternidade estavam constituindo uma estratégia de sobrevivência, o que, de algum modo, garantia a redução das incertezas e, portanto, favorecia maior equilíbrio no enfrentamento das dificuldades como também na construção das identidades.

Concordamos com a historiadora Luciana Xavier Briantin (2013, p. 20-21) ao afirmar que as fábricas do Recôncavo funcionavam a partir da lógica capitalista, dentro de uma conjuntura econômica, social e local, favorecida pela pobreza ali presente e pelo barateamento da mão de obra. Durante muito tempo, importantes empresas familiares dominaram o cenário da economia baiana. No setor fumageiro, várias tiveram projeção nacional e internacional (PORTO FILHO, 2014b, p. 13).

De acordo com uma linha do tempo descrita no livro “*Bahia - terra de todos os charutos*”, Hugo Adão de Bittencourt Carvalho (2011) destaca em quatro cenários distintos todo o desenvolvimento das fábricas na região, de seu auge até à decadência. No primeiro cenário, nos anos 1840-1880, as cidades de Maragogipe e de Cachoeira eram destaques comerciais, bem como as terras pertencentes a Cachoeira, hoje São Félix, Muritiba, Cruz das Almas e São Gonçalo dos Campos. Entre 1881-1910, surge em Muritiba a fábrica São Felista. De 1911-1950, desponta em Muritiba a fábrica Pimentel, em seguida a Vieira de

---

<sup>3</sup> Antonieta Santos de Jesus. São Félix-BA. Aposentada. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 6 de setembro de 2019.

Mello sai de cena em Maragogipe sendo comprada pela Suerdieck.<sup>4</sup> Em 1873, surge a Gerhard Dannemann, fundada em São Félix.

As mais importantes na fabricação de charutos foram a Costa Penna, a Dannemann e a Suerdieck. Para o período que engloba o final do século XIX e a primeira metade do século XX, merecem destaque as empresas de charutaria Dannemann e Pimentel, cujos valores são registrados pelas vidas comerciais, por empregar, no auge da produção, cerca de dez mil pessoas, nos municípios de Muritiba, Cachoeira e São Félix. A Dannemann, de procedência alemã, controlava todo capital da economia fumageira na região.

Em 1873, o alemão Luder G. Meyer, recém-chegado à Bahia, sobretudo, ao Recôncavo na cidade de Cachoeira, começou a trabalhar em um armazém de fumo. O alemão adquiriu capital suficiente para comprar os equipamentos em uma pequena fábrica de charutos que estava em liquidação, a Hammacher que pertencia a Gustavo D. Schnorbusch. Fundou então em São Félix, juntamente com seu irmão Reinhardt Dannemann e com o seu antigo patrão L. G. Meyer, a Dannemann & Companhia.

Em 1883, D. Pedro II, ao visitar a região, conferiu-lhe o título de Imperial Fábrica de Charutos Dannemann. Em 1908, Gerard Dannemann retornou para a Europa e a gerência geral da firma foi passada para Adolfo Jonas, auxiliado por Eduardo Dannemann (SILVA, 2011, p. 80). Em 1923, a Cia. de Charutos Dannemann havia colocado no mercado “mais de duzentas marcas de charutos” (BRAGA, 2021, p. 32).

Conforme observou Elizabete Silva (2011) após a morte de Adolfo Jonas em 1937, Adolfo Jonas Filho tomou posse na direção desta empresa, seguido por Ernesto Tobler. No período da Segunda Guerra Mundial (1942), a empresa alemã Dannemann sofreu uma intervenção e passou a ser administrada pelo Instituto Baiano do Fumo (IBF), sendo transformada em empresa nacional, imediatamente passou a ser chamada de Cia. Brasileira de Charutos Dannemann, sendo totalmente desativada em 1948 e, mais tarde, foi adquirida por um grupo suíço que passou a priorizar a exportação de fumo.

Ainda de acordo com a autora supracitada, em 1922, a Dannemann fundiu-se e com a Stender & Cia, transformando-se na Cia. de Charutos Dannemann (SILVA, 2011, p. 80). O Jornal a Bahia Ilustrada, do Rio de Janeiro, anunciou que as grandes fábricas Dannemann e Stender e Suerdieck honraram a atividade industrial na Bahia, mas não eram atuações

---

<sup>4</sup> CARVALHO, Hugo Adão de Bittencourt. *Livro dos charutos: Bahia - terra de todos os charutos*. 2011. Disponível em: < <http://livrodoscharutos.blogspot.com/2011/06/bahia-terra-de-todos-os-charutos.html>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2022.

essencialmente baianas, pois as suas intermediações foram feitas por intermédio de banqueiros alemães.<sup>5</sup>

O surgimento da Dannemann foi resultado de um processo que incluiu a participação decisiva dos imigrantes alemães que ali se instalaram para tratar de uma produção que combinaria parte do processo produtivo em formas especificamente capitalistas, com utilização de trabalho assalariado e outra, agrícola, vinculada ao trabalho familiar. Silza Fraga Costa Borba (1975, p. 53-54) em seu estudo sobre “*Industrialização e exportação de fumo na Bahia*”, aponta que essas firmas controlavam todas as exportações, constituindo-se como as de capital mais elevado com maiores capacidades e durações, ainda assim foram os alemães os grandes líderes na fabricação de cigarros e charutos durante longas décadas. Na Figura 2 encontra-se o prédio da Cia. de Charutos Dannemann, na primeira metade do século XX.

Figura 2 – Prédio da Cia. de Charutos Dannemann com trabalhadores à sua frente, 1873-1995.



Fonte: Arquivo Municipal de São Félix. Série: Fotografias da Família Dannemann.

A referida fábrica esteve situada na cidade de Cachoeira-BA, entre 1873 e 1995. Geograficamente, a cidade histórica de Cachoeira é reconhecida por sua beleza arquitetônica

<sup>5</sup> A Bahia Ilustrada, Rio de Janeiro. Ano 1, n. 1, p. 29, 1917.

e de importância historiográfica no âmbito nacional. Situada a 110 km de Salvador, Cachoeira é limitada ao Norte com o município de Conceição de Feira; ao Sul, com Maragogipe; a Leste, com Santo Amaro da Purificação e Saubara e a Oeste, com São Félix, Governador Mangabeira e Muritiba. A cidade alargava-se ao Oeste e Norte da zona paralela do Recôncavo zona de transição geomorfológica, fronteira conhecida entre o litoral e o sertão onde as mais relevantes freguesias produtoras de tabaco compreendiam seu termo desde o século XVIII (CASTRO, 2005, p. 19).

O município teve uma grande influência econômica ao longo do século XIX, durante meados do século XX ficou conhecida como uma das cidades mais ricas e populosas do Brasil, obtendo um destaque maior em relação às demais cidades do Recôncavo. Seu solo é formado pelo massapê, também apropriado para o cultivo do fumo. Posto isto, a Vila de Cachoeira se estabeleceu como um grande centro de aquisição de mão de obra escrava, de libertos e mulatos. Conforme sublinha Elizabete Silva (2011, p. 99), no final do século XIX a população da Bahia era de 1.919.802 habitantes, sendo, destes, 75,97% negros, números relativos a todo Recôncavo, considerando que a cidade de Cachoeira era o principal centro de irradiação negra do Estado. Na Figura 3 pode-se verificar as trabalhadoras dentro da fábrica da Cia. de Charutos Dannemann.

Figura 3 – Trabalhadoras na fábrica da Cia. de Charutos Dannemann, 1940.



Fonte: Arquivo Municipal de São Félix. Série: Fotografias da Família Dannemann.

A imagem na Figura 3 retrata a parte interna do setor de charutaria situada na parte da frente do prédio da Cia. de Charutos Dannemann no século XIX, em São Félix, e ilustra o contexto no qual as charuteiras desenvolviam suas atividades. As mulheres fumageiras foram distribuídas, em várias funções, no centro da fábrica, algumas ficavam nos salões de beneficiamento do fumo, outras nos de encaixamento e anelamento dos charutos, onde se localizava a charutaria. A imagem ainda contempla como as bancas eram distribuídas, comprovando aquilo que diz as narrativas das fumageiras, que: “as mulheres ficavam sentadas em tamboretos uma ao lado da outra em fileira de bancas”.<sup>6</sup> As bancas eram divididas em média, de dez a quinze lugares cada uma, separadas por pequenas tábuas laterais que ofereciam a cada charuteira um espaço individualizado, onde arrumavam seus instrumentos e materiais de trabalho.

Pode-se observar um setor predominantemente feminino, mas com a presença de alguns trabalhadores homens no recinto, certamente aqueles que ocupavam o papel de vigilantes da produção, os chamados mestres de seção que controlava o trabalho das mulheres neste espaço. Aqui fica evidenciado o papel de proeminência do mestre da seção, homem em destaque disposto entre as mulheres como ressalta o historiador Fábio Santos (2018, p. 68).

Na imagem não é possível ver os movimentos e as habilidades das confecções dos charutos, mas nos chama atenção sobre os trajes das operárias uniformizadas com roupas brancas, talvez seja uma alusão à cultura afro-brasileira. Mas é possível também que naquele dia em que seriam fotografadas, teriam sido solicitadas a comparecerem com vestimenta de cor branca para que saíssem bem apresentadas para essa fotografia. A fotografia também nos permite visualizar os assentos desconfortáveis para longas jornadas de trabalho e privilegia outro dado importante que são a identificação da cor das operárias ao mesmo tempo nos proporciona analisar como os marcadores raciais e de gênero estiveram presentes nesses espaços.

O historiador Carlos Augusto Braga (2016), em seu estudo dedicado à atividade fabril desenvolvida por mulheres na indústria Dannemann, descreve o controle exercidos sobre as mulheres tomando como chave de análise o gênero:

---

<sup>6</sup> Nilza Rosa dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 1º de julho de 2019.

Essa divisão sexual do trabalho resultou na subordinação das mulheres ao trabalho da execução sob o mando dos homens, encontrados na concepção e controle da produção. O olhar dos mestres e a disciplina fabril constituíram os elementos mais significativos do processo de controle do patronato sobre as atividades das fumageiras. Na manufatura cuja produção é orientada pela habilidade das fumageiras no labor direto com as folhas de fumo, certamente, esse modelo de produção não foi regido pelo tempo das máquinas. Os mestres foram a materialização direta da separação entre quem concebe e quem executa as atividades produtivas, entre tudo aquilo que era planejado e tudo o que era feito nas seções e nas bancas de charutos. Esse papel da vigilância, entretanto, não só visou o controle da produção capitalista, mas resultou em opressões específicas às mulheres (BRAGA, 2016, p. 3).

O trabalho das mulheres na Cia. de Charutos Dannemann teve início com apenas seis operárias que de imediato começaram a produção usando uma casa na Rua do Dendê como espaço para as primeiras fabricações de charutos, atualmente conhecida como Avenida Manoel Vitorino na cidade de Cachoeira-BA. Ali, mais tarde, foi construída uma vila operária, a primeira do Recôncavo. O início, as confecções dos charutos eram feitas com sobras de fumo que pertenciam à Fábrica Utilidade, cujo dono era Manoel da Costa Ferreira. É importante destacar que durante os primeiros anos, e devido ao baixo número de operários, Gerhard Dannemann esteve presente na produção, ocupando-se dos ornamentos das caixinhas (PORTO FILHO, 2014a, p. 12). Na década de 1950, a Dannemann já era a maior em número de operários, com um total de 3.000 trabalhadores.<sup>7</sup>

Ainda na década de 1950, Dalva Damiana, nascida em 1927 na cidade de Cachoeira-BA, filha de pai sapateiro e mãe charuteira da Dannemann, começou a trabalhar aos 14 anos de idade para ajudar sua família que além de pobre era extensa. Como aprendiz do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), a operária aperfeiçoou suas habilidades com as confecções de charutos. Dalva nos narra que era preciso colocar um banco sobre o outro para chegar à altura da banca de fumo de trabalho e, logo que aperfeiçoou as técnicas de fabricação de charutos e cigarros, aumentou a sua idade para poder ter um registro na fábrica de charutos Dannemann em São Félix, trabalhando no período de 1946-1958 conforme sua CTPS (carteira de trabalho). Em 1958, Dalva Damiana já mãe de cinco filhos entrou para a Suerdieck em Cachoeira, aposentando-se em 1974 como charuteira. A operária relata uma vida de muita pobreza, passando por muitas dificuldades para sustentar e educar seus filhos, nem sempre contava com o auxílio do marido, para prover a manutenção da família.

A charuteira relata que:

---

<sup>7</sup> Arquivo Municipal de São Félix: Correio de São Félix *op. cit.* n.º 781, 10/06/1950. SILVA, Elizabete 2001. Correio da Bahia. *op. cit.* p.132.

Eu fiz parte das primeiras funcionárias da Dannemann, eu tinha uma ansiedade muito grande de trabalhar com a charutaria pra ajudar a minha família. A minha ansiedade era tão grande de aprender que a mamona, essas folhas de mamona, eu pegava a mamona destalava os talinhos da mamona, cortava tudo, bitolava ele, que era pra ficar enrolando-o ali com sabão. Aqui dentro de casa, fui aprendendo, aí aprendi o interesse era aí, quando eu fui pra fábrica já fui aprendizada nas veias do fumo e na enrolação nessas coisas, só não tinha mesmo ainda a base de fazer era o bico, o necessário, eu fazia tudo. Toda realização da minha família dependia de mim, com a minha arte e delicadeza, e isso eu tinha, a gente fazia vários tipos de charutos.<sup>8</sup>

A narrativa de Dalva Damiana revela como o cotidiano dos trabalhadores é marcado por uma vida de muita dificuldade, pobreza e exploração enquanto trabalhadora, pois mesmo diante de muito esforço ela expressa um significado de querer ir além para prover a família da carência que viviam. Para uma mulher negra estar inserida no mundo do trabalho significava abrir mão de tudo na vida, sua função social era trabalhar. A narrativa nos sinaliza o quanto a mulher negra precisou garantir o sustento e o cuidado com a família diante da opressão submetida ao trabalho braçal reforçando sobretudo a discriminação nos papéis sociais ligados ao gênero, no que diz respeito à participação no trabalho fora e dentro de casa. Isso é bem visível e presente no relato da charuteira ao dizer que toda realização dependia dela, salientando que as relações sociais ao mesmo tempo gera e produz riqueza, gera desigualdade e exclusão, onde a mulher é a mais afetada. Essa conjuntura não envolve apenas questões econômicas, vai muito mais além, é permeado por relações sociais e culturais.

Maria Bento (1995, p. 480) em sua produção “*A mulher negra no mercado de trabalho*” corrobora que para a mulher do século XIX, restou a responsabilidade pela manutenção material da família. Sobretudo, nota-se que o cotidiano dessas mulheres no âmbito do trabalho, considerando as particularidades da mão de obra, são percebidas e determinada pelos resultados de cada produção e a sua qualidade.

Em 1942, no Brasil, a Dannemann sofreu sérias turbulências após o país romper as relações diplomáticas com a Alemanha. A empresa também sofreu intervenções governamentais após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (PORTO FILHO, 2014b, p. 68). Entre as décadas de 1948 e 1951, a empresa prosseguiu apenas no segmento de exportação de fumos e, desse modo, os charutos desapareceram do mercado. Em 1951, foram reabertas a Dannemann de Muritiba e de São Félix. Em 1953, constituíram a empresa

---

<sup>8</sup> Dalva Damiana de Freitas. Cachoeira-BA. Operária aposentada da Cia. Suerdieck. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 14 de janeiro de 2019.

Dannemann Exportadora de Fumos LTDA (MOTA, 2014, p. 81). A crise, sob todas as formas, fez a fábrica cair em decomposição financeira deixando muitas famílias terrivelmente desamparadas, mas conseguiu se restabelecer e, assim, voltar ao mercado de manufatura fumageira com os produtos mais afamados do mundo inteiro, por volta de 1977, porém em pequena escala.

A cidade de Muritiba surgiu a partir do desenvolvimento da Colonização Portuguesa pelas terras do Recôncavo, com um ambiente favorável para os cultivos da cana-de-açúcar e do fumo.

Os exploradores portugueses e os Jesuítas atingiram as regiões de Cachoeira e São Félix e, subindo a serra, alcançaram o planalto da margem direita, fundando aí uma povoação que nasceu sob a invocação de São Pedro Velho do Monte de Muritiba, iniciando-a com a construção de um templo dedicado ao Santo, e um convento (SILVA, 2017, p. 56).

Muritiba foi elevada à categoria de vila, em 1919, depois de cidade, em 1922. Suas lavouras de fumo eram reconhecidas pela excelente qualidade. O município de Muritiba está localizado na zona fisiográfica do Recôncavo Baiano, ocupando uma área de 89.310 Km<sup>2</sup>, a 208 m do nível de mar, distante 114 km de Salvador. Limita-se com os municípios de Cachoeira, de São Felix, de Cruz das Almas, Cabaceiras do Paraguaçu e de Governador Mangabeira.

Entre os séculos XIX e XX, era natural que em Muritiba se instalassem grandes fábricas de charutos. Entre todas, surge a mais importante: Cândido Pimentel e Cia., em 1937, empresa de charutos fundada pelo então empresário e político Cândido Pimentel Filho. A firma Pimentel passou a industrializar seu próprio produto em 1941. Logo após a morte do fundador, seu filho Carlos Augusto Pimentel então assume em 1980, a direção da empresa.<sup>9</sup> Sobre isso, relatou a charuteira Joselita Sampaio, mulher negra, que deu seus primeiros passos como charuteira na empresa Suerdieck, filha de auxiliar de almoxarifado da Costa e Pena, charuteira da Dannamenn, natural de São Félix-BA, hoje com seus 80 anos de idade relata com espontaneidade sua relação com as fábricas e como charuteira. Aprendeu fazer charutos ainda muito jovem com 20 anos, para ajudar nas despesas familiares, embora teve a oportunidade de estudar e ter uma infância que muitas colegas não tiveram por começarem ainda mais cedo na produção. Mulher forte, mãe, dedicou-se à produção doméstica e fabril de charutos por longos anos. Dona Joselita se orgulhou muito ao informar

---

<sup>9</sup> CARVALHO, Hugo Adão de Bittencourt. *op. cit.*

que passou por grandes renomadas fábricas como Leite Alves, Suerdieck, Dannemann e Pimentel. Ser charuteira tinha um significado muito grande para sua vida, embora fosse uma luta árdua foi possível perceber no seu olhar o quanto foi gratificante. Ela mencionou que não teve outra alternativa na vida a não ser trabalhar pra ajudar na casa, pois o salário da mãe não dava conta de tudo, já que tinha irmãos, filhos e agregados pra criar e ajudar. Mais tarde ao sair do trabalho fabril Dona Joselita, passou a trabalhar como doméstica para complementar o período da sua aposentadoria, e ainda que este trabalho não a tenha oferecido um satisfatório padrão de vida, teve um grande significado contra a opressão da mulher negra e da trabalhadora da época.

As fábricas foram se desligando do mercado, porque foram morrendo os principais responsáveis, até que faliu e fechou. Em Cachoeira faliu... Muritiba faliu... E, principalmente, Muritiba que demonstrou o motivo que foi a morte do pai e do filho, ficando a fábrica em mãos de outras pessoas, ficando fracassada e a gente perdia nosso meio de viver.<sup>10</sup>

Percebemos na fala da charuteira o quanto o trabalho nas fábricas era fundamental, uma vez que garantia para as mulheres um salário mensal, mesmo burlando a lei e explorando em grau maior, o espaço fabril representava alternativas de trabalho para aquelas mulheres que não tiveram acesso legal, e propiciava para as mulheres uma construção e uma autonomia social. Com o fechamento, não existiram outras formas de trabalho, as mulheres, pelo fato de estarem mais ligadas à casa e a família, se inseriram socialmente ao trabalho doméstico. Deste modo ao perceber a sua responsabilidade, a mulher é implicada a tomar decisões que refletem no seu modo de vida. Em seus estudos sobre a família negra no Brasil, a historiadora Isabel Reis (2007, p. 77) aponta que desse modo viveu grande parte das mulheres negras saídas do cativeiro, pois os serviços domésticos se mantiveram vivo diante desse ideário. A Figura 4 mostra o prédio da Cia. de Charutos Pimentel em Muritiba.

---

<sup>10</sup> Joselita Sampaio. São Félix-BA. Aposentada. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 9 de novembro de 2018.

Figura 4 – Prédio da Cia. de Charutos Pimentel em Muritiba, 1957.



Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Série: Acervo dos municípios brasileiros 1957.

A arquiteta e urbanista Luciana Guerra Santos Mota (2014, p. 73) que se debruçou nos estudos sobre as manufaturas de fumo no Recôncavo, descreveu que, em 1981, a empresa estava ameaçada de fechar por falta de giro, devido à má administração. Nessa mesma época, a empresa tinha em torno de 400 empregados, sendo a maioria mulheres. Em 22 de janeiro de 1981, a Pimentel interrompeu a sua produção e concedeu férias coletivas para os seus funcionários. Ainda assim, os pedidos dos exportadores continuavam chegando, os equipamentos da empresa continuavam intactos, mas a fábrica não tinha condições de quitar as dívidas anteriores, no entanto o Sindicato dos Trabalhadores, junto a uma linha especial de crédito do Governo Federal, tentou salvar as dívidas da Pimentel, mesmo não adquirindo o capital suficiente, a empresa volta a funcionar meses depois com 120 operários na produção. A empresa chegou produzir 18 milhões de charutos, sendo que 30% eram exportados e os outros 30%, destinado a São Paulo (ALMEIDA, 1983, p. 153).

Em 1952, o Jornal “A Manhã” também dedicou algumas páginas à Companhia de Charutos Pimentel quando ocorreu em Salvador o 1º Congresso Nacional do Fumo, onde a firma teve seu *stand* bem visitado com renomados produtos ali expostos, apreciados e elogiados pelos mais exigentes fumantes de charutos, como mostrado na Figura 5.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Congresso Nacional do Fumo, Jornal A Manhã, Rio de Janeiro, Ano XII, n. 3.378, p. 32, 1952.

Figura 5 – Matéria do Jornal A Manhã.



Fonte: Jornal A Manhã, Rio de Janeiro. Ano XII, n. 3.378, p. 32, 10 de agosto de 1952.

Assim, a Cia. Pimentel foi considerada, entre todas, a mais importante fábrica, mantendo a forma mais tradicional e antiga de se produzir charutos à mão e foi elevada de empresa local para figurar no conceito mundial, elevando no ramo o nome da Bahia e do Brasil.<sup>12</sup> Em fevereiro de 1987, Gisela Suerdieck compra os ativos da Pimentel como forma de investimento. Porém, sob o comando da Suerdieck a empresa não operou por muito tempo, em 1990 foi fechada definitivamente<sup>13</sup>.

Na década de 1950, acentua o processo da decadência da indústria fumageira no Recôncavo, principalmente, no tocante às fábricas de charutos, dentre outros. Progressivamente, nas décadas seguintes, a falência foi atingindo o conjunto empresarial fumageiro da região e, assim, foi se instaurando o caos econômico e social, afetando diretamente trabalhadores negros que em sua maioria vivia da atividade fumageira (SILVA, 2011, p. 94).

## 1.2 O perfil social e racial das mulheres fumageiras

<sup>12</sup> Correio de São Félix, Ano XXXIV, 27/04/1968, p. 1.

<sup>13</sup> CARVALHO, Hugo Adão de Bittencourt. *op. cit.*

Para que possamos compreender os acontecimentos da colonização, da escravidão e do racismo sobre as fumageiras, é importante refletirmos e discutirmos as relações sociais, raciais e de gênero. Essas discussões dão visibilidade às relações de poder que estabelecem hierarquias entre grupos sociais distintos, que opera através das desigualdades e que reafirma a superioridade de um grupo sobre o outro através das divisões das tarefas, expresso nas operações práticas e nas atribuições destinadas ao operariado na organização fabril.

Conforme explica Luciana Falcão Lessa (2020, p. 157) em seu estudo sobre etnias africanas, “na sociedade brasileira, o trauma colonial é reencenado e ressignificado, fazendo com que pessoas negras nunca esqueçam da escravidão, para que junto com ela não se esqueçam de naturalizar seu lugar de subalternidade na escala sócio-racial”. Concordamos com Grada Kilomba (2019, p. 224) ao dizer que “o racismo cotidiano nos coloca de volta em cenas de um passado colonial colonizando-nos novamente”.

Nas Tabelas 1 e 2, sinalizamos as funções, ocupações e valores pagos aos (às) trabalhadores(as). As tabelas abaixo permitem uma visualização mais objetiva sobre as operações e as funções reconhecidas efetivamente pelas fábricas. A Cia. Charutos Dannemann e a Pimentel, estabelecimentos fumageiros que se destinava a preparação de charutos e cigarrilhas durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX. As tabelas nos permitem analisar a base salarial pagas pela Cia. de Charutos Dannemann e Pimentel, sendo possível perceber as diferenças salariais entre homens e mulheres, e como essas remunerações eram atribuídas a partir das ocupações e do gênero identificado nas fichas dos trabalhadores. Os valores salariais pagos eram bem distintos, conforme pode ser observado nas tabelas abaixo.

Tabela 1 – Registro das funções da Cia. Pimentel em Muritiba-BA.

<b>Função</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Salário</b>	<b>Pagamento</b>
Abrideira de fumos	Feminino	120,00	Diária
Destaladeira	Feminino	120,00	Diária
Charuteira	Feminino	120,00	Diária
Empapeladeira	Feminino	120,00	Diária
Banqueiro	Masculino	120,00	Diária
Distribuidor de Capas	Masculino	45,00	Diária
Servente	Feminino/Masculino	14,70	Diária
Trouxeira	Feminino	120,00	Diária
Passador de charutos	Masculino	143,00	Por tarefa
Seladeira	Feminino	120,00	Por tarefa
Raloeira	Feminino	120,00	Por tarefa
Celafonista	Feminino	120,00	Por tarefa
Banca de Capa	Feminino	14,70	Por tarefa
Capoteiro	Masculino	14,70	Por tarefa
Enroladeira	Feminino	120,00	Por tarefa
Manocadeira	Feminino	110,00	Por tarefa
Catadeira de fumos	Feminino	110,00	Por tarefa
Pregador	Masculino	143,00	Por tarefa
Destalador na máquina	Masculino	120,00	Por tarefa
Frisadora	Feminino	110,00	Por tarefa
Cigarreira	Feminino	140,00	Por tarefa
Tarefaira	Feminino	140,000	Por tarefa
Preseiro	Masculino	140,000	Por tarefa
Escolhedor	Masculino	140,000	Por tarefa
Pregador	Masculino	140,000	Por tarefa
Catadeira	Feminino	120,000	Por tarefa
Passador de fumos	Masculino	140,000	Por tarefa
Abridor de fumos	Masculino/feminino	140,000	Por tarefa
Charuteira domicílio	Feminino	14,30	Por tarefa
Seladeira	Feminino	120,00	Por tarefa
Carpina	Feminino	120,00	Por tarefa
Aprendiz	Feminino	14,70	Por tarefa
Frisador	Masculino/feminino	140,00	Por tarefa
Pedreiro	Masculino	140,00	Por tarefa
Servente de pedreiro	Masculino	140,00	Por tarefa
Cabeceiro	Masculino	120,00	Por tarefa
Cortadeira de selos	Feminino	120,00	Por tarefa
Aneladeira	Feminino	120,00	Por tarefa
Carregador de caixa	Masculino	140,00	Por tarefa
Carpinteiro	Masculino	140,00	Por tarefa
Mestre	Masculino	240,00	Mensal
Auxiliar de escritório	Masculino	2,200	Mensal
Caixa	Masculino	1.000,00	Salário

Fonte: Faman/Cedoc. Fichas de registros empregatícios da Cia. Pimentel no período de 1930 a 1988, Governador Mangabeira-BA.

Tabela 2 – Registro das funções da Cia. de Charutos Dannemann.

<b>Função</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Salário</b>	<b>Pagamento</b>
Aneladeira	Feminino	153,000	Por tarefa
Charuteira	Feminino	143,000	Por tarefa
Catadeira	Feminino	110,00	Por tarefa
Seladeira	Feminino	143,00	Por tarefa
Empapeladeira	Feminino	158,00	Por tarefa
Destaladeira de fumo	Feminino	110,00	Por tarefa
Cigarreira	Feminino	143,00	Por tarefa
Apontador	Masculino	3,000	Por tarefa
Ferrador de caixas	Masculino	143,00	Por tarefa
Encaixador	Masculino	142,00	Por tarefa
Carpina	Masculino	272,00	Por tarefa
Empapelador	Masculino	143,00	Por tarefa
Grapeador de caixas	Masculino	184,00	Por tarefa
Perfurador de selos	Masculino	72,00	Por tarefa
Aguadeiro	Masculino	140,00	Por semana
Preseiro	Masculino	28,000	Por semana
Escolhedor de Fumos	Masculino	28,000	Por semana
Passador	Masculino	26,000	Por semana
Carregador	Masculino	31,000	Por semana
Operária do fumo	Feminino	140,000	Por semana
Raloeiro	Feminino	12,000	Por semana
Passadeira	Feminino	2,000	Por semana
Servente	Masculino	1,000	Diária
Ajudante de embalagens	Masculino	4,400	Diária
Planeador	Masculino	1,700	Diária
Distribuidor de aviamentos	Masculino	4,400	Diária
Mestre	Masculino	250,00	Mensal
Escritório	Masculino	1.000,00	Mensal
Empregador comercial	Masculino	1.200,00	Mensal
Caixa	Masculino	800,00	Mensal
Gerente	Masculino	2.000,00	Mensal

Fonte: Arquivo Municipal de São Félix. Fichas de registros empregatícios da Cia. de Charutos Dannemam, período de 1935 a 1948.

Segundo Carlos Augusto Braga (2021, p. 102), existiam diferentes formas de salários que funcionavam como uma estratégica capitalista para estimular o empenho e a produção das operárias. Embora houvesse uma diferenciação por salários pagos por tempo e por tarefa. Segundo Marx (1984), os valores atribuídos ao trabalho apresentam como medida final sempre informada pelo tempo em que dura a atividade<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> Para Karl Marx, o valor das mercadorias tem sua origem justamente na incorporação de tempo de trabalho social necessário para a sua produção.

Anfilóbio de Castro (1941, p. 107) reconhece a existência das profissões descritas nas tabelas acima como os lugares abertos pelo fracionamento das atividades fabris ocorrido nas empresas. No entanto, a maior parte eram realizadas pelas mulheres, sendo que metade delas faziam parte do processo da fabricação dos charutos.

As fábricas devidamente legalizadas, existiu um grande número de passadores do fumo, molhadores, destaladores, secadores de torcida, espalmadores e selecionadores de capa, abridores de capote, entregadores de fumo nas charutarias, charuteiras, formeiras, prensadores, carimbadores de selos, cortadores de selos, seladores, aneladores, selecionadores de charutos, enroladores, encaixadores, empapeladores, ferradores de tampos, estufadores, embaladores, faxineiros, raloeiros, serventes e mestres das diversas secções (CASTRO, 1941, p. 104).

Dentre as funções ditas como femininas que mais aparecem nos documentos analisados da empresa Dannemann estão a de charuteira, em um total de 510 operárias, destaladeira de fumos, 120, e 123 registros de admissões na função de escolhedor de fumos. A função de charuteira era que conduzia a atividade laboral na preparação do charuto que perpassava desde o enchimento do capote, passando a capa envolta, até chegar ao acabamento. Essa etapa exigiu paciência e habilidade das operárias.

A atividade de separação das folhas de fumo nas manufaturas era atividade majoritariamente ocupada por homens. Conforme sinalizou Rosana Lessa (2010, p. 80), os operários recebiam os fardos que chegavam aos armazéns e separavam as folhas por um processo de discriminação entre capas, capotes e buchas para a preparação dos charutos. Para melhor definir esse contexto trouxemos o relato de Dona Nilza Rosa dos Santos, nascida em 1948, mulher negra que não teve a oportunidade de conhecer seus pais, pois faleceram quando era muito pequena, a partir daí, assumiu o “papel de dona de casa”, se tornou charuteira com apenas 8 anos de idade através da sua irmã que ainda na adolescência já tinha uma responsabilidade de adulto. Carregada de emoção Dona Nilza relatou que foi com a irmã que aprendeu a viver, pois foi pelos ensinamentos dela que pôde criar seus 14 filhos. Começou suas atividades trabalhando em casa para o armazém de fumo Carl Leoni<sup>15</sup> como destaladeira. Mais tarde, foi indicada por pessoas que já trabalhavam com a produção de charutos para a Cia. Pimentel, onde trabalhou até sua aposentadoria. A operária ressalta que:

---

<sup>15</sup> A Carl Leoni LTDA é uma empresa fundada no século XIX. Na Bahia, sobretudo em Muritiba. Começou a operar em 1938, tendo enfrentado muitas dificuldades no período da Segunda Guerra Mundial, passou a representar um papel importante na exportação de fumo da Bahia no período entre 1947 e 1955, mantendo posição destacada ainda no intervalo entre 1955 e 1965. A partir dos anos 70, a firma sofreu problemas de direção.

Como eram várias mulheres, cada grupo fazia um tipo de charuto, eram muitas mulheres, e cada uma produzia em torno de 200 charutos por dia. Se estivesse errado, a gente perdia a produção. Os homens que trabalhavam, tinham um certo privilégio, porque lá eram todos nas máquinas ou encaixotando o charuto sem fazer força nenhuma, a gente que trabalhava no braço mesmo errando e aprendendo”.<sup>16</sup>

Diante do relato da charuteira, podemos observar como a hierarquia coloca as mulheres negras como vítimas da colonialidade dando sobretudo “privilégio” aos homens e ao patriarcado europeu, não obstante a incorporação de negros na sociedade de classe as manteve em relações desiguais entre homens e mulheres diante do trabalho livre assalariado, por meio do controle social ditado pelos brancos, não reconhecendo sobretudo a valorização do negro. A narrativa nos mostra que a colonialidade mantém relações de poder que se compõem em um espaço de relações sociais de exploração através do trabalho, da produção e do gênero. Nesse sentido, Bell Hooks (1994, p. 203) afirma que criticar o imperialismo do colonizador branco sem analisar o patriarcado é uma estratégia que busca enfraquecer os modos particulares de como o gênero determina a opressão dentro de um grupo específico. A interseccionalidade entre classe, raça e gênero busca entender as violências que sistematicamente incidem sobre as mulheres negras. Todos são conectados pela lógica que gera, reproduz, modifica e mantém as hierarquias interconectadas. Walter Mignolo (2017, p. 10) em seu artigo intitulado “*Colonialidade o lado mais escuro da modernidade*” reforça que as diferenças coloniais e imperiais também moldaram relações patriarcais, uma vez que as relações hierárquicas sexuais dependem muito, no mundo moderno colonial, da classificação racial. Tal como o feminismo negro, através do pensamento de Patrícia Hill Collins (2019) compreende-se raça, classe, gênero e sexualidade como elementos da estrutura social, como legado colonial.

Na Figura 6, trago a imagem dos agentes envolvidos na destalação dos fumos, para que possamos analisar a chegada do produto nas manufaturas. A imagem apresenta o processo de escolha de fumo através dos homens negros. Os trabalhadores foram fotografados quando executavam a quebragem, conhecido como processo de separação das folhas que chegavam dos armazéns através de outros homens negros. Mesmo a fotografia estando com aspecto de claridade ao fundo e um pouco desgastada pelo tempo que foi registrada, é possível observar a presença de dois homens, possivelmente de camisas de cor,

---

<sup>16</sup> Nilza Rosa dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 1º de julho de 2019.

é bem perceptível que sejam crianças, provavelmente executando a função de serventes, principais responsáveis por carregar as folhas escolhidas para as bancas de fumo para outra sessão. Esses homens provavelmente foram obrigados a posar para fotos no momento da sua atividade. Conforme observado no registro empregatício de Manoel Galdino Nascimento, viúvo, 67 anos, operário da Dannemann, que desempenhou a função de escolhedor de fumo no período entre 7 de junho de 1940 a 21 de julho de 1940, foi possível analisar que a escolha do fumo durava em torno de 1 mês e ao final de cada escolha esses homens eram despedidos e voltavam a ser contratados com a chegada de uma nova safra. Conforme os relatos orais de Senhor Cosme Oliveira, operário, negro, nascido em 1958, mestre de armazém, casado, residente na cidade de Muritiba, o único homem entrevistado dessa pesquisa relatou que ainda quando criança entre 10 a 12 anos trabalhou como lavrador por diversas roças, não viu a infância passar. Acordava e o seu único alimento no café da manhã era pirão feito com farinha, água quente e um ovo frito, e seguia para o trabalho na roça, ao ficar mais velho começou a trabalhar em construção civil em outras cidades, mas ao retornar surgiu a oportunidade de trabalhar nos armazéns, começou a trabalhar como carregador de fumos se tornando um homem muito conhecido e bem respeitado na cidade em que vive por cultivar os valores morais de seu tempo, como trabalhador da indústria do fumo por longos anos. O mestre de charutaria relatou que: “muitos homens entravam e saiam porque a empresa contratava muito no período que tínhamos boa safra, então precisava de homens pra escolher”.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Cosme Oliveira. Muritiba-BA. Operário. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 11 de outubro de 2021.

Figura 6 – Trabalhadores da Cia. de Charutos Dannemann, 1940.



Fonte: Arquivo Municipal de São Félix. Série: Fotografias da família Dannemann.

Esses espaços funcionavam conforme a safra do fumo. A partir da nova safra, as empresas reabriam as portas para esses trabalhadores. A organização das funções perpassava desde o setor administrativo, cujo quadro era formado por funcionários estrangeiros europeus e, essencialmente, a parte operária por homens e mulheres negros (as). Essas ocupações eram consideradas como trabalho masculino e feminino, ou seja, uma divisão social do trabalho, já que a confecção dos charutos demandava outras particularidades como são explícitas em outros tipos de funções demonstrados nas fichas. Trata-se de estabelecimentos fumageiros que se destinavam ao beneficiamento dos fumos e, principalmente, à fabricação de charutos e cigarrilhas, adotando necessariamente os mesmos tipos de serviços e funções (SILVA, 2011, p. 134).

Mulheres e homens exerciam funções diversas no interior da fábrica, no entanto as atividades ligadas diretamente com a preparação e confecção dos charutos eram realizadas pelas mulheres.

Na Tabela 3, destacamos as funções de caráter empresarial, administrativo, demonstrando que os homens da fábrica sempre estavam em poder ou função mais

especializada que a mulher negra. Ocorria uma divisão e simplificação das tarefas fabris e uma consequente desvalorização das funções e salários.

Tabela 3 – Funções de caráter empresarial e administrativo na Cia. de Charutos Dannemann e Cia. de Charutos Pimentel.

Cia. de Charutos Dannemann		Cia. de Charutos Pimentel	
Função	Quantidade	Função	Quantidade
Mestre	10	Mestre	6
Empregador	1	Banqueiro	7
Auxiliar de escritório	13	Auxiliar de escritório	11

Estes espaços de poder foram assim distribuídos desde o início da industrialização do fumo. Enquanto as mulheres trabalhadoras permaneceram nas funções subordinadas. Somente no último quartel do século XX é que aparece na documentação algumas mulheres assumindo cargos de gerente de produção que equivale a mestra e gerente de fábrica, dentre outras funções de posição relativamente superiores na hierarquia das empresas como salienta Elizabete Silva (2011, p. 135).

Ao analisar o registro de Gonçalo Silva, operário da Dannemann, homem negro, 23 anos na função de escolhedor, ficou evidente que ele era remunerado com 583,00 réis por hora. Na condição de charuteira negra, trago a operária Adelina Silva que era remunerada com 110,00 réis por tarefa, para cada 200 charutos feitos por dia, que dependia da capacidade laboral das operárias. Nos registros empregatícios da Fábrica Pimentel, no item que informa o salário, constam “Tarefaira” ou “Mínimo regional”, sendo que mais de 70% recebiam seus salários como “Tarefaira”. Mesmo já existindo a CLT<sup>18</sup> para que atendesse à necessidade de proteção do trabalhador, dentro de um contexto de “estado regulamentador”, embora essa lei não funcionasse nesses espaços, porque nem todos esses contratos eram registrados como empregos formais.

A história de vida de Dona Dilza Maria Nascimento é semelhante à de muitas operárias, ela é uma de muitas mulheres que trabalhavam com a charutaria, nascida em 1943, filha de charuteira, assim como sua mãe deu início às atividades com o fumo a partir dos 8

<sup>18</sup> A CLT foi criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e sancionada pelo presidente Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo. A Consolidação unificou toda a legislação trabalhista então existente no Brasil e foi um marco por inserir, de forma definitiva, os direitos trabalhistas na legislação brasileira. Seu objetivo principal é regulamentar as relações individuais e coletivas do trabalho, nela previstas. Ela surgiu como uma necessidade constitucional, após a criação da Justiça do Trabalho.

anos de idade como abrideira de capas em um fabrico. Estudou até o terceiro ano do antigo primário, pois teve que abandonar os estudos para ajudar a mãe, que tinha vários filhos e não tinha a ajuda do pai. Semelhante à sua mãe Dona Dilza também não teve um bom companheiro tendo que criar sua única filha sozinha. A charuteira se emocionou a cada relato, principalmente ao falar do seu primeiro registro na CTPS como charuteira na fábrica Pimentel, onde trabalhou durante 16 anos até alcançar sua aposentadoria na faixa dos 46 anos.

Em seu depoimento, a charuteira informa sobre a quantidade de charutos confeccionados por dia, “lá, a gente tinha que produzir 150 charutos, mas tinha dia que dobrava pra 200”. Na maioria das fichas analisadas, o salário era entre 110,00 e 143,00 réis que foram significativamente os valores mais encontrados. Notadamente, esses valores eram pagos por 200 charutos confeccionados equivalente a uma “tarefa” por dia de trabalho, que, por sua vez, também dependia das habilidades das operárias. O jornal *a Classe Operária* também noticiou que:

Por dia uma mulher poderia fazer no máximo 300 charutos "a pau", isto é, comuns. Sendo a mão, as companheiras mais ligeiras só conseguem fazer de 100 a 140. Os patrões pagam por um cento de charutos 1\$500, 1\$, \$800, \$700, \$640, \$620, \$600 e até \$500. Os charutos a mão são pagos a 2\$ o cento. Quando fazemos mais de 100, os patrões descontam, alegando que há alguns charutos com defeito. E, então, perdemos o feitio. Nosso salário regula entre 15\$ e 20\$ semanais.<sup>19</sup>

O jornal colocou em evidência a exploração e a exigência por parte dos patrões aos operários por intermédio dos descontos nos charutos produzidos. Várias denúncias também chegaram ao jornal *a Classe Operária*, alegando: “Salário fixo de 4\$ diários por 250 charutos a pau ou 100 charutos a mão, nenhum desconto quando a conta passa de 100 charutos, nem um só charuto de quebra, pagamento semanal de todos os dias de trabalho”.<sup>20</sup> Essas informações nos permitem visualizar o controle da produtividade, que estavam presente nas lutas das mulheres charuteiras, e ao mesmo tempo o desejo delas de lutar contra a exploração as quais eram submetidas constantemente. Karl Marx (1984, p. 60) salienta que a quantidade de trabalho se mede pelo tempo de sua duração e o tempo de trabalho, por frações do tempo, hora, dia etc. Assim acontecia nas indústrias de charutaria onde essa diferenciação era por tempo e por tarefa, nas quais os trabalhadores necessitavam do meio de produção e eram obrigados a vender sua força laboral, por um tempo determinado.

<sup>19</sup> As operárias charuteiras da Bahia. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, Ano I, n. 5, p. 1, 30 de maio, 1925.

<sup>20</sup> Idem.

A charuteira Joselita Sampaio rememorou sobre as formas de pagamento.

A gente recebia equivalente ao total de produção de charutos que fazíamos durante a semana para receber no final da semana, que era sexta à tarde que fazia o pagamento. Tinha pessoas que recebia pelo que fazia, eram as tarefeiras, e tinha pessoas que trabalhavam por conta da casa, não era o salário na época era metade do salário, assalariados eram as pessoas do escritório, entendeu? Eram os mestres responsáveis daquelas coordenações, os que menos trabalhavam eram os que mais recebiam. Se eu tivesse que dar uma produção hoje de mil charutos e eu não conseguisse dar conta dos mil, só recebia até onde eu fiz 500, 600, 700... eu não ganhava o valor equivalente aos mil fechado, mil cigarrilhas custavam, na época, uns 2 reais na hipótese, mas se eu capiasse só 500, eu só ganhava quanto? Cinquenta centavos, né? Entendeu? Só ganhava a metade, ou seja, quanto mais se produzia, mais ganhava, quando produzia menos ganhava menos.<sup>21</sup>

Carregada de emoção Dona Nilza Nascimento também retratou como era a sua produção, “a gente tinha que fazer em torno de 200 charuto por dia, tinha vez que eu dava conta, era cansativo, tinha que ter muita paciência e habilidade, porque se saísse errado a gente já perdia aquela produção, eu chorava muito se desse errado, mas ficava feliz ao dar certo porque aquilo ali era o necessário pra comprar nossas coisinhas”.<sup>22</sup>

Através dos relatos das charuteiras Dona Joselita Sampaio e Dona Nilza Rosa dos Santos, percebemos que a discriminação das mulheres negras no mercado de trabalho se sobrepõe especificamente pela raça e se revela por meio de mecanismos de segregação social e ocupacional estabelecido pela tradição patriarcal na nossa sociedade, principalmente quando ela ressalta que “os que menos trabalhavam eram os que mais recebiam”, apontando, dessa maneira, como a sociedade criava menores oportunidades e estabelecia salários inferiores para as mulheres, especialmente quando alocadas nos postos de trabalho de operárias onde eram as principais responsáveis pelo salário a receber, e mesmo assim gerava uma expressão de gratidão, pois fica perceptível na fala da charuteira ao dizer que se sente feliz por chegar ao final da semana e ter uma quantia necessária para contribuir nas despesas familiares. Percebemos então que o assalariamento também se desdobra a partir da ideia de divisão sexual do trabalho e das considerações do feminismo. A entrada da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro, é caracterizada pela precariedade e vulnerabilidade, e pela ocupação de posições subalternas e mal remuneradas. As concepções de gênero e de raça exercido pelo capitalismo moderno colocam as mulheres em situações de desigualdade, com

<sup>21</sup> Joselita Sampaio. São Félix-BA. Aposentada. Entrevista concedida a Viviane dos Santos Silva em 9 de novembro de 2018.

<sup>22</sup> Nilza Rosa dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 1º de julho de 2019.

salários relativamente baixos, fazendo com que o emprego feminino fosse considerado circunstancial e complementar aos salários dos homens. A opressão dos homens sobre as mulheres, o patriarcado, assegurava às mulheres empregos mal pagos, muitas vezes análogos ao trabalho escravo.

Nessa perspectiva, percebe-se que os trabalhadores sofriam uma alienação de trabalho em que principalmente a mulher era obrigada a vender sua força laboral como o único meio de sobrevivência. O trabalho capitalista impôs às mulheres condições de produção desumanas a um custo inferior ao trabalho do homem. A jornada de trabalho longa, baixa remuneração, e força de trabalho bruta. Isso estabelece um contraste acentuado entre um mundo pré-industrial em que o trabalho feminino era informal frequentemente não remunerado.

Nas Figuras 7 e 8 encontram-se os registros dos mestres de charutaria da Cia. de Charutos Dannemann e Pimentel. O primeiro registro pertenceu ao mestre de charutaria Laurentino Martins Cavalcanti (Figura 7), sem cor, mas socialmente branco, 66 anos, nascido em Cachoeira-BA, no dia 2 de fevereiro de 1972, recebia mensalmente 105,00 réis, residente na Rua Caquende, na cidade de Cachoeira. A segunda imagem (Figura 8), referente ao Senhor Antônio Araújo, também mestre de charutaria, nascido em 8 de agosto de 1908, residente em Muritiba-BA, 60 anos, homem branco, recebia 240,00 mil réis. Notadamente, ambos os mestres de charutaria exerciam funções privilegiadas devido à sua condição racial de homens brancos. De acordo com a documentação das fábricas, o cargo de mestre era ocupado por homens. O trabalho do mestre era fiscalizar o trabalho das mulheres negras, agindo de forma insensível com aquelas que descumprissem as regras exigidas por eles. Foucault (2017, p. 106) faz uma observação em relação a essas regras e reconhece que “é preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares”.

Figura 7 – Registro do operário Laurentino Martins Cavalcanti na Cia. de Charutos Dannemann.

**REGISTRO DOS EMPREGADOS**  
 DA FIRMA **Companhia de Charutos Dannemann** N. 24<sup>3</sup>

O Sr. Laurentino Martins Cavalcanti nacionalidade brasileira  
 Estado civil casado com 66 anos de idade, nascido na  
 cidade Cachoeira em 2 de Fevereiro de 1872  
 filiação { Paterna João Martins Cavalcanti  
 Materna Maria Celestina Cavalcanti  
 residente a rua Caquenda n. — na cidade Cachoeira  
 portador da Carteira Profissional n. 2266 serie 92 foi admitido em 15 de Setembro de 1939  
 na qualidade de mesite com os vencimentos de R\$. 2.400,000  
 (dois mil e quatrocentos mil réis)  
 para trabalhar normalmente das 8 das 17 horas, com os intervalos de 1 horas para refeição e descanso  
 beneficiários Paulina do Terno Cavalcanti e filhos

Observações: \_\_\_\_\_

São Félix 15 de Setembro de 1939 Laurentino Martins Cavalcanti  
 ASSINATURA DO EMPREGADO

Procure a ficha de anotações \_\_\_\_\_

Fonte: Arquivo Municipal de São Félix. Série: fábricas de charutos. Subsérie: Dannemann. Caixas dos registros dos empregados da Cia. de Charutos Dannemann.

Figura 8 – Registro do operário Antônio Araújo na Cia. de Charutos Pimentel.

**REGISTRO DE EMPREGADO**  
 Nome do Empregado: ANTÔNIO ARAÚJO Telefone \_\_\_\_\_  
 Residência: Muritiba  
 Idade: 60 anos - Data do nascimento: 08 / 08 / 08 Lugar de nascimento: Muritiba Paraná  
 Estado civil: casado Nacionalidade: bras.  
 Matr. Profissional: 1022 Nacionalidade: bras.  
 Matr. Profissional: 1022 Nacionalidade: bras.  
 Beneficiários: \_\_\_\_\_

N.º da Cart. Prof. <u>22157</u>	Série <u>101</u>	Cart. de Trab. de menor N.º _____
de Saúde _____	de Inst. Aposentadoria _____	Série _____
Cart. N.º _____	Série _____	N.º da Carteira de Inst. de Aposent. _____
Quando Militar _____	Certificado _____	
Quando Motorista _____	Carteira de Habilitação N.º _____	

**QUANDO ESTRANGEIRO**  
 N.º da Cart. \_\_\_\_\_ N.º do Reg. Geral \_\_\_\_\_  
 Casado com brasileira? \_\_\_\_\_  
 Nome do cônjuge \_\_\_\_\_  
 Tem filhos brasileiros? \_\_\_\_\_ Quantos? \_\_\_\_\_  
 Data de chegada ao Brasil: \_\_\_\_\_  
 Naturalizado \_\_\_\_\_ Decreto N.º \_\_\_\_\_

Data da admissão ao serviço: 16-11-67 Cargo que ocupa: mesite de charuteria  
 Remuneração: R\$ 1.022,00 mensais  
 Folha de Pagamento: 2288881

Horário de trabalho: das 8 às 17h com intervalo de uma hs. para refeição e descanso.

Data e assinatura do empregado na ocasião da admissão: Muritiba 16 de novembro de 1967  
Antônio Araújo

Data da dispensa: \_\_\_\_\_  
 Recelhi os seguintes documentos que me pertencem: \_\_\_\_\_  
 de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_  
 Polegar direito \_\_\_\_\_

Fonte: CEDOC/FAMAN. Fábricas de Charutos. Subsérie: Pimentel. Caixas dos registros dos empregados da Cia. de Charutos Pimentel.

Através da ficha de Dona Avelina da Silva dos Santos (Figura 9) posso constatar que ela é natural de Cachoeira, residiu no município de São Félix, nascida em 3 de fevereiro de 1895 e admitida em 1934, empregada como charuteira aos 39 anos, recebia equivalente à

sua produção diária, sendo retratada aos 42 anos. Não há identificação da sua cor/raça, mas as características visíveis através da sua fotografia nos levam a percebê-la como uma mulher negra.

Figura 9 – Registro da operária Avelina da Silva na Cia. de Charutos Dannemann.

**REGISTRO DOS EMPREGADOS**  
DA FIRMA Companhia de Charutos Dannemann

O Sr. Avelina da Silva nacionalidade Brasileira  
Estado civil Solteira com 42 annos de idade, nascido na  
cidade Cochoira em 3 de Fevereiro de 1896  
filiação { Paterna Paula Louzaga da Silva  
Materna Victoria Teodora da Conceicao  
residente a rua Riarte - Estrada n. 41 na cidade São Félix  
portador da Carteira Profissional n. 22667 serie 92 foi admitido em 10 de Agosto de 1938  
na qualidade de Charuteira com os vencimentos de R\$ 1,00  
(Tarefaira, Tarefa Parcelada)  
para trabalhar normalmente das 8 das 17 horas, com os intervallos de 1 horas para refeição e descanso  
beneficiarios

Observações:

São Félix, 21 de Fevereiro de 1938  
Avelina da Silva Procufo a fixa de anotações  
Vicente May ASSINATURA DO EMPREGADO

Fonte: Arquivo Municipal de São Félix. Série: Fábricas de charutos. Subsérie: Dannemann. Caixas dos registros dos empregados da Cia. de Charutos Dannemann.

A escolha dessas três fichas, nessa seção, teve o propósito de demonstrar como diferentes trabalhadores tiveram experiências comuns no trabalho fumageiro estabelecendo relações sociais interseccionais pela condição racial e de gênero. A construção da identidade negra é sempre uma questão sensível de ser abordada já que envolve não só a identificação do fenótipo, mas toda a construção social do que é ser negro no Brasil, em um país de passado escravagista. As fontes examinadas também revelaram que mais de 80% dos trabalhadores das duas empresas de fabricação de charutos no Recôncavo fumageiro eram mulheres<sup>23</sup>. Sobretudo, as fichas nos mostram como o preconceito racial é de origem econômica decorrente do fenômeno da luta de classes. Raça e etnia são fatores determinantes de

<sup>23</sup> Arquivo Municipal de São Félix. Série: Fábricas de charutos. Subsérie: Dannemann. Caixas dos registros dos empregados da Cia. de Charutos Dannemann.

promoção de privilégios para grupos hegemônicos de opressão de desigualdades em relação aos grupos raciais inferiores. A cientista social Luiza Helena de Bairros (1988) em seu artigo “*Pecados no ‘paraíso racial’: o negro na força do trabalho na Bahia 1950-1980*”, sinaliza que:

Em 1980, a presença dos negros na força de trabalho mais do que duplica em números absolutos, quando 2.278.758 negros já constituíam 78% do total dos trabalhadores baianos. Neste momento não mais se verifica maioria de brancos em nenhum ramo de atividade. A diminuição relativa de trabalhadores brancos nos ramos onde eram maioria em 1950 foi insuficiente para fazer com que, após três décadas, o trabalhador negro pudesse experimentar mudanças mais significativas. Ou seja, em 1980 os negros comparecem num percentual superior ao de sua participação na força de trabalho, basicamente nos mesmos ramos em que se encontravam trinta anos antes: agricultura, pecuária, silvicultura e atividades extrativas, atividades industriais e prestação de serviço (BAIROS, 1988, p. 302).

Compreendemos que existe uma grande diferença entre ser mulher e ser preta em nossa sociedade. No mundo fabril, ocorre esse tipo de desigualdade, as charuteiras, que por serem mulheres e negras, acabam se diferenciando dos demais, conseqüentemente sofrem uma subordinação masculina. Sobre isso a operária aposentada Dalva Damiana ressalta que:

Geraldo Maia o dono da firma, o Alemão, ele não se relacionava com a gente, porque a gente não via eles, a gente não tinha contato nenhum com eles, porque eles ficavam lá na parte deles, e cá tinha a mestragem também pra ficar olhando a gente, eram todos homens, a gente entrava pra o nosso trabalho dava “Bom dia!” e seguia o nosso trabalho, quando saía, quando tinha necessidade de ir ao médico, qualquer coisa a gente tinha que falar pra o mestre e o mestre ia na gerência conversar com o gerente pra ele dá permissão.<sup>24</sup>

A narrativa de Dalva Damiana traz memórias do processo do trabalho fabril que apontam a função do mestre enquanto um fiscal do trabalho das mulheres. Outras narrativas de charuteiras também sinalizam que a função de mestre não se restringia, apenas, a distribuir material e controlar a produção, mas a intensa fiscalização, por ser o representante da fábrica mais próximo das charuteiras, eles eram os olhos e ouvidos dos patrões. Eram eles os responsáveis por comandar todo trabalho das operárias, a quem elas deviam respeito e obediência. Segundo as charuteiras, no final do dia, elas entregavam os charutos ao mestre da seção que os conferia um por um e passava numa bitola, quando normalmente aqueles que não estivesse no estilo padrão e de qualidade eram excluídos, e posteriormente descontando no valor da produção.

---

<sup>24</sup> Dalva Damiana de Freitas. Cachoeira-BA. Operária aposentada da Cia. Suerdieck. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 14 de janeiro de 2019.

As entrevistadas se referiam ao mestre sempre como “ele”, porém Dalva Damiana de Freitas foi a única charuteira a informar que ela teve uma mestra de cigarrilha.

Eu aprendi fazer os charutos com uma mestra, era a única mulher mestra da Fábrica Dannemann. Maria Matilde era a minha professora, minha mestra, era ela que ensinava a gente a fazer os charutos e as cigarrilhas, porque a gente nunca tinha feito nenhum, a gente ficava sentada nos bancos emendados porque a gente quase não alcançava a altura e seguia fazendo nossa produção.<sup>25</sup>

A charuteira aposentada Dona Dalva Damiana começou trabalhar ainda criança, passando por diversas fases de aprendizagem dos mais variados tipos de charutos produzidos na fábrica até chegar à posição de excelente charuteira. Ao perguntá-la sobre a cor/raça, da referida mestra, a charuteira nos informou se tratar de uma mulher preta. Até o momento não conseguimos mais informações sobre a mestra Maria Matilde, mas podemos imaginar o quanto deve ter sido difícil o caminho percorrido por ela até ocupar uma função, que era eminentemente masculina, naquele ambiente capitalista e patriarcal.

Segundo a intelectual e feminista negra norte-americana Patrícia Hill Collins (2019, p. 99-102), a exploração da capacidade reprodutiva do corpo da mulher negra foi fundamental para a gênese e manutenção do capitalismo moderno. As mulheres são as responsáveis pela produção de força de trabalho que aumentava o domínio da gerência sobre elas. Essa gerência sobre os corpos das trabalhadoras negras foi o alicerce para a consolidação das relações de classe capitalistas.

O historiador Fábio Santos (2018, p. 60-61) ressalta como as imagens associadas aos negros torna-se corriqueira, sem valorização, o que contribui para uma representação sem um contexto de identidade destas pessoas. Imagens que reproduziram uma concepção que buscou classificar o negro enquanto inferior, visível apenas sobre a condição de trabalhador braçal. Desse modo, os registros nos mostram como o negro foi obrigado a disputar sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, cultural e política são feitas para que o negro permaneça imobilizados nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas. Colaborando com as discussões Clovis Moura (2014, p. 336) também assinala que os problemas de raça e classe estão envolvidos nesse processo de “competição” do negro, pois o interesse das classes dominantes é vê-lo marginalizado.

---

<sup>25</sup>*Ibidem.*

A herança escravocrata, então, sofre uma continuidade no que diz respeito ao negro e que seu papel como trabalhador não mudou. Em razão disso, o sistema econômico em nossa sociedade estabelece através da hierarquia de classe, quem são as pessoas que irão ocupar tais espaços e esse mecanismo acaba colocando as mulheres negras nos patamares mais baixos da sociedade em empregos similares aos que ocupavam na sociedade colonial e imperial. As discriminações de raça e de gênero também não permitiram que as mulheres negras ocupassem outros espaços. Segundo Kimberlé Crenshaw (2002a, p. 175), as suas identidades sociais, tais como classe, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são características que fazem a diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Lélia Gonzalez (2020, p. 361) também enfatiza que a discriminação de sexo e raça faz das mulheres negras o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, limitando suas possibilidades de ascensão.

Para ambas as autoras, as mulheres racializadas têm suas experiências confrontadas pela discriminação quando são consideradas inapropriadas para empregos dados como femininos ou, também, encontram limites de acesso às ocupações ditas masculinas. Durante todo século XIX, as teorias raciais permitiram novamente naturalizar as desigualdades sociais, aquelas que incidam os grupos considerados inferiores (MATTOSO, 1982, p. 64). O modelo de produção capitalista também se tornou eixos de opressões de racialização do gênero, como tecnologias de dominação diante das resistências da classe trabalhadora. Compreendemos que a interseccionalidade é uma proposta para levar em conta as múltiplas fontes da identidade, na qual estão envolvidas majoritariamente mulheres negras e pobres.

Desse modo o aparelho burocrático da direção é obrigado a tomar tudo para si mesmo. Assim, a organização capitalista do trabalho tende a se apoiar na definição das normas do trabalho os operários lutam contra as normas. Pode ver-se nessas lutas apenas uma defesa contra a exploração. Mas de fato, ela contém infinitamente mais, precisamente para se defender contra a exploração, operário é obrigado a reivindicar o direito, de determinar por si mesmo o seu ritmo de trabalho, de recusar ser tratado como uma coisa (CASTORIADIS, 1985, p. 138).

Os lugares atribuídos às mulheres em relação aos homens, nas atividades era uma classificação hierárquica de expressão histórica com determinadas relações sociais onde se entrelaçam sexo e classes sociais. Para Elizabete Silva (2011, p. 130), as ideias de opressão e superexploração não só sustentam os problemas entre as habilidades ditas naturais para as mulheres e as qualidades ditas profissionais para os homens, mas também justificam os baixos salários, o controle e as normas disciplinares mais rígidas em relação às mulheres.

A feminização da pobreza na região se tornou um processo para que as mulheres contribuíssem com a mão de obra barata das indústrias fumageiras. São as relações de poder que estabelecem a divisão social do trabalho nas fábricas, onde existia uma determinada hierarquia social na qual separava trabalho feminino de trabalho masculino. “Ainda que as opiniões variassem sobre o que era ou não trabalho apropriado para mulheres (...) o sexo era levado em conta como matéria de emprego” (DUBY; PERROT, 1994, p. 453).

As relações sociais, de raça e de sexo são necessárias para entendermos como historicamente as desigualdades são construídas na sociedade e, sobretudo, nos espaços de trabalho. A questão racial nas indústrias de charutaria tem como base a força de trabalho, daí a necessidade de compreendê-la em seu contexto e com as suas especificidades. Nessa conjuntura, o critério racial se faz mais seletivo, mantendo a mulher negra nos empregos tradicionais ou trabalhando como operária. As fábricas de charutaria estavam organizadas sobre as bases da divisão social e racial do trabalho, pois fazer charuto também demandava preparação do tabaco, fiscalização, controle de qualidade, embalagem, estocagem, transporte, além do trabalho contábil de entrada e saída do produto, registro dos trabalhadores e outros serviços burocráticos que perpassavam pela administração da fábrica em geral, como salienta Elizabete da Silva (2011, p. 61). Desse modo, homens e mulheres formavam o quadro de operários das fábricas, no entanto, o trabalho com a confecção dos charutos era uma função atribuída apenas para as mulheres, o que fazia delas a força das fábricas.

Luiza Bairros (1988, p. 302) aponta que a manutenção e divisão racial do trabalho é garantida pela criação e recriação de lugares inferiores dentro da estrutura produtiva, essenciais para o processo de exploração, no qual se baseia a sociedade de classes. E por mais que os brancos tenham sofrido menores impulsos na incorporação de trabalhadores pelo capitalismo, isso foi compensado por terem sido privilegiados em relação ao trabalhador negro.

Segundo Luciana Brianti (2013, p. 150), os espaços de trabalho nas indústrias configuravam-se em uma luta silenciosa, e em um espaço social de solidariedade, onde sempre coexistiram conflitos, divergências entre a mulher e o homem, o patrão e a charuteira. Essas lutas também ocorreram nas afirmações políticas, nas sindicais, na indisciplina, nas estratégias de resistência e na de poder. As lutas de classe entre homens e mulheres serviam para construção de novos valores sociais, uma luta democrática, que se

adequava, sobretudo, para extinguir as dificuldades e as desigualdades de classe que permeavam, era um mecanismo em obter seus direitos. As mulheres trabalhadoras se engajaram em diversos movimentos de lutas das mulheres e da classe trabalhadora, exigindo resoluções urgentes que implicavam na feminilidade como trabalhadora assalariada. Ângela Davis (2016, p. 157) observa que as mulheres estavam preocupadas com os seus problemas imediatos (salários, jornadas e condições de trabalho). Houve, mesmo com um viés de classe, um maior envolvimento do movimento de mulheres nas lutas operárias das mulheres no período pós-guerra.

Os setores em que elas entram são progressivamente desertados pelos homens que preferem reconstituir, em outros lugares, espaços masculinos intactos. A feminização não é necessariamente uma conquista triunfante, mas a consagração de uma retirada. O emprego misto não é, nunca, uma indiferenciação, mas sim uma nova hierarquia das diferenças. Ela permite que os homens se distingam. No ensino globalmente desvalorizado porque feminizado, existem matérias nobres e prestigiosas, as quais os homens se apegam, em função sobretudo das perspectivas de pesquisa ou de fuga, e outras que caem nas mãos das mulheres (PERROT, 2005, p. 258).

Em “Memórias da Plantação”, Grada Kilomba (2019, p. 80) expõe os impactos do colonialismo como elemento fundante das desigualdades e violência contra a população negra, principalmente as mulheres. A autora nos traz exemplos de cotidianos e análises do racismo, contextualizando o que o colonialismo impões as pessoas negras. Complementando com relatos importantes do que é viver na pele de uma mulher negra em um mundo marcado pelo colonialismo e cheio de imposições determinado pelo papel social, cultura e econômico de pessoas negras.

Conforme Figura 10, a imagem retrata a visita de Getúlio Vargas a Cia. de Charutos Dannemann. Segundo o historiador Carlos Augusto Braga (2021, p. 132), a visitação de Getúlio Vargas serve para ilustrar o tom de mudanças e rupturas na década de 1930. Getúlio foi o principal responsável pela instalação das leis que, por ora, regulamentavam as relações entre capital e trabalho que impactaram na forma como o Movimento Operário elaborou suas formas de lutas. O autor ressalta que em 1933, Getúlio Vargas participou de reuniões e discursos com os líderes políticos baianos na cidade de Salvador.

Figura 10 – Concentração de pessoas em frente à Cia. Dannemann em recepção à Getúlio Vargas - Chefe do Governo Provisório, 1933.



Fonte: Arquivo Municipal de São Félix. Série: Fotografias. Acervo Carmem Barros.

Vargas não só passou por todas as instalações das fábricas de charutos Dannemann, como também na Suerdieck e na Costa Penna & Cia, sendo bem recebido pelos representantes legais das referidas empresas, por milhares de operários(as), e lavradores fumageiros. Sobre esse acontecimento rememorou a charuteira Joselita Sampaio.

Quando Getúlio veio no Recôncavo foi bem acolhido por nós operárias, ele foi um dos melhores presidentes pra nós mulheres trabalhadoras diante de nossas lutas, pois ele dava o melhor aos trabalhadores. Na Dannemann, Getúlio Vargas visitou todos os setores, depois foi pra Costa e Penna, ele foi um exemplo. A CLT que surgiu através dele, que ninguém até hoje conseguiu tirar. A única coisa que modificou foi a parte de tutores que foram cortados, que só fica mesmo quando a pessoa é inválida.<sup>26</sup>

Percebemos através do relato da charuteira aposentada que o então presidente passava para elas uma imagem do “pai dos pobres” através das ações que amparavam a classe trabalhadora. A intenção de Getúlio Vargas com as trabalhadoras era de ressignificação diante das lutas proletárias, o mesmo conseguiu introduzir, num país que até poucas décadas antes padecia da escravidão, medidas sociais bem mais avançadas do que as existentes em países industrialmente mais desenvolvidos, do mesmo modo fica claro no

<sup>26</sup> Joselita Sampaio. São Félix-BA, Aposentada. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 9 de novembro de 2018.

relato da charuteira que Getúlio Vargas, estendeu as leis trabalhistas a todos os trabalhadores sem distinção de raça e gênero. O governo Vargas, deu as mulheres o direito de continuar escrevendo sua história e conquistando seu lugar, seja na luta explícita contra os governos, contra o capitalismo, dentro do próprio sistema ou através da coragem em sair da “zona de conforto” que a sociedade determinou para ela diante do trabalho.

As diferenças entre homens e mulheres servem para explicar desigualdades salariais ou diferenças quanto à relação de poder. Sobretudo, há também um jogo em articular sexo e raça. Para Kimberlé Crenshaw (2002b, p. 12), as intersecções da raça e do gênero podem contribuir para estruturar suas experiências como mulheres de cor. A questão da diferença e da identidade não podem ser limitadas, pois são construídas culturalmente e socialmente e, em razão disso, devem ser argumentados. Grada Kilomba (2019, p. 107-109) em seus estudos sobre a colonialidade ressalta que a invisibilidade das mulheres negras é analisada através dos efeitos do colonialismo e do racismo onde coloca os homens negros como sujeitos ignorando a experiência das mulheres negras, onde são vistas como nada dentro de um grande grupo, as mulheres negras são afetadas por diversas formas de opressão.

Lélia Gonzalez pensa muito na importância do lugar da mulher na sociedade brasileira tanto pela questão da desigualdade socioeconômica quanto pelos estereótipos raciais em torno da mulher negra (2011, p. 12-20). O racismo latino-americano também é altamente sofisticado por manter negros e índios na condição de subordinados graças a ideologia do branqueamento que perpetua a crença que as classificações e valores do ocidente branco são os únicos e verdadeiros. Essa ideologia produz o desejo de embranquecer em que para isso ocorre a negação da sua própria cultura e raça. As implicações do racismo e do sexismo condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização social. Lélia Gonzalez traz três exemplos importantes, *a mulata, a doméstica e a mãe preta*, essa discussão sobre esses estereótipos é fundamental para que possamos entender as limitações que as mulheres negras sofriam em relação ao racismo e ao sexismo que foram capazes de ocultar as violências simbólicas que as mulheres negras sofrem, na objetificação de seus corpos, como também esvanece o cotidiano da divisão racial e sexual do trabalho, que essas mesmas mulheres ocupam (2020, p. 75-93). Nesse bojo, podemos ampliar nossa reflexão sobre os efeitos da violência, pois a todo tempo somos aferidas pelas ações que reforçam a relação de poder que nos exclui de

ter direitos, o que ocasionou, no imaginário popular, a representação da mulher hipersexualizada, reforçando a discriminação e a violência contra a mulher negra.

A divisão sexual do trabalho estabeleceu uma relação assimétrica entre os sexos criando as desigualdades de papéis e funções na sociedade na qual as mulheres mesmo tendo conquistado admiração e respeito em suas tarefas no interior da fábrica continuavam ocupando as mesmas funções, e sendo remuneradas de maneira inferior, ou seja, as desigualdades eram marcadas pela exploração e opressão de um sexo em domínio do outro. De acordo com Lélia Gonzalez:

Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial, é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco. Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não ser brancas (GONZALEZ, 2011, p. 14).

Esse padrão clássico de exploração também é diferenciado por gênero, fazendo com que os homens adquiram uma posição de vantagem no mercado de trabalho em relação as mulheres. Como pontua Patrícia Hill Collins (2019, p.126) ainda existe uma classe trabalhadora negra e pobre altamente explorada e seu salário sofreu vários ataques, dentre essa classe subalternizada as mulheres eram a maioria, e mesmo conseguindo se ascender socialmente no trabalho, a discriminação de gênero continuava permeando os espaços fazendo com que as permanecessem sem garantias e sem valorização.

No Brasil, sobretudo, nas indústrias fumageiras, as mulheres trabalhadoras eram reflexo desse tipo de desigualdade, com salários relativamente baixos e com pouco reconhecimento social. A segregação racial, sobretudo articulada a hierarquização de gênero nas indústrias fumageiras também não dava às mulheres o direito de ocupar outros espaços a não ser o chão das fábricas do Recôncavo Baiano. Luiza Bairos (1988, p. 300) acentua que nos anos 50 as grandes lojas e indústrias preferiam funcionários brancos por terem “boa aparência”. Kimberlé Crenshaw (2002b, p. 8) também reforça em seus “Estudos para a América” que algumas empresas não queriam que a face de uma mulher negra fosse a primeira a ser vista por seus clientes. No entanto, o alargamento das oportunidades de emprego decorrentes das transformações na estrutura produtiva da Bahia fez com que os negros tivessem maiores participações na força do trabalho, porém entre as décadas de 1950 e 1980, nas atividades agropecuárias e industriais, os negros, principalmente os baianos, continuaram trabalhando nas mesmas ocupações. Beatriz Nascimento (2021) nos adverte

sobre o critério racial como elemento hierarquizados da sociedade brasileira, revelando o racismo encoberto pela ideia de democracia racial brasileira.

O critério racial constituiu um desses mecanismo de seleção, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixo da hierarquia através da discriminação e assim os negros se veem desobrigados a estar nos espaços que foram atribuídas as pessoas de pele clara mantendo o privilégio social e racial (NASCIMENTO, 2021, p. 57).

Elizabeth Silva (2011, p. 235), em sua tese sobre as mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres do Recôncavo Baiano, discute os lugares ocupados pelas trabalhadoras fumageiras no conjunto das relações sociais e raciais. Para a autora, as mulheres ocuparam diversos lugares no contexto do trabalho e da sociedade fumageira. A supremacia masculina era tão grande que apenas as categorias de produção cigarreira abriram as portas para as mulheres.

Como salienta Ângela Davis (2016, p. 19), aos olhos dos proprietários, essas mulheres eram vistas como instrumentos que garantiam a eles a ampliação da força de trabalho e, sobretudo, eram trabalhadoras em tempo integral nas atividades profissionais, e, apenas, ocasionalmente eram esposa, mãe e dona de casa. Segundo Luiz Aguiar da Costa Pinto (1998, p. 127-128), esses aspectos eram próprios da estrutura social marcada por uma economia onde a submissão, o conformismo, a miséria física e a disponibilidade sexual acentuavam a subalternidade da posição objetiva do sexo feminino como mulher e operária.

A manutenção da divisão racial do trabalho é, a cada momento, garantida pela criação e recriação de lugares subordinados dentro da estrutura produtiva, essenciais ao processo de exploração, no qual se baseia a sociedade de classes. E ainda que entre os brancos tenham ocorrido menores impulsos na incorporação de trabalhadores pelos setores e ramos de atividade, isto foi compensado pelo fato de já terem conquistado posições suficientemente sólidas para fazer frente a quaisquer avanços na situação do trabalhador negro (BAIRROS, 1988, p. 32).

A raça e o gênero afetam pessoas de outros grupos racializados, principalmente as mulheres negras que são sempre invisibilizadas. Como argumenta Grada Kilomba (2019, p. 95), as mulheres negras habitam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens “da raça e do gênero”, o que é chamado pela autora de “terceiro espaço”. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando como divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. O racismo e as vulnerabilidades decorrentes do sexismo

têm produzido ao longo da história desigualdades sociais entre os indivíduos na sociedade brasileira.

Com a expansão industrial e do setor de serviços, a estratificação social apresentou uma maior flexibilidade, na qual mantém muito profundamente as diferenças entre os papéis atribuídos para os diversos grupos da sociedade, principalmente uma sociedade construída através de diferentes grupos étnicos (NASCIMENTO, 2021, p. 57). Em uma sociedade como a nossa, o sistema econômico através da hierarquia de classes estabelece quem são as pessoas que irão ocupar tais espaços e receber os melhores salários.

Mecanismos que são essencialmente ideológicos e que, ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade, tem efeitos discriminatórios. Se a mulher negra permanece ocupando empregos similares aos que ocupavam na sociedade colonial, isso se deve ao fato de ela ser uma mulher de raça negra quanto terem sido escravos seus antepassados (NASCIMENTO, 2021, p. 58).

Desse modo, ainda temos que lutar muito por direitos iguais, principalmente no que diz respeito a salários, pois sabemos que a inserção da mulher no mundo do trabalho vem sendo acompanhada, não apenas pelas diferenças raciais e de gênero referente as ocupações, mas sobretudo, no que se refere à desigualdade salarial entre homens e mulheres.

### **1.3 “País” do fumo e da subsistência**

A Bahia produz fumo desde o período colonial no Brasil, em razão disso, passou a ter uma grande representação dentro do contexto social e econômico do Estado, consolidando-se como uma das mais importantes lavouras, porém, durante os séculos XVIII e XIX, a região passou a produzir o produto agrícola de forma expressiva, quando as folhas de fumo em corda era moeda na troca por escravos no Golfo de Benin, e estava associada a um projeto de desenvolvimento econômico que atendia aos interesses do sistema colonial e imperial, despertando preferência nos mercados europeus. Logo, a Bahia, na primeira metade do século XIX, consolidou-se como o principal centro produtor e exportador de fumo em folha para confecções de charutos do Brasil.

O Jornal “A Manhã” também dedicou espaços para importantes discursos sobre o fumo. Na Bahia, a cultura do fumo é feita, em maior ou menor quantidade, em grande extensão do vasto território do Estado, assim, o fumo em folha em corda é praticada em cerca de 60% dos municípios baianos.

Como disse o Frei André João Antonil (1711, p. 224) em seu livro “*Cultura e*

*opulência no Brasil*”, o fumo desempenhava uma importância considerável na vida econômica do Estado. Por ora, a Bahia representou a maior exportadora de fumo do Brasil.

A denominação “Brasil” permaneceu nos séculos XIX e XX associado ao fumo da Bahia, embora designa-se também ao fumo de outros estados. Com o nome “Brasil” são denominados os fumos importados pela Alemanha da Bahia, Rio Grande, Blumenau. Mas, quando falamos do “Brasil”, pensamos imediatamente no fumo originário do estado da Bahia, com seu valoroso porto de exportação de igual nome (BORBA, 1975, p. 80).

Segundo Schwartz Stuart (1988, p. 84-85), pequenos agricultores iniciaram a produção do fumo para comercialização por volta da segunda metade do século XVII, em São Pedro no Monte de Muritiba. As primeiras indústrias do fumo começaram a centralizar na Vila de Nossa Senhora do Porto de Cachoeira. Assim, o fumo ganhou um crescente mercado de plantação que fez do Recôncavo palco industrial fumageiro.

João Antonil (1963) já comentava a predominância da cultura fumageira em Campos de Cachoeira. Os Campos da Cachoeira era uma das freguesias economicamente mais importantes do domínio Cachoeirano desde o período colonial, pela sua extensão territorial, pelas condições climáticas e pelo desenvolvimento de várias culturas agrícolas. Embora o fumo tenha se alastrado em quase todo Recôncavo, foi nos Campos da Cachoeira que ele deu os primeiros sinais de desenvolvimento na região.

Há pouco mais de cem anos que esta folha se começou a plantar e beneficiar na Bahia e vendo o primeiro que a plantou o lucro e boa aceitação em Lisboa animou-se a plantar mais. Até que imitado por vizinhos, que com ambição a plantaram e enviaram em maior quantidade, e depois de grande parte dos moradores dos Campos que chamam da cachoeira, e de outros do sertão da Bahia, passou pouco a pouco a ser um dos gêneros de maior estimação que hoje saem desta América meridional para o reino de Portugal e para outros reinos e repúblicas de nação estranha (ANTONIL, 1963, p. 59).

Jean Baptiste Nardi (1996) que estudou a economia fumageira no Brasil, sobretudo no Nordeste, também considerou a cidade de Cachoeira como principal centro da produção de fumos na Bahia. A aquisição de um documento do século XVIII analisado pelo autor salienta que:

Os campos da Cachoeira abrangiam naquela época muitas freguesias sendo que as mais importantes eram as de Cachoeira, São José de Itaporocas, São Gonçalo dos Campos, São Pedro de Muritiba, Outeiro Redondo e Santo Estevão do Jacuípe. Outras de importância menor chamavam-se Oliveira, Santiago do Iguape, Desterro, São Felipe, Maragogipe, São Félix e Cruz das Almas (NARDI, 1996, p. 36).

Ênio Labatut, em seu artigo publicado no jornal Correio de São Félix, ressalta que a

cidade de Cachoeira foi a primeira zona do cultivo de fumo no Brasil e por longas décadas continuou sendo a primeira e a melhor do mundo, por produzir fumos de alta qualidade, própria para confecções de charutos.<sup>27</sup> Foram os “Campos da Cachoeira” os principais responsáveis por durante os séculos XVII e XVIII ser a mais importante zona produtora de fumo na Bahia que enviou cerca de 90% da produção para Portugal. Em 1674, Portugal estabelece o Monopólio Real dos Tabacos e transforma a Bahia em região produtora exclusivamente voltada para o mercado externo (NARDI, 2004, p. 34). Os rolos de fumo considerados de primeira e de segunda classe eram destinados para a metrópole e os resquíços tinham amplo mercado no Brasil (BARICKMAN, 2003, p. 63-64). Em vista disso, no final do século XVIII, a agricultura do fumo trouxe uma prosperidade para a Bahia, prontamente o Estado começa a despontar como um importante centro industrial do produto agrícola, especializando-se na produção de charutos.

A lavoura do fumo passou por mudanças significativas durante as primeiras décadas do século XIX. Com a abertura dos portos, em 1808, e após a Independência do Brasil, a produção brasileira de fumo transformou-se, o fumo em corda cedeu lugar ao fumo em folha, destinado à fabricação de charutos, principal produto consumido no mundo no século XIX. Isso se deve principalmente pelo desenvolvimento e expansão do beneficiamento dos vários tipos de fumos existentes por vários estados. A pauta baiana de exportação no século XX incluía cerca de uma dezena de itens, mas somente três produtos se destacaram: cacau, açúcar em especial o fumo (ALMEIDA, 1983, p. 228).

O fumo sempre esteve entre os principais produtos de exportação da província, ficando atrás apenas do açúcar, até meados do século XIX, e do cacau, durante as primeiras décadas do século XX. O açúcar era o principal produto agrícola e o mais exportado pela Bahia, mas, evidentemente, a partir de 1873, a crise da economia açucareira se alargou, surgiram, então, o café e o fumo como novos produtos destinados à exportação. Apesar das dificuldades que lhes eram impostas, o fumo se destacou e constituiu um grande movimento industrial na Bahia, passando a ter uma ascensão econômica bastante apreciável no Brasil.<sup>28</sup>

Dessa forma, o mercado do fumo ganhou um novo cenário com as altas dos preços tendo um crescimento elevado favorecido pelo surgimento de novos mercados europeus. Segundo o economista Paulo Henrique de Almeida (1983, p. 15), na década de 1840, o

---

<sup>27</sup> LABATUT, Ênio N. *Jornal Correio de São Félix*. Ano XIX, 17/05/1952, nº879.

<sup>28</sup> *Jornal A Manhã*, Rio de Janeiro, Ano XII, n. 3.378, p. 2, 10 de agosto de 1952.

Recôncavo teve o seu eixo de produção voltado para o fumo em folha, sustentando o crescimento econômico da região fumageira até meados do século XX.

A Bahia foi a primeira região a produzir fumo, tornando-se um dos principais produtos para economia colonial e imperial. A lavoura fumageira foi uma economia responsável pela geração de renda servindo de alicerce para milhares de municípios baianos. Criou-se, pois, uma verdadeira cultura do fumo, moldando costumes, comportamentos, relações econômicas, sociais e políticas (MESQUITA; OLIVEIRA, 2003, p. 31).

Não obstante, o fumo passou a ser mencionado nos principais cônsules britânicos de Salvador. O *Jornal Correio de São Félix* também dedicou importantes espaços ao fumo e às suas manufaturas.<sup>29</sup> Por outro lado, é preciso ressaltar que, ao contrário do açúcar, o fumo não necessitava de um alto investimento de capital e o seu cultivo era mais fácil. Em vista disso, atraía diversos agricultores interessados no comércio de exportação. Por volta de 1850, a cultura fumageira ganhou uma evolução de crescimento na sua produção saindo de 5 para 80% no mesmo período, chegando a ultrapassar o valor alcançado pelas exportações de açúcar.

Entre 1851 e 1859, foram exportadas, em média, 480 mil arrobas de fumo por ano, chegando a 800 mil arrobas na década seguinte, graças a crise da fumicultura nos EUA e ao aumento do consumo de artigos manufaturados na Europa (ALMEIDA, 1983, p. 34). Silza Fraga Costa Borba (1975, p. 85), descreve que a Alemanha representava o mais importante mercado de fumo de charutos da América. A cidade de Bremen chegou ao fim do século XIX com o primeiro lugar na importação mundial de fumo em folha e, no início do século XX, o fumo da Bahia, como é chamado no Recôncavo, ocupou lugar principal no comércio de Bremen. O escritor Anfilóbio de Castro, na primeira metade do século XX, mencionou que:

A indústria do fumo é a ocupação de quase a totalidade do seu povo, o qual, embora com qualidades apreciáveis, é pouco instruído e pouco afeiçoado às letras. O efetivo do pessoal com que concorre para as fábricas e armazéns, na cidade e fora dela, calculando entre quatro mil, não há exagero (CASTRO, 1941, p. 5).

Isso gerou a instalação de vários estabelecimentos fabris produtores de derivados do tabaco. Logo, em 1836, a Bahia já contava com doze firmas alemãs dedicadas ao comércio

---

<sup>29</sup> Ver *Correio de São Félix - São Félix*; os artigos “O Fumo na História” de Ênio N. Labatut que ocupou o número do dia 10, 17 e 24 de maio de 1952; e “O Congresso Nacional do Fumo: histórias e problemas vistos em conjunto” de L. Gonzaga Dias, publicado em 12 de julho de 1952.

de exportação. É o que chamamos de “primeira revolução fumageira brasileira” (NARDI, 2004, p. 34). No decorrer do século XIX, também apareceram na Bahia os armazéns dos exportadores, onde, além da estocagem, faziam-se as operações de classificação, condicionamento, secagem, prensagem e enfardamentos (NARDI, 2001, p. 3).

Na primeira metade do século XX, Muritiba já contava com quatro fábricas e com seis armazéns de beneficiamento de fumo (CASTRO, 1941, p. 88). Esses espaços funcionavam a partir da aquisição das safras de fumo de lavradores locais através de contratos e também fonte de crédito (ASSIS, 2015, p. 23). O produto passava por um longo processo nas lavouras e nas casas antes de chegar nos armazéns, era um ofício de fácil labuta que envolvia várias pessoas da família ocupando o mesmo espaço e a mesma função. Como afirma Nilza Santos “aprendi a fazer charutos com minha irmã que já era charuteira aos 14 anos, então nós duas ficamos nas confecções, foi ela que me ensinou a ser charuteira”. As mulheres desenvolviam a função de charuteiras, um trabalho que perpassava de geração para geração, essa configuração tinha como elemento determinante a garantia de sobrevivência para toda a família. Diante dessa fala percebemos como a charuteira foi manifestando a representação da sociabilidade o prazer de aprender, de ensinar, da troca de experiências uma com a outra a partir do trabalho.

Os armazéns tinham como finalidade preparar o fumo para a fabricação de charutos e cigarrilhas. Anfilólio de Castro (1941, p. 108) observou que os armazéns de Muritiba adquiriram, em grande quantidade, os melhores fumos e eram submetidos a rigorosa escolha enfardando a “mata” chamada armazenando-a para ser utilizada após a completa cura, vendendo os demais. Ainda nestes espaços, o autor aponta que trabalhavam em geral com duzentas mil arrobas de fumo e com mais de seis mil operários vendendo de 4 mil reis diários cada um. Em seguida esses fumos eram enfardados e exportados. Senhor Cosme, mestre de seção, 63 anos, em seus relatos orais salientou que:

O alemão dono da safra e do armazém de beneficiamento de fumo sempre chegava e dizia: Senhor Cosme, vai ter embarque amanhã, vou querer um lote desses ou Diana Marquês, ou Francês, ou Inglês, esses embarques terão que estar pronto pra já, porque a Receita Federal vai vir junto pra fazer a exportação e o navio não espera, a gente não pode perder. Eu, como mestre, colocava os carregadores e outros operários de setores diversificados pra trabalhar até duas horas da madrugada. Esses homens carregavam os caminhões de fumo para as exportações destinadas aos portos. Eu sabia bem o que era isso pois comecei nos armazéns como carregador de fumo, carregava fardo de 75 quilos na cabeça, eram trouxas de fumo de 30 a 70 quilos, não tinha peso certo pra pegar, também não era fácil.

Mas adiante, com o passar dos anos, que virei mestre de charutaria mesmo sob controle dos alemães.<sup>30</sup>

Nota-se a partir da narrativa do Senhor Cosme que a liberdade não garantiu ao negro a ocupação de atividades menos degradantes e as manteve na mesma condição que viveram durante a escravidão, ou seja, não houveram mudanças das relações sociais do negro escravo para o negro cidadão livre. Como afirma Ianni Octávio (1987, p. 320-321) na prática, a liberdade era de tornar-se o negro livre em mão de obra no mercado de trabalho. Percebemos que a organização do trabalho, em torno das etapas de produção e de exportação, ocorria com os operários, sempre na presença de um mestre, que, geralmente, era um homem, que, apesar de representar uma figura autoritária, não determinava entre os membros distinção das tarefas. Dessa forma, entendemos a partir da última frase mencionada pelo do mestre de charutaria, que mesmo diante da oportunidade de crescimento dentro da empresa ele continuou sobre o controle social dos brancos, nos comprovando que a entrada do negro na sociedade de classe foi sustentada pelas relações de desigualdade, mesmo o negro conseguindo ter uma ascensão diante do trabalho a segregação determinada pela raça, portanto, o coloca em uma posição de subalternidade e desvantagens no mercado de trabalho, por conta do racismo existente na sociedade brasileira. A autora Angela Figueiredo (2002), antropóloga e mestre em ciências sociais, retratou com excelência no seu livro “*Novas elite de cor*” a ascensão do negro na sociedade brasileira, ao escrever sobre os profissionais negros de Salvador, a mesma pontuou que buscou examinar a ascensão dos negros e as suas relações a partir das novas identidades sociais que lhe foram dadas, e que mesmo o negro tendo uma ocupação de maior destaque eles continuaram camuflados pelo homem branco. Isso se torna fruto das diferenças raciais e sociais, que foram elaboradas sob o regime escravocrata.

Segundo o historiador Carlos Augusto Braga (2021, p. 28), os armazéns também eram o principal meio para que os pequenos agricultores pudessem obter acesso aos produtos manufaturados que chegavam do exterior, os pequenos plantadores então passaram a competir com as culturas fumageiras de outros países, diante das transformações ocorridas a partir do mercado capitalista na economia agrária do Recôncavo. Isso chamou a atenção das cidades alemãs, onde encontravam-se os principais centros charuteiros da Europa. Ainda nesse período, já havia um sistema comercial entre os países muito bem consolidado, aproveitado para articular a entrada de novos investidores. Sendo assim, pequenos burgueses

---

<sup>30</sup> Cosme Oliveira. Muritiba-BA. Operário. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 11 de outubro de 2021.

todos homens e exportadores como August Suerdieck, Gerhard Dannemann, Cândido Pimentel, dentre outros se tornaram donos das mais bem consolidadas manufaturas de charutos instaladas no Recôncavo Baiano entre os séculos XIX e XX, nos mostrando que a mulher era imposta de fazer parte de um cenário político e social, o que idealizava para elas na sociedade a dedicação ao marido, ao lar, e aos filhos, era uma vítima de preconceitos e ficou estereotipada, na qual somente o homem tinha voz e vez.

O mercado europeu, através de Portugal, absorveu o grosso da produção fumageira no período colonial e as exportações baianas não conseguiram alcançar o crescimento da demanda do “tabaco” no mercado internacional. A partir de então, a Bahia acompanhou o surgimento de diversos centros concorrentes: Sul dos Estados Unidos, Índias Holandesas, Cuba, etc (BORBA, 1975, p. 05). Na oportunidade, o Jornal Correio de São Félix também dedicou importantes espaços à história do fumo, segundo dados do periódico, a exportação brasileira de fumo para Lisboa foi de 2.715 toneladas em 1818, 6.609 em 1861 e 17.000 em 1872. Só a Bahia exportou 12.000 toneladas em 1886, chegando a 46.000 toneladas em 1945.<sup>31</sup> Nardi Baptiste (2004, p. 37) também reforça que as exportações brasileiras fizeram do Brasil o primeiro exportador mundial, o volume passou de 31 mil toneladas, em 1960, para 53 mil, em 1970, alcançando 145 mil, em 1980, e hoje se situa em torno de 350 mil toneladas.

A partir do desenvolvimento das fábricas de charutaria, o fumo do Recôncavo que era apenas destinado para exportação também passou a ser vendido na Bahia, devido ao surgimento de manufaturas em outras cidades do Recôncavo. O mesmo aconteceu no final do século XIX quando Bremen ocupava o primeiro lugar em importação mundial do fumo em folha e em quantidade de valor de mercadoria.

As maiores manufaturas de fumo na Bahia eram propriedades de exportadores e comerciantes que controlavam a economia do fumo na região. No final do século XIX para início do século XX, o fumo se tornou o maior produto de exportação, a produção de fumo na Bahia se tornava cada vez mais associada a pequenos lavradores familiares, ela ganharia uma reputação duradoura de “lavoura de pobre” e “lavoura de quintal” (BARICKMAN, 1998-1999, p. 223).

Luiz Aguiar da Costa Pinto (1998, p. 122-128), sublinha que, no Recôncavo, o fumo é lavoura de pobre e não resta dúvida que entre essas subáreas o atraso e a pobreza são mais

---

<sup>31</sup> LABATUT. ÊNIO, N. Jornal Correio de São Félix p. 2, Ano 24/05/1952 ano XIX n. 880.

visíveis e chocantes (...) visitar os bairros proletários de Cachoeira, São Félix, Muritiba, Maragogipe e Cruz das Almas é ver de perto a pobreza amarela da classe trabalhadora urbana dedicada à manipulação industrial do tabaco. Nesse contexto da “lavoura de pobre”, na zona fumageira, era possível ver homens livres, lavradores de fumo, escravos e trapicheiros que predominaram na época colonial e imperial. Espalhando-se, desse modo, pela maioria dos municípios do Estado, nessa lavoura dedicam-se cerca de 120.000 famílias que não dispõem de recurso, nem de terras próprias, o que lhes obriga a trabalhar como rendeiros.

Em 1788, só no distrito de Cachoeira, havia oito mil plantadores de fumo, ao que parece, na maioria rendeiros (MATTOSO, 1992, p. 464). Muitos faziam suas plantações ao redor das próprias casas, no qual se constituíam as verdadeiras malhadas de fumo. Segundo o periódico “A Manhã”, do Rio de Janeiro, são essas malhadas que formam suas pequenas parcelas, o apreciável volume da produção de fumo na Bahia, no qual cerca de 70% destinam-se a atender as necessidades do comércio internacional.<sup>32</sup> A cultura do fumo possui grande importância socioeconômica no Brasil e envolve interesses de vários agentes de produção como fumicultores e indústrias fumageiras (BRIANTI, 2013, p. 44). Compreendemos que o fumo continuou sendo uma cultura de homens livres, não dependia totalmente da força de trabalho cativa, nem o mercado africano alcançado através do comércio negreiro e não era o principal canal para o escoamento da produção fumageira.

O trabalho no campo sempre esteve organizado a partir da propriedade da terra, principalmente pela forma de arrendamento onde envolvia as explorações de famílias pobres, o fumo sempre foi cultivado pelos pequenos proprietários ou moradores do campo, sem a presença de animais, apenas com a foice e com a enxada fazem pequenos roçados (BRAGA, 2021, p. 137). Alguns pequenos lavradores plantavam seu próprio fumo, porém não alcançavam lucros, pois eles dependiam muito dos comerciantes e exportadores que por ora vendiam por baixos preços aos enfardadores.

O mais grave de todos os problemas é o da cultura. Os plantadores rendeiros, na sua maioria, lidam com terras imprestáveis, sementes inferiores e processos de cultura obsoletos. A ignorância de uma parte e a exploração de que são vítimas da outra, impedem a apresentação de um produto melhorado o que reverte em prejuízo geral: dele, do enfardador e do fabricante.<sup>33</sup>

Em consequência disso, os negociantes nacionais se limitaram a comprar as folhas

---

<sup>32</sup> A Manhã, Rio de Janeiro, Ano XII, n. 3.378, p. 6, 10 de agosto de 1952.

<sup>33</sup> SANTOS, Oldemar. Fumos e Charutos. Correio de São Félix, São Félix, Ano X, n. 22, p. 1, 15 de out. 1944.

diretamente dos fumicultores, ao enfardamento em armazéns no Recôncavo e à revenda do produto para grandes empresas alemãs (MOTA, 2014, p. 31). Enfim, diversificaram seus investimentos instalando manufaturas de charutos na região e, posteriormente, desenvolvendo suas próprias plantações de fumo (ALMEIDA, 1983, p. 17). Esse tipo de produção estava voltado para suprir a matéria prima e para confeccionar as capas dos charutos.

A implantação do Instituto Baiano do Fumo (IBF), em 1935, também demonstra a insistência do estado em se responsabilizar pela produção e distribuição de sementes e mudas selecionadas, muitas vezes via armazéns de exportação e pela orientação técnica no cultivo e beneficiamento da folha (ALMEIDA, 1983, p. 66).

No jornal *Correio de São Félix*, Oldemar Santos, ao falar sobre a situação do “tabaco” na Bahia, sugere em seu artigo que:

Haverá solução para o problema da padronização da matéria prima? De certo que há. Praticamente é impossível às fábricas manterem plantações que produzam um volume de matéria prima indispensável às suas necessidades. Mas um campo de experimentação, modesto e dirigido por pessoas competentes, bem que poderia selecionar sementes a serem distribuídas aos plantadores. Tal solução pode ser até obtida com a colaboração financeira de todas às fábricas. E isso porque, em última análise, o mal atinge a todos, indistintamente.<sup>34</sup>

Estes conflitos entre os lavradores e exportadores mesmo não levando o complexo fumageiro ao colapso, acabou provocando diversas dificuldades para o comércio, uma vez que as condições da lavoura, do plantio e do preparo de fumo são extremamente variáveis e em consequência variam os preços do produto (BRAGA, 2021, p. 143). Mesmo assim, os grandes empresários conseguiram obter lucros suficientes para organizar e controlar a produção manufaturada de charutos e cigarrilhas. Mas nada impediu que o Recôncavo fosse o centro fumageiro considerado o mais importante do Brasil. Assim, no início do século XX, a lavoura fumageira já havia se desenvolvido por todo Estado, chegando a fazer parte de quase 90% dos municípios nesta época.

Nesse mesmo período, começam a surgir no país as grandes manufaturas e já havia instalações de indústrias de charutaria por todo Recôncavo, porque as fábricas de charutos concentraram-se na região, fazendo crescer simultaneamente a economia baiana se tornando a grande riqueza. Esse período marca simultaneamente o fim da agroindústria açucareira na região. Merece destaque o anúncio feito através do *Jornal Correio de São Félix*, onde a venda

---

<sup>34</sup> SANTOS, Oldemar. Fumos e Charutos. *Correio de São Félix*, São Félix, Ano X, n. 24, p. 1, 29 de out. 1944.

da produção fumageira pelos agricultores aos países europeus, chegou a 100% em relação às safras anteriores, pelo preço duplicado.<sup>35</sup> A produção de charutaria tornou-se então a atividade mais importante da província, tendo como destaque as indústrias Leite Alves, Suerdieck e Dannemann (SANTOS, 2009, p. 60). Essas empresas adquiriam o fumo nas cidades de Cachoeira, São Félix e Muritiba.

O fumo na Bahia destina-se, basicamente, à exportação na forma de folha beneficiada ou de charutos, produto mais nobre da fumicultura e de maior valor agregado, gozando de excelente prestígio nos mercados internacionais (MESQUITA; OLIVEIRA, 2003, p. 35).

A charuteira Nilza Nascimento informa sobre a existência dos variados tipos de charutos: “Tinha o charuto P1 e o P2, o de bico torado, o de bico batido, tinha o Sumatra, o Havana grande, o Havana média, o Havana pequena e o Dom Quixote eram várias marcas e qualidades diferentes tudo feito por nós”.<sup>36</sup> Não obstante, Dona Nilza a nos apresentar as marcas do produto nos assegura em demonstrar como o capitalismo também se apropriava das benfeitorias para elevar seus grandes lucros diante das propagandas internacionais advindas do trabalho executado pelas mãos de mulheres negras. Havia, sobretudo, o campo de experimentação desse produto que também eram relativamente masculinos. No século XX, as exportações de fumo no Brasil foram totalmente destinadas para a Alemanha e, por esta época, o produto já usufruía de um bom conceito nos mercados europeus, sendo mantido até os dias atuais.

Outeiro Redondo, distrito de São Félix, chegou a receber incrementos do governo pela produção de safras apreciáveis na balança do Estado. O fumo de São Félix era, de fato, para o exterior, a melhor espécie exportada pelo Brasil, por corresponder às exigências do mercado na produção de charutos finos. Porém, num processo de sucessão histórica e ecológica o polo fumageiro foi, gradativamente, sendo transferido para Cruz das Almas e outras áreas, como pode-se verificar já através da produção do ano de 1926, quando Cachoeira, São Félix e Muritiba juntos produziram 1.140.000 quilos de fumo e Cruz das Almas, sozinho, produziu 1.660.000 (SILVA, 2011. p. 59).

Isso foi possível, devido ao aumento mundial do consumo de charutos na Bahia que elevou o grau de importância do Recôncavo Baiano. Segundo os documentos internos da fábrica de charutaria Dannemann, a referida empresa chegava a confeccionar a cada quatro dias 310.624 (trezentos e dez mil, seiscentos e vinte e quatro) charutos de apenas uma marca,

---

<sup>35</sup> Arquivo Municipal de São Félix – Jornal Correio de São Félix (Arquivo Municipal de São Félix. Correio de São Félix. São Félix: Jornal semanal, n.º 65, 26/07/1942).

<sup>36</sup> Dilza Maria Nascimento. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 01/07/2019.

estes eram exportados durante as décadas de 1950 a 1990.<sup>37</sup> Atualmente não conseguem produzir nem dez milhões de unidades anuais. Juntas, as fábricas do passado, a Dannemann, a Costa Penna, a Suerdieck e a Pimentel empregavam cerca de dez mil pessoas, em Cachoeira, em São Félix, em Maragogipe, em Cruz das Almas e em Muritiba, dentre outros municípios do Recôncavo Baiano. Atualmente, não empregam nem 500 operários. Nos bons tempos, a Bahia exportava 60 mil toneladas de tabaco por ano. Hoje, exportam apenas cinco mil toneladas (SILVA, 2011, p. 79).

De fato, o crescimento das exportações de fumo combinou-se com o desenvolvimento da manufatura doméstica de charutos e com o estabelecimento das primeiras fábricas de charutos em Cachoeira e em Muritiba, favorecendo a expansão da produção do fumo no Recôncavo.

É neste contexto que foram assentadas as bases para o estabelecimento da indústria fumageira no Recôncavo Baiano circunscrevendo um espaço que passou a ser, por excelência, o maior produtor de fumo na Bahia, e, sobretudo, o principal centro de exportação desse produto, bem como das manufaturas de charutos (SILVA, 2011, p. 47). De modo geral, homens e mulheres negras se tornaram peças fundamentais no desenvolvimento econômico do Recôncavo da Bahia buscando nessa atividade a sua sobrevivência.

A história do complexo fumageiro, de acordo o economista Paulo Henrique de Almeida (1983, p. 66), pode ser dividido em dois momentos. Primeiro, de 1900 a 1930, com a estabilidade das exportações, muito pela difusão do consumo de charutos em todo mundo, e, em um segundo momento, de 1930 a 1950, com a queda das exportações e pelo impacto dos conflitos da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais que abalaram o mercado de fumo na Europa, e as disputas com um truste anglo-americano. A economista Silza Fraga Costa Borba (1983, p. 85), também afirma que a extinção das empresas fumageiras na Bahia aconteceu devido à pressão concorrencial a partir do truste anglo-americano do fumo que não se interessou pela evolução do fumo na Bahia provocando a sucessiva eliminação de concorrentes. Nessa época, o Brasil entrou na guerra com as empresas de origem germânica da Europa. Elas começaram a ser sacrificadas pelo colapso internacional, a partir daí a crise se aprofundou e o fumo começou a perder a importância, entrando em total decadência. No entanto, essa decadência nas manufaturas do charuto e o desaparecimento do fumo em corda no Recôncavo Baiano, ao longo da segunda metade do século XX, acabaram gerando um

---

<sup>37</sup>Arquivo Municipal de São Félix: Caixa de documentos internos.

colapso econômico na região.

Silza Fraga Costa Borba (1983, p. 56-58), identificou que, em 11 de abril de 1912, o consulado alemão do Rio Grande do Sul comunicou reservadamente à Câmara de Comércio de Bremen que o Senhor Edgard Mayer representava um grupo financeiro inglês e negociava a fabricação de chautos e cigarilhas com o Brasil. Mayer trabalhava de modo intensivo sobre o alemão Senhor Pook, proprietário das maiores fábricas da Bahia, que havia recusado por ser “antitruste”, mas o maior interesse dos ingleses, segundo Borba, residiu sobre a Cia. de Charutos Dannemann. O consulado carioca, também havia enviado uma descrição comprovando preocupações entre a Cia. de Charutos Dannemann e o truste que, de acordo com a autora, apontava os perigos da incorporação da firma pelo grupo financeiro.

O declínio da economia fumageira ocorreu tanto na produção quanto na matéria prima e em outros diversos fatores que perpassam desde a incapacidade da produção até o consumo. Logo, as inúmeras fábricas do ramo fumageiro saíram de cena, ficando apenas as grandes empresas no mercado. O fechamento de inúmeros estabelecimentos existentes não se justifica pela hipótese destas estarem em declínio.

Na década de 1920 entraram duas firmas poderosas de fumo no mercado brasileiro: a Cia Générale Des Tabacs e a Souza Cruz & Cia. A instalação destas empresas implicou no desaparecimento completo das firmas de cigarros instaladas desde o século XIX, como a Leite & Alves e a Martins Fernandes. Como forma de criar condições para a concorrência instalada pelo trust anglo-americano, no setor de charutos, a partir dessa década, observou-se um processo de centralização e concentração do capital: a fusão das firmas Stender e Dannemann em 1922 e a absorção definitiva da Vieira de Mello pela Suerdieck em 1940. Entretanto, isso não daria garantias para concorrer com o cigarro (MOTA, 2014, p. 81-82).

O historiador Eric Hobsbawm (1977, p. 187-201), em sua obra sobre “*a Era das Revoluções*”, traz a ideia de um novo progresso buscando colocar em prática novas criações que se adaptassem ao ritmo imposto pela nova ordem do trabalho. Por sua vez, a indústria do fumo também perdeu importância para a economia baiana em razão da diversificação na indústria estadual com a implantação da Petrobrás, do Centro Industrial de Aratu e do Polo Petroquímico (ALMEIDA, 1983, p. 162). A Petrobrás deu início às suas atividades na Bahia provocando impacto direto na geração de empregos dentro e fora da atividade industrial (REIS, 1988, p. 291). Com o advento da Petrobrás no Recôncavo, as atividades petrolíferas ultrapassaram as fronteiras do açúcar e do fumo. Conforme Luiz Aguiar da Costa Pinto (1998, p. 21-22), mesmo antes da chegada da Petrobrás e de suas exigências de *know how* elaborado, o Recôncavo já tinha atividades industriais qualificadas, graças ao processamento

do açúcar e do fumo. Foi um marco importante para economia baiana, pois, durante muito tempo, as atividades petrolíferas ficaram separadas das atividades industriais, eram mais voltadas para a produção e desenvolvimento das indústrias do Centro-Sul.

A implantação da Petrobrás foi considerada para a economia do Recôncavo um dos mais importantes eventos ocorridos no período, porque os investimentos desta empresa provocaram um grande desenvolvimento na renda do estado. Nas décadas seguintes, após a implantação da Petrobrás, a economia continuou a crescer, sobretudo com a transformação e a expansão do parque industrial, com o surgimento do polo Petroquímico de Camaçari e com as fábricas do Centro Industrial de Aratu, que mudaram completamente o perfil da indústria baiana, conforme ressalta Paulo Henrique de Almeida (1983, p. 162).

As transformações ocorridas a partir da Revolução Industrial, não afetaram apenas o setor industrial, mas sobretudo o agrícola. Luiza Bairros (1988, p. 299), ressalta que a agricultura passou a ser alvo de programas governamentais cuja ênfase recaí sobre as culturas mais requeridas para a exportação, como o café, a soja, etc. A mão de obra que era produzida por trabalhadores de atividades agrícolas passou a ser favorecida pelo mercado na exploração da força de trabalho a fim de suprir as necessidades das empresas em troca de baixos salários.

Logo, a Revolução Industrial trouxe grandes mudanças para história da humanidade, pois mudou o processo produtivo, ou seja, os produtos deixaram de ser feitos à mão e passaram a ser feitos com o uso das máquinas. Os trabalhadores foram obrigados a seguir um novo ritmo de trabalho, dando grande impulso ao setor têxtil. As máquinas possibilitaram uma produção em quantidades maiores, permitindo assim colocar mais produtos no mercado com preços cada vez mais baixos, porém continuaram explorando a mão de obra e os mercados mundiais, através da maquinofatura, favorecendo a burguesia a aumentar ainda mais sua riqueza. Essa invenção também foi capaz de revolucionar a indústria cigareira, pois tornou possível a produção em massa, o barateamento do produto, a melhoria da qualidade, a padronização, etc, segundo Nardi Baptiste (1996, p. 7).

Karl Marx (1984), ao analisar a Revolução Industrial europeia desde o século XVIII até o século XIX, identificou que o ser humano passou a viver em função deste sistema, expropriando seus mecanismos artesanais e ganhando novas características. Desse modo, as indústrias passaram a reduzir seus gastos, visto que a introdução das máquinas dispensa parte de trabalhadores(1984, p. 25).

A lavoura fumageira manteve-se entre os principais produtos da pauta de exportação baiana até o início de 1950. O século XX, por sua vez, é caracterizado por conjunturas internas e mundiais desfavoráveis para a fumicultura brasileira que experimenta assim sérios percalços como sublinha Augusto Mesquita e José Oliveira (2003, p. 34). Ainda de acordo com os autores, o declínio da produção do charuto e a cultura do fumo na Bahia também foram resultado da influência dos americanos sobre os hábitos dos fumantes no Brasil e no mundo. Tal influência induziu os consumidores a mudar do charuto para o cigarro.

Na segunda metade do século XX, quase todas as fábricas do ramo fumageiro já haviam fechado as portas, existindo apenas a Souza Cruz. Na década de 1980, a indústria do fumo já estava em total decadência, deixando as famílias do Recôncavo Baiano bastante prejudicadas. Em 1980, o charuto passou a representar um produto inapto para concorrer com o cigarro no mercado popular. Paulo Henrique de Almeida (1983, p. 14-16), ressalta que mesmo diante das tentativas realizadas nos Estados Unidos para utilização de fumo homogeneizado para capear o charuto, chegando a uma industrialização próxima à do cigarro, não conseguiu impedir a constante queda nas vendas.

Mesmo diante de novas aberturas de manufaturas na década de 1990, não geraram nenhum impacto na economia, só mantiveram a tradição do Recôncavo Baiano no cultivo do fumo e confecção dos charutos feito à mão (MOTA, p. 89). Os vestígios de manufaturas de fumo que existem no Recôncavo Baiano estão cada vez mais desaparecendo do cenário das cidades, apagando o registro de um tempo que o fumo foi o principal provedor financeiro da região. Alguns edifícios onde funcionaram as antigas fábricas sobrevivem fornecendo uma riqueza de informações onde pode ser constatada a presença marcante do fumo para a população.

## CAPÍTULO 2

### Trabalho feminino, economia e família no pós-abolição

#### 2.1 Ocupações femininas, cotidiano e trabalho na indústria fumageira

Maria Valéria Pena (1981), ao estudar a indústria têxtil no Brasil, analisou os Censos de 1920 a 1950 e nos mostra que era nos serviços industriais que mais se concentrava a predominância de mão de obra feminina. Na industrialização, na tecelagem, na confecção e na produção de charutos e de cigarros, na produção de malhas, de chocolates etc. Ainda assim, a autora destaca que, dessas atividades, 74% das mulheres estavam inseridas nos ramos industriais de fumos, de charutos e de cigarros. Fica nítido na fala da charuteira Nilza Rosa dos Santos, 74 anos, viúva, mãe de 14 filhos, o quanto o sistema opressor extraía a força do trabalho das mulheres charuteiras.

Era uma dureza pra ir pra o trabalho, pois com tantos filhos acordava bem cedo pra arrumar as crianças, e às sete horas já tinha que estar no trabalho porque sete horas a sirene apitava, a gente tinha que estar lá, eu morava na Rua Paraguai, em Muritiba, e até chegar à fábrica era uma andada boa, às vezes pegava carona de bicicleta com Sr. Ziu, um amigo meu, no caminho, por estar atrasada, ele ia correndo mesmo pra eu não perder a hora de entrada. Eu nem tempo de me alimentar não tinha, eu levava o café pra tomar no refeitório se desse tempo. Ao dar meio-dia, era outro desespero, porque a correria era pior, porque era muito menino pra dar comida e uma hora ter que voltar de novo pra trabalhar, ou seja, ia 7 voltava 12, e 13 horas pra voltar 17 horas, e às vezes passava das 17 horas porque nem sempre era só 8 horas de trabalho. Quando eu chegava em casa, o trabalho era pior, quando eu chegava na porta eu olhava de longe botava a mão nas cadeiras e pedia forças a Deus pra dar continuidade à luta em casa, tinha dia que dava uma hora, duas horas da manhã eu ainda estava fazendo as coisas, pra acordar no outro dia 4 ou 5 da manhã pra puxar água da cisterna pra banhar as crianças, porque a gente não tinha água encanada.<sup>38</sup>

Reportando-se à narrativa de Dona Nilza, é possível perceber de modo bastante evidente a submissão pela qual passava enquanto operária e doméstica para se manter no trabalho, sua rotina enquanto mulher, negra e trabalhadora era longa e duradoura, pois, ao sair da fábrica a multiplicidade de tarefas era de um processo contínuo, o tempo de duração fundamentava-se do acordar ao dormir poucas horas devido as suas obrigações com o trabalho fabril, e o de casa, posto que era determinado pelo ritmo de suas necessidades. Percemos diante da sua narrativa o quanto o trabalho fabril a domicílio esteve ligado ao trabalho doméstico, sob a estrutura da divisão sexual do trabalho, seja na esfera da produção

---

<sup>38</sup> Nilza Rosa dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 1º de julho de 2019.

ou na esfera da reprodução. A luta diária entre o trabalho fabril e atividade domiciliar transcorriam para Dona Nilza em espaços diferentes, mas ao mesmo tempo, prolongado além do número de horas equivalente ao dia. As suas “responsabilidades” de zelar pela família e de manter a casa em ordem, de elaborar refeições, dos cuidados e da educação das crianças, bem como, o esforço físico e as longas horas de serviços, com intervalo apenas para o almoço, sentada no chão ou em pé, era uma situação semelhante aos tempos de “cativeiro”. Como bem pontua Elizabete Silva (2011, p. 254), esses tempos de trabalho eram divididos entre as diversas atividades, não podendo se perceber o tempo do trabalho e do não-trabalho, da atividade remunerada e da não remunerada, também não era perceptível o tempo do trabalho e do descanso. No final do seu relato Dona Nilza Rosa afirma com uma narrativa expressiva que “mesmo diante da correria que era minha vida, eu era feliz porque tinha meu trabalho, além do trabalho com as crianças”.<sup>39</sup> Em sua narrativa a charuteira reitera se sentir bem e realizada diante do trabalho fora de casa e nos aponta como as mesmas estavam “cansadas” de serem submissas aos homens diante de uma cultura patriarcal que viam nas mulheres apenas o dever de cuidar da família e dos afazeres domésticos. Para a sociedade apenas os homens tinham que trabalhar para sustentar a família. Então, isso releva que a sua entrada no trabalho reprodutivo quebrou esse padrão do trabalho produtivo e, desse modo, elas passaram se habituar e conciliar a dupla jornada mesmo sendo explorada e ganhando pouco. Observamos que seus desafios frente ao enfrentamento do preconceito, da exploração, também foram fundamentais para atribuir um sentido exemplar a sua história. “É provável que os fatos lembrados tendam a conservar o significado que tinham para os sujeitos do momento em que os viveram” (CALLAS et al, 2016, p. 219). A função da lembrança é conservar o passado na forma em que o sujeito se sinta mais confortável.

A historiografia vem procurando mostrar cada vez mais que a maior parte das pesquisas desenvolvidas durante a segunda metade do século XIX sobre o trabalho feminino, concentrou-se diretamente na inserção das mulheres no trabalho fabril, marcando sua participação no processo industrial. Dessa forma, Maria Valéria Pena (1981), ressalta que os estudos sobre o movimento operário mostraram a existência de um contingente significativo de trabalhadoras, destacando a sua presença nas lutas e resistências operárias. Nesse sentido,

---

<sup>39</sup>Nilza Rosa dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 1º de julho de 2019.

importa lembrar que as mulheres ocupam dois serviços: o doméstico e o industrial. Em suma, trabalham mais que os homens. O serviço doméstico feminino na esfera do trabalho não confere nenhum *status* à mulher na condição de trabalhadora, uma vez que elas continuam atribuídas e dependentes dos maridos como principal provedor da família.

No início do século XIX, as mulheres compunham mais de 45% dos trabalhadores e a maior parte estava empregada na agricultura e nos setores domésticos (PENA, 1981, p. 68-75). Ângela Davis (2016, p. 97-99), intelectual negra, que se aprofundou na investigação sobre a mulher negra nos Estados Unidos da América e que tem avançado nas discussões de lutas e trajetórias femininas, relata que “a experiência da mulher negra, durante e depois da abolição, traz à tona o significado da experiência das mulheres negras no trabalho escravo para o feminismo e visibiliza as condições similares no pós-abolição”. A autora busca desconstruir o mito da mulher negra na condição de trabalho na perspectiva da sexualidade marcada por estereótipos negativos e subalternizados, sendo que as mulheres negras ficaram restritas aos serviços domésticos, das casas dos brancos, nos serviços pesados nas lavouras e nas indústrias.

Cabe ressaltar que tanto Cachoeira como São Félix comportavam uma população flutuante constituída por trabalhadores residentes nas freguesias rurais próximas, que se deslocavam diariamente para as fábricas de charutos e retornavam ao final do dia (...) até então muitos ofícios exercidos na zona rural se encaixavam perfeitamente às necessidades do mercado urbano (FRAGA, 2013, p. 55).

São Félix e Cachoeira eram centros urbanos que atraíam a população devido às atividades comerciais e portuárias, principalmente pela concentração de indústrias fumageiras. O trabalho com as fontes orais, juntamente com outras fontes, nos permitiu, portanto, compreender essas ocupações e o cotidiano das trabalhadoras nos pós-abolição, investigando-as a fim de produzir versões da realidade e interpretar os seus valores sociais e culturais. O relato da charuteira Dona Antonieta, vinda de uma família de charuteiras, casada, mãe de 14 filhos, operária da Cia. Pimentel e da Cia. Dannemann, tornou-se importante nas reflexões sobre a memória da escravidão e do pós-abolição.

Antes de eu começar a trabalhar no charuto eu já trabalhava na plantação de fumo, e de outros produtos agrícolas, trabalhei na roça, na agricultura com minha mãe, mas eu resolvi ir tentar um trabalho na cidade, eu era nova, a primeira fábrica que trabalhei foi na Pimentel, depois fui trabalhar na Dannemann, mas eu não tinha

direito a nada porque eu trabalhava avulso, mas eu tinha uma vida melhor que na plantação.<sup>40</sup>

Através da narrativa de Dona Antonieta percebemos que ao tentar a vida na cidade, ela continuou desenvolvendo atividades relativas às que desenvolvia nos engenhos baianos, permanecendo submersa numa atividade que mantinha uma economia como base o braço escravo. Por mais que tivessem ocorrido mudanças, as estruturas sociais e econômicas permaneceram estagnadas, porque a abolição, não significou a liberdade plena dos escravizados e seus descendentes, pois o controle sob os corpos negros, continuou operando de forma silenciosa como configurado no discurso da operaria diante de um passado que insiste em não passar, estas memórias como pontua Bergson (1999) é um passo que sempre se reatualiza se fazendo presente.

Importante destacar que os egressos da escravidão detinham situações econômicas e profissionais bastante diferenciadas. Alguns já desempenhavam algum tipo de ofício como carpinteiros, costureiras, pedreiros, ferreiros, marceneiros, e, sobretudo, as funções vinculadas à produção do fumo. Estas foram atividades que desde o período colonial foram desenvolvidas por negros. Já outros detinham apenas a força dos próprios braços. Essa variedade provavelmente influenciou nas condições de barganhas, nas possibilidades de escolhas, nas aspirações e nas estratégias de luta no pós-abolição (FRAGA FILHO, 2004, p. 200-232).

O Recôncavo se ocupou tanto do trabalho fumageiro a partir das manufaturas, quanto dos ofícios citados acima, quando começaram a ser fundadas as primeiras fábricas de charutaria, surgindo então uma nova categoria de emprego para as mulheres e homens de extratos sociais mais baixos, desempenhando um lugar significativo na composição da força de trabalho. Famílias inteiras trabalhavam sob o forte odor do tabaco, nos armazéns e fábricas de atividades vinculadas a economia fumageira (SANTOS, 2018, p. 49).

O trabalho nas indústrias de fumo não se tornou apenas uma alternativa para aqueles que sofreram os males nos últimos dias da escravidão e pós-abolição no Recôncavo da Bahia. Mas durante certo período, foi o principal meio de sustento encontrado por muitos, ao passo que incorporou uma larga massa de trabalhadores urbanos e rurais que foram atraídos para espaços urbanos em busca de um futuro melhor. Neste sentido, não foram poucos aqueles que se deslocaram de grandes distâncias, sobre a esperança de um emprego a fim de refazerem suas vidas nestes espaços (SANTOS, 2018, p. 49-50).

---

<sup>40</sup>Antonieta Santos de Jesus. São Félix-BA. Aposentada. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 6 de setembro de 2019.

Nas últimas décadas do século XIX, o Recôncavo se tornou um dos principais polos de atração da população livre e liberta. A produção fumageira foi a atividade que mais empregou nos pós-abolição. As mulheres, em sua maioria, começaram a exercer profissões domésticas, tais como as amas, engomadeiras e cozinheiras em diversas casas da cidade. Muitas dessas pertenciam a classe baixa sociedade, sendo vendedoras ambulantes de doces, de fato, de acarajé e lavadeiras. Além de muitas já terem trabalhado na lavoura fumageira. Maria Odila Leite (1995) em “*Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX*”, descreve a vida de mulheres negras e pobres que viveram à margem do trabalho formal que através de suas experiências souberam desenvolver estratégias para sobreviver e contornar as dificuldades financeiras, garantindo sua cidadania.

Observamos que o lugar das mulheres nas fábricas aqui analisadas foi a charutaria, suas tarefas se caracterizavam pela monotonia, pela repetição, pela necessidade de paciência, dentre outras e para as quais recebiam remunerações menores. Em termos sociais tratava-se de mulheres que encontraram nas fábricas de charutaria a alternativa contra as precárias condições de vida. Aprenderam a ser charuteira no dia a dia da fábrica, trabalhando com dedicação e servindo à fábrica de modo exemplar.

Não podemos esquecer que as charuteiras, em sua maioria, eram chefes de família, cabendo-lhes a manutenção da casa e da família no que diz respeito ao aspecto econômico, assim como a educação dos filhos e outras responsabilidades.

Deixando o emprego, a mulher continua em casa a labuta para o sustento dos filhos, dedicando-se à produção doméstica do produto barato, do fumo grosseiro e do consumo popular, feito à mão e colado a saliva, que frequentemente se vê exposto à venda nas janelas das casas ou vendido a varejo, nas praças, nos bilhares, nas estações, à beira da estrada, pelas crianças. Quando a prole se multiplica e a mulher deixa o emprego para dedicar-se a produção doméstica, o companheiro em regra já não é mais o primeiro, e as sucessivas ligações são cada vez mais instáveis e precárias, pois também aqui o turnover é a instituição que gera uma outra o matriarcado característico das famílias da classe pobre nessa zona (PINTO, 1998, p. 129).

As mulheres que atuavam no mercado de trabalho certamente sustentavam a estrutura familiar daquela sociedade onde as questões de gênero eram bem demarcadas e não poderiam comprometer o trabalho com que sustentavam seus filhos. A charuteira aposentada, Dona Zilda Ferreira de Oliveira, filha de pedreiro e trabalhadora agrícola, 78 anos, mãe de três filhos, natural de Governador Mangabeira, nos narrou que teve sua infância interrompida aos 13 anos de idade, quando decidiu aprender fazer charutos para prover a família da carência que viviam. No início sua produção era em casa, mas com o fim

da safra, começou a trabalhar como empregada doméstica, tinha então 15 anos de idade, geralmente as trabalhadoras iniciam-se muito cedo na profissão. Morou por 18 anos em São Paulo, mas como mulher negra sem experiência retorna a Bahia para mais uma vez trabalhar na charutaria. Ao contrário das outras charuteiras Dona Zilda teve e tem até os dias atuais a ajuda do esposo, e sempre que procuram ela confecciona charutos em sua própria casa. A partir de suas memórias a entrevistada afirmou que:

O trabalho era uma luta, era cansativo, o dinheiro era pouco, mas era bom. Eu não reclamava, não, pois recebia meu dinheirinho, né, minha filha? Meu filho que ia comigo levar os charutos era o mais atencioso, só dormia depois que eu terminava a produção, eu fazendo charuto e ele estudando, ele era o mais velho, já era adolescente, ele é da Marinha hoje. Eu tenho orgulho do meu trabalho de charuteira, porque eu criei e eduquei meus filhos, se tornou tudo gente. Graças a Deus, eles tiveram a oportunidade que eu não tive na vida. O trabalho com o charuto foi muito importante pra minha vida, não só por ter ajudado minha mãe quando criança, mas também porque pude ajudar meu marido, meus filhos e fazer minha casa, que hoje essa casa aqui foi feita através do charuto.<sup>41</sup>

No relato de Dona Dalva Damiana de Freitas, charuteira, 94 anos, também podemos observar que:

Eu estudei, mas não foi muito, não. Só estudei até o segundo livro, porque minha mãe era charuteira, meu pai sapateiro e eu tinha que ajudar. Era uma vida mal passada, né? Mas aí concordou e Deus ajudou, a consciência dele bateu e registraram e eu fiquei trabalhando até completar a minha idade, me registraram e com isso passei a ter minha carteira e, graças a Deus, a minha vida se tornou melhor porque eu fui ajudar meus pais, a sobrevivência dos meus irmãos... Meus pais queriam que eu estudasse mais, para não ter o mesmo futuro deles, mas aí então chegou o meu momento de ajudar, era assim mesmo... sorrindo... horas chorando, enxugando as lágrimas e pedindo a Deus força e coragem porque não era fácil não.<sup>42</sup>

Percebemos, através das narrativas, o quanto a educação dos filhos constituía uma preocupação, sobretudo, porque elas acreditavam que era através dos estudos que seus filhos alcançariam melhores condições de sobrevivência, exercendo funções menos árduas, certamente, fora do ambiente dos armazéns de fumo. E foi graças ao trabalho da charutaria, apesar de mal remunerado, que elas conseguiram criar, e dar estudos aos seus filhos. Os depoimentos nos levam a entender que oferecer maiores possibilidades aos filhos é um tema recorrente entre as mulheres negras que batalham pra dar aos filhos a capacidade e a formação que elas não tiveram. Uma das maiores dificuldades para elas, na condição de

<sup>41</sup> Zilda Ferreira de Oliveira. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 24 de abril de 2019.

<sup>42</sup> Dalva Damiana de Freitas. Cachoeira-BA. Operária aposentada da Cia. Suerdieck. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 14 de janeiro de 2019.

charuteira, era continuar os estudos diante de tantas “profissões” que tinham para exercer. Ao ouvir as vozes dessas duas mulheres negras percebemos quanto o trabalho se tornou um meio de conquista e progresso para si e para seus filhos. Como afirma Marta Rovai (2021) nós vimos nessas narrativas sujeitos históricos com saberes a serem transmitidos, trajetórias vividas no ato de resistir pela busca e afirmação da emancipação. Sueli Carneiro (2005) mulher negra, filósofa, educadora e pensadora brasileira em seus estudos sobre “*A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*” assinala que:

Para as classes subalternas no Brasil, à educação é reconhecidamente um instrumento efetivo e seguro de ascensão social, o que faz com que o controle e a distribuição das oportunidades educacionais venham a instituir uma ordem social racialmente hierárquica. Esse monopólio de oportunidades educacionais por parte da classe dominante permitiu a um só tempo a exclusão racial dos negros e a promoção social dos brancos, consolidando por meio da educação, o embranquecimento do poder e da renda e a exclusão política das temáticas raciais no país (CARNEIRO, 2005, p. 113).

Marta Rovai (2021) também aponta a partir de suas narrativas que dar visibilidade a vozes como a das charuteiras é fundamental para que possamos conhecer suas histórias e suas vivências. Desde o período colonial, e imperial que se estende até 1889 a educação é destinada para formar os filhos dos que detêm o poder, percebe-se a exclusão dos negros na educação, na qual as escolas urbanas públicas vedavam o ingresso de negros cativos ou libertos.<sup>43</sup> O acesso à educação se tornou um dos principais fatores de produção dessa desigualdade, por meio desta os negros, principalmente as mulheres, estão fortemente concentradas nas ocupações da indústria tradicional e nos serviços domésticos. As charuteiras adquiriram a certeza de ganhar a vida com o propósito de fornecerem um complemento à economia da família e oferecer aos filhos a oportunidade de ascender socialmente mesmo aceitando baixos salários. Essa forma de tratamento era uma realidade na vida dos ex-escravos, tendo em vista que representam a permanência de práticas comuns ao cativo.

As narrativas nos revelam o quanto as mulheres charuteiras se dedicaram e trabalharam ao máximo para que seus filhos viessem a ter um futuro próspero através dos estudos e não passassem pelas mesmas adversidades que elas. O interesse maior era integrar seus filhos na sociedade de modo que não viessem exercer, ao longo da vida, profissões

---

<sup>43</sup> Primeira lei de educação: Negros não podem ir à escola. Em seu texto a Lei n. 1, de 1837 e o Decreto n° 15 de 1839 (BRASIL, 1837, art. 3°), dispunha que “Os escravos e os pretos Africanos, ainda que sejam livres ou libertos” estavam proibidos de frequentar escola pública.

vistas como inferiores na época, como por exemplo empregadas domésticas, vendedores locais, pedreiros, carroceiros, quituteiras, charuteiras, entre outros. Florestan Fernandes (2008, p. 216), na obra “*Integração do negro na sociedade de classes*”, evidencia como os negros e os mulatos jamais conseguiram se integrar inteiramente, pois ao longo da história foram eles os que mais sofreram diante dos processos de exclusão das estruturas relacionais à nossa sociedade de classes.

Nota-se que as mulheres trabalharam e disciplinaram seus filhos nos moldes dos valores vigentes, sendo que o trabalho feminino foi um recurso valioso para modificar sua situação política, cultural e econômica (LESSA, 2010, p. 82). Estas mulheres que, também, atuavam no mercado de trabalho, certamente ofereceram mudanças na estrutura familiar daquela sociedade na qual os papéis sociais ainda eram relativamente distintos (SILVA, 2001, p. 66).

Nas famílias chefiadas por mulheres, há uma tendência a analisar a saída do homem do grupo doméstico em termos negativos por significar a supressão de um componente que tem a cotação mais elevada no mercado de trabalho o que levaria a uma situação de maior vulnerabilidade desses domicílios. Mas o contato com as mulheres chefas de família vem revelando que a saída do homem pode não significar necessariamente prejuízo para os que ficaram, pois muitas vezes a presença do homem pode estar se constituindo em um problema para a família, já que em muitas circunstâncias ela pode estar acarretando situações de conflito, violência doméstica ou ainda desvio de recursos para fora do domicílio (bebidas, jogos, outras mulheres, etc (MACEDO, 2001, p. 23).

A dupla ou tripla jornada de trabalho, a partir da utilização e exploração da mão de obra das mulheres trabalhadoras nas indústrias fumageiras, se constitui em aspectos de uma estrutura social marcada por uma economia onde a submissão, o conformismo, a miséria física e a disponibilidade sexual acentuavam a subalternidade da posição objeto do sexo feminino, como acentua Luiz Aguiar da Costa Pinto (1998, p. 128-129).

Por outro lado, a invisibilidade e as questões raciais e de gênero acabaram colocando as mulheres negras nas ocupações mais baixas nos espaços fabris. Ao analisar os documentos empregatícios da Cia. de Charutos Dannemann e Pimentel, podemos perceber que tanto a mulher branca, quanto o homem negro, possuíam certos privilégios. Na Cia. Pimentel, de acordo com o registro empregatício da Senhora Nilza Santa Rita Silva, nascida e domiciliada em Muritiba desde 5 de setembro de 1930, uma mulher branca, que fora admitida aos 23 anos na função de caixa, e do Senhor Isidoro Lopes dos Santos, também morador da cidade

de Muritiba, admitido aos 43 anos na função de mestre de armazém.<sup>44</sup> Na Dannemam, encontramos a Senhora Sylvia Irene Tolber, trata-se também de uma mulher branca, nascida na cidade de São Félix, em 28 de agosto 1940, aos 19 anos desempenhou com êxito até sua aposentadoria a função de auxiliar de contabilidade.<sup>45</sup>

As definições raciais e de gênero impossibilitaram que mulheres negras ocupassem outros espaços na Cia. de Charutos Dannemann e Pimentel. Como pontua Kimberlé Crenshaw (2002a, p. 177-179) em seus estudos relativos à discriminação racial e de gênero, as mulheres racializadas têm suas experiências confrontadas por múltiplas opressões, posicionadas nessas intersecções em virtude de suas identidades, na qual podem se confrontar com a discriminação, onde, como regra, as mulheres sejam contratadas para função de escritório ou posições que envolvem interação com o público, enquanto as minorias étnicas ou raciais sejam empregadas no trabalho industrial subalternizado ou em alguma outra forma de trabalho segregado por gênero. Nesses casos, mulheres racializadas enfrentam discriminação porque os empregos femininos não são apropriados para elas e o trabalho designado para homens racializados é definido como inapropriado para mulheres.

Como bem pontua Marta Rovai (2021), as mulheres negras revelam seus saberes em suas narrativas e buscam a partir de suas experiências o reconhecimento nas lutas por direitos a partir de seu trabalho. Senhor Cosme Oliveira, operário, negro, nascido em 1958, mestre de armazém, casado, residente na cidade de Muritiba, relatou que:

Certo dia, eu lá trabalhando no meio de vários homens chegaram os alemães lá e conversaram com uma mestra que chamava Lícia, era a única mestra mulher, mas ela não era negra, não. E os alemães queriam tirar um desses homens pra ajudar a mestra a comandar o trabalho, tá eu trabalhando mandaram me chamar no escritório, eu já fiquei assustado. Cheguei lá, os alemães falaram junto com o Sr. Atila: “Sr. Cosme, a gente tá querendo lhe dar uma oportunidade aqui na empresa se o Sr. quiser crescer, você vai comandar junto com ela aí, mas se eu ver que você leva jeito pra esse trabalho eu vou lhe ajudar”. Então eu segurei essa oportunidade e assim trabalhei 23 anos nessa empresa. Então trabalhei como contramestre, mas aí a mestra faleceu e eu passei a comandar a produção da empresa como mestre, assumi tudo.<sup>46</sup>

Percebe-se, portanto, na narrativa do Senhor Cosme Oliveira, a existência da divisão sexual no trabalho em que há uma tendência de colocar homens em cargos de maiores

<sup>44</sup> Acervo da Biblioteca da Faman. Fichas de registros empregatícios da Cia. Pimentel no período 1950-1990, Governador Mangabeira-BA, 2019.

<sup>45</sup> Arquivo Municipal de São Félix. Série: fábricas de charutos. Subsérie: Dannemann. Caixas dos registros dos empregados da Cia. de Charutos Dannemann.

<sup>46</sup> Cosme de Oliveira. Muritiba-BA. Operário. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 11 de outubro de 2021.

responsabilidades, invisibilizando o papel da mulher mesmo ela sendo branca como descrito no relato acima. A categoria gênero também é um dos principais articuladores das relações sociais dentro desse contexto que atribuem a homens e mulheres um lugar diferenciado no mundo, essa diferença é atravessada por relações de poder que conferem ao homem uma posição dominante. A questão do gênero na esfera do trabalho implica em uma relação que, na maioria das vezes, o masculino é mais valorizado, o que consiste em uma distribuição de oportunidades desiguais de poder, e prestígio entre as pessoas, conforme o seu sexo. Segundo Macêdo e Macêdo (2004, p. 61-91), essas relações são construídas constantemente ao longo da história, em que a ideologia dominante reforça e reproduz a subalternidade da mulher, passando a se apoiar nela para a sobrevivência de suas estruturas hierárquicas, patriarcais e conservadoras.

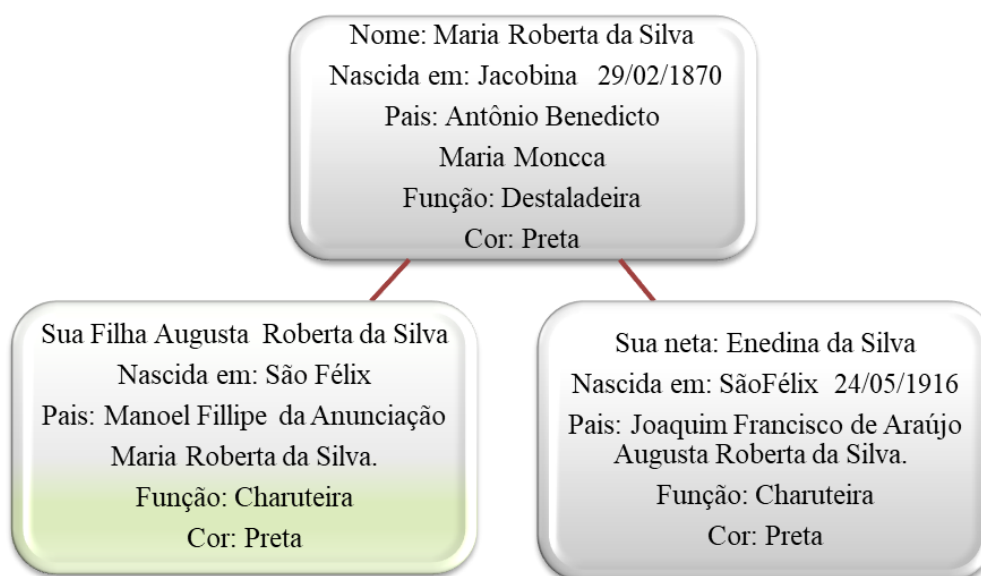
No mundo fabril, as charuteiras, que por serem mulheres e negras, acabam se diferenciando dos demais, conseqüentemente sofrem uma subordinação masculina. Carlos Augusto Braga (2021, p. 113-114), em seus estudos sobre as fumageiras, também salienta que os homens negros tinham a possibilidade de atravessar a linha de cor pela via da masculinidade, que fazia com que eles conquistassem espaços maiores em relação ao trabalho na qual fixava as mulheres negras na execução. Revelando, sobretudo, a possibilidade aberta aos homens em construir carreiras dentro das empresas fumageiras. Entendemos que o homem negro, a despeito do racismo e da discriminação racial, ao ser comparado com a mulher negra é designado de vantagens atribuídas à sua condição sexual e alguns indicadores sociais que mesmo sendo homem negro já têm uma oportunidade menos desastrosa que a mulher negra como salienta Sueli Carneiro (2019, p. 39).

Lélia Gonzalez (2020, p. 75-93) em seu estudo sobre racismo e sexismo na cultura brasileira, preocupa-se bastante em mostrar as mulheres no seu dia a dia, como elas estão na base da sociedade principalmente nos trabalhos precarizados nas indústrias e nos trabalhos domésticos que caminham juntos, a autora pensa nessa pirâmide social, ocupacional pelo viés econômico cultural de como essas mulheres contribuíam para a sociedade através das suas experiências sempre como pilares da família.

No final do século XIX e durante a Primeira República que essa situação se modificaria, quando os africanos vão, paulatinamente, cedendo lugar aos brasileiros negros e mestiços. Esse numeroso grupo era responsável pela intensa circulação de mercadorias e pessoas pela cidade, possuindo uma complexa organização do trabalho representada pelos cantos de trabalho, nomeados segundo o local onde se concentravam à espera de quem contratasse os seus serviços (CASTELLUCCI, 2004, p. 49).

Os quadro de registros empregaticios abaixo (Figuras 11, 12, 13 e 14), da firma Cia. de Charutos Dannemann tem como propósito apontar as experiências de trabalho das mulheres negras de diferentes gerações.

Figura 11 – Modelo de ficha para registro das operárias na Cia. de Charutos Dannemann.



Fonte: Arquivo Municipal de São Félix. Série: fábricas de charutos. Subsérie: Dannemann. Caixas dos registros dos empregados da Cia. de Charutos Dannemann.

Figura 12 – Registro da operária Maria Roberta da Silva na Cia. de Charutos Dannemann.

REGISTRO DOS EMPREGADOS  
DA FIRMA Companhia de Charutos Dannemann

O Sr. *Maria Roberta da Silva* nacionalidade *Brasileira*  
Estado civil *casada* com *68* anos de idade, nascido na  
cidade *Jacobina* em *9* de *Fevereiro* de *1870*  
filiação (Paterna *Antônio Benedicto* Materna *Maria Moncca*)  
residente a rua *La Estação* na cidade *São Félix*  
Carteira Profissional n. *Distaladeira* série *variavel* foi admitido em *14* de *Dezembro* de *1915* na qualidade  
de *Distaladeira* com os vencimentos de Rs. *20000*  
(*variavel*) para trabalhar normalmente das *8* às *17* horas, com os intervallos de *1* horas para refeição e descanso  
beneficiarios

Observações:

*São Félix 24 de Janeiro de 1938*  
Assinatura do Empregado *Maria R. Silva*  
*Bartholomeu Malta*

Fonte: Arquivo Municipal de São Félix. Série: fábricas de charutos. Subsérie: Dannemann. Caixas dos registros dos empregados da Cia. de Charutos Dannemann.

Figura 13 – Registro da operária Augusta Roberta da Silva na Cia. de Charutos Dannemann.

**REGISTRO DOS EMPREGADOS**  
DA FIRMA Companhia de Charutos Dannemann N. 525 F

O Sr. Augusta Roberta da Silva nacionalidade Brasileira  
Estado civil solteira com 44 anos de idade, nascido na  
cidade Monte Aro em 23 de Junho de 1874  
filiação { Paterna Miguel Felipe de Albuquerque  
Materna Alta Roberta da Silva.  
residente a rua 212 de Maracaniú n. 18 na cidade São Félix  
portador da Carteira Profissional n. 22769 serie 9<sup>a</sup> foi admitido em 4 de Maio de 1906  
na qualidade de Charuteira com os vencimentos de Rs.             
( Tarefa Variavel )  
para trabalhar normalmente das 8 ds 17 horas, com os intervalos de 1 horas para refeição e descanso  
beneficiarios

Observações: \_\_\_\_\_

São Félix, 25 de Fevereiro de 1938  
4 mto de Hipólito de Silva  
Francisca Bergueso Lima  
SIGNATURA DO EMPREGADO

Procure a fixa de anotações \_\_\_\_\_

Fonte: Arquivo Municipal de São Félix. Série: fábricas de charutos. Subsérie: Dannemann. Caixas dos registros dos empregados da Cia. de Charutos Dannemann.

Figura 14 – Registro da operária Enedina da Silva na Cia. de Charutos Dannemann.

**REGISTRO DOS EMPREGADOS**  
DA FIRMA Companhia de Charutos Dannemann N. 526 F

O Sr. Enedina Silva nacionalidade Brasileira  
Estado civil solteira com 21 anos de idade, nascido na  
cidade São Félix em 24 de Maio de 1916  
filiação { Paterna Fraqueto Aguiar de França  
Materna Hipólito Roberto da Silva.  
residente a rua 212 de Maracaniú n. 16 na cidade São Félix  
portador da Carteira Profissional n. 26735 serie 9<sup>a</sup> foi admitido em 18 de Fevereiro de 1930  
na qualidade de Charuteira com os vencimentos de Rs. 110 \$  
( Tarefa Variavel )  
para trabalhar normalmente das 8 ds 17 horas, com os intervalos de 1 horas para refeição e descanso  
beneficiarios

Observações: \_\_\_\_\_

São Félix, 25 de Fevereiro de 1938  
Enedina Silva  
ASSIGNATURA DO EMPREGADO

Procure a fixa de anotações \_\_\_\_\_

Fonte: Arquivo Municipal de São Félix. Série: fábricas de charutos. Subsérie: Dannemann. Caixas dos registros dos empregados da Cia. de Charutos Dannemann.

A partir da documentação apresentada nota-se que se tratava de três gerações de mulheres negras, que encontraram na charutaria um meio de sobrevivência diante de uma sociedade patriarcal e desigual economicamente e socialmente. Também fica evidente a existência de uma composição familiar que se aproxima de um viés matrifocal, na qual a posição hierárquica feminina seria exercida pela avó, uma mulher que, possivelmente, tinha na sua trajetória as marcas da escravidão (SOUZA, 2012, p. 110).

No contexto do pós-abolição, a organização da família fazia parte dos diversos projetos de liberdade da população negra liberta dos processos de lutas que culminaram na abolição do regime escravista, possibilitando para as operárias a permanência e o acesso ao trabalho para os outros membros da família (BRAGA, 2021, p. 40). Sobretudo, foi uma estratégia para garantir a sobrevivência dos libertos.

A partir de meados do século XX, milhares de escravos se viram subitamente arrancados de seus locais de origem, da companhia de seus familiares e do desempenho das tarefas às quais estavam acostumados (CHALHOUB, 1990, p. 27). Patricia Hill Collins, socióloga estadunidense (2019, p. 99-134), ao corroborar esse assunto, expõe que criar noções africanas de família como unidade ampliada de parentesco era uma das maneiras que muitas famílias encontraram para resistir aos efeitos da desumanização da escravidão. Segundo Ana Lugão Rios e Hebe Mattos (2005, p. 184), o direito de não se separar da família se estabeleceu como um dos principais pontos de luta para muitos cativos, era um dos aspectos mais comuns dentro dos ideais de liberdade forjados por distintas experiências escravas.

As imagens abaixo mostram os laços familiares diante do caso das irmãs operárias que consta nos documentos da Cia. de Charutos Dannemann (Figuras 15, 16 e 17).

Figura 15 – Funções das irmãs Noemia e Noélia Tosta na Cia. de Charutos Dannemann.

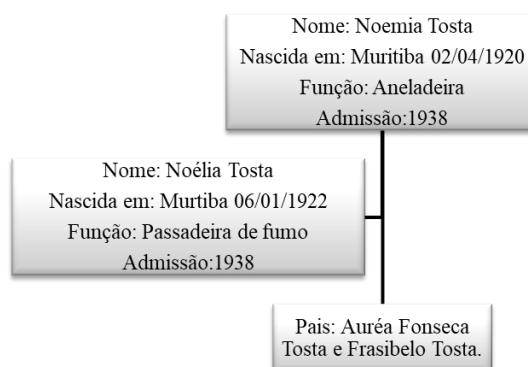


Figura 16 – Registro da operária Noemia Tosta na Cia. de Charutos Dannemann.

393.223

**REGISTRO DOS EMPREGADOS**

DA FIRMA Companhia de Charutos Dannemann N. 636

Photographia

O Sr. Noemia Tosta nacionalidade Brasileira  
 Estado civil Solteira com 18 anos de idade, nascido na  
 cidade Muritiba em 2 de Abril de 1920  
 filiação { Paterna Francisbela Tosta  
 ( Materna Aurea Francisca Tosta  
 residente a rua 3 de Maio n. 12 na cidade Muritiba  
 portador da Carteira Profissional n. 24031 serie 92 foi admitido em 25 de Julho de 1938  
 na qualidade de Assistente com os vencimentos de Rs. \$  
 ( )  
 para trabalhar normalmente das 8 às 17 horas, com os intervalos de 1 horas para refeição e descanso  
 beneficiários  
 Observações:  
S. Félix 25 de Julho de 1938 Noemia Tosta  
 ASSIGNATURA DO EMPREGADO  
 Procure a ficha de anotações n.

Fonte: Arquivo Municipal de São Félix. Série: fábricas de charutos. Subsérie: Dannemann. Caixas dos registros dos empregados da Cia. de Charutos Dannemann.

Figura 17 – Registro da operária Noélia Tosta na Cia. de Charutos Dannemann.

393.352

**REGISTRO DOS EMPREGADOS**

DA F. Companhia de Charutos Dannemann N. 665

Photographia

O Sr. Noélia Tosta nacionalidade Brasileira  
 Estado civil Solteira com 16 anos de idade, nascido na  
 cidade Muritiba em 6 de Jan de 1922  
 filiação { Paterna Francisbela Tosta  
 ( Materna Aurea Francisca Tosta  
 residente a rua 3 de Maio n. 12 na cidade Muritiba  
 portador da Carteira Profissional n. - serie - foi admitido em 15 de Julho de 1938  
 na qualidade de Assistente com os vencimentos de Rs. \$  
 ( Assistente )  
 para trabalhar normalmente das 8 às 17 horas, com os intervalos de 1 horas para refeição e descanso  
 beneficiários  
 Observações:  
S. Félix 20 de Julho de 1938 Noélia Tosta  
 ASSIGNATURA DO EMPREGADO  
 Procure a ficha de anotações n.

Fonte: Arquivo Municipal de São Félix. Série: fábricas de charutos. Subsérie: Dannemann. Caixas dos registros dos empregados da Cia. de Charutos Dannemann.

É importante salientar que as mulheres ocuparam um espaço importante na historiografia brasileira através do trabalho nas fábricas de charutaria, diretamente atribuídas à confecção dos charutos diante de um contexto de transição do trabalho escravo para o livre, contribuindo na formação da classe trabalhadora negra no período do Brasil República. Neste debate estão inseridas as ocupações das trabalhadoras fumageiras no Recôncavo Baiano no final do século XIX e início do século XX, quando a utilização da força do trabalho que se constituiu em uma organização social e acumulação de riquezas. Nesse período, as indústrias de charutaria utilizavam a mão de obra feminina buscando explorar suas habilidades. Nessa reflexão insere-se o debate de Heleieth Saffioti (2013) sobre “*A mulher na sociedade de classes*”, analisando a centralidade do capitalismo na opressão e na exploração das mulheres e nas suas conseqüentes atividades industriais, nas quais a mulher, por sua condição de classe social, sexo e raça, foi marginalizada enquanto força do trabalho. Os preconceitos foram racionalmente usados a fim de dar lugar à opressão, gerando capital para as grandes empresas. Ainda concordando com a autora, o capitalismo se utilizou de valores anteriores a ele para alijar as mulheres do mercado de trabalho. Mesmo reconhecendo, repetidas vezes, a existência da condição subalterna das mulheres antes do capitalismo, Saffioti (2013, p. 96-111), é enfática ao afirmar que entre os problemas “gerados pelas sociedades capitalista” está o da mulher. Silvia Federici (2019, p. 166-173), em “*Calibã e as bruxas*” também ressalta como o capitalismo colocou as mulheres na reprodução da força de trabalho. A socióloga Junia de Souza Lima (2011) ao estudar “*a formação da mão de obra feminina em fábricas têxteis mineiras no final do século XIX*”, revelou que:

Grande parte das trabalhadoras passava cerca de 30 a 40 anos no serviço fabril, elas cresciam e tornavam-se adultas nesses locais e, desta forma, o seu aprendizado para o trabalho passava também por um caminho “tortuoso” de aprenderem a ser mulheres a partir de um modelo simbólico considerado importante para os seus patrões. Modelo esse que talvez não seja o das operárias, mas que serve para aproximar as fábricas à escola, à família e à religião, cada qual à sua maneira, que igualmente, se encarregaram de educar e formar as mulheres (LIMA, 2011, p. 278).

Nas memórias de Dona Dilza Maria Nascimento, fica bem anunciado ao relatar que: “comecei a trabalhar ainda na primeira idade e só parei depois dos meus 46 anos, quando as fábricas faliram eu já estava em casa”.<sup>47</sup> A narrativa de Dona Dilza revela como as

---

<sup>47</sup> Dilza Maria Nascimento. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 1º de julho de 2019.

desigualdades de gênero, penalizavam as crianças negras do sexo feminino ao anteciparem seu amadurecimento diante do trabalho fabril em relação às de outras classes sociais. As trabalhadoras tornavam-se adultas na companhia seus pais no trabalho do campo, fabril, e em suas respectivas trajetórias, evidenciam um repertório de estratégias utilizadas com vistas a escapar da pobreza, traduzindo o alto grau de complexidade existente no cotidiano vivenciado tanto na escravidão, como no período pós-escravidão (SOUZA, 2012, p. 111). Ser mulher na condição de charuteira era representar um lugar na família, acerca dos papéis que lhes eram destinados. Dilza Maria Nascimento continuou sua narrativa recordando que:

Fui casada no civil, casei com 18 anos, vivi uma vida de amargura porque meu marido era alcoólatra, não me ajudava em nada, nem com a filha que a gente teve, eu que me virava na charutaria pra criar minha filha, apesar que ele trabalhava, ele era carpinteiro, mas ele bebia tanto que trocava o trabalho pela bebida, ele morreu bêbado quando a gente tinha quatro anos de casamento. Aí minha vida foi criar minha filha sozinha, né? Foi uma vida de sofrimento, minha filha cresceu, casou, também teve três filhos, também não teve sorte, assim como eu arrumou um marido alcoólatra (risos), mulherengo. Eu que acabei criando os filhos dela também, criei pra ter uma formação, né, filha? Porque gente eles já eram. Graças a Deus. filha.<sup>48</sup>

As memórias de Dona Dilza revelam como as famílias chefiadas por mulheres negras abrange um amplo aspecto de situações conjugais. Ao falar sobre os maridos, percebemos também que essas mulheres eram viúvas, seguidas das separadas, solteiras, e, muitas vezes, desprezadas como esposas, pois não viviam uma relação conjugal aprazível, sendo obrigadas e submetidas pela responsabilidade da família na ausência do esposo. As charuteiras conseguiam vencer as dificuldades, criando diversas maneiras para que pudessem enfrentar a dupla e, às vezes, até tripla jornada que lhes conferia obrigações trabalhistas industriais, mães e domésticas. As fábricas então lhes proporcionou as respostas para as suas necessidades, conferindo desse modo alguns princípios na construção da estrutura familiar daquela sociedade. A história de vida das mulheres trabalhadoras das indústrias fumageiras, reflete a mesma das mulheres das classes oprimidas, sendo elas trabalhadoras, mães ou esposas. Conforme podemos observar na análise da obra literária “*A cor púrpura*” (2009) da autora norte americana Alice Walker, as mulheres são fortes com formas diferentes de resistência, apesar de todo o sofrimento, elas fazem o melhor que podem, seja lutando contra um marido alcoólatra ou contra diferentes tipos de desigualdade, como o machismo, o

---

<sup>48</sup> Ibidem.

patriarcado, a segregação diante da vivência da mulher negra. Elizabete Silva (2001) reforça que:

Ser trabalhadora, na realidade brasileira, representa o desafio de vencer os obstáculos de cada conjuntura política e econômica que não tiveram como propósito reconhecer as mulheres como sujeitos economicamente ativos, ora mantendo-as excluídas do processo produtivo, reduzindo sua contribuição social apenas ao papel de mantenedoras do equilíbrio doméstico, ora explorando a sua força de trabalho como reserva de mão-de-obra, à sombra do homem trabalhador (SILVA, 2001, p. 67).

Atenta à importância desse tema, a socióloga Ana Cláudia Lemos Pacheco (2013), em sua obra *“Mulher negra: afetividade e solidão”*, reitera sobre a condição da mulher negra e aponta que, a origem social e a família, já nascem e crescem com o racismo e o sexismo como sistemas cruzados de opressão. Muitas nunca vivenciaram relacionamento fixos, duradouros e saudáveis. A mulher negra, além de sozinha, é a maior vítima da violência doméstica. Essa imagem da mulher está constantemente associada à ideia de não sofrimento, de quem não necessita de cuidado.

Estudos demográficos no Brasil colonial nos mostram que as famílias chefiadas por mulheres não representam, necessariamente, uma invenção da história brasileira contemporânea (PRIORE, 2002). Diante dos estudos mais recentes, Cavenaghi e Alves (2018, p. 39-59) expõem em suas pesquisas *“Mulheres chefes de família: avanços e desafios”*, que o número de famílias brasileiras chefiadas por mulheres tem passado por muitas transformações nas últimas décadas, sobretudo com o aumento da urbanização, da estrutura produtiva, das mudanças sociais, assim o país viu crescer a pluralidade dos arranjos familiares e apresentou um enorme crescimento da quantidade de famílias “chefiadas” por mulheres. Nesse universo, uma em cada quatro famílias brasileiras do século XX é chefiada por mulheres.

As mulheres eram peças fundamentais no cenário colonial brasileiro, pois desempenhavam determinadas funções sociais e viviam sob rígidas regras que lhes eram impostas, além de serem vistas com preconceito que as desclassificaram, originários de valores machistas, entranhados no sistema escravista e moldados no menosprezo ao trabalho manual e de qualquer ofício de subsistência (LESSA, 2010, p. 68). Hoje mesmo a situação da mulher já estando mais avançada, no que diz respeito aos fatores econômicos e político e sociais ainda existe em nossa sociedade, fantasias, ideias falsas e ideologia machista e sexista sobre as possibilidades e potencialidades do trabalho feminino.

Difícilmente se enquadrariam nesse retrato patriarcal as escravas, mulheres que trabalhavam como empregadas e amas-de-leite na casa dos ricos, as trabalhadoras da indústria, as prostitutas e vendeiras nas ruas da cidade, assim como as que, na zona rural, trabalhavam de sol a sol ao lado dos homens, ou aquelas que apareciam desde o período colonial nos censos como chefe de família (COSTA, 2010, p. 498).

Na visão do autor, as mudanças operadas na vida das mulheres nos séculos XIX e XX estão relacionadas ao processo de desenvolvimento do capitalismo, que não apenas alterou as condições materiais, como também as sociais e o modo de pensar da época. Ao pensar sobre as mulheres charuteiras ao longo do século XX, não podemos pensar em um modelo tradicional de família, em que o poder estava concentrado na figura do homem. Por outro lado, percebe-se que a mulher veio desempenhando diversos papéis na sociedade, principalmente no mundo do trabalho. Em “*Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX*”, Maria Odila Leite (1984) retrata sobre a vida de mulheres pobres que viveram à margem do trabalho formal e desenvolvem uma série de estratégias para sobreviver, através das suas experiências cotidianas. Dona Joselita Sampaio, charuteira, aposentada, 78 anos, conta que: “não me arrependo de trabalhar na fábrica, nem de ter vendido charuto na porta, foi dali que veio minha sobrevivência e dos meus filhos, apesar de ser muita exploração eu tinha que ajudar, né? Pois o pai dos meus filhos não ajudava”.<sup>49</sup> O relato de Dona Joselita revela que enquanto charuteira ela buscava os seus ganhos na intenção de priorizar o sustento dos filhos, diante do pequeno comércio ambulante que faz parte da consolidação da economia escravista de exportação. Kátia Mattoso (1988), Cecília Moreira Soares (1994), Alberto Heráclito (2003), Isabel Reis (2007) e João José Reis (2019), pioneiros nos estudos da mulher negra na Bahia no século XIX, reforçam que a escravidão nos centros urbanos foi profundamente marcada pelos “trabalhadores de ganho”. É evidente que a população livre, quando não conseguia ter bons ganhos nos ofícios exercidos, dedicava-se aos pequenos expedientes, principalmente no pequeno comércio ambulante, neste tipo de trabalho encontramos tanto mulheres escravas colocadas no ganho por seus proprietários, como mulheres negras livres e libertas que lutavam para garantir a manutenção da família e de seus filhos e, assim, africanos e seus descendentes de ambos sexos encheram o cotidiano das principais vilas e cidades das províncias do Império, sendo as mulheres negras majoritárias

---

<sup>49</sup> Joselita Sampaio. São Félix-BA. Aposentada. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 9 de novembro de 2018.

neste tipo de comércio.<sup>50</sup> Edinelia Souza (2013), em “*História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição*”, reflete que:

Em sua grande maioria, os indivíduos egressos da escravidão e/ou descendentes de libertos exerciam as funções de trabalhadores temporários, rendeiros, meeiros, diaristas, pequenos sítiantes, assalariados, artesãos, tropeiros etc. todas elas relacionadas ao mundo rural. Muitas dessas pessoas viviam assustadas com as incertezas próprias de suas condições de vida no contexto do fim do regime escravista e do recém-implantado regime republicano no Brasil. De variadas formas, lutavam contra o cerceamento de costumes e tradições, reinventando estratégias de sobrevivência através das negociações, das relações com o meio, dos ritos festivos e religiosos (SOUZA, 2013, p. 58).

Por outro lado, transitar por diferentes espaços possibilitou aos indivíduos construir novas redes de relações e de sociabilidades. Toda essa rede de relações, hábitos e valores, próprios de uma cultura popular que se desenvolvia desde a colônia, tem nas mulheres negras uma referência marcante (FERREIRA FILHO, 1994, p. 98).

No Recôncavo, as indústrias de charutaria se tornaram a principal fonte de trabalho para as mulheres negras que viviam às margens do sistema escravista, foi, portanto, uma das maneiras que elas encontraram para garantir sua cidadania e melhorar suas vidas. Muitas mulheres se remetiam a trabalhos temporários, ou como autônomas do que precisamente como assalariadas, como consta nas fichas das trabalhadoras, ficava assegurado o trabalho, durante 6 a 8 meses, eram atividades temporárias. Cristina Assis (2015, p. 40) aponta que poucos eram os estabelecimentos fabris que funcionavam durante todo o ano, o número de contratações de trabalhadores dependia do período e do volume da safra. Através do depoimento de Dona Joselita Conceição dos Santos, 68 anos, solteira, natural de Muritiba, filha de mãe charuteira, com uma narrativa carregada de expressões e recorrente de vários movimentos e gestos, relatou que passou toda sua infância trabalhando, pois desde seus 8 a 9 anos começou fazer charutos, todo aprendizado veio do seu próprio lar. A vida pra Dona Joselita não foi fácil, pois como a maioria das mulheres negras e pobres

---

<sup>50</sup>Algumas pesquisas sobre ganhadeiras: a) SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. *Afro-Ásia*, n. 17, p. 57-71, 1996. b) LEAHY, Renata Costa; MACHADO, Lara. *Estórias das Ganhadeiras de Itapuã*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo) – Faculdade de Tecnologia e Ciências, Salvador, 2006. c) REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. 2007. 305f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. d) MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia século XIX: Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992. e) FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres: Condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita*. 1994. 223f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994. Em “A greve negra de 1857 na Bahia”, o historiador baiano João José Reis (2019) também lançou resultados mais amplos desta ambiciosa pesquisa em “Ganhadores”.

teve que ajudar a família nas despesas econômicas, por não ter um pai presente. Ao completar 20 anos teve que lutar ainda mais, pois casou e teve seus filhos todos criados com o trabalho das fábricas, não obstante, assim como sua mãe também separou tendo que ter duras responsabilidades. Fica evidente que: “na fábrica a gente levava uns meses e saía, depois retornava novamente para trabalhar e a gente ia, era o que tinha”.<sup>51</sup> Observa-se a partir do relato de Dona Joselita que as fábricas de charutaria através dos saberes e experiências das mulheres negras se constituíram em um espaço de trabalho temporário onde estava presente a maior parte da população pobre que lutava para combater as desigualdades sociais e pobreza nas quais viviam. Diferentemente do que ocorria com a maioria das mulheres brancas, principalmente das camadas média e alta desta sociedade, as mulheres negras, livres e libertas, tiveram sempre que buscar meios de viabilizar a sua subsistência. Esse era o cotidiano trabalho de uma mulher negra liberta, é necessário olharmos sempre através desta história.

Isso se justifica também pelo número de escravos alforriados que vinha tentar a vida na cidade e se dividiam entre o trabalho nas lavouras dos engenhos baianos e nas indústrias fumageiras. Salvador, Santo Amaro, São Félix e Cachoeira se destacavam como os principais centros urbanos e os mais importantes polos de atração da população livre e liberta.

Conforme os dados levantados por Cláudia Fonseca (2004, p. 517), na indústria têxtil, encontravam-se 569 mulheres, ou seja, 67,62% da mão de obra feminina era empregada em estabelecimentos fabris. No Brasil, no início do século XX, as mulheres também formavam boa parte do operariado. De modo geral, é possível perceber que as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa e, com a chegada da industrialização, passaram a compor mais da metade da força de trabalho nas indústrias. Muitas mulheres, mesmo não sendo inseridas diretamente nos espaços fabris, trabalhavam em casa para alguma fábrica de chapéu ou alfaiataria, entre outros.

Mas era justamente nessas atividades ligadas ao pequeno comércio que os trabalhadores livres encontravam a acirrada concorrência dos escravizados que, gradativamente excluídos do exercício de certas atividades, procuravam nas ruas um espaço de trabalho (MATTOSO, 1992, p. 537). As charuteiras faziam parte dessa classe de

---

<sup>51</sup> Joselita Conceição dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 25 de abril de 2019.

trabalhadoras desprovidas dos meios de produção, obrigadas a vender a sua força de trabalho e sua capacidade laboral em um regime de trabalho livre, no qual o capitalista paga ao trabalhador um valor mínimo e necessário para sua reprodução e, em troca, obtém o produto desse trabalho.

Na Bahia, o período pós-abolição foi caracterizado por negociações entre os trabalhadores livres e patrões; mas também foi marcado por conflitos entre libertos e ex-senhores de escravos para definirem a vida e as relações de trabalho no tempo de pós-escravidão (MATA, 2007, p. 81). Segundo as historiadoras Ana Lugão Rios e Hebe Mattos (2005), é importante ressaltar que:

O processo de abolição da escravidão no Brasil foi bem mais estudado do ponto de vista econômico e político do que de uma perspectiva social ou cultural. Enquanto problema econômico, quase naturalmente tendeu-se a privilegiar a questão da substituição do trabalho nas áreas mais prósperas da cafeicultura paulista e a substituição quase absoluta do escravo negro pelo imigrante europeu (RIOS; MATTOS, 2005, p. 174).

O historiador Walter Fraga Filho (2009, p. 118), em seu importante estudo sobre *“Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no Recôncavo Baiano após a abolição”* ao acompanhar a trajetória de escravos e libertos dos engenhos do Recôncavo no final do século XIX, procurou demonstrar como as populações que emergiam da escravidão mudaram suas vidas dentro de uma sociedade caracterizada pelas profundas desigualdades étnicas e sociais. A decisão dos negros em migrarem para outras localidades estava relacionada a desvincular-se de atividades ou de uma relação regular de trabalho que lembrasse o cativo, essas pessoas queriam ter novas possibilidades de sobrevivência fora dos antigos engenhos.

Tudo indica que, nos últimos anos do século XIX, houve migração de populações do interior da Província para a cidade do Salvador. Segundo o censo de 1872 a população de Salvador era de 129.109 habitantes. Em 1890, este contingente saltou para 171.412. Pelo censo de 1890, sabemos que os “pretos” constituíam 26,9 por cento da população. Juntando este contingente com os mestiços, vê-se que os não-brancos representavam 67,4 por cento da população. Sabemos que, na década de 1880, Salvador foi o destino principal de grande número de escravos fugidos do Recôncavo. Parte dos que fugiram ou abandonaram os engenhos foram incorporados ao mercado de trabalho urbano nas diversas profissões tradicionalmente ocupadas pela população livre e liberta (FRAGA FILHO, 2009, p. 116).

Desse modo, o Recôncavo passou a se destacar como um dos principais polos de atração da população livre e liberta que buscava oportunidades de trabalho. Fábio Santos (2018, p. 48), aponta que os negros buscavam cada vez mais afastar-se do passado como

escravizados, pois ser livre para eles tinha um significado muito importante, uma vez que eles tiveram possibilidades de ir e vir para qualquer lugar, como também escolher qual tipo de trabalho iriam desenvolver. Ainda assim, o contexto de ascensão urbana, trazia consigo uma série de possibilidades para aqueles que há pouco emergiram do sistema escravista.

O Recôncavo era uma importante área de migração na qual a maioria se concentrava nos trabalhos fumageiros até meados do século XIX, onde também estava boa parte da população cativa de 1888. Barickman (1998-1999), ressalta que os engenhos baianos entre 1850 e 1851 já estavam empenhados em substituir escravos por trabalhadores livres. Dessa maneira, os senhores de engenhos conseguiram transformar a grande massa de homens e mulheres livres e pobres em uma fonte abundante de mão-de-obra barata. Já no começo da década de 1870, os trabalhadores livres de um outro tipo eram mais numerosos do que os escravos.

Após a abolição, os centros urbanos do Recôncavo Baiano se constituíram numa das formas de sobrevivência, e sobretudo de expectativa e liberdade para a população negra egressa do cativeiro e os nascidos livres. O autor ressalta que as possibilidades de escolha para migrar ou permanecer eram mais reduzidas para as mulheres, por conta dos significados revestidos para o feminino produzidos naquela sociedade. Ser uma mulher de idade avançada ou ter que cuidar dos filhos e de parentes idosos, por exemplo, poderia contar como fortes fatores para que diminuíssem essa margem de escolhas migratórias e mesmo para as famílias que conseguiram o direito de cultivar pequenas parcelas de terras, os homens estavam mais livres do que as mulheres para migrar em busca de melhores remunerações em outras localidades.

Conseqüentemente, a migração também se tornou uma característica, principalmente, para que pudéssemos compreender as experiências de ex-escravos e de seus descendentes no Brasil e nas Américas. Sobre esse assunto, chamo atenção para os casos de trabalhadores(as) fumageiros que migraram conseqüentemente de engenhos das regiões baianas, como mostrado na Tabela 4.

Tabela 4 – Trabalhadores fumageiros na Cia. de Charutos Dannemann.

<b>Nome</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Região/migração</b>	<b>Função</b>
Theodora Alves de Souza	Monte Alegre-BA, 1860	São Félix-BA	Destaladeira
Maria José Pereira	Santo Amaro-BA, 1881	São Félix-BA	Destaladeira
Manoel Olavo de Nascimento	Bonfim de Feira-BA, 1883	São Félix-BA	Escolhedor
Massimiano Bispo dos Santos	Feira de Santana-BA, 1887	São Félix-BA	Carroceiro

Fonte: Arquivo Municipal de São Félix. Série: fábricas de charutos. Subsérie: Dannemann. Caixas dos registros dos empregados da Cia. de Charutos Dannemann, período entre 1935 e 1948.

A tabela acima nos mostra a migração de homens e mulheres para os centros urbanos na região do Recôncavo Sul, durante o século XX, em busca de novas oportunidades de trabalho, conseqüentemente encontrando nas indústrias fumageiras seus primeiros empregos. Além disso, a decisão de migrar tinha outros significados que não era apenas a sobrevivência, existia também sentidos políticos na forma como os ex-escravos pretendiam distanciar-se do passado da escravidão (FRAGA FILHO, 2009, p. 115-116). A migração provavelmente para esses(as) operários(as) foi considerada finalidade de diminuir as incertezas diante de um novo contexto.

O relato da entrevistada, Dona Zilda Ferreira de Oliveira, charuteira, 77 anos nos leva a analisar esses desafios.

Minha vida foi muito movimentada, eu trabalhava em casa no fabrico pra outras pessoas, nessa época eu morava em Governador Mangabeira, mas o tempo foi passando eu sai de onde morava em Mangabeira e vim morar em Muritiba, queria trabalhar na fábrica, mas não deu certo, fui trabalhar no fabrico de novo aqui em Muritiba, depois fui embora pra São Paulo, fiquei um tempo por lá, morei lá durante 18 anos e não achava nada porque as empresas não me queriam, eu não tinha experiência com nada. Como eu ia ter experiência, né? Se a minha vida foi fazer charutos, era a atividade que eu sabia.<sup>52</sup>

No Brasil, a pobreza dos trabalhadores negros foi considerada uma herança da escravidão e o racismo científico justificava a ausência de oportunidades de trabalho, os principais motivos que levavam as mulheres a migrarem eram, principalmente, pela busca por oportunidades de emprego garantindo um recurso econômico. Por essa razão Dona Zilda ao migrar para as cidades do Recôncavo Sul da Bahia, encontrou possibilidades que não

<sup>52</sup>Zilda Ferreira de Oliveira. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 24 de abril de 2019.

obteve na cidade de São Paulo, como mulher, negra, e sem experiência de trabalho, nesse sentido, apontamos que as dificuldades do processo migratório vivenciados pelas mulheres também estavam ligados as desigualdades de gênero, acentuando-se as vulnerabilidades vivenciadas por elas, ainda que a razão frequente para a migração feminina seja a busca por melhores condições de vida, mulheres em situação de migração tendem a receber remuneração inferior à dos homens migrantes por suas atividades laborais.

Ao analisar as fichas da Danneman e Pimentel, um total de 226 operários entre homens e mulheres migraram para São Félix, Cachoeira e Muritiba. Isso era muito importante para os industriais, porque além ser bastante lucrativo, deixavam de pagar determinados impostos e ainda exploravam uma força de trabalho cuja capacidade de resistência era considerada baixa.<sup>53</sup>

A identidade da “mulher operária” se articulava, nesse primeiro momento de explosão das indústrias, aos intensos fluxos migratórios em direção ao território paulistano. De acordo com o Censo de 1890, as mulheres estrangeiras representavam 34% de todo o operariado ativo, trabalhando em sua maioria na indústria têxtil. Além das famílias europeias, que eram mais estimadas pelas indústrias na contratação de empregados, chegavam à cidade, também, famílias de outras regiões do Brasil, que se juntavam aos grupos pobres e miseráveis da cidade no exercício de atividades ainda pior remuneradas e ainda mais marginalizadas (VIEIRA, 2020, p. 27).

Observa-se que a herança escravocrata é latente e pode ser percebida através das atividades desenvolvidas pelo povo negro. Segundo Aldrin Castellucci (2004, p. 75), dos 10.241 trabalhadores imigrantes, 79% trabalhavam nas manufaturas, 81% nos transportes e setores afins, no comércio 71,6%, excluindo as pesquisas no setor agrícola, os estrangeiros constituíam 71,2% da força de trabalho total da cidade de São Paulo.

## **2.2 A família no trabalho domiciliar como extensão das indústrias**

As mulheres sempre trabalharam, seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado (FONSECA, 2004, p. 517).

O trabalho feminino foi, sobretudo, um complemento do masculino, a história das mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano está inteiramente vinculada a essa visão. Para a historiadora Margarete Nunes Santos Gomes (2010, p. 97), as mulheres pobres não eram

---

<sup>53</sup> Arquivo Municipal de São Félix. Série: fábricas de charutos. Subsérie: Dannemann. Caixas dos registros dos empregados da Cia. de Charutos Dannemann e Pimentel.

alheias ao trabalho, ao contrário, sempre trabalharam e contribuíram para a manutenção do lar; portanto, o trabalho domiciliar não era conhecido como forma de “trabalho” e muito menos reconhecido.

Cecília Moreira Soares (1994, p. 26), pioneira nos estudos sobre a mulher negra no século XIX, aponta que o trabalho da mulher negra foi usado em diversos setores da economia escravista, principalmente em atividades domésticas, onde foram atribuídas a executar tarefas economicamente não produtivas, incluindo, dessa forma, os trabalhos realizados por cozinheiras, costureiras, arrumadeiras, lavadeiras, etc. Não havia, necessariamente, negras especializadas em cada uma dessas ocupações, logo, todas sem exceção poderiam se ocupar de inúmeras tarefas. Mariarosa Dalla Costa e Selma James (1975, p. 1), em estudo sobre “*O poder das mulheres e a subversão da comunidade*” reconhecem que todas as mulheres são donas de casa e mesmo aquelas que trabalham fora de casa continuam a ser donas de casa, pois as lutas cotidianas das mulheres estão diretamente interligadas entre o trabalho fabril e o doméstico. A historiadora Silvia Federici (2019) em “*O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*” ao historicizar o caminho percorrido pelas mulheres sob a perspectiva do trabalho doméstico, pontuou que à exploração das mulheres e do trabalho doméstico se dá em razão da ação de um Estado que acumula capital por meio da associação dessa atividade à natureza feminina.

Vinda de uma família muito pobre Dona Janacira dos Santos, solteira, nascida em 1956, filha de mãe viúva, iniciou o trabalho em fabricos com apenas 10 anos, aprendeu o ofício com sua mãe, suas tias e irmãs, que já trabalhavam nas fábricas da cidade de Muritiba-BA. Deu início ao trabalho na Pimentel em 1976 com mais de 18 anos, logo após tornou-se mãe de dois filhos, sem ajuda do pai que os abandonou teve que dobrar a produção de charutos diariamente para criá-los. Descreveu sua relação com tom de tristeza e decepção, pois toda a construção positiva que ela tinha acerca do homem foi frustrante diante do papel que o mesmo deveria exercer diante da construção familiar. De fato, foi na fábrica de charutos, que essa família construiu suas vidas, através de seu depoimento oral a charuteira relembrou que foram dela as duras responsabilidades.

Eu trabalhava muito na fábrica, esse trabalho era minha prioridade, era de onde eu tirava meu salário a cada mês, mas trabalhava o dobro em casa, era uma lida diária muito cansativa. Sempre arrumava tudo antes de ir ao trabalho, e na volta tinha que arrumar de novo, eu acordava bem cedinho deixava os meninos na creche, e,

quando não dava tempo, alguém olhava para poder eu trabalhar, não tinha descanso era só trabalho.<sup>54</sup>

Durante o século XIX, poucas foram as mulheres negras que contaram com o apoio da figura masculina na contribuição das atividades domiciliares e com as crianças. Conforme expresso na narrativa de Dona Janacira, percebemos como as fronteiras da escravidão e liberdade se cruzam sem que haja mudanças sociais e econômicas, visto que, as mulheres negras foram quem mais sofreram, antes e após o período da abolição, pois os serviços domésticos mantiveram vivo o ideário do cativo. Quando falamos do papel atribuído às mulheres, queremos nos referir à concepção de gênero, nas quais as relações sociais são construídas e percebidas enquanto diferenças físicas entre os corpos de homens e mulheres, já que, a socialização da produção do trabalho foi organizada da partir desse viés. Por ora, a mulher negra fumageira colaborou com as despesas domésticas ou até mesmo as manteve por completo. Logo, foram, as necessidades vividas pelas mulheres pobres da região que as levaram a enfrentar longas jornadas de trabalho na confecção dos charutos, as atividades domésticas.

Ana Cláudia Lemos Pacheco (2013, p. 220) em “*Mulher negra: afetividade e solidão*” acentua que, a combinação dessas categorizações são marcadas em seu percurso pela inversão do gênero na qual a mulher assume o papel que deveria ser do homem pela posição social que possui nesse contexto, ou seja, de ascensão social e econômica, e sobretudo pela situação racial uma vez que se tratava de um homem negro, porém, que subjazem expectativas diferenciadas de comportamento, valores, concepções de mundo e práticas que trazem marcas de uma cultura negra. A mulher enquanto trabalhadora industrial e doméstica foi obrigada a realizar trabalhos considerados não qualificados onde permaneceram invisível socialmente. Fortalecendo essa discussão Carminha Gonçalves (2022, p. 233), aponta que o trabalho das mulheres na sociedade capitalista, colocaram as mulheres em posição de desvantagem em relação aos homens por desenvolverem atividades das quais os homens são liberados, comprovando, desse modo, a divisão sexual do trabalho como agente estrutural da opressão de gênero. Corroborando essa argumentação, a historiadora Tânia Mara Pereira Vasconcelos (2022, p. 191-192), também pontua que em sociedades colonizadas com um acentuado histórico de escravização do trabalho doméstico e dos cuidados com as crianças foi terceirizado para as mulheres pobres e racializadas, em

---

<sup>54</sup> Janacira F. dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel em Muritiba. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 24/04/2019.

troca de baixíssimos salários. Embora as mulheres negras e pobres sempre trabalhassem fora de casa, na agricultura, nos serviços domésticos, sua presença sempre esteve excluída dos espaços públicos na sociedade. Por isso, a complexidade de compreensão da presença das mulheres no mundo “público”, através da ótica do trabalho, se dá justamente pela dupla inserção do grupo de mulheres trabalhadoras pelo gênero e pela classe, como ressalta Marina Vieira (2020, p. 23).

Nessa acepção, é necessário destacar a importância da perspectiva racial quando as mulheres negras eram praticamente inexistentes enquanto força de trabalho fabril, principalmente no início da industrialização brasileira. Para o feminismo negro, tanto o trabalho renumerado no mercado de trabalho quanto no interior das famílias, a posição das mulheres é sempre inferior. Sobre isso Patrícia Hill Collins (2019), discorre que:

O controle da reprodução das mulheres negras era fundamental para criação e perpetuação das relações de classe capitalista. A escravidão beneficiou certos segmentos da população estadunidense, enquanto outros eram economicamente explorados. Nesse sistema em que o controle da propriedade é fundamental, as mulheres africanas escravizadas eram mercadorias valiosas. Os proprietários das pessoas escravizadas controlavam o trabalho das mulheres negras e transformavam seus corpos em mercadorias na forma de unidade de capital (COLLINS, 2019, p. 109).

Historicamente, a presença da mulher negra na cidade e na esfera do trabalho é marcada pelos traços escravocratas, que as mantivera marginalizadas, desvalorizadas e alocadas no campo do trabalho doméstico, ainda que remunerado. O emprego doméstico é uma das formas mais antigas de trabalho assalariado e não assalariado, exercido pelas mulheres no decorrer dos últimos séculos. Como examina Ângela Davis (2016, p. 202), em “*Mulheres, raça e classe*”, os incontáveis afazeres, que juntos, são conhecidos como “tarefas domésticas” a exemplo de cozinhar, de lavar louças e roupas, de arrumar a casa etc., são incumbências de uma dona de casa. O papel exercido pelas mulheres nas questões domésticas também o leva à falta de valorização e respeito enquanto membros produtivos da comunidade. À medida que a industrialização avançava, transferindo a produção econômica da casa para a fábrica, a importância do trabalho doméstico das mulheres passou por um desgaste sistemático. Elas foram as perdedoras em duplo sentido: uma vez que seus trabalhos tradicionais foram usurpados pelas fábricas em expansão, toda a economia se deslocou para longe da casa, deixando muitas mulheres em grande parte despojadas de papéis econômicos significativos.

As mulheres negras começaram a reivindicar maior participação nos meios sociais a partir do século XIX, o que possibilitou e determinou a condição feminina. No contexto produtivo fumageiro, a luta foi ainda maior pois, como trabalhadoras negras e pobres, foi marcada pelos conflitos raciais, propiciando as mulheres repensarem sobre sua condição de mulher, redefinindo seus papéis no cotidiano fumageiro. Fato esse que pode ser comprovado no relato oral de Dona Nilza Rosa dos Santos, charuteira, 74 anos, ao relembrar das dificuldades vivenciadas quando trabalhava fora do lar, principalmente em relação ao marido:

Conheci um rapaz e casei aos 16 anos, ele tinha 17, quase tudo a mesma idade, só que era um marido muito ruim pra mim, nossa vida amorosa era cada dia pior, pois ele tinha outras mulheres na rua, mesmo assim eu continuei convivendo com ele, porque eu era sozinha, não tinha mãe, não tinha pai, na verdade eu não tinha pra onde ir, então conviver com homem ruim foi minha única alternativa, tive 3 filhos, um atrás do outro, quando um fazia um ano o outro nascia. E aí fiquei batalhando ainda na confecção dos charutos, né? Praticamente sozinha com meus filhos, porque o marido me largava sozinha e voltava no outro dia, dessa maneira criei meus filhos tudo (...) e assim eu contribuía pra o sustento da minha família e dos meus filhos, era eu pra tudo, nisso eu já tinha 14 filhos. O meu esposo já não ajudava em nada, mesmo porque ele bebia muito, tinha outras mulheres na rua, ele faleceu aos 40 anos, eu então tive que trabalhar ainda mais lutando pra criar meus filhos.<sup>55</sup>

Diante da fala da charuteira, percebemos como exigiam das mulheres negras duras responsabilidades. A mulher charuteira na condição de trabalhadora doméstica e de operária sofria uma alienação na qual era obrigada a vender sua força de trabalho como o único meio de sobrevivência. O marido gastava seu dinheiro com farras e suas amásias, não contribuindo com o compromisso familiar. O relato de Dona Nilza também nos leva a refletir sobre o papel da mulher pobre em uma sociedade machista que estabeleceu ao homem o papel de provedor. Ter um marido poderia significar contar com a ajuda constante na manutenção do lar, porém a ausência deste tornava obrigatório para as mulheres assumir por definitivo as funções tidas como “masculinas”. Em síntese notamos como a solidão da mulher negra é relativa a racialização, pois toda sua solidão é construída em cima da construção social e racial que permeia a sociedade. Muitas não tinham um companheiro que assumisse o papel de esposo e, sobretudo, colaborasse com as despesas da família, e aquelas que conviviam com o marido ou amásio, normalmente, recebiam apenas uma pequena ajuda (PINTO, 1998, p. 127-129).

---

<sup>55</sup>Nilza Rosa dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 1º de julho de 2019.

Como corrobora Ana Cláudia Lemos Pacheco (2003, p. 11-48), este é o tipo de convivência que está enraizado em nossa sociedade diante de uma mulher negra possuidora de qualidades, ainda assim, a autora revela que os homens são importantes para satisfazerem seus desejos/prazeres sexuais, mas não para constituírem uma vida estável e construção familiar.

Da mesma forma o historiador Alberto Heráclito Ferreira Filho (1994, p. 128) também comentou que “as mulheres arcavam com o sustento das suas famílias, contando costumeiramente com a ausência dos parceiros, o homem, esposo ou pai, nunca deixou de ser uma referência forte para um grande número de lares matrifocais baianos”. Apesar disso, os homens continuavam ser o representante ideal da família.

Por outro lado, essas opressões interseccionais trazem laços de violência que marcam a vida das mulheres brasileiras até hoje, especialmente das pobres racializadas, mãe sozinhas que vivem à margem da sociedade em sua luta pela sobrevivência (VASCONCELOS, 2022, p. 197). Normalmente, o trabalho nas fábricas era composto por mulheres pobres e mães de muitos filhos para criar, e que foi sistematicamente visualizada pelos empresários do fumo (BORBA, 1975, p. 37).

A antropóloga Cláudia Fonseca (2004), ao tratar do tema ser mulher, mãe e pobre procurou demonstrar o estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhado nos relatos de viajantes europeus, que serviam como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres.

A mulher pobre, cercada por uma moralidade oficial completamente desligada de sua realidade, vivia entre a cruz e a espada. O salário minguado e regular de seu marido chegaria a suprir as necessidades domésticas só por um milagre. Mas a dona de casa, que tentava escapar da miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer o pejo da “mulher pública” (FONSECA, 2004, p. 516-517).

Elizabete Silva (2007), em seu artigo “*Trabalho invisível e relações de gênero*”, aponta como o quadro do complexo industrial vinculado à produção do fumo se constituía em uma rede estabelecida como atividade de mulheres e também os limites sobre o campo de atuação destas mulheres.<sup>56</sup>

O trabalho da mulher negra fumageira também foi utilizado em diversos setores da economia escravista, mas principalmente em atividades domiciliares como extensão das

---

<sup>56</sup> SILVA, Elizabete Rodrigues da. A autora demonstra como a produção do fumo se tornou uma rede determinada como atividade feminina. O estudo aponta o crescimento de compra e a venda deste produto para as fábricas como campo de atuação destas mulheres do Recôncavo.

fábricas. Geralmente, as charuteiras, para aumentar a renda, levavam trabalhos para própria residência ou se inseriam em ambientes que funcionavam sem nenhum vínculo empregatício. A esses ambientes damos o nome de fábriço, no qual a produção era constante e a principal ocupação eram as casas da população de baixa renda que confeccionavam charutos nos fundos das residências, completando o quadro do complexo industrial do charuto, porém se constituíam em fabrico de pequeno porte e não geravam grandes lucros, era apenas uma maneira de aumentar a renda.

Conforme o historiador Alberto Heráclito Ferreira Filho (1994, p. 32), o mundo do trabalho foi organizado pela marginalização das profissões e das atividades produtivas, junto com as sociedades industrializadas. Ele ressalta que um número irrelevante de empregados assalariados caracterizavam a produção industrial baiana, a partir de atividades com oficinas, pequenas fábricas de “fundo de quintal”, onde os tipos mais desenvolvidos, ao molde das fábricas contemporâneas, não tinham muita expressão. Este, por sua vez, era predominantemente exercido pelo uso da mão de obra feminina (62,85%) e do trabalho do menor (33,70%) para baratear os custos da produção, uma vez que os salários pagos a esses trabalhadores eram inferiores aos dos homens em atividades idênticas. A indústria de “fundo de quintal” contava geralmente, com a mão de obra familiar, coloca-se como explicação para os 47,01% de mulheres registradas nas atividades industriais não classificadas.

Ao discorrer sobre sua vida de charuteira, Dona Joselita Conceição dos Santos, 68 anos, relatou com muito entusiasmo sobre os fabricos pelos quais havia passado.

Trabalhei no fabrico de Dona Dalva Damiana durante 7 anos, depois consegui trabalhar na Fábrica Pimentel, porém meses depois sair, porque a gente levava uns meses na fábrica depois ela chamava de novo. Depois que a Pimentel faliu, nós ficamos tudo sem trabalho, mas Graças a Deus Dona Tui abriu um fabrico, e chamou a gente para trabalhar lá. O fabrico era uma casa de charutos, mas não era fábrica, era um espaço no fundo de uma casa que ocupava 12 a 20 mulheres.<sup>57</sup>

Dona Antonieta Santos de Jesus também rememorou sobre seu trabalho no fabrico. “Trabalhei no Fabrico de Sr. Rafael, na Praça da Bandeira. Ele nunca trabalhou em fábrica, mas como ele sabia que o negócio dava dinheiro, quis ter o local dele, era um trabalho que gerava lucro pra eles”.<sup>58</sup> Dona Antonieta e Dona Joselita representam uma parcela das fumageiras que trabalharam entre as fábricas e o fabrico, foram mulheres que buscaram seu

---

<sup>57</sup> Joselita Conceição dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista concedida a autora Viviane dos Santos Silva em 25 de abril de 2019.

<sup>58</sup> Antonieta Santos de Jesus. São Félix-BA. Aposentada. Entrevista cedida a autora Vivianedes Santos Silva em 06 de setembro de 2019.

espaço, e conseqüentemente quebraram o tabu de que a mulher não deveria trabalhar fora de casa. Mesmo os fabricos funcionando de forma ilegal, as charuteiras souberam se utilizar desses espaços pela condição enfrentada a partir de suas necessidades econômicas e a falta de alternativa de empregos na região. No relato de Dona Joselita fica claro que mesmo com o fechamento das fábricas, os fabricos continuaram sendo fonte de renda para aquelas trabalhadoras que se encontravam desempregadas. Já para a operária Dona Antonieta, era um tipo de trabalho avulso, que se configurava em um ganho extra, para os gerentes dos armazéns ou seus respectivos donos o lucro era mais significativo, na medida que deixavam de recolher as contribuições previdenciárias. Sobre isso ressalta Elizabete Silva (2001, p. 172-223) ao dizer que esse tipo de trabalho era considerado comércio ilegal, representava o grave problema da concorrência para as fábricas e desfalque aos cofres públicos. O colunista Oldemar Santos escreveu ao jornal Correio de São Félix em 1944, sobre os problemas decorrente da indústria charutos no Recôncavo. O artigo reforça que:

Um dos maiores inimigos do fabricante legalizado é a concorrência subterrânea exercida por fabricante que vivem e proliferam à margem de todas as exigências legais. Eles imitam as marcas, não pagam impostos, desrespeitam o salário mínimo, ocultam-se das exigências trabalhistas e dentro do próprio Estado roubam um mercado importantíssimo aos fabricantes que são onerados com enormes despesas.<sup>59</sup>

Embora os fabricos não fossem preparados para tal trabalho, sem espaços, pouca luz, sem garantias trabalhistas e tomado por fumo das fábricas por todas as partes, abriu para as mulheres um vasto campo de ocupações, mesmo mal remuneradas e cansativas. Assim como as fábricas, os fabricos também trouxeram para as mulheres uma oportunidade para gerir as dificuldades através da produção, da negociação da mão de obra e, sobretudo, da comercialização do produto. Em 1955 o Jornal Correio de São Félix também anunciou que:

A Cia. Brasileira de Charutos Dannemann lançada na pior situação que uma outra grande firma pode se deparar ao tempo que tem os trabalhadores atravessando fase apertada pelo desemprego em que foram lançados vai se dividindo em fabricos negócios correlatos à fabricação de charutos, beneficiamento e vendas de fumo.<sup>60</sup>

Segundo Cristina Assis (2015), esse tipo de trabalho no lar era uma alternativa de ganho extra para homens e mulheres, com vínculos empregatícios, ou não, com os armazéns ou fábricas. Muitas vezes, essas trabalhadoras contavam com a participação da família o que

<sup>59</sup> Arquivo Municipal de São Félix. Correio de São Félix. n.º 25, 05/11/1944.

<sup>60</sup> Arquivo Municipal de São Félix. Correio de São Félix. n.º 1024, 05/03/1955.

acarretava um maior número de horas destinadas ao trabalho, principalmente para as mulheres que se esforçavam para conciliar as tarefas domésticas, e o cuidado com os filhos (ASSIS, 2015, p. 115). A charuteira aposentada Nilza Rosa dos Santos, 74 anos, aponta que:

Meu trabalho teve início dentro de casa, eu comecei pegar o fumo que as fábricas davam pra fazer os charutos porque eu precisava, eu me dividia entre cuidar dos filhos, cuidar da casa e fazer charutos. Antigamente eles tinham muita confiança nas pessoas, então davam o charuto pra gente fazer, a gente não tinha equipamento nenhum, nem local adequado, mas dali mesmo a gente fazia o charuto levava chegava lá entregava, eles pagavam a gente, mas não era salário, era por tarefa, porque naquele tempo eu não me lembro mais quanto foi. Nesse tempo meus filhos já estavam grandinhos, não me recordo bem a idade, mas eu trabalhava pra criar meus filhos.<sup>61</sup>

A partir da fala da charuteira podemos perceber que a história do trabalho das mulheres negras no Brasil dentro ou fora dos espaços fabris não eram diferentes, pois em ambos espaços as mulheres tinham uma longa jornada e uma pluralidade de atividades diárias, cujo tempo de duração era infinito, pois, como acentuado pela charuteira acima, o tempo era conjugado para as atividades domésticas de cuidar das crianças e até mesmo agregados que habitavam naquele local. As mulheres além de contribuírem particularmente e significativamente para a economia do Recôncavo, constituíram verdadeiro exemplar de pessoas fortes, que eram desvalorizadas diante de uma longa batalha, mas que ao mesmo tempo souberam resistir a todos os contratemplos, circulando entre o espaço doméstico e o fabril pra criar seus filhos. Sobre isso pontua Lélia Gonzalez (2020, p. 42-46), ao dizer que, “mãe preta” estereótipo proveniente da escravidão comum tanto no Brasil, quanto nos Estados Unidos, através da figura da “*mammy*” coloca a mulher preta no papel de subserviente, alguém que abdica de interesses pessoais para cuidar da família dos brancos de tal forma que possa sustentar sua família. Esse papel, é fruto de um passado colonial, vinculado à figura da mulher operária e sobretudo doméstica.

Na Figura 18, a fotografia dialoga com as memórias e expressa elementos do cotidiano como um fator muito importante, pois além de ser uma recordação, funciona como memória social, capaz de registrar momentos pessoais e locais que nunca mais existirão. Boris Kossoy (2012) coloca que:

Fotografia é memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social. Registro que cristaliza, enquanto dura, a imagem - escolhida e refletida - de uma

---

<sup>61</sup>Nilza Rosa dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 1º de julho de 2019.

ínfima porção de espaço do mundo exterior. É também a paralisação súbita do incontestável avanço dos ponteiros do relógio: é, pois, o documento que retém a imagem fugidia de um instante da vida que flui ininterruptamente (KOSSOY, 2012, p. 168).

Figura 18 – Operária Igina Correia dos Santos. Fabrico de Dona Igina, Muritiba-BA, 02/06/2022.

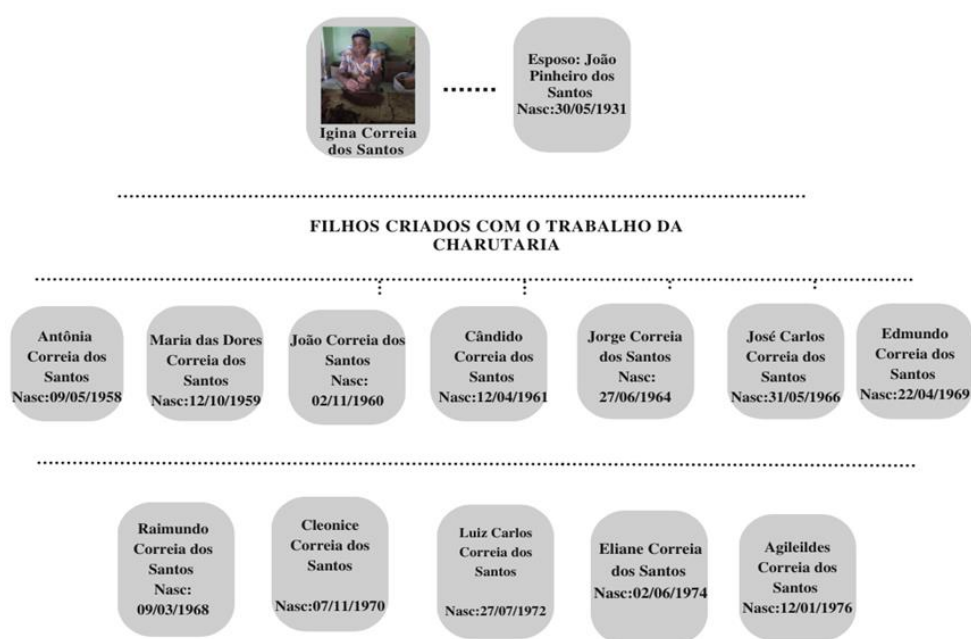


Fonte: Autoria própria.

Dona Igina Correia dos Santos, mulher negra, viúva, nascida em 1939, operária de charutaria desde os 7 anos de idade, estudou até a antiga segunda série do Ensino Fundamental, natural da localidade de Capoeiruçu, Cachoeira-BA, residente na cidade de Muritiba, na Rua do H, há mais de 30 anos, mãe de 12 filhos, todos criados através da

produção de charutaria conforme mostrado na Figura 19. Sobre seus olhos ainda vigoram os seus antepassados vivenciados em sua infância. Ao falar sobre sua vida como charuteira dona Igina se emociona diversas vezes. Certamente, ela foi mais uma entre tantos rostos que buscaram se estabelecer no Recôncavo, que durante muitos séculos foi o lugar ideal por aglutinar uma força de trabalho negra urbana. Aprendeu o ofício em casa, nos fabricos de fundos dos quintais das mulheres negras, todo o aprendizado foi passado pela sua tia.

Figura 19 – Árvore genealógica da família da operária Igina Correia dos Santos.



Eu comecei no trabalho do fabrico aos 7 anos, eu aprendi com minha tia, eu ia pra escola de manhã e à tarde eu ia pra casa dela aprender a fazer charuto. Minha tia trabalhava em casa nos fundos do quintal, porque naquele tempo era os fabricos tudo no fundo do quintal das mulheres tudo fazendo charuto à luz de candeeiro, hoje é tudo a luz do dia, lâmpada “risos”. Minha tia não trabalhava pra fábrica, não, ela vendia pra os catingueiros que passavam. Lembro que vinham vários catingueiros do sertão vender fumo pra um monte de mulher que fazia em casa, aí eles vendiam o fumo e já compravam o charuto. Levei um bocado de tempo, criei meus filhos quase tudo fazendo charutos em casa.<sup>62</sup>

Percebemos diante do relato de Dona Igina que mesmo diante do desejo de trabalhar, ela não deixava de ir à escola, a necessidade de trabalhar era uma realidade vivenciada pelas trabalhadoras negras do Recôncavo. Desse modo, ela lutava para vencer todos os propósitos

<sup>62</sup> Igina Correia dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 2 de junho de 2022.

para, finalmente, ser uma charuteira. Ao dizer que trabalhou “sentada no chão fazendo fumo para os catingueiros no fabrico”, a mesma demonstra que tudo isso foi apenas um início para que mais tarde viesse se tornar charuteira profissional e ter a oportunidade de criar e sustentar seus filhos. Entretanto, a charuteira relatou que, depois de muito tempo, o fabrico do qual fazia parte fechou e uns dos seus maiores sonhos era fazer parte dos setores industriais, pois o fabrico era um trabalho avulso, a operária relata que ter seus direitos e benefícios era um dos seus maiores sonhos.

Isso foi possível a partir de 1976, quando passou a fazer parte do quadro de funcionários da Fábrica Cia de Charutos Pimentel através de indicação de uma amiga. A operária desenvolveu a função de charuteira, atividade de maior prestígio entre as mulheres, ao integrar o seguimento responsável pela confecção do charuto, preenchendo até seu acabamento.

Segundo Elizabete Silva (2001, p. 130), a fábrica de charutos representava, dentro dos valores sociais e morais inculcados na mentalidade social da época, um espaço de trabalho que favorecia a ascensão econômica para essas mulheres que se destacavam por ser sua função principal no funcionamento geral da fábrica. Dona Igina Correia dos Santos, continuou seu relato afirmando que trabalha até os dias atuais no seu próprio fabrico de fundo de quintal e lembrou sobre o momento que foi chamada para compor o quadro de fumageiras da Pimentel.

O motorista da Fábrica Pimentel veio me chamar na porta, mandou um recado que era pra eu levar uma faca e ir pra a Pimentel com uns 15 dias. Aí eu fui, o dono perguntou que charuto eu fazia, porque tinha vários tipos de charutos, eu disse: “eu faço qualquer um”, aí fiz o teste. Nisso eu estava grávida, mas eu não disse nada a ele, porque senão ele não ia me querer lá, aí o mestre botou as marcas, 5 de cada marca, eu fiz tudo em um só dia, de todas as marcas. Aí fui pra casa com duas semanas ele mandou me chamar pra trabalhar, aí a barriga saiu, mas eles botavam as mulheres barrigudas pra fora, mas graças a Deus não me botou porque eu trabalhava bem e fazia todas as marcas de charuto certinho, nisso eu trabalhei 14 anos, indo e voltando.<sup>63</sup>

Conforme o depoimento de Dona Igina, a perspectiva do trabalho dela como charuteira em sua própria residência teve uma grande dimensão na região, através de um relato cheio de orgulho ao discorrer que a Companhia de Charutos Pimentel mandou buscá-la na porta de casa para fazer os primeiros testes como operária profissional. Observamos que, mesmo diante de muita exploração, ela foi “privilegiada”, pois nem todas as mulheres

---

<sup>63</sup> Ibidem.

negras tinham essa oportunidade, muitas tinham que batalhar nas grandes filas pelas portas de armazéns e fábricas, ou ter a indicação de alguém para conseguir uma vaga de emprego. Mas Dona Igina chegou ao posto de uma boa charuteira, por ter uma importância social e econômica dentro do grupo ao qual pertencia, diante do bom trabalho que já vinha fazendo nos fabricos. Ao relatar que escondeu a gravidez para continuar no trabalho, é perceptível que as empresas não costumavam contratar mulheres grávidas para os trabalhos de charutaria, porque mesmo grávidas, elas eram expostas às exaustivas e penosas jornadas de trabalho, aos fortes odores das folhas de fumo, às radiações de calor no ambiente, que por ora poderiam trazer problemas para a saúde da mulher e prejudicar a formação do bebê, e, sobretudo, porque as indústrias no século XIX não queriam ter maiores custos e benefícios, pois até engravidar era um tabu numa sociedade desigual, mesmo diante dessas incertezas, Dona Igina Correia preferiu esconder sua gestação por um bom período<sup>64</sup>, porque seguir adiante com o trabalho era uma das formas de sobrevivência e ascensão social, como negra e como mulher. Mesmo diante da descoberta a empresa continuou com a operária, quer por ser uma boa charuteira gerava pra eles grandes lucros.

Dessa forma, evidenciamos que os discursos sobre maternidade no Brasil do século XIX continuou operando da mesma forma do Brasil oitocentista, seja no contexto urbano industrial, doméstico etc., as mulheres estavam sujeitas às diversas formas de exploração, pois nem sempre recebiam tratamento mais humanizado durante o período de maternidade. A exploração, conflitos e desafios com certeza existiam.

É certo que a presença de mulheres grávidas nas fábricas foi marcante na história do trabalho, pois foi elaborada uma constituição que impedia a demissão. Diante da expressão da charuteira percebe-se então que essa lei era burlada nos espaços fabris. Dona Igina relata que só não foi demitida por ser uma charuteira bem reconhecida na região. Ainda sobre esse assunto, ela informou que antes de trabalhar na fábrica, “quando eu tive meus primeiros filhos eu só trabalhava no meu fabrico, então eu descansava 15 dias, e logo o material já estava em cima da mesa pra trabalhar, era o menino do lado e o charuto do outro”.<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> A Constituição Federal de 1932, por meio do Decreto nº 21.417 estabeleceu a não distinção dos sexos; a igualdade salarial entre homem e mulher; a diminuição da carga horária atribuída à mulher equiparando-a a do homem; a proibição do trabalho de mulheres gestantes durante as quatro últimas semanas de gravidez e as subsequentes após o parto, assim como também a proibição de demissão de mulheres grávidas; o não trabalho noturno e descansos de meia hora para mulheres em período de amamentação durante os primeiros seis meses de vida do bebê.

<sup>65</sup> Igina Correia dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 2 de junho de 2022.

Evidenciamos que a submissão da mulher negra diante do trabalho industrial, era bem definido perante as condições e costumes patriarcais, esse contexto nos leva a compreender as facetas da escravidão no decorrer do século XIX, que mesmo diante de todas as dificuldades, as mulheres escravas não costumavam desistir da prole, assim como as charuteiras, mobilizavam todos os recursos que tivessem para manter os filhos ao seu lado. Encenando o passado Dona Igina arrastou a cadeira para perto de si exibiu e narrou como lhe dava com o trabalho e a criação dos seus filhos, “eu sentava aqui na cadeira, botava o menino no colo e ia fazendo, às vezes eu botava o pano, uma esteira, forrava o chão e botava ele deitado e trabalhava, graças a Deus que criei eles tudo, fazendo charutos”.<sup>66</sup> Os valores produzidos e reproduzidos no espaço doméstico refletem diretamente nos ambientes e nas relações de trabalho como um lugar adequado à exploração e opressão, seja na produção ou na reprodução. Mesmo diante dessas condições, o trabalho com a charutaria se apresentava como uma opção para as mulheres em sua trajetória de vida, possibilitando-lhes dividir, o espaço e o tempo do trabalho doméstico com uma atividade remunerada e sem horário fixo.

Nas palavras de Zilda Oliveira, charuteira, 78 anos. “a semana toda fazia os charutos em casa e dia de sábado entregava para a responsável e pegava o dinheiro da tarefa feita”.<sup>67</sup> Esse tipo de tarefa garantia uma boa produção e benéficas vantagens aos empregadores pois, cada vez que havia a diminuição dos contratos de mulheres diretamente nos armazéns ou fábricas acabava gerando grandes lucros. A charuteira continua se expressando que “trabalhei em casa pra Cachoeira pra fábrica de lá, eu descia daqui dia de sábado com um dos meus filhos com a caixa de charutos na cabeça, passava com esse menino naquela ponte de tábua pra entregar charutos”.<sup>68</sup> Dona Joselita Conceição Santos cita que “Depois que a Pimentel faliu, nós ficamos tudo sem trabalho, mas Graças a Deus Dona Tui abriu um fabrico, e chamou a gente pra trabalhar, mas lá no fabrico não pagava documento igual na fábrica, mas eu fui”. O trabalho no fabrico diante dos relatos das charuteiras Dona Zilda e Dona Joselita, era uma função que lhes conferia o papel de construtora de uma sociedade que gerava lucros para todos ainda que fosse de forma desigual sendo visível através das interseções raciais e de gênero. Trabalhar nas fábricas ou fabricos, tinha um significado muito grande para essas mulheres, não era apenas ocupar a função de charuteira, era além

---

<sup>66</sup> Igina Correia dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 2 de junho de 2022.

<sup>67</sup> Zilda Ferreira de Oliveira. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 24 de abril de 2019.

<sup>68</sup> *Ibidem*.

de tudo, vivenciar situações econômicas diferentes, posições sociais diversas, e continuar contribuindo para um processo histórico de subalternização destas no mundo do trabalho. Além dos fabricos adquirirem os charutos por valores relativamente menores do que nas fabricas, a mão de obra das mulheres fora do ambiente fabril reduzia os custos operacionais das fábrica e por ora também eram responsáveis por atender aos pedidos de encomendas ligadas ao comércio informal, como faziam a Dannemann e a Pimentel, que por muito tempo adquiriram charutos de caráter contrabandistas.

Como pontuam Mônica Carvalho e Winnie Nascimento dos Santos (2021, p. 182), no artigo “*A mulher preta no mundo do trabalho brasileiro: entre a sujeição e o prestígio social*”, no pós-abolição, a classe trabalhadora feminina continuou ocupando posições subalternas e exercendo longas jornadas de trabalho. Segundo Cristina Assis (2015, p. 9), o trabalho com fumo em domicílio também era constituído como uma opção para as mulheres entre o armazém e o lar, uma vez que representava uma relação de vantagem para os gerentes que garantiam a produção sem precisar de altos números de contratações. Os empregadores lucravam com o benefício que deixavam de recolher à Previdência, em prejuízo dos trabalhadores, pois as mulheres que trabalhavam em domicílio não tinham nenhum direito trabalhista assegurado.

A historiadora Maria Izilda Matos (2000) em seu importante trabalho sobre “*Costurar e batalhar: o cotidiano de trabalho e de luta feminina na cidade de São Paulo, no período entre 1900 e 1930*”, sinaliza que devido ao crescimento do trabalho fabril, houve um aumento na utilização industrial, exercidos pelas mulheres em domicílio.

A utilização da mão de obra das mulheres negras pelas indústrias fumageiras em atividades domiciliares ampliou os fatores multiplicadores da produção capitalista, sendo o trabalho externo específico ao processo produtivo como o fabril. Essas instâncias de organização da produção se configuraram como alternativas de emprego particularmente importantes para as mulheres, por permitirem a combinação das atividades domésticas com o trabalho remunerado.

Para o filósofo Cornelius Castoriadis (1985, p. 123), o aparelho burocrático de direção na formação do capitalismo tem significado positivo pois ele emerge como uma prática social capitalista na divisão de classes. Segundo Castoriadis, na divisão entre o processo de produção e seus dirigentes, o capitalismo aparece como resultado da crítica prática operária que insistiu em subverter o controle para si.

O fim da escravidão representou tão somente novos arranjos para que as escravas continuassem a exercer as mesmas atividades domésticas, o trabalho doméstico era o que mais se apropriava do trabalho feminino, por ser um trabalho de mão de obra numerosa e, principalmente, porque o trabalho doméstico não estava isento nas relações de trabalhos assalariados. Joselita Sampaio, charuteira aposentada pela Pimentel, residente na cidade de São Félix, filha de operários, recorda que antes de começar a trabalhar nas diversas fábricas de charutaria, como Leite Alves, Dannemann e Suerdieck, trabalhou durante um bom tempo como empregada doméstica, depois de completar 20 anos de idade conseguiu se inserir nas atividades industriais.<sup>69</sup>

O relato de Dona Joselita, revela que as mulheres negras continuavam inseridas e exploradas em uma atividade colonialista, passando a ocupar um lugar importante ao lado das manufaturas. Ao narrar que trabalhou muito tempo como empregada doméstica nota-se que as oportunidades de trabalho postas para as mulheres pobres baianas da última década do século XIX eram os serviços domésticos. A crença de que os afazeres domésticos são naturalmente dedicados às mulheres faz com que desde cedo estas sejam levadas a realizá-lo de forma natural. A mulher negra, na sua luta diária durante e após a escravidão no Brasil, foi contemplada como mão de obra na maioria das vezes não qualificada. É ela quem desempenha, em sua maioria, os serviços domésticos, os trabalhos fabris e os serviços em empresas públicas e privadas recompensadas por baixíssimas remunerações. São de fato empregos onde as relações de trabalho evocam as mesmas da escravocracia. Conforme os estudos do historiador Alberto Heráclito (1994), 10,34% da população que declarou profissão no Censo de 1920 dedicava a estas atividades, onde 80,3% eram compostas por mulheres, à vista disso os números apontam que para cada 7,5 habitantes maiores de 21 anos tinha a profissão de doméstica declarada.

Consequentemente, mesmo na sociedade contemporânea, pode-se observar a utilização de um vestígio colonial no que diz respeito à posição social da mulher negra, comprovando assim a superposição de resquícios escravagistas aos mecanismos modernos de opressão e manutenção de privilégios (NASCIMENTO, 2007, p. 102-106).

Ângela Davis (2016, p. 225), constrói estratégias interpretativas a respeito dessa questão, para ela, o trabalho doméstico é socialmente naturalizado como uma atribuição

---

<sup>69</sup> Joselita Sampaio. São Félix-BA. Aposentada. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 9 de novembro de 2018.

feminina, exercendo efeitos negativos sobre as mulheres. O seu entendimento é de que as atividades domésticas são “Invisíveis, repetitivas, exaustivas, improdutivas e nada criativas”. A autora defende que o caminho para a emancipação das mulheres perpassa pela socialização do trabalho doméstico por meio da industrialização dele. Segundo essa perspectiva, a execução do trabalho doméstico, a partir da utilização de técnicas primitivas, aproxima-se, do que ela chama, de obsolescência histórica. Isso se deve, principalmente, ao alto índice de mulheres que se manifestam impossibilitadas de desempenharem os parâmetros tradicionais das funções de dona de casa. É importante lembrar que, apesar de defender a industrialização do trabalho doméstico, Davis reconhece as dificuldades presentes, pois é o caso de uma iniciativa que não gera os lucros esperados pela lógica de acumulação capitalista.

(...) a mulher e não o homem constituía a figura dominante, onde persistia alguma sorte de desintegração nos laços familiares ou conjugais. (...) sem a sua cooperação e suas possibilidades de ganho, fornecidas pelos empregos domésticos, boa parte da população de cor teria sucumbido ou refluído para outras áreas (FERNANDES, 1965, p. 163).

As mulheres negras livres mesmo conquistando sua independência, continuaram subordinadas a serviços, com ocupações e remunerações baixíssimas, foram elas as que mais sofreram antes e depois da abolição. Ou seja, o modelo de estruturação patriarcal ocorrido durante o período de escravidão continuava dominando a classe feminina.

De acordo com as informações obtidas através dos registros das trabalhadoras fumageiras da Dannemann, o número de mulheres e meninas empregadas ultrapassava o número de operários do sexo masculino. O emprego nas indústrias fumageiras no âmbito da produção era dividido por segmentos (conforme Capítulo 1), das 32 funções encontradas nos registros empregatícios da Dannemann e das 45 funções da Pimentel, a maior parte era desempenhada por mulheres na produção dos charutos, conforme o percentual detalhado na Tabela 5.

Tabela 5 – Quantidade de trabalhadores por gênero na Cia. de Charutos Dannemann e Cia. de Charutos Pimentel.

Cia. Dannemann (1935 a 1948)		Cia. Pimentel (1930 a 1988)	
Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
74%	26%	68%	32%

Fonte: Arquivo Municipal de São Félix. Série: fábricas de charutos. Subsérie: Dannemann. Caixas dos registros dos empregados da Cia. de Charutos Dannemann e Acervo da Biblioteca da Faman. Fichas de registros empregatícios da Cia. Pimentel, Governador Mangabeira-BA.

Dessa forma, é possível afirmar que foram as mulheres que sustentaram a indústria de fumos no Recôncavo da Bahia, pois esses dados reforçam a importância da participação feminina na força do trabalho e a consolidação do capitalismo. Como operárias, centenas de mulheres enchiam os salões das fábricas de charutos, trabalhando em jornadas de trabalho que chegavam a 12 horas diárias, dividindo com os homens o encargo da produção. Michele Perrot (2007), em “*Minha história das mulheres*” discorre que as jornadas de trabalhos das mulheres no início da industrialização eram muito longas, chegando até 14 horas, caindo para 10 horas por volta de 1900. Os locais não eram confortáveis, mal arejados, mal aquecidos ou superaquecidos, sem espaços livres, a disciplina diante das operárias era severa (2007, p. 120).

(...) as mulheres negras no Brasil estiveram, desde o pós-abolição, ocupadas predominantemente em atividades ligadas à esfera reprodutiva, como no trabalho doméstico, ou em ocupações informais. Embora tenha existido entre os anos 1920 e 1940 um apelo do discurso dominante pela “volta ao lar”, numa tentativa de “construção da domesticidade feminina como parte do processo de domesticação da classe trabalhadora”, esse retorno foi restrito a frações de grupos familiares que tiveram condições mínimas de subsistência para poder prescindir do trabalho assalariado da mulher. A partir dos anos 1970, a ampliação da atuação das mulheres no “trabalho remunerado exercido fora do âmbito doméstico” promove a retomada do debate sobre o conflito entre trabalho e vida familiar presente desde a formação do mercado de trabalho assalariado no Brasil (VIEIRA, 2017, p. 1-19).

Segundo Mary Del Priore, basta aproximar-se da realidade para constatar que as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa e com a industrialização chegaram, junto com as crianças, a compor mais da metade da força de trabalhos industriais (2004, p. 517). As crianças permaneceram escravas de sete a oito anos e geralmente já estavam prontas para executar pequenas atividades, ou seja, já eram inseridas compulsoriamente no trabalho produtivo, e ao atingirem oito a doze anos de idade configuravam assim a passagem da infância para a idade adulta, onde sua força de trabalho era explorada ao máximo. Nos

lugares que as crianças negras estão envolvidas, seu trabalho parece se aprender para seu próprio benefício. Nas fábricas de charutaria questões como essa eram bem presentes, pois de acordo com os relatos orais e os documentos das fábricas, principalmente na Dannemann, as operárias são admitidas muito jovens, a partir dos 12 ou 13 anos, permanecendo no trabalho até o nascimento do primeiro filho, voltando a trabalhar mais tarde, quando os filhos estão criados, e, se necessário, com eles na produção, em um trabalho cíclico, sem perspectiva de carreira. É o caso da operária Eunice Mello dos Santos, nascida e residente na cidade de Cachoeira, na rua da Matriz, em 7 de maio de 1919, admitida aos 16 anos, em 22 de junho de 1935, embora na data do seu contrato de admissão ela já tivesse 19 anos. Nas anotações referentes às situações diversas e férias no verso da ficha consta que ela saiu mediante licença médica por duas vezes em 23 de janeiro de 1939, retornando em 14 de março de 1939, passando alguns anos saiu em 1941, retornando em 1942.<sup>70</sup>

A Charuteira Janacira F. dos Santos, com os olhos lacrimejando diante de um relato carregado de emoção, revelou que “eu tive uma infância muito sofrida, pois comecei a trabalhar na faixa de 10 a 13 anos para ajudar minha mãe nas despesas”.<sup>71</sup> Era comum encontramos crianças em idade escolar nas fábricas de Charutos Dannemann, em Cachoeira, São Félix e na Fábrica Pimentel, apenas servindo ao capitalismo. A fala da entrevistada evidencia que a inserção de crianças na zona fumageira, estava relacionada a pobreza que moviam crianças de baixa renda a trocarem a infância pelo trabalho, sendo submetidas a trabalhos forçados, privadas de educação e das brincadeiras próprias daquela fase que são primordiais no desenvolvimento de qualquer ser, assim a infância dessas trabalhadoras esteve mais ligada à margem do trabalho do que desfrutando da educação, e das formas próprias de ser criança. Não podemos esquecer que esse também é um fator relacionado a escravidão uma vez que os primeiros relatos do trabalho infantil no Brasil ocorreram no período escravista, onde crianças na companhia de seus responsáveis exerciam diversas tarefas que exigiam esforços além de suas capacidades físicas. Elisane dos Santos (2017, p. 22) ao estudar o trabalho infantil nas ruas de São Paulo associou fortemente a exploração da mão de obra infantil aos processos produtivos fabris.

Nas fábricas de charutos a incorporação do trabalho infantil na parceria dos seus

---

<sup>70</sup> Arquivo Municipal de São Félix. Série: fábricas de charutos. Subsérie: Dannemann. Caixas dos registros dos empregados da Cia. de Charutos Dannemann.

<sup>71</sup> Janacira F. dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel em Muritiba. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 24 de abril de 2019.

progenitores não era diferente, sob o modo de exploração e baixos salários o uso do trabalho de crianças e jovens continuaram a operar como recurso da força de trabalho. Por serem crianças e negras estavam mais sujeitas à exploração do mercado de trabalho e, sobretudo, a outras formas de discriminação e desigualdade. Nesse sentido, Cristina Assis (2015, p. 35) nota que “a infância e a forma de entendê-la, segue uma lógica diferenciada entre as camadas populares, na qual as crianças, frequentemente, assumiam trabalhos e responsabilidades comuns entre os adultos”.

É importante apontar que desde 1838, em outros países, as mulheres operárias e as crianças com idade entre 12 e 13 anos já vinham sendo exploradas com a mão de obra barata nas fábricas têxtil, de costuras etc, muitas vezes acompanhadas de filhos em trabalhos temporários, mal qualificados, como afirma Michelle Perrot (2007, p. 119).

A economista Silza Borba (1975, p. 37) ao analisar o trabalho fumageiro no Recôncavo também justificou que por não precisar relativamente de trabalhadores qualificados, um grande contingente de pessoas poderia se ocupar dele, sendo assim, mulheres e crianças no século XIX ocupavam uma quantidade considerável nas fábricas de charutos. Da mesma maneira, o economista Paulo Henrique Almeida, sinalizou que devido ao pequeno investimento das manufaturas na segunda metade do século XIX, as compras mínimas de ferramentas, fumos, embalagens e compra ou o aluguel de trabalhadores escravizados acabou sendo um elemento de muito importância, suavizado, deste modo, o barateamento do emprego de mulheres e de crianças para os trabalhos fabris (ALMEIDA, 1983, p. 29).

Mary Del Priore (2008, p. 517) apontou que em 1990 no Brasil, cerca de 42% da população economicamente ativa era feminina, as mulheres trabalhavam principalmente em “serviços domésticos”, mas sua atuação era também importante nas “artes e ofícios”, 41,6% na indústria manufatureira, 46,8% no setor agrícola. Não obstante, no Recôncavo Sul Baiano as indústrias fumageiras, em meados do século XIX ao início do XX, o trabalho não era diferente, como na época a necessidade de trabalhar era muito grande, as crianças ocupavam os espaços nas fábricas, mas só eram registradas como operárias após completarem dezesseis a dezoito anos, vivendo toda infância à disposição do trabalho como comprovam os relatos orais das charuteiras. Dona Dalva Damiana dos Santos, aposentada, 94 anos, ressalta que:

Toda a minha infância foi trabalhando, eu não tive infância, mesmo pequena eu já ajudava minha mãe em casa porque a gente tinha necessidade de trabalho, a família era grande. Eu, na verdade, desde a idade de 13 pra 14 anos eu trabalhava pra

ajudar meus pais, né? Mas coincidir que eu mesma queria aumentar minha idade pra poder eles me deixarem trabalhar, então trabalhei e mesmo ganhando pouco, eu conseguia ajudar em casa, mas eu vir trabalhar profissionalmente aos 16 anos na Fábrica Danneman de 1946 a 1958, trabalhei na Danneman e sai.<sup>72</sup>

É possível perceber nas narrativas de Dona Dilza Maria Nascimento o entusiasmo que ela tinha ao lembrar os momentos:

Então, minha filha, com 8 anos comecei no fabrico, abria capa e tal, aí depois as senhoras me ensinaram a fazer charuto (...) quando a supervisão chegava e eu era criança eu me escondia no banheiro porque eu era de menor, aí quando chegava a vigilância a gente se escondia no banheiro, tinha eu e mais umas amigas, tinham várias crianças lá, a gente corria tudo e se escondia porque o telefone batia logo, a gente se mandava, daí eu fui crescendo trabalhando assim a voluntário hoje, amanhã, depois, sem compromisso nenhum, e as meninas me ensinavam, aí depois que elas viram que eu já estava bem treinada mesmo me mandaram para fábrica, mas quando eu fui para a Pimentel eu já estava pra completar 18 anos.<sup>73</sup>

Nota-se, a partir dos relatos acima, que o trabalho na infância não estava associado apenas à pobreza, sobretudo, à condição racial, à desigualdade, mas sobretudo aos problemas culturais e econômicos. Isso reflete como tais condições contribuíram para esse fenômeno, afastando as meninas de viverem outras experiências, interrompendo outras possibilidades, brincadeiras e estudos, para se inserirem na zona fumageira, no intuito de ajudar a família da carência que viviam. Diante da expressão de Dona Dilza, notamos que o trabalho infantil era proibido, porém no Brasil as leis de proibição do trabalho infantil<sup>74</sup> eram burladas, contudo crianças e adolescentes do sexo feminino com mão de obra considerada barata, lotavam as fábricas como operárias, em ambientes insalubres e perigosos, onde cumpriam longas jornadas e recebiam salários irrisórios, e ao perceberem a chegada da fiscalização, se escondiam para que as fábricas não fossem denunciadas. Contudo, o depoimento de Dona Dalva Damiana nos leva a analisar como o trabalho de crianças e adolescentes ocorria nos espaços fabris, onde aquelas se tornavam aprendizes de um trabalho para exercer na vida adulta. Ao mesmo tempo, a charuteira lembra do salário como uma “mixaria”, mas que se torna um elemento essencial de sobrevivência, já que permitia a aquisição de alimentos e

---

<sup>72</sup> Dalva Damiana de Freitas. Cachoeira-BA. Operária aposentada da Cia. Suerdieck. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 14 de janeiro de 2019.

<sup>73</sup> Dilza Maria Nascimento. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 1º de julho de 2019.

<sup>74</sup> A legislação de 1927 também conhecida como o código Mello Mattos promulgada no Brasil é tida como o primeiro documento legal para proibição do trabalho a menores de 18 anos. Logo, em 1930 no Governo provisório de Getúlio Vargas foi criada a OIT (Organização Internacional do Trabalho) essa legislação dedicava-se a criação de normas para combater o trabalho infantil. Das várias convenções destacadas pelo Brasil nesta legislação merecem destaque a nº138 que trata da idade mínima para o trabalho e a nº182 que elimina as piores formas de trabalho infantil.

outros amparos com o propósito de ajudar a própria família. Do mesmo modo lembra Dona Janacira ao ser perguntada sobre sua infância, a charuteira respondeu bastante emocionada que “acordava cedo para começar minha jornada, eu ia para escola, depois voltava pra casa e ia ajudar mamãe lá na fábrica até a hora de ir pra casa, quando chegava em casa, trabalhava mais no fabrico até a hora de dormir pois precisava”. Nas entrelinhas desse depoimento, percebemos que as crianças vêm no trabalho uma estratégia de garantir junto a família a sobrevivência econômica e valorização social. Elas não queriam viver essa dimensão, mas a necessidade a impôs. A charuteira continua sua narrativa “era assim sempre, eu queria brincar, mas não brincava, brincar pra que? Se tinha que ajudar, tinha que trabalhar”. É perceptível a desvalorização da criança negra em nossa sociedade, e assim como as mulheres, elas também se tornaram o grupo etário mais percebido pelo capitalismo. Assim, se propaga a concepção de uma infância sem valorização na qual, as crianças são obrigadas a se tornarem adultas e trabalhar como um, nessa perspectiva mais tarde o trabalho passa a ser uma porta de entrada para o reconhecimento social que muitas não conseguem sentir fora dele.

Elizabeth Silva (2001, p. 126), aponta que era relativo crianças e jovens de famílias de baixa renda, estarem envolvidas na lida da manufatura do fumo, a partir do seu preparo para a fabricação do charuto, pretendendo alcançar, posteriormente, o posto de charuteira de uma fábrica que significava para aquela gente uma forma de valorização social. Da mesma forma Cristina Assis (2015), ressalta que o grande número de mulheres e a presença de crianças na manufatura do fumo nos armazéns e fábricas de charutaria era justificada pelo fato das trabalhadoras, muitas vezes, não terem com quem deixar seus filhos e ao levarem para o trabalho, de alguma maneira, acabavam contribuindo para aumentar sua produtividade.

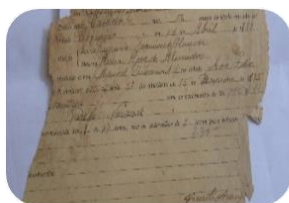
A exploração infantil gera trabalho escravo, crianças doentes, em péssimas moradias, prejudicadas na sua capacidade intelectual e no seu direito à educação, excluídas do lazer, totalmente sem infância. Ainda que o trabalho infantil seja uma questão relacionada com a pobreza, também é uma questão racial e social uma vez que as crianças negras, escravizadas e libertas, não tiveram direitos e igualdades assegurados como as crianças brancas. Desse modo, as crianças negras sofrem uma privação de recursos necessários para sobreviver e progredir. A criança negra livre era comparada ao filho de escravos, que deixavam de ser percebidas como crianças a partir dessa mesma idade, ou seja, a criança era

livre, mas sofria o preconceito da sociedade pela sua condição de cor. Observa-se que neste período, a única diferença entre o adulto e a criança era a estatura, as crianças passavam a realizar plantações, produção industriais já contribuindo para a economia da família.

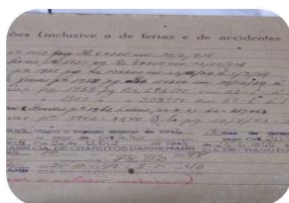
O trabalho de mulheres e crianças foi um ponto bastante polêmico no pós emancipação nas Américas. A apropriação do trabalho infantil e das mulheres para a esfera doméstica e de subsistência com sua consequência retirada do trabalho coletivo no eito, tem sido apontado como um traço comum do pós emancipação das Américas (RIOS; MATTOS, 2005, p. 171).

Elizabete Barbosa aponta que, ainda no século XIX, com um teor cruel e simbolicamente perverso, a Lei de nº 2040, de 28 de setembro de 1871, Lei do Ventre Livre, direciona outro olhar para os menores filhos de escravas. No qual os senhores continuavam explorando a mão de obra ao máximo após completarem 8 anos, isso porque o filho nascido das mulheres cativas a partir de 1871, de acordo com a lei, poderia prestar serviços até 1892. Não obstante, as filhas de charuteiras que viveram no regime escravocata, nasceram livres e desempenharam atividades nas fábricas de charutaria, mesmo na condição de livre como nos mostram os registros na Figura 20.

Figura 20 – Registros das operárias.



Eufrosina Rosa da Silva, casada, 56 anos, nascida em 14 de abril de 1882, Charuteira.



Maria São Pedro Borges, solteira, 58 anos, nascida em 9 de fevereiro de 1880, destaladeira.



Maria Adelayde de Souza, solteira, 58 anos, nascida em 29 de outubro de 1880, destaladeira de fumos.



Maria José Pereira, solteira, 56 anos, nascida em 19 de março de 1881, destaladeira de fumos.



Maria Felismina Soares, casada, 60 anos, nascida em 12 de janeiro de 1878, destaladeira de fumos.

Fonte: Arquivo Municipal de São Félix. Série: fábricas de charutos. Subsérie: Dannemann. Caixas dos registros dos empregados da Cia. de Charutos Dannemann.

Mulheres, crianças e velhos formavam um contingente de trabalhadores marginalizados e, por vezes, explorados pela indústria fumageira durante muitas décadas

(GOMES, 2010, p. 93). As mulheres no mundo do trabalho fora de casa continuaram inseridas nas ocupações menos remuneradas, mais rotineiras e monótonas, ligadas às relações de produção. No entanto essas organizações de produção se configuraram como alternativas de emprego particularmente importantes para as mulheres fumageiras, por permitirem a combinação das atividades domésticas com o trabalho remunerado.

Cláudia Fonseca (2004, p. 517), afirma que o trabalho da mulher preta não era considerado como profissão, mas como trabalhos ocultos, minimizado em conceitos gerais como “serviços domésticos” e “trabalho honesto”. Logo, ver a fábrica a partir dessa perspectiva é ter consciência de que se trata de um espaço social, político e de poder, onde as diferenças entre homens e mulheres acabam por submeter os sujeitos a determinadas conformações, papéis sociais, lugares e estereótipos (LIMA, 2011, p. 265-287).

### **2.3 Ascensão e o significado do trabalho na vida das mulheres fumageiras**

A mulher charuteira, ex-escrava, negra, pobre, solteira continuou excluída da sociedade pós-abolicionista, sendo marginalizada pelo patriarcalismo. O gênero, a classe e a cor/raça foram os principais fatores para que essas mulheres não tivessem uma condição de vida muito diferente daquela do período da escravidão. Sara Bortoncello (2018, p. 3), ao estudar a invisibilidade da mulher no pós-abolição, reforçou que a historiografia oitocentista negligenciou o papel desempenhado pela mulher de modo geral e pela escrava em particular, reproduzindo a ideologia dominante eivada de mitos e preconceitos que só a discriminam. A trajetória de vida das mulheres charuteiras foi de luta constante por espaço e por reconhecimento social, em um mundo sem grandes escolhas ou oportunidades.

A sociedade escravista possuía uma estrutura social onde cada indivíduo ocupava um lugar determinado. Essa diferenciação social era apontada pela condição da pessoa. Renata Bortsmann (2017, p. 6), nos seus estudos sobre gênero, pontuou que o trabalho da mulher negra é marcado por segregações e discriminações, colocando-as, geralmente, em condições menos favoráveis no campo profissional. A invisibilidade das mulheres negras, charuteiras estava completamente relacionada a esses impasses, pois como relata a charuteira Dalva Damiana, aposentada, 94 anos “naquele tempo você sabe que os ricos se separavam dos pobres, as pessoas não queriam aproximação com a gente, só pra fazer charuto”.<sup>75</sup> A

---

<sup>75</sup> Dalva Damiana de Freitas. Cachoeira-BA. Operária aposentada da Cia. Suerdieck. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 14 de janeiro de 2019.

narrativa dela mostra como a mulher charuteira era sempre imposta e limitada diante da sociedade, seja no espaço público e no privado eram sempre ignoradas. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo [...] sua fala em público é indecente (PERROT, 2007, p. 17-18).

Em uma sociedade dominada pelo patriarcalismo, a preocupação era “Qual seria o espaço das mulheres charuteiras?” Os espaços de trabalho foram por muito tempo a única oportunidade que essas mulheres tiveram, a charutaria foi para essas trabalhadoras uma ascensão social como mulher e como negra do Recôncavo Baiano. No entanto, segundo a ativista e intelectual negra Lélia Gonzalez (2020), o sistema não suavizou o trabalho para as mulheres negras, pois continuaram sendo tratadas por seus proprietários como desprovidas de gênero.

Olhando para a sociedade brasileira, é possível visualizar a existência de diversas desigualdades, dentre elas encontram-se as relações de gênero, onde são marcadas pelo modo de produção do sistema capitalista que produz e distribui riqueza, e, ao mesmo tempo, gera a desigualdade e a exclusão, onde a mulher negra é a mais afetada. Na visão dos industriais fumageiros, o trabalho da mulher negra era mais lucrativo que dos homens, as mulheres diversas vezes chegavam a executar trabalhos mais exaustivos, visto que seu custo de manutenção era menor do que do homem. Quando falamos do papel e espaço atribuído às mulheres negras, queremos nos referir à concepção de gênero, em que as relações sociais e raciais são construídas. Para Duby e Perrot (1994), a categoria de gênero vai assumir diversos empregos e conceitos, com as seguintes substituições: sexo por gênero e depois de gênero por mulher.

Ao longo da vida, as fumageiras souberam agregar as suas ferramentas como meio de sobrevivência econômica e social, foram dominadas, mas também souberam dominar, seja no lar ou sendo explorada na condição de charuteiras, elas venceram dentro de seu contexto social e cultural, na sociedade que pertenciam, e, sobretudo no trabalho como salienta Elizabete Silva (2001, p. 67).

Diante da charutaria, as mulheres puderam vencer os desafios que eram impostos no dia a dia, sobretudo, encarar qualquer situação quando inseridas no contexto da cultura fumageira. Como mulheres, fizeram toda cultura masculinizante repensar seu modo de agir e de pensar sobre elas, lutando para fazer parte não apenas do mercado de trabalho,

mas de todos os espaços.

Ser charuteira significa, antes de tudo, ser mulher e ser trabalhadora, fatos que traduzem condições socialmente construídas no tempo e no espaço. Ser mulher revela os variados significados de uma cultura masculinizante e de uma história de lutas, sejam estas abertas ou camufladas, pela conquista de sua autonomia no campo das relações sociais, na construção de sua cidadania (SILVA, 2001 p. 67).

A luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira e moldando novos contornos para a ação política feminista e antirracista. A charuteira aposentada Janacira Santos, 67 anos, mãe de dois filhos informou que “trabalhei tanto, que adoeci dentro da fábrica, foram 15 anos como charuteira, mesmo assim continuei trabalhando em casa mesmo doente fazendo charuto para chegar a minha aposentadoria.<sup>76</sup> Dalva Damiana também rememorou “a rotina de charuteira era muito forte, muitas vezes a gente passava mal, ia ao médico, ele achava que a gente podia trabalhar doente era um sufoco, fiquei com problema sério de coração, após isso, fiquei em casa, e me aposentei.<sup>77</sup> Observa-se nos relatos acima que o sistema de opressão extraía a força o trabalho dessas mulheres que chegavam adoecer nas indústrias fumageiras, mas como elas queriam ter uma ascensão econômica e social continuavam lutando mesmo sem condições físicas. A divisão sexual do trabalho, as questões raciais também se entrelaçavam a partir da situação lamentável de vulnerabilidade em que as mulheres negras fumageiras se encontravam, isso também estava associado à responsabilidade pelo trabalho familiar e aos menores recursos que as mesmas possuíam, e todo esse excesso levava ao agravamento de sua saúde. Todavia, as lutas pela sobrevivência fizeram com que essas mulheres também conquistassem em suas relações, posições e os espaços que vislumbravam como valores que estavam além da sobrevivência material, sobretudo o reconhecimento profissional como construção gradativa e sutil de cidadania como salienta Elizabeth Silva (2001, p. 185).

De acordo com Lélia Gonzalez (2011):

Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não ser brancas (GONZALEZ, 2011, p. 14).

<sup>76</sup> Janacira F. dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel em Muritiba. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 24 de abril de 2019.

<sup>77</sup> Dalva Damiana de Freitas. Cachoeira-BA. Operária aposentada da Cia. Suerdieck. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 14 de janeiro de 2019.

Esse padrão clássico de exploração diferenciado por gênero, vem fazendo com que os homens adquiram uma posição de vantagem no mercado de trabalho em relação às mulheres, como esclarece Patrícia Hill Collins (2019, p. 495). O historiador Fábio Santos (2018, p. 62) aponta que as charuteiras como líderes dos seus respectivos núcleos familiares não se limitavam apenas a suas necessidades básicas. Diante disso, lutavam por um protagonismo, que se faria através de uma ascensão social e econômica, possibilitando a real concretização de uma vida melhor.

Rosana Falcão Lessa (2010), em seus estudos sobre as trabalhadoras fumageiras revela que a percepção que essas mulheres têm diante de suas representações próprias em relação a percepções generalizantes fica evidenciada uma história “vista de baixo”, mostrando-as não só como vítimas da história, mas como pessoas capazes de mudar o curso de suas vidas a partir de estratégias cotidianas e das experiências adquiridas ao longo de suas vidas como mulher preta e trabalhadora (LESSA, 2010, p. 13).

A busca da igualdade e o enfrentamento das desigualdades de gênero fazem parte da história do Brasil, história construída em diferentes espaços, por diferentes mulheres, de diferentes maneiras. Nos espaços públicos e privados, as mulheres vêm questionando as rígidas divisões entre os sexos, e estão alterando gradativamente as relações de poder entre homens e mulheres, historicamente desiguais. Gerações de mulheres e homens têm se dedicado muito para construir um mundo mais justo buscando a igualdade, respeito às diferentes orientações sexuais; igualdades raciais e étnicas, que façam com que as diferenças de cor e origem também sejam apenas mais uma expressão da rica diversidade humana; igualdades de oportunidades para todas as pessoas (PINTO, 2006, p. 2).

O espaço de trabalho com a charutaria revelou para as mulheres um prestígio social e econômico diante das atividades que desenvolviam, mas principalmente sobre os lucros que possibilitavam aos seus patrões. Sobre este prisma, Fábio Santos (2018, p. 65) ressalta que a ascensão deste grupo é condicionada a estrutura de um poder patriarcal, uma vez que estas mulheres fossem a engrenagem mais importante desta máquina, ainda assim continuavam em posição de submissão em relação aos homens.

O fato da existência da discriminação não abalou a resistência das mulheres fumageiras, que continuaram lutando por uma possibilidade de ascensão diante de uma sociedade que insistia em inferiorizá-las. O gênero, classe e cor eram motivos para a exclusão e a marginalização, a existência de uma divisão social perpetuou as condições da escravidão, mesmo no período do pós-abolição.

Podemos refletir o quanto o trabalho, exercido pela mulher preta, no Brasil, não vem sendo espaço de emancipação, uma vez que, secularmente, estas

trabalhadoras viram sua atividade subordinada ao capitalismo, seja pelo viés da escravidão ou, atualmente, do neoliberalismo. Assim, como tantos outros trabalhadores, mas, sob certas particularidades que aqui pretendemos apresentar, as mulheres pretas experimentam o trabalho destituído de sentido, ou, em outras palavras, “o trabalho que explora, aliena e infelicita o ser social” (CARVALHO, 2021, p. 185).

Segundo Simone Almeida (2017, p. 39-42), embora as mulheres negras tenham uma participação e ascensão no mercado formal, ainda assim é menor que mulheres brancas, e homens em geral para poder ascender, mulheres negras sempre precisam provar que são melhores, mais capacitadas, mais preparadas para alcançar as posições que desejam no mercado de trabalho pois o avanço, as melhorias nas posições sociais da mulher negra, por menores que sejam, se vem diante de um grande esforço, de uma grande luta que o negro tem travado em busca de ascensão social, e no resgate da dignidade e identidade da população negra.

A influência das mulheres negras nos avanços de gênero, nos espaços de trabalho e na luta por direitos, na organização do feminismo teve um crescimento considerável, quando a ex-escrava e analfabeta Sojourner Truth, em 1851, se pronunciou na Convenção dos Direitos das Mulheres, que aconteceu em Akron, Ohio (EUA), pelo sufrágio universal, mudando a história das mulheres brancas, mostrando a sua indispensável contribuição como a única mulher negra presente, diz: “não sou eu uma mulher?”. A ex-escravizada levanta a voz para falar da existência, ao mesmo tempo que impõe sua insatisfação em relação àquele movimento que era legítimo, mas mantinha a invisibilidade de mulheres negras, de suas lutas e resistências. Percebemos, então, que o feminismo negro busca uma renovação na discussão de gênero e raça através da percepção de sexismo e opressão de classes (VEIGA, 2020, p. 1-32). Em 1960, os movimentos feministas então se voltaram para construções propriamente teóricas na qual ficou problematizado o conceito de gênero como aborda Guacira Lopes Louro (1997, p. 14-36).

Mesmo diante de muito empecilhos ao longo da vida, o trabalho ligado ao fumo e à confecção dos charutos transformou a vida de várias mulheres negras em especial, Dona Dalva Damiana de Freitas, aposentada, 94 anos, que falou cheia de entusiasmos que ser a charuteira de ontem, implicou na atualidade dela hoje, pois a vida que ela tem hoje foi garantida pelo trabalho na charutaria. É perceptível que mesmo diante das dificuldades que viveram essas charuteiras sempre se expressam com um gesto de gratidão, pois mesmo diante das necessidades materiais, da pobreza nas quais viviam essas mulheres, o trabalho

também proporcionou conquistas, Dalva Damiana, ao narrar sua história como charuteira trouxe uma representação sobre o significado desse trabalho para sua vida.

(...) a gente não tinha liberdade, a gente era muito humilhada, hoje e agora o nosso privilégio o que a gente aprendeu a nosso reconhecimento é a cultura, a gente tem que agradecer a Deus tudo que a gente passou e hoje o que a gente tá recebendo é verdade. Eu mesma tive o reconhecimento por Cruz das Almas, na UFRB, Dr.<sup>a</sup> *Honoris Causa*, o Reitor gente boa, todos me deram aquele apoio fizeram tudo pelo título que eles me deram eu aceitei fiquei muito maravilhada, pois eu uma mulher negra sendo reconhecida.<sup>78</sup>

As mulheres negras no Brasil têm uma luta histórica a vencer. Conforme o relato de Dona Dalva Damiana, notamos que a sociedade patriarcalista, sexista e racista da época via as mulheres apenas como instrumento de trabalho, no entanto as suas lutas eram sempre de querer ir mais além. Desse modo, a charuteira aposentada conquistou posições e espaços que vislumbravam como valores que estavam além da sobrevivência material, a charuteira foi contra a discriminação, o machismo que não mede esforços para excluir essa grande parcela da população, que precisa ser reconhecida como sujeito histórico. Diante de sua perseverança, enquanto mulher e negra, Dona Dalva Damiana de Freitas conseguiu alcançar voos mais altos, sobretudo ter reconhecimento e apresentar-se em lugares que antes era apenas transitados por pessoas de condições econômicas e sociais mais elevadas. É preciso lutarmos para alcançarmos uma vida com liberdade e igualdade racial e de gênero para todos. A trajetória de Dona Dalva Damiana como pontua Marta Rovai (2021) evidência como mulheres negras conseguiram diante das lutas de igualdades de gênero o reconhecimento. Para a charuteira essa realização veio como profissional de Dr.<sup>a</sup> *Honoris Causa* que estabeleceu uma construção para sua cidadania como mulher negra, pobre e charuteira. Dona Dalva Damiana de Freitas também rememorou ao longo das nossas conversas sobre tudo que passou na vida “passei por muitas amarguras na vida, mas minha maior felicidade foi receber tudo que Deus me deu, que eu alcancei, fui muito humilhada, minhas colegas também sofreram muita humilhação, mas eu nunca me temi a fazer besteira.<sup>79</sup> Mesmo diante de muita humilhação, a charuteira foi feliz por ter construído sua própria identidade, como mulher, pobre, negra e charuteira. Ela termina sua narrativa com uma expressão de felicidade ao dizer que “eu não nasci pra ser rica, nasci pra ser pobre reconhecida”<sup>80</sup>, Dona Dalva

<sup>78</sup> Dalva Damiana de Freitas. Cachoeira-BA. Operária aposentada da Cia. Suerdieck. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 14 de janeiro de 2019.

<sup>79</sup> Dalva Damiana de Freitas. Cachoeira-BA. Operária aposentada da Cia. Suerdieck. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 14 de janeiro de 2019.

<sup>80</sup> Ibidem.

conquistou por meio de muita luta o seu reconhecimento. A luta por reconhecimento e igualdade na sociedade brasileira se tornou relevante para transformar o estigma das mulheres negras, auxiliando na autoestima dos grupos subalternos, que não é um fenômeno recente, pois é uma luta que ocorre desde a abolição da escravatura e vem passando por várias fases ao passar dos séculos. De acordo com Florestan Fernandes (2007) a abolição não trouxe avanços e condições de vida aos negros, ao contrário, permaneceram à margem da sociedade, com baixos índices de participação econômica, social e cultural. Se escutarmos com atenção a narrativa de Dona Dalva nota-se também que ao trilhar o caminho e fazer sua história não foi fácil, pois como mulher e como negra tudo era estabelecido a partir das relações hierárquicas, ainda assim, notamos que sua fala não fica apenas no campo privado, pois emerge para esfera pública.

A voz da charuteira se torna hoje a voz de uma liderança, pois a mesma toma para si a luta das mulheres pelo reconhecimento histórico, a partir da visibilidade do trabalho com a charutaria. Como bem pontua Marta Rovai (2021) o reconhecimento das lutas das fumageiras é uma construção de escuta que é atravessada pela colonialidade, mas que ao mesmo tempo nos provoca a deslocar a escuta como uma virada de existir e resistir por meio da sua experiência de vida, mostrando que seu lugar de fala é aquele que pertence às mulheres negras pela luta conjunta que envolvia todas as mulheres a ter um protagonismo feminino a partir de suas próprias histórias de vida e trabalho.

Ceila Sales de Almeida (2016) em seu importante estudo sobre “Feminismo negro: a luta por reconhecimento da mulher negra no Brasil” pontuou que:

A luta por reconhecimento do feminismo negro se efetiva na dimensão de luta por dignidade e vem sendo construída por meio de demandas voltadas ao enfrentamento das injustiças econômicas e culturais que violam a mulher negra no Brasil. A partir da construção de uma identidade de resistência, esse movimento social, busca desconstruir as bases socioculturais do racismo e sexismo, e efetivar novos padrões que garantam a justiça e a cidadania plena às mulheres negras no país (ALMEIDA, 2016, p. 101).

Sobre o reconhecimento da mulher negra, também pontuou a charuteira aposentada Nilza Nascimento, charuteira, 74 anos, ressalta que:

Toda minha vida foi de luta, para ser reconhecida, e, o trabalho na fábrica surgiu na minha vida como uma oportunidade de reconhecimento como mulher e uma forma de sobreviver, pois com muitos filhos eu precisava trabalhar, foi a

oportunidade que eu precisava na vida encontrei na fábrica do charuto, porque naquela época não tinha outra coisa a fazer a não ser trabalhar no fumo.<sup>81</sup>

Neste ponto a narrativa de Dona Nilza, nos leva a compreender o processo histórico concernente aos estudos da mulher, do desuso da categoria mulher e a emergência do gênero, pois os diversos marcos sociais acabam diferenciando o lugar de cada grupo. Dona Dilza Nascimento também recorda em suas memórias o quanto amava o seu trabalho, “quando eu passo ali chega me dá vontade de chorar, era muito bom mesmo, uma saudade imensa, sei que foram dias de lutas, mas eu consegui muita coisa trabalhando ali”.<sup>82</sup> Os relatos nos permitem perceber que apesar da exploração sofrida pelo trabalho, as mulheres negras fumageiras souberam se utilizar das oportunidades que a própria organização econômica e social lhes ofereceu, para que pudessem elevar suas vidas diante da invisibilidade social em que viviam, reforçando sua identidade como mulher e como trabalhadora fumageira. A luta pelo reconhecimento dessas mulheres e de tantas outras nos permite rever que a história delas está alicerçada pela suas experiências vividas no interior das fábricas que apesar de tanto garantiu um protagonismo social. Apesar de toda desigualdade estabelecida entre os sexos, foi através do trabalho que elas repensaram sua condição de mulher, redefinindo seus papéis no cotidiano fumageiro (GOMES, 2010, p. 58). As experiências vividas pelas mulheres enquanto trabalhadoras fumageiras nos permite entender como seu trabalho se revelou. Segundo Thompson (2001), é por meio das experiências que homens e mulheres definem e redefinem suas práticas e pensamentos, foi a partir dessas experiências que as mulheres charuteiras tiveram consciência de sua exploração e passaram a buscar meios para serem percebidas como classe propriamente dita e se ascenderem diante da sociedade.

---

<sup>81</sup> Nilza Rosa dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 1º de julho de 2019.

<sup>82</sup> Dilza Maria Nascimento, Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 1º de julho de 2019.

## **Capítulo 3**

### **Gênero, cor e classe na indústria fumageira**

#### **3.1 “Ouvindo sem poder dizer” - vozes de mulheres sobre relações de trabalho e chefia de família**

Ao falarmos das mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano nos reportamos as lutas operárias e as resistências, como marcadores sociais de desigualdades e invisibilidades, elementos constitutivos da experiência das trabalhadoras, a partir da sexualização. Joan Scott (1990, p. 19) levanta um questionamento importante, ao perguntar por que as mulheres são invisíveis como elemento histórico mesmo sendo a maioria em espaços que insistem em ocultá-las?

Para Joan Scott (1992, p. 63-65), no espaço aberto pelo recrutamento de mulheres, o feminismo logo apareceu para reivindicar mais recursos para as mulheres e para denunciar a persistência da desigualdade, porque a história das mulheres não é uma história separada da história geral, mas sim uma parte integrante dela que tem sido negligenciada e subvalorizada. As feministas declaravam que os preconceitos contra as mulheres não haviam desaparecido, por isso, reivindicar a importância das mulheres na história significa ir contra as definições da história e seus agentes já estabelecidos no passado. É necessário questionar as próprias categorias conceituais utilizadas para se pensar e descrever o mundo, pois muitas delas foram construídas a partir de uma perspectiva masculina, e as ideias de gênero, sexo e feminilidade são usadas para legitimar a exclusão das mulheres da participação plena na vida social, política e cultural. No decorrer da industrialização, por exemplo, segundo a autora a designação de mulheres “trabalhadoras” como uma categoria separada de “trabalhadores” criou novas percepções sociais do que significava ser uma mulher, que por ora também, tenderam a supor que as mulheres eram uma categoria homogênea. A história das mulheres confirmou assim a realidade da categoria “mulheres” sua existência anterior ao movimento contemporâneo, dando-lhe uma história.

De acordo com os historiadores a historiografia que privilegia as mulheres como sujeito e objeto da história surgiu no decorrer dos anos 1960/1970, quando as feministas passaram a compor os quadros da academia, sobretudo quando as ativistas feministas reivindicaram uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação (BURKE, 1992, p. 64). O

movimento historiográfico, logo, preencheu a “História dos Homens” com a História das mulheres, impossibilitando qualquer movimento de mudança epistemológica mais profunda. Além disso, o gênero também foi definido como relativo aos contextos social e cultural, para pensarmos em termos de diferentes sistemas de gênero e nas relações daqueles com outras categorias com a raça, classe ou etnia, assim como em levar em consideração a mudança (BURKE, 1992, p. 87).

É possível identificar as marcas que denunciam uma história de opressão das mulheres, bem como de suas lutas, através da narrativa de Dona Joselita Sampaio, charuteira, natural de São Félix-BA, que durante vários momentos da entrevista rememorou as diversas etapas desempenhadas com o fumo, lembrou que ela e outras mulheres negras sempre atuaram desde a preparação do fumo até as confecções do charuto.

Nós mulheres quando estávamos na função de cigareira, a gente classificava os fumos, a gente arrumava todos até pegar a consistência certa, purificava pra ficar cheiroso, tinha que saber o tempo certo pra não passar nem ficar pouco tempo, a gente expurgava, destalava para fazer as capas, para depois as outras mulheres na função de charuteiras irem fazendo os charutos, tudo isso era feito pelas nossas mãos, por nós mulheres, os homens só ficavam nas prensas, ou nas máquinas já preparadas, tipo elétrica que botava aqui o capote jogava a torcida quando enrolava já estava pronto, isso era só pra ajeitar o que as mulheres já haviam feito com as mãos, ou seja minha filha não era a mulher para ajeitar não, depois que eles ajeitavam traziam para banca, e aí, a gente ia capiar (fazer o acabamento final) entendeu? O trabalho grosso era sempre da mulher, eu reclamava muito, mas, apesar de tudo eu tinha o meu dinheiro era pouco, mas eu fazia muitas coisas para minha família.<sup>83</sup>

As tarefas realizadas pelas charuteiras, refletem, não apenas a divisão sexual do trabalho como também as relações irregulares contidas no nível da hierarquia. As trabalhadoras das fábricas de charutaria, conforme se surpreende nas memórias de Dona Joselita Sampaio, constituíam a força de trabalho “mal remunerado e desqualificado”. Percebemos que foi nos estabelecimentos de trabalho que a dominação patriarcal se expressou de forma organizada, sistematizada. O depoimento revela que as máquinas propiciavam, através da divisão e simplificação das tarefas fabris, uma consequente hierarquização das funções exercidas por homens e mulheres.

A imagem da prensa (Figura 21) possibilita dialogar com a narrativa oral, na medida em que visualizamos um importante instrumento do trabalho fabril manipulado pelos homens, trazendo luz as narrativas das charuteiras. Trata-se de um equipamento que remete

---

<sup>83</sup>Joselita Sampaio. São Félix-BA. Aposentada. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 9 de novembro de 2018.

ao século XIX que servia para dar o acabamento final dos charutos produzidos. Esta foi uma dentre tantas outras ocupações desenvolvidas por mão de obra masculina, em sua maioria homens negros. O historiador Carlos Augusto Neri (2021, p. 98), pontuou que o contrato da força de trabalho nas fábricas de charutaria na preferência do patronato foi marcado pela divisão das tarefas por gênero, um marcador que sinaliza para a associação do trabalho direto com os charutos como algo próprio das mulheres. Em relação ao modelo de masculinidade, por sua vez, estava vinculado ao trabalho braçal e de manuseio das máquinas, que exigiam grande esforço físico. Sobre a utilização da imagem como fonte, nos reportamos a análise do historiador Canabarro (2005, p. 23-39), ao evidenciar que a imagem e sua aproximação ao campo histórico, nos permitem observar dimensões que vão além de descrições, sendo possível o acesso a informações que não poderiam ser obtidas de forma escrita.

Figura 21 – Prensa de fumo, Século XIX, Cachoeira, Bahia.



Fonte: Acervo Museu Afro Brasil.10/08/2022. Foto registrada por Fabiano Silva.

A imagem abaixo (Figura 22) rica em detalhes e sinalizando movimentos de corpos negros no exercício do trabalho fabril da charutaria, na fábrica de charutos Dannemann, na Avenida Salvador Pinto em São Félix, na década de 1930, nos permite visualizar elementos

significativos que vem expressos na oralidade. No fundo da imagem vemos os homens e as máquinas, representando parte da dinâmica fabril, no fundo da imagem é possível vermos homens negros a disposição do maquinário buscando representar a dinâmica fabril. É possível observar que as prensas eram estruturas altas, de madeiras, a mesma permitia tornar a finalização do trabalho mais rápido pelas mãos dos homens, mesmo a parte principal das confecções sendo feitas exclusivamente à mão, pelas operárias, sem intervenção da prensa. Na frente os carregadores de fumo ganham um destaque maior em relação aos demais operários, o fotógrafo fez questão de ressaltar a chegada das folhas de fumo neste espaço, os trabalhadores mostram-se bem dispostos sobre as máquinas, é possível percebermos isso pelos movimentos do corpo. Nota-se que nessa imagem não existem a presença de mestres e contramestres fiscalizando as atividades, nem tão pouco sendo pressionados e com regras latentes como fazem com as mulheres, que não podiam sequer olhar para o lado. Neste ponto, percebemos diferentes formas atribuídas aos gêneros nesses registros. Segundo Judith Butler (2018, p. 24-25) é a partir das desigualdades de gênero que é dada a largada no processo de definição do masculino e do feminino.

Figura 22 – Negros no trabalho da Cia. de Charutos Dannemman.



Fonte: Arquivo Municipal de São Félix. Série: Fotografias da família Dannemann.

Corroborando com Fábio Reis (2014) entendemos que a indústria fumageira desenvolveu um conceito que buscou vincular a imagem do gênero feminino em duas abordagens distintas, que inicialmente mostram-se antagônicas. Mas ambas empreendem a mesma ideia de exploração, no entanto, a primeira delas sob um viés mais genérico, atribuindo-as como sexo frágil, sempre submissa ao homem, e a segunda emerge quando

encontramos a associação entre a imagem destas mulheres e o objeto de seu trabalho, o charuto. É notório uma questão de gênero, nas quais a maioria do quadro operário é composta por mulheres contribuindo com a mão de obra barata das indústrias fumageiras. Observa-se que apenas o cargo de trabalho manual era exercido pelo sexo feminino, demonstrando que os homens mesmo hierarquizados pela cor/raça, ocupavam lugares de maior especialização do que as mulheres.

A psicóloga Andrea Praun (2011) nos seus estudos sobre sexualidade, gênero e relações de poder associou à mulher características subjetivas, como docilidade, paciência, etc., vinculando ao homem a agressividade e a racionalidade. Legitimando, desse modo, a distinção entre as duas formas de ser e de agir conforme o sexo biológico. A dominação então foi a principal razão para a circunscrição do trabalho da mulher ao universo doméstico e familiar. Ainda segundo a autora essa perspectiva predominou até metade do século XX. Não obstante, era utilizada para explicar por que, nos contextos urbanos industrializados, apenas os homens assumiam posições de destaque, cargos de maior responsabilidade poder e status social.

O depoimento de Dona Joselita Sampaio citado anteriormente reafirma o que diz Elizabeth Lobo (1991), que não basta afirmarmos que “a classe operária tem dois sexos”, é preciso, sobretudo reconhecermos que ela é masculina. O conceito de operário e de trabalho com representação masculina foi, ao longo do tempo, sendo construído de maneira a ser absorvido como natural. Sabemos que a maioria dos grupos familiares do século XIX era chefiada por mulheres negras. Era um número que crescia significativamente, principalmente entre as camadas menos privilegiadas. A antropóloga e professora Cecília Maria Bacellar Sardenberg (1998) pesquisadora dos estudos interdisciplinares sobre a mulher, e sócia-fundadora da rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos sobre Mulheres e Relações de Gênero, salienta que dentre esse universo predominavam as famílias de baixa renda e que 88,3% das mulheres chefes eram negras (p. 21-47). As mulheres negras e pobres amontoavam diversas funções além de serem mães, donas de casa, esposas e operárias, passavam por situações diversificadas. Com um tom de voz carregado de sentidos e com uma tristeza no olhar, Dona Dilza revela sua história de vida como se estivesse revivendo os momentos que passou na fábrica, rememora que os tempos difíceis foram de humilhação e dominação.

A gente sofria muito, porque era um trabalho duro, era muita humilhação e exploração, não poderíamos olhar uma para outra, ou prostrar, que o Senhor Renato o mestre chegava de lá de cima e dizia: Eu tô vendo viu? Aí a gente parava tudo ficava tudo quieta.<sup>84</sup>

O depoimento de Dona Dilza relembra o quanto as operárias sofriam dores físicas e até mesmo morais, sobretudo aponta como a subordinação perpetuava através da hierarquização de gênero onde a divisão do trabalho entre os sexos poupava os indivíduos do sexo masculino em relação a exploração da força de trabalho das mulheres. A distinção de gênero agia e age sob as tarefas quando exercidas pelas mulheres negras. A charuteira Nilza Rosa dos Santos, 74 anos revelou como funcionavam os trabalhos a partir da divisão entre mulheres e homens.

Lá na fábrica as condições de trabalho eram exigentes, os patrões, os mestres, os contramestres exigiam muito de nós, tanto que os homens que trabalhavam lá era tudo nas máquinas ou encaixotando o charuto sem fazer força nenhuma e sem muitas cobranças, já a gente que era mulher trabalhava no braço mesmo. As mulheres nunca pegavam nas máquinas.<sup>85</sup>

Dona Nilza relembra, com certa amargura, a posição hierárquica que demarcava as relações de trabalho entre homens e mulheres. Numa sociedade onde as mulheres eram vistas como sujeitas sem credibilidade para certas ocupações no mundo do trabalho, destinadas à obediência e submetidas à ordem masculina, o ambiente fabril reproduzia com muito domínio, tal hierarquização. Ao ser questionada sobre a relação de trabalho entre homens e mulheres no interior da fábrica, Nilza ainda reforçou que:

A exigência sobre nós era muita, eu trabalhava porque precisava e não me arrependo não sabe, embora muito explorada, ouvindo sem poder dizer, porque tinha aqueles mestres que a gente não podia olhar pra o lado, mas tinha uns bonzinhos, como o Sr. Germano, tinha Sr. Rubens todos já morreram, trabalhei muito, criei meus filhos, O meu Deus! Hoje só agradeço, mas foi luta.<sup>86</sup>

A narrativa da charuteira apresenta como conquistar uma vaga na fábrica de charuto significava também submeter-se a grande exigência em torno da produção, à exploração que norteia a relação capital/trabalho. Nilza dimensiona o patriarcado vivido no ambiente de trabalho, as experiências através das quais as charuteiras se moviam naquele ambiente hostil e opressor, “ouvindo sem poder dizer”, que significava também uma alternativa de luta pela

<sup>84</sup> Dilza Maria Nascimento. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 1º de julho de 2019.

<sup>85</sup> Nilza Rosa dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 1º de julho de 2019.

<sup>86</sup> Ibidem.

sobrevivência e de seus filhos. Cada vez mais as mulheres suportavam as variadas e intensas atividades fabris exigidas pelos homens. O mestre de seção Cosme de Oliveira nos relatou que “muitas vezes não tinha o que reclamar do trabalho, mas os meus superiores falavam que as mulheres estavam dormindo no serviço, porque eles queriam tudo com rapidez, então eu colocava mais fumo na mão das mulheres”.<sup>87</sup> O entrevistado deixa entender que para cumprir bem suas tarefas diante de seu superior e, certamente, por desejar conquistar posições melhores dentro do estabelecimentos fabril, ele colocava mais fumo na mão das mulheres para obter cada vez mais aumento na produção, mesmo já presenciado o cansaço físico evidente nos corpos das operárias. No entanto, as necessidades sinalizam que ao assumir essas atividades, as trabalhadoras poderiam estar acreditando em garantir o emprego e a sobrevivência da família (ASSIS, 2015, p. 40).

A maior participação feminina no mercado de trabalho e os arranjos familiares alternativos sugerem maior flexibilidade de papéis sociais, especialmente no caso do Brasil. Por outro lado, significa também capacidade de articulação e de formas de sobrevivência em um mundo dominado pelos homens. As organizações são geridas por homens há séculos e, com a inserção da mulher no mercado de trabalho, estes temem perder os privilégios que os fazem sentir-se superiores a elas.

Como aponta Guacira Lopes Louro (2008), os estudos de gênero procuram dar visibilidade às mulheres enquanto sujeitos históricos. Sendo assim, a autora identifica que o aparecimento do conceito de gênero provoca algumas controvérsias, pois contribui para o ocultamento do sujeito feminino e por outro lado à distinção entre gênero e sexo. A distinção entre gênero e sexo foi necessária na medida em que as lutas contra as interpretações biológicas contribuíram para a separação entre essas categorias. Conforme Joan Scott (1990) ser mulher ou ser homem, não significa o fato de nascer fêmea ou macho naturalmente, mas de assumir papéis que foram socialmente estabelecidos e hierarquizados, fazendo com que homens e mulheres sejam categorias culturalmente construídas, historicamente impostas aos seres masculino e feminino. De acordo com a narrativa da operária aposentada Dona Igina “a gente fazia os charutos tudo por numeração, aí chegava lá eles mediam tudo pra ver se a gente fez certo, se não passasse na medida voltava tudo, os mestres mandavam fazer tudo de novo”. Notamos na narrativa da charuteira Dona Igina que não existia nenhum mecanismo

---

<sup>87</sup> Cosme de Oliveira. Muritiba-BA. Operário. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 11 de outubro de 2021.

ou tipo de apoio que viesse dar auxílio no trabalho das mulheres, apenas existia um espaço instalado e organizado para tirar de maneira mais malévola a força de trabalho bem feito dessas trabalhadoras que cada vez mais carregavam a marca da exploração.

O escritor Jorge Amado na sua obra “Jubiabá” (2008) ao narrar a viagem dos personagens Antônio Balduino e Gordo para a cidade de Cachoeira, conta-nos que foram agraciados com o cheiro exalante do fumo vindo das grandes fábricas. Logo, foram surpreendidos em saber que naquelas fábricas só trabalhavam mulheres, pálidas e macilentas, mulheres de olhos compridos na fabricação dos charutos. A justificativa dada era que “os homens não tinham jeito, possuíam as mãos grossas demais para aquele trabalho que também era pesado e difícil”. As desigualdades entre os sexos são relacionadas como fatores para a “atualização da sociedade competitiva na constituição das classes sociais” (SAFFIOTI, 2013).

As desvantagens e as desigualdades entre os sexos permitem à sociedade capitalista em formação e em pleno desenvolvimento explorar ao máximo as mulheres com a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e os salários mais baixos. Dona Zilda relembra com orgulho como a sobrevivência da família foi garantida através do seu salário, ao afirmar que “a gente vivia em uma situação econômica muito estreita, o dinheiro era apertado viu? era pouco, mas dava pra a gente gastar com tudo, criei meus filhos, alimentei melhor, as vezes sobrava até um dinheirinho, as vezes *risos*”. A responsabilidade familiar quase que, exclusivamente, função das mulheres quando incorporadas ou não ao mercado de trabalho. Isto aumenta as desigualdades que existem entre mulheres e homens, pois as mulheres passam a realizar duras jornadas, legitimando ainda mais as relações capitalistas e de subordinação. Nas lembranças de Dona Joselita Sampaio fica evidenciado como as mulheres incorporavam o discurso sobre os papéis atribuídos a elas dentro da fábrica e como era a ação dos homens sobre seus trabalhos. Ela nos conta que começou a ser charuteira por curiosidade, mesmo sem saber confeccionar os charutos, ela aceitou as condições de dominação e exploração impostas pela empresa em função da vontade e da necessidade do emprego.

Eu fazia a produção sem saber e sem ganhar nada durante um tempinho, porque eu estava tentando o emprego, e se eu fosse vir pra casa corria o risco de não achar o emprego, aquela multidão de charuto na minha frente para capiar, então fiz o charuto capiei. Aí vai o mestre e diz pra mim: Dona Zelita a senhora vai fazer espelho, eu disse certo, mentira eu não sabia nem o que era espelho, ai ele explicou tudo, como fazer, como separar, como classificar. Como eu trabalhei

classificando na Suerdieck, lá eu arrumava as capas para as charuteira, então eu sabia só isso. O mestre veio, olhou meu trabalho e eu com medo de ir embora achando que o trabalho estava todo errado. Quando o mestre veio ele olhou e falou, como é que perde uma pessoa dessa? Eu estava tão preocupada pensando que eu iria sair que eu não estava nem entendendo o que ele estava dizendo, pra mim ele estava dizendo que eu não podia ficar. Mas ele suspirou e falou olha pra aqui está de parabéns! E nisso eu comecei a trabalhar muito na produção já ganhando pelo que fazia, eu agradei, foi um alívio, pois eu precisava muito do trabalho.<sup>88</sup>

A narrativa deixa claro como a necessidade de sobrevivência fez com que Joselita no início da sua vida como charuteira trabalhasse sem nenhuma remuneração ainda que tivesse tentando uma vaga como operária ela sentia gratidão, porque os patrões atenderam ao seu pedido. A possibilidade de garantir uma melhor condição de vida para si e para sua família fazia com que aceitasse a condição de trabalho necessária para garantir sua sobrevivência. Silvia Federici (2017) aponta que a caça às bruxas foi uma forma de destruir e barrar a autonomia e a resistência das mulheres que se opunham aos principais pressupostos da ordem social vigente. Assim, retoma a caça às bruxas como um fenômeno fundante do modo de produção capitalista em que a nova divisão sexual do trabalho doméstico é imposta às mulheres, assim como a reprodução de sua da força de trabalho como um trabalho forçado e sem remuneração alguma. Dilza Nascimento relembrou que “esse foi o meio de vida que as mulheres tinham e assim vivemos por muito anos, mas logo no início a vida foi difícil, ainda assim foi a maneira que a gente tinha pra viver”.<sup>89</sup> Quando a charuteira fala sobre o trabalho fumageiro como o único meio de vida ela se coloca mais uma vez como a pessoa mais importante para a sobrevivência da família, que passou por momentos difíceis. Apesar da opressão e da hierarquização que as tornavam invisíveis em suas funções, as mulheres souberam se utilizar das brechas que a própria organização econômica e social lhes ofereceu naquele momento para poder viver.

### **3.2 Relações de poder e sociabilidades no espaço de trabalho**

Tomamos como referência os estudos de gênero que buscam compreender os processos de produção e as novas formas de subjetividade feminina. Ao darmos destaque à rememoração, buscamos entender como os fatos lembrados tendem a conservar o significado que tinham para os sujeitos no momento em que os viveram (CALLAS et al, 2016, p. 219).

<sup>88</sup> Joselita Sampaio. São Félix-BA. Aposentada. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 9 de novembro de 2018.

<sup>89</sup> Dilza Maria Nascimento. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 01/07/2019.

As memórias das mulheres charuteiras nos colocam em contato, também, com as formas de constituição e transmissão das experiências sociais e das tradições. Os relatos nos possibilitaram compreender como o companheirismo entre as mulheres fumageiras, se constituiu em laços de solidariedade e aprendizado entre as diferentes gerações de trabalhadoras, e como as relações de solidariedade e as sociabilidades as fortaleciam para vencer as dificuldades geradas pelas próprias condições do trabalho e enfrentar com mais resistência a luta contra a opressão, exploração e desigualdades. A charuteira Dona Joselita Sampaio, cheia de entusiasmo e emocionada por lembrar o percurso que fazia para ir e vir todos os dias com as amigas, se orgulhou ao falar do trabalho fora do lar e descreveu a rotina diária como ato de coragem.

A gente ia caminhando, conversando sobre a vida com os filhos, sobre nossa produção diária, sobre nossas alegrias e tristezas, até chegar dentro de Muritiba e Cachoeira, sempre atravessavam todas juntas, e pra ir pra Muritiba nunca subia uma só, era 3, 4 de acordo ao local que morava se reunia aquelas e subia era diversão porque o caminho era longo e uma distraia a outra e tomava conta da outra.<sup>90</sup>

A memória de Dona Joselita aponta que as charuteiras construía grupos para que pudessem ajudar uma as outras, sobretudo como uma maneira de se livrarem dos perigos e contratemplos que poderiam encontrar ao longo da caminhada. Esse percurso refletia muito na vida de cada uma delas, pois muitas moravam distantes da fábrica em cidades circunvizinhas, era uma rotina de trabalho que não iniciava na fábrica, no decorrer da sua fala a charuteira referiu-se que elas tinham que começar o dia cada vez mais cedo, entre quatro ou cinco da manhã, “naquele tempo eu acordava cedo antes do sol nascer, descia e subia essa ladeira de São Félix a pé com chuva ou com sol”.<sup>91</sup> Ainda que existissem inúmeras dificuldades da chegada até as fábricas de charutaria da árdua rotina de trabalho e da exploração sofrida pelas fumageiras, a difícil jornada foi marcada pelo convívio agradável que se formava a partir dos grupos de amizade construídos entre elas. Nos confrontos das idas e vindas e das conversas cotidianas essas mulheres reafirmaram a humanidade e o caráter de se importarem uma com as outras, essa rotina era um meio de distração usada por elas, nas conversas ao longo da caminhada as fumageiras encontravam uma maneira de superar as dificuldades que viviam. Como afirma Patrícia Hill Collins (2019, p. 187)

---

<sup>90</sup> Joselita Sampaio. São Félix-BA. Aposentada. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 9 de novembro de 2018.

<sup>91</sup> Antonieta Santos de Jesus. São Félix-BA. Aposentada. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 6 de setembro de 2019.

Mulheres negras ajudam umas às outras a crescer de alguma maneira, como mães, filhas, irmãs e amigas muitas afro-americanos se apoiam mutuamente.

Dona Antonieta lembrou o quanto era grande os laços de amizade “quando uma se atrasava as outras esperavam pra ninguém ir sozinha pela estrada, eram muitas amigas, até sociedade para a hora do almoço a gente fazia, almoçava por lá mesmo, comprava merenda, ali mesmo todo mundo merendava”.<sup>92</sup> Assim também rememorou Dona Zilda Oliveira, mãe de três filhos, charuteira da Pimentel, sobre os tempos difíceis em que trabalhava na produção, com a fala elucidativa relatou que viveu momentos gratificantes com as colegas na fábrica, ao falar da produção a operária ressaltou que: “Lá sempre tinha as mais vagarosas e como era 250 charutos por dia, muitas não davam conta, porém as mais rápidas ajudavam as outras completarem as tarefas e ter nosso dinheiro completo”.<sup>93</sup>

Os depoimentos evidenciaram como as parcerias formadas entre as trabalhadoras eram baseadas em laços de solidariedade que ajudavam a amenizar as situações das necessidades enfrentadas decorrente dessa luta. Ao relembrar a conclusão das metas de produtividade diária, os intervalos da refeição, a repartição dos alimentos, percebemos o quanto esses momentos se tornaram importantes e se constituíram em força para vencer as dificuldades de poder e dominação sobre elas. Elizabete Silva (2001, p.120), aponta que essa união significou uma forma de resistência, na medida que buscavam umas nas outras, ou dentro dos grupos o apoio para solucionar os problemas, tanto referentes ao próprio trabalho como econômico e doméstico. Dalva Damiana, sem ser questionada sobre o assunto, também falou de forma espontânea, sobre a sua rotina até a fábrica, para ela esse trajeto foi um marco importante na sua vida como charuteira.

A rotina era forte, eu saía daqui bem cedo com mamãe, umas 7 horas pra pegar ali aquela ladeira, era correndo, era suando, as vezes encontrava aquela boiada no caminho na passagem da gente, mas mesmo assim Deus ajudava, a gente pegava até as longarinas pra subir pra se livrar de boi essas coisas, mas vencia, quando a gente chegava lá era aquela rotina conseguia, faltava 5 minutos pra entrar quando chegava perto da porta a sineta batia, a gente ficava na porta em pé aguardando abrirem pra poder entrar porque tinha que entrar no horário certo, as vezes a gente chegava, as vezes não, mas Deus era tão maravilhoso que eles se compadeciam e abriam a gente entrava ia trabalhar.<sup>94</sup>

---

<sup>92</sup> Ibidem.

<sup>93</sup> Zilda Ferreira de Oliveira. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 24 de abril de 2019.

<sup>94</sup> Dalva Damiana de Freitas. Cachoeira-BA. Operária aposentada da Cia. Suerdieck. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 14 de janeiro de 2019.

Seja morando perto ou longe do trabalho, as adversidades não eram diferentes, como informou Dona Dalva Damiana as fumageiras trilhavam longos caminhos e dividiam o perigo das estradas até com animais, esses trajetos proporcionava um grau maior de sociabilidade a essas mulheres que andavam rapidamente e temente a Deus para alcançar o horário marcado pela sirene das fábricas. Além disso, apresentaram em suas falas um modo muito particular de expressar as ações relacionadas ao trabalho fabril. Os depoimentos revelam que o período em que trabalharam juntas estabeleceu entre elas um elevado nível de união, sobretudo, é possível percebermos como a expressão, “a gente” é usado constantemente, retratando assim a existência do companheirismo, o sentido de coletividade como instrumento de força contra as situações constituídas nos espaços da charutaria. Dalva Damiana concluiu sua narrativa com a voz carregada de expressões, mas bastante fiel a sua fala, lembrou das conjunturas climáticas que enfrentava no caminho “a gente enfrentava sol e chuva, de manhã cedo, o vento pegava nossa sombrinha e jogava no rio ao atravessar a ponte, muitas vezes esperava uma colega chegar pra botar uma toalha na cabeça e seguir”.<sup>95</sup> Desta forma, chegar até a fábrica não era apenas caminhar uma certa distância, as adversidades eram intensas, a vida de uma charuteira era cansativa mas mesmo diante de tantos empecilhos elas não desistiam. Ecléa Bosi (1994, p. 31) diz que o modo de lembrar é individual tanto quanto social, o grupo transmite retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e como lembra, fazendo com que fique o que tem maior significado.

De modo semelhante, Dona Igina também relatou em sua entrevista que “a gente tinha que chegar pontualmente às sete horas da manhã na porta da fábrica porque se chegasse minutos atrasada o porteiro fechava o portão, era tanta mulher perdendo o dia”. A charuteira fez uma breve pausa silenciosa na sua narrativa e logo continuou a se expressar. “A vida era difícil mesmo porque até as mulheres que moravam dentro da cidade se atrasavam, eu saía de Capoeiruçu a pé até Muritiba, mas nunca me atrasei, nunca perdi a hora”.<sup>96</sup> As lembranças das charuteiras estão bem marcadas através do contexto que as mulheres vivenciaram com os trabalhos nas fábricas de charutaria, pois, perder o dia custava muito para elas como mulher, e como provedora da família. Concordamos com Thomson (1997) ao defender que

---

<sup>95</sup> Ibidem.

<sup>96</sup> Igina Correia dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 2 de junho de 2022.

algumas experiências e sentimentos são silenciados e reprimidos na memória de forma consciente, uma vez que são lembranças que de algum modo trazem sofrimentos.<sup>97</sup>

*As charuteiras*, crônica escrita por Mariah Costa Penna (1989), recorrendo às suas memórias da infância, traz uma narrativa sobre o caminho percorrido pelas trabalhadoras até as indústrias fabris e sobre as dificuldades vivenciadas pela personagem Cantídia, operária charuteira:

O xale envolvendo os ombros, a lata que servia de marmita dependurada com um cordão num dos dedos da mão esquerda, ela andava com lepeidez, arrastando as tamancas no cascalho seco da estrada, o pensamento vagando, os olhos presos no chão. [...] Adiante, alcançou outras companheiras que tinham o mesmo destino de luta para sobreviverem. Desciam a ladeira íngreme e calçada de pedras lisas e escorregadias. Precisavam equilibrar os corpos para evitarem tombos, o que conseguiam porque eram sempre escanzeladas pela falta de alimento e por causa do cansaço que lhes maltratava as carnes exíguas. No sopé da ladeira, as ruas se bifurcavam. Os operários tomavam o rumo que lhes convinha. Cantídia e algumas companheiras dobravam à esquerda e iam esperar em frente à fábrica, que ficava situada à avenida que marginava o rio caudaloso que banhava a cidade. Agrupavam-se em frente ao edifício e esperavam que o sino tocasse, anunciando a entrada. Homens e mulheres começavam a trabalhar às setes horas da manhã, havendo um intervalo de quinze minutos, e depois continuavam até o meio-dia. Novamente o sino tocava, para o descanso de uma hora, que era destinada ao almoço (PENNA, 1989, p. 143-144).

A narrativas das trabalhadoras e os registros empregatícios nos mostram que existiam nas fábricas do Recôncavo Baiano muitas operárias que viviam uma vida semelhante à da operária Cantídia. Embora os relatos sejam experiências de um mesmo ramo de produção, observamos a existência de múltiplas memórias, vinculadas ao lugar de fala dos sujeitos. No início do século XIX, as charuteiras do Recôncavo Baiano, buscavam, além da sobrevivência material, a sobrevivência social e cultural, quando inseridas em seu grupo, procuravam participar de outras atividades, como as festas regionais ligadas ao catolicismo e as práticas religiosas africanas. As charuteiras se uniam com uma única intenção, ocupar seus espaços.

O Jornal Correio de São Félix (1958), noticiou os santos mais festejados, na região fumageira com a constante participação das mulheres, segundo as fontes disponíveis, foram: Em Muritiba; Senhor do Bonfim entre janeiro e fevereiro; Santos Reis, no mês de janeiro na Vila de Cabeças; Nossa Senhora das Candeias, no mês de fevereiro na Vila de Cabeças; Deus Menino, no mês de dezembro na Vila de Cabeças; São Benedito, final de dezembro e

---

<sup>97</sup> Alistair Thomson ao se reportar a memória da guerra pelos Anzacs. Conferir em: *Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias*. In: Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1997. p. 60-70.

início de janeiro na Vila de Cabeças. São Bartolomeu, no mês de agosto, em Maragogipe; Nossa Senhora do Rosário, em outubro em Cachoeira; Santa Cecília, no mês de novembro em Cachoeira; Nossa Senhora D'ajuda, no mês de novembro em Cachoeira; São Félix de Cantalício, em setembro em São Félix; Deus Menino, no mês de dezembro em São Félix; Santa Bárbara, no mês de dezembro em São Félix; São Pedro, no mês de junho.<sup>98</sup> Embora não haja diferença entre os santos nos relatos orais das trabalhadoras, pois ao falar de um logo falam de outros.

A historiadora Luciana Lessa (2005), ao se debruçar nos estudos sobre a Irmandade da Boa Morte em São Gonçalo dos Campos, pontuou que houve uma grande predominância das mulheres negras do trabalho fumageiro inseridas nos grupos. Ainda de acordo a autora a irmandade tinha um vínculo muito forte diretamente ligado aos terreiros de candomblé, com uma elevada participação de mães de santos. Sobre isso reforça também a historiadora Rosana Falcão Lessa (2010) ao escrever sobre as mulheres fumageiras de São Gonçalo dos Campos da fábrica Menendez e Amerino, discutiu a participação das trabalhadoras nas festas profanas e religiosas, mostrando como as mulheres se organizavam para participar das festividades do município e de outras regiões. Luciana Lessa (2005, p. 126-127), aponta que é impossível falarmos em irmandades religiosas sem falar em candomblé, pois suas práticas estão conectadas, visto que a irmandade foi criada com semelhanças as associações e práticas africanas, assim como as tradições do catolicismo. Essa relação entre as duas religiões permitiu então a sobrevivência dessas práticas africanas no Brasil.

Dona Dalva Damiana de Freitas como líder religiosa de seu grupo, ressalta que vinha fazendo samba com as charuteiras pelo amor que tinha ao samba, organizava e participava dos festejos religiosos, oportunidade que motivou esta charuteira a criar o Samba de Roda da Suerdieck que era presente na Irmandade da Boa Morte, um grupo composto apenas por mulheres negras, destituindo desse modo o homem de ter qualquer participação dentro da irmandade, assim, as charuteiras representavam determinado dia.<sup>99</sup> A inserção da mulher negra no espaço cultural do Recôncavo Baiano foi um produto das desigualdades e opressão não só de gênero, mas, sobretudo de raça e classe combinadas, que por ora marcam e discriminam os sujeitos como diferentes e foi através dessas articulações que por muito tempo a sociedade delegou às mulheres as funções de domésticas, mantedoras do lar,

---

<sup>98</sup> Arquivo Municipal de São Félix. Correio de São Félix. op. cit. n.º 32 de 07/12/1941 a 1.187 de 13/05/1958.

<sup>99</sup> Dalva Damiana de Freitas. Cachoeira-BA. Operária aposentada da Cia. Suerdieck. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 14 de janeiro de 2019.

enquanto o poder estava atribuído aos homens. No entanto as mulheres charuteiras foram aos poucos conquistando e construindo seus espaços culturalmente, além de se inserirem a uma determinada classe social, desconstruindo e construindo novos lugares por meio da interação cultural.

Trazendo uma aproximação entre as práticas culturais e trabalho, sobretudo, olhando através das subjetividades cotidianas, das sociabilidades, que na vida e no trabalho das fumageiras estão associadas às festividades, o historiador Luciano Figueiredo (2001) sublinha que as festas trazem uma fluidez e libera das tensões e formalidades do cotidiano, estabelecidas pelas rotinas, inclusive do trabalho. Contudo, a festa não é um evento isolado ela é necessária, pois, do mesmo modo que ela reafirma uma organização, ela quebra uma ordem estabelecida dentro desses espaços (p. 263-278). Quando reivindicamos a presença das mulheres na historiografia, buscamos superar a lacuna deixada pela invisibilidade à qual foram submetidas pela história única, por sua vez imposta pelo sistema moderno, colonial de gênero. No pensamento de Joan Scott (1995), é o gênero que estabelece significados para as diferenças entre mulheres e homens e que varia conforme a cultura e os grupos sociais.

O Samba de roda da Suerdieck do Recôncavo da Bahia que fora criado pela operária Dalva Damiana se tornou uma instituição, um Patrimônio Imaterial do Estado. Foi nos salões da charutaria, repletos de mulheres negras, operárias, que Dona Dalva começou a compor seus primeiros sambas. Compôs a primeira letra de samba durante um episódio que aconteceu no horário da merenda da fábrica fumageira que trabalhava.

A Dona Eulina também charuteira levava merenda pra gente e teve um dia que ela levou jiló mabaço. Aí ela chegou e dividiu, todo mundo deu uma cortada e quando chegou na minha hora, ela disse: Tome, Dalva, coma. E eu não queria não, porque eu comia e ficava pensando nos meus filhos que eu não tinha deixado nada em casa. Ela insistiu e quando eu peguei, veio a composição num só tom. “Venha cá como quiser ô jiló/Jiló ô jiló/Como quiser venha cá ô jiló/Jiló ô jiló/Plantei jiló/Não pegou/A chuva caiu/Rebentou/Eu cortei miudinho/Botei na panela/Pensei que é jiló/Não é jiló é berinjela.” Ai Eulina tá vendo ai, não pode ficar triste não, Dalva não pode ficar triste, ela é alegria da gente e fui tocando a jornada, ai eu falei assim pra Aurinha outra charuteira, Aurinha me dá ai um papel e um lápis, ai toda hora eu escrevia, e vai, e vai, fiz o samba ai ensaiava na banca mesmo, com os materiais de fazer charuto. (...) os nossos instrumentos, então eu dizia que era: A minha tábua era o meu caderno do samba, a faca era minha caneta, o batedor era a borracha pra limpar, e o caqueiro era o tinteiro, então, era um privilégio que eu tinha então eu dizia esse é a minha formação de que eu sou operária porquê de fato quem aprende quer ser executada pelo melhor né, então eu não tinha como

explicar minha vida tinha que explicar assim pela minha atualidade aí estava tudo bem equilibrado né.<sup>100</sup>

O grupo das charuteiras participava dos festejos como operárias aposentadas, usando os artefatos de trabalho como instrumentos, transformando o cansaço em alegria, através de missas, novenários e lavagens de rua que poderiam participar. Conforme observado na memória de Dona Dalva Damiana, percebemos que como mulher negra e como charuteira ela queria ter pleno direito de experimentar e vivenciar com intensidade a festa, principalmente pelo amor que tinha ao samba. Através dessa ótica podemos afirmar que a festa também produz narrativas femininas na qual mulheres negras conseguem perpassar os limites que lhes são impostos. Todavia, também verificamos como o samba teve uma grande influência na sua vida, ao narrar sobre o episódio do “jiló”, observamos o contexto de necessidades que levava os trabalhadores a se submeterem as árduas tarefas com o fumo, na expectativa de ter uma vida melhor para si e seus filhos, no entanto as tarefas realizadas não possibilitavam as mulheres uma vida digna, pois o depoimento revela uma vida de pobreza e dificuldade uma vez que ao sair de casa não tinha alimentação necessária para suas proles. A fala de Dona Dalva também nos permite refletir sobre o papel da mulher pobre inserida numa sociedade patriarcal e machista que construiu a ideia do homem enquanto provedor. Maria Odila Leite (1995, p. 53), reforça que tais funções exercidas pelas mulheres têm um sentido importante na desmistificação do tão discutido sistema patriarcal brasileiro.

No decorrer da conversa assim como as charuteiras citadas anteriormente Dona Dilza Nascimento também falou sobre a festa da Boa Morte que era uma festa típica das charuteiras. “A festa da Boa Morte em Cachoeira as charuteiras participavam, tinha a noite destinada a gente, íamos tudo de branco, igual no Senhor do Bonfim tudo de baiana, era lindo, todas bem trajadas”.<sup>101</sup> A charuteira Dona Dalva Damiana começou a receber vários convites para participar de festas religiosas, como a festa da Irmandade de Nossa Senhora D’ Juda em Cachoeira-Ba na qual a compositora de “Jiló” levou o Samba de Roda Suerdieck, criado por ela em homenagem à fábrica onde trabalhava. A Operária também rememorou e cantou uma parte de outro samba que cantava com suas amigas de trabalho na festa de Santa Cecília em Cachoeira. A gente cantava: “A flor de laranjeira, alô Bahia, cheira mais que

---

<sup>100</sup> Dalva Damiana de Freitas. Cachoeira-BA. Operária aposentada da Cia. Suerdieck. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 14 de janeiro de 2019.

<sup>101</sup> Dilza Maria Nascimento. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 1º de julho de 2019.

aroeira, alô Bahia! A baiana já conhece, alô Bahia! O cheiro da laranjeira, alô Bahia! Vou mandar tirar, vou mandar tirar, flor de laranja pra meu benzinho cheirar ...”.<sup>102</sup> A noite da charuteira, era uma noite destinada nas festas religiosas para as mulheres operárias das fábricas de charuto, mesmo diante de empecilhos, humilhações, desprezos, preconceitos e das relações de poder elas conseguiam se apresentar na noite destinada a elas, chegando a ganhar o apoio dos mestres, gerentes e de diversos estabelecimentos fabris. Da mesma forma Dona Dilza Maria Nascimento lembrou dos festejos como momentos que marcaram sua vida “quando chegava as festas religiosas, principalmente a festa do Senhor do Bonfim na cidade de Muritiba-Ba os patrões participavam e ofereciam apoio para realização da lavagem das charuteiras que era tradição pra a gente e pra cidade”.<sup>103</sup> A narrativa das charuteiras nos mostra que as mulheres viveram as festas intensamente, e mesmo estando em lugar subalterno em relação aos homens elas não abdicavam de buscar apoio financeiro para as práticas culturais cotidianas. Ainda conforme Dona Dalva, o samba foi a grande expressão de devoção, fé e alegria para as operárias, e ao mesmo tempo que representavam as fábricas elas buscavam a visibilidade social que esperavam através de suas composições. Esta solidariedade inspirada pela festa era para essas mulheres a possibilidade de escapar de um cotidiano árduo. A tradição oral revelou como as charuteiras se identificaram como agentes de uma dinâmica social e cultural no cenário fabril da cidade. Essas mulheres encontram nas festividades um espaço de ressignificação de uma trajetória de vida pautada pelo sofrimento e pela desigualdade de gênero. Como pontua Mary Del Priore (1994, p. 27), as festas profanas e religiosas procuravam moldar as populações coloniais e fazer uma aliança entre a igreja e o estado interferindo nas formas de solidariedade e economia psíquica dos colonos, sobretudo, criava brechas de resistências, transculturalidades e utopias, além de ser um espaço de leituras e funções políticas e religiosas. As sociabilidades e experiências constituídas nas hierarquizadas irmandades católicas e casas de candomblé, por exemplo, podem trazer à luz parte do legado das formas de organização e lutas negras para os/as trabalhadores/as do século XX (NASCIMENTO, 2016, p. 620).

As mulheres sempre lutaram para ocupar espaços que antes eram renegados, tanto pela conjuntura racial quanto de gênero. A diferença de gênero, foi usada durante muito

---

<sup>102</sup> Dalva Damiana de Freitas. Cachoeira-BA. Operária aposentada da Cia. Suerdieck. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 14 de janeiro de 2019.

<sup>103</sup> Dilza Maria Nascimento. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 1º de julho de 2019.

tempo como expressão de desigualdade dentro da hierarquia determinada pelo masculino. Sem ser questionada Dona Joselita Sampaio que é uma das principais e mais velhas do grupo da irmandade da Boa Morte, também falou com muita alegria sobre a importância das mulheres negras charuteiras nas manifestações da irmandade.

“Além de eu ser charuteira sou uma das representantes da Irmandade da Boa Morte, que é composta por mais de 30 mulheres negras, adeptas do candomblé, e na festa tinha o dia das charuteiras onde todas mulheres negras que compunham aqueles espaços saíam vestidas com suas roupas brancas seguindo a tradição de mais de 200 anos, sempre sendo conduzidas pelas nossas ancestrais a gente ganhava a vida nesses espaços, porque esse lugar é nosso é da mulher negra que luta que resiste”.<sup>104</sup>

As festas para as charuteiras eram uma afirmação de poder, a memória de Dona Joselita Sampaio perpassava as trajetórias de luta e resistência no trabalho fabril. Esses espaços se constituíam em afirmação social, e de igualdades enquanto mulheres negras da diáspora africana e de fatores históricos que permitiram a manutenção das lideranças feminina. A valorização do trabalho feminino no candomblé atribui um novo valor ao papel da mulher no sentido social, de modo que o candomblé acaba se tornando não apenas como uma alternativa que a mulher negra tem para realizar-se religiosamente, mas também politicamente e socialmente. A socióloga e pesquisadora das relações de gênero Maria de Fátima Araújo (2003) aponta que homens e mulheres se diferenciarem dos modelos rígidos e estereotipados, afirmando que muitas características atribuídas ao masculino e ao feminino não são determinadas apenas pelo gênero, são influenciadas também pela classe social e pela cultura. Ruth Landes (2002) antropóloga, estadunidense, pioneira sobre os estudos de mãe de santo em Salvador, destacou que as mulheres do candomblé direcionavam a vida do povo, circunstâncias que acontece até os dias atuais, no que diz respeito aos papéis de gênero e aos espaços ocupados pelos sujeitos sociais, com o espaço doméstico associado ao feminino e o espaço público, ao masculino. Essa divisão sexual do trabalho faz muito sentido quando falamos da burguesia urbana e das classes remediadas do passado brasileiro, mas não necessariamente das classes populares, e sobretudo da população negra em geral. Quem sempre teve de trabalhar para conseguir seu sustento e manteve a unidade familiar como uma fonte de produção de bens de consumo conseguiu manter uma mobilidade única nos espaços públicos. Dona Dalva Damiana além de ter sido a criadora do Samba Suerdieck,

---

<sup>104</sup> Joselita Sampaio. São Félix-BA. Aposentada. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 9 de novembro de 2018.

também participou de diversas festas profanas, como a festa do Bonfim, Festa do Santo Antônio etc. Ela nos narra que:

Em Cachoeira teve cortejo eu participei, porque quem primeiro saiu aqui foi eu, em Muritiba também participei lá na missa do Bonfim, na festa do Bonfim naquela lavagem das baianas toda de alvo, eu na frente de branco todo mundo com seu tabuleiros de pipoca, Conceição de Feira também para Santo Antônio o grupo das charuteiras iam como operárias aposentadas transformando o cansaço em alegria, a gente cantava, a gente dançava (...) eram muitas mulheres que perdi a contagem, todo mundo queria sair ninguém tinha roupa ninguém tinha nada era a gente pedindo roupa emprestada as baianas, o pessoal não queria emprestar, e a gente fazia roupa de baianas com as cobertas de xitão, naquele tempo a gente emendava um no outro franzido e vai tocando o carro pra Lapinha.<sup>105</sup>

As mulheres charuteiras foram sem dúvidas as verdadeiras protagonistas dos festejos populares, notamos que os papéis atribuídos são diversos, elas não estão apenas inseridas nos festejos, mas, nas preparações das festas e no trabalho de bastidores que as inclui nas arrumações das ruas, da igreja, na limpeza dos espaços e principalmente nas confecções e arranjos dos trajes. Ou seja, eram as responsáveis pela resplandescência de tudo que simbolizavam as atividades festivas. Cecília Soares (1994, p. 110) constatou que o ambiente da rua, portanto espaço público, permitia de certa forma que as negras dessem expansão a ousadas atitudes, ao mesmo tempo que refletiam, as limitações de suas vidas, de falar alto, dançar, beber, sem serem punidas que eram ações consideradas constantes no espaço fabril.

Anfilóbio de Castro (1941) escreveu que:

Às dez horas, as ruas, são já fervedouros de raparigas de saias redondas, torço de cetim, chale de seda ou fenda costa ajustado à cintura; punhos, pescoço e orelhas carregados de ouro; ao quadril, pendentes do coís da saia, lindas ágatas, corais e coralinas encastoadas de ouro e prata. Meio dia. O incêndio atinge o auge! Entram as crioulas, as mulatas, as africanas, os aguadeiros das cidades vizinhas, formando assim um grosso de mais de oitocentos festeiros devotos, cada qual mais ardente de alegria e fé, com a sua bilha enfeitada, cheia de água, à cabeça, cantando, sapateando, requebrando aos sons da zabumbada, sobressaindo as porta-bandeiras no repisado e requebros das chulas, no miudinho leve e ligeiro do ponteadão da dança com alguma cousa de lascívia; uma das mãos à cintura, a outra à haste da bandeira, os olhos no chão, o suor cortejaste e os ouvidos vaidosos de gabos e de brados de animação (CASTRO, 1941, p. 49).

No meio das fábricas essas festas se constituíam em diversas formas de lazer, as operárias encaravam isso como uma maneira de escapar das suas rotinas, o lazer favorecia uma convivência fora do trabalho, e trazia para essas mulheres um poder próprio da

---

<sup>105</sup> Dalva Damiana de Freitas. Cachoeira-BA. Operária aposentada da Cia. Suerdieck. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 14 de janeiro de 2019.

construção social dentro da nossa cultura. A festa através desse viés da história das charuteiras, também se apresenta como um “fato social”, pois opera como um foco de consciência histórica. Segundo Le Goff (2002, p. 25), as festas, traziam para essas mulheres os mesmos diálogos que se constituíam nas ruas, nas tabernas, nas escolas, nas igrejas e até mesmo nos cemitérios. As charuteiras reforçavam através dessas festas profanas o uso do espaço social que está lhes proporcionavam, afirmando a importância delas enquanto negra e quanto mulher na cidade e na sociedade religiosa, trabalhista, de gênero, política, social e econômica.

Segundo Silva (2001, p. 165-166), apesar do compromisso com o santo e a relação de continuidade com o "passado sagrado", as festas não representavam, apenas o aspecto religioso, pois, entre o sagrado e o profano estavam os valores culturais que proporcionavam a essas mulheres uma identidade e, sobretudo, representavam uma forma de articulação e preservação de um espaço social que lhes oferecia maior grau de autonomia. Mary Del Priore (1994, p. 10), em *Festas e Utopias no Brasil Colonial* afirma que a festa é também um fato político, religioso ou simbólico, as danças e as músicas que a recheiam não só significam descanso, prazeres e alegria, eles têm simultaneamente importante função social: permitem às crianças, aos jovens, aos espectadores e atores de festa introjetar valores e normas da vida coletiva, partilhar sentimentos coletivos e conhecimentos comunitários. A festa para as mulheres negras das fábricas além da diversão, garantia visibilidade, poder e busca pela autonomia.

Portelli (2006) se permitiu navegar pelas histórias construídas ao acreditar na historicização da memória oficial.

As fontes orais revelam as intenções dos feitos, suas crenças, mentalidades, imaginário e pensamentos referentes às experiências vividas. Ela se impõe como primordial para compreensão e estudo do tempo presente, pois só através dela podemos conhecer os sonhos, anseios, crenças e lembranças do passado de pessoas anônimas, simples, sem nenhum status político ou econômico, mas que viveram os acontecimentos de sua época (PORTELLI, 2006, p. 57).

Outro fato corriqueiro presente na memória das trabalhadoras era que a presença delas nas festas era visto como algo marginalizado dentro da sociedade, por conta da ocupação e por pertencerem a diferentes grupos sociais. A charuteira Dona Dalva Damiana rememorou com tristeza que:

(...) o pessoal achava que a classe charuteira não merecia moral de convite porque éramos mulheres, pretas e pobres, nada tinham, fedorentas, fedendo a caatinga,

tudo era um desprezo horrível que davam a gente, a gente não podia ir em uma festa porque não tinha condição né, por acaso quando ia em uma festa a convite nem todo mundo queria se encostar tinha esse preconceito era muito humilhada, você quer saber de melhor quando a gente ia saía num lugar nego tinha aquele privilégio de tratar os demais bem, a gente nego queria dar era licor essas coisas por isso que eu nunca bebi, a gente fica de cá, por acaso convidava a gente e dizia assim, olhe vocês ficam aí pessoal, vai entrar vocês, aí apontava quem ia entrar e a gente ficava na porta a gente não tinha liberdade.<sup>106</sup>

As desigualdades raciais e de gênero acabam colocando as charuteiras em patamares sociais diferentes. No caso das mulheres, os padrões sociais e estéticos das mulheres brancas com maior poder aquisitivo fazem com que sejam valorizadas e bem vistas, operando de forma a excluir as raças subalternas. A perspectiva racial de gênero é apropriada para a análise dos processos das desigualdades de raça e gênero. As mulheres negras compõem o grupo sobre o qual incidem dois diferentes eixos de opressão, gerando estereótipos negativos e piores condições de vida. Não existem barreiras que proibam a participação das mulheres negras nestes espaços, no entanto, são as desigualdades, as práticas racistas e sexistas que impõem obstáculos à sua inserção, pois sempre associam as mulheres negras a imagens negativas quanto a sua capacidade e sobretudo sua aparência.

Guacira Lopes Louro (1997), ao falar sobre a “invisibilidade” da mulher num contexto histórico, destaca a mudança gradativa desse quadro, principalmente a partir das mulheres da classe trabalhadora e camponesas, que com muita luta foram aos poucos adentrando outros espaços, que mesmo sendo caracterizados como característicos da mulher, já se traduziam num grande passo para elas como um todo.

### **3.3 Corpo, subalternidade e resistência feminina na indústria fumageira**

As greves fizeram e fazem parte das lutas operárias por melhores condições de trabalho e pagamentos salariais. No Brasil, no início do século XIX, as condições trabalhistas eram estabelecidas pelos patrões, pois ainda não existiam leis de trabalho, desse modo, as jornadas podiam chegar a mais de 10 horas diárias. Diante da situação de exploração, as classes operárias de charutaria começaram a se mobilizar e passaram a fazer uso da sua arma mais segura: as greves. O início do século XX é então marcado por mobilizações. A conjuntura das lutas operárias mundial, iniciada em 1917, atingiu a Bahia no ano de 1919, desta forma, o movimento grevista se intensificou até finais do século XX,

---

<sup>106</sup> Dalva Damiana de Freitas. Cachoeira-BA. Operária aposentada da Cia. Suerdieck. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 14 de janeiro de 2019.

tornando-se uma prática comum de quase todas as categorias de trabalhadores dos mais diversos setores econômicos, com o objetivo de reivindicar aumento, pagamento de salários atrasados, jornadas de trabalho exaustivas etc. Durante toda a Primeira República, várias greves eclodiram nos principais centros manufatureiros do país, onde as mulheres iniciaram suas lutas e reivindicações por melhores condições de trabalho, por direitos sociais e políticos, organizações femininas procedentes de movimentos operários.

As greves que pararam a capital baiana também mobilizaram as trabalhadoras fumageiras no Recôncavo Baiano, sobretudo as cidades de Cachoeira, Muritiba e São Félix. Dia 19 de junho de 1919, ocorreu a primeira greve na qual operárias e operários das manufaturas pararam os trabalhos diante dos patrões, exigindo aumento salarial, jornada de oito horas, indenização por acidentes no trabalho, etc., o movimento chegou a mobilizar mais de mil operárias (os) fumageiras das manufaturas não apenas da Cia. de Charutos Dannemann das cidades de São Félix, Cachoeira e Muritiba, mas sobretudo da Costa Penna & Cia, Stender & Cia, e Pimentel em Muritiba.<sup>107</sup>

Foram movimentos que tinham como objetivo ampliar as lutas, mobilizar trabalhadoras e trabalhadores de armazéns de fumo ou das manufaturas de charutos. Sobre isso relata a charuteira aposentada Joselita Sampaio:

“em São Félix as charuteiras se levantaram das suas bancas pararam os serviços da Dannemann acionaram a sirene, fazendo com que todos ficassem alertas, a manifestação grevista feita pelas mulheres tirou todo mundo do chão das fábricas, para que juntos pudessem protestar e fazer uma revolução, todos (as) resolveram abandonar o trabalho saindo em grupos pelas ruas com cartazes, apitaço exigindo a redução da jornada de trabalho para 8 horas, assim como 20% de aumento nos salários, as operárias seguiram em passeata percorrendo diversas ruas da cidade, sobretudo da cidade de Cachoeira”.<sup>108</sup>

A greve com a maior participação de mulheres permitiu pensarmos nas questões de gênero, raça e classe, em defesa de seus direitos colocando-as como sujeitos políticos, saindo da posição de vítimas e pondo em situação de luta. A operária continuou o diálogo retratando que essa greve não ocorreu apenas com o operariado da Danneman, mas de várias outras fábricas manufatureiras que foram a Leite Alves, Suerdieck e Costa Penna. “Em todas essas, homens e mulheres se levantaram e por cada rua que passavam colhiam mais gente”.<sup>109</sup> Desse modo o movimento, foi ganhando crescimento, com a participação de diversas categorias

---

<sup>107</sup> A Época, Rio de Janeiro, Ano VIII, N.2.528, p.8, 19 de Jun. 1919.

<sup>108</sup> Joselita Sampaio. São Félix-BA. Aposentada. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 9 de novembro de 2018.

<sup>109</sup> Ibidem.

que de algum modo, colaboravam com à luta das trabalhadoras. Sobre isso afirma Vanessa Matos (2008) especialista nos estudos interdisciplinares de mulheres, gênero e feminismo e com um olhar voltado para as greves operárias em Salvador, na qual operários baianos se levantaram para defender seus direitos. Tudo isso nos faz lembrar a observação de Michelle Perrot (2005).

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história. (Perrot, 2005, p. 212)

Cerca de 2 mil operários das fábricas de fumo das cidades de São Félix e Muritiba, especialmente os das firmas Costa Ferreira & Penna e Dannemann & Cia., entraram em greve reivindicando aumento salarial de 20%, jornada de 8 horas, direito de livre organização sindical e indenização por acidentes de trabalho (CASTELLUCCI, 2004, p. 232). Ainda de acordo com a narrativa de Dona Joselita Sampaio a mobilização foi tão grande que tiveram a participação da Minerva Cachoeirana<sup>110</sup> apoiando essa causa tão importante para as fumageiras.

Em um instante inventaram música e saíram tocando e a gente cantando, reivindicando nossos direitos, nosso salário digno. O negócio foi fervoroso, lembro como hoje. Foi muita coisa que houve no passado, e no passado você sentia o punho, o peso do povo. Hoje em dia você não sente o punho nem o peso de ninguém principalmente das autoridades, ninguém faz nada pela classe trabalhadora.<sup>111</sup>

A charuteira ao falar sobre a participação cultural nas greves mostra como o trabalho realizado pelas mulheres interage com toda a comunidade, sobretudo por ser um trabalho que preserva a cultura do Recôncavo. Quando a charuteira se refere as greves do passado, seu modo de expressão é que nos entremeios dos séculos XIX e XX as pessoas tinham mais pudor em prol das manifestações, hoje a maior parte das pessoas que apoiam as greves ficam em suas casas. Há então uma crise na greve, não é possível sentirmos o peso do povo, a

<sup>110</sup> A Sociedade Lítero Musical Minerva Cachoeirana, ou “Minerva”, como é conhecida, foi fundada pelo maestro Eduardo Mendes Franco em 10 de fevereiro de 1878. Sua sede está situada em um antigo sobrado na cidade de Cachoeira, Recôncavo baiano. Sua sede guarda fotos dos fundadores e ex-músicos, bandeiras, flâmulas, taças e medalhas ganhas em reconhecimento pelo seu trabalho cultural.

<sup>111</sup> Joselita Sampaio. São Félix-BA. Aposentada. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 9 de novembro de 2018.

participação da sociedade no seu modo de luta, seu modo de expressão hoje se torna diferente do que era no passado, chegando muitas vezes a serem ignorados diante do mundo capitalista atual. Michele Perrot (1996, p. 191) fundamenta que a greve com a participação de mil operários em torno de um forno de uma fábrica, nas sociedades ocidentais, quase não existe mais.

O Cientista Social José Fontes (1982) ao estudar as manifestações operárias na Bahia salientou que, a greve é sem dúvidas o principal meio de luta econômica, direta ou indiretamente, implícita ou explicitamente, ela ultrapassa os limites da luta por melhores condições materiais dos trabalhadores, assumindo, não raramente, um caráter político. Eric Hobsbawm (1977, p. 232) também observou que “a greve é uma consequência espontânea e lógica da existência da classe trabalhadora”. No final do século XIX, à início do XX as lutas da classe trabalhadora tiveram um elevado fortalecimento, logo, diversos direitos foram sendo adquiridos. Dona Antonieta de Jesus, charuteira que viveu de perto todas as manifestações operárias considerava os movimentos grevistas necessários, muitas mulheres participavam, mas outras tinham medo de participar para não perderem o trabalho.

Eu e muitas charuteiras, íamos para as ruas, fazíamos greves para buscar nossos direitos, As mulheres eram as que mais participavam, os homens iam, mas eram mais difíceis aderir porque eles tinham direito a tudo, nós mulheres não tinha, mas eu ia, eu não era contra, mas também não era a favor porque eu queria melhores condições de trabalho, eu aderiu as greves que tinha junto com as colegas fazendo a união, mas tinha umas colegas que ficavam com medo de perder o trabalho essas eram a favor da greve porque era o único trabalho que tinha e a gente precisava trabalhar, ter um dinheiro no final do mês, mesmo pouco mas tinha, essas colegas então não seguiam a greve e continuava o trabalho.<sup>112</sup>

Quando a charuteira se refere as greves apenas com maior participação das mulheres, fica nítido como as desigualdades de gênero eram constantes nesses espaços, visto que as mulheres tiveram maiores participações nas mobilizações feitas para todo operariado. Isso significa que o envolvimento de homens e mulheres contidas nas formas de lutas de classe não são as mesmas. Ver a fábrica a partir da perspectiva do gênero é ter consciência de que se trata de um espaço social, político e de poder, onde as diferenças entre homens e mulheres acabam por submeter os sujeitos a determinadas conformações, papéis sociais, lugares e estereótipos conforme observa Guacira Lopes Louro (1987, p. 88). Dona Antonieta se mostrou bem consistente nessa causa, indo a frente dos movimentos, ao relatar sobre as

---

<sup>112</sup> Antonieta Santos de Jesus. São Félix-BA. Aposentada. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 06 de setembro de 2019.

colegas que continuavam o trabalho durante o período grevista é como se, ao não aderir à greve, elas aceitassem a exploração advinda pela empresa e pelos patrões, as quais não preveem o aumento do salário relativa da carga horária de trabalho, essas mulheres por ora tinha a necessidade de receber o seu salário mesmo sendo explorada, isso fazia com que a luta da maioria fossem em vão prejudicando os objetivos em prol dos direitos iguais para todos. Como bem pontua Mirella Borba e Luciana Vinhas (2020), a greve é um movimento legítimo de luta, é sobretudo um ato de resistência, uma vez que a classe dominada se rebela contra as condições de trabalho impostas pela classe dominante. Sobretudo não deixam de ser uma questão de gênero uma vez que a divisão sexual do trabalho, a hierarquização dos sexos e seus efeitos causam danos sobre as mulheres e ainda assim é uma questão de raça, pois são duas dimensões que cruzam o conceito de classe e paralelamente mostram as especificidades das opressões no interior de uma mesma classe social.

Thompson (1987) ao discutir a formação da classe operária inglesa, demonstra que esta não nasce automaticamente do trabalho industrial, pois é produzida nas lutas diárias para enfrentar a opressão e a exploração. Deste modo, a classe, a forma como está na organização de luta, são produtos históricos presentes nas estruturas sociais, são, portanto, produto da ação dos homens sob condições determinadas, tanto quanto nas experiências de lutas criadas para fazer frente à exploração. Afinal, a classe, a consciência e suas lutas são produtos de circunstâncias históricas objetivas; são destruídas e reconstruídas pelos homens na produção de sua existência.

Conforme Cornelius Castoriadis (1985, p. 95) é na atividade produtiva que homens e mulheres são submetidos à exploração da sua força de trabalho ao mesmo tempo em que eles próprios forjam uma luta contra a alienação e as condições encontradas. A luta de classe logo, surge a partir do momento em que as mulheres tiveram consciência de sua exploração, buscando meios para serem percebidas como classe propriamente dita. Para Thompson (2001) a experiência das lutas de classes serviu como um modelo unificador das ações dos trabalhadores. A classe é constituída por movimentos que articulam ação humana e condicionamentos sociais, uma vez que a experiência permite ainda, perceber o entrelaçamento de fatores econômicos, sociais e culturais. É importante considerar que Thompson, ao tentar reintegrar o papel dos sujeitos na história, não se cansa de apontar que é dessa maneira que se trata da experiência de “homens e mulheres” reais, em contextos determinados cultural. A partir da experiência que vivenciam no seu dia a dia, podem

reproduzir práticas, pensamentos e sentimentos dominantes, como também alterá-los, dar-lhes novo significado e mesmo transformá-los (Martins, 2006, p. 125).

As memórias das fumageiras refletiram sob um conjunto de fatores que determinava uma relação de subalternidade diante das lutas de classes. Neste momento, cabe destacar o relato de Dona Nilza Nascimento, “essas fábricas de charutaria estavam dispostas sempre a ajudar os homens, os privilegiados, eles até faziam greve junto com as mulheres, mas quando a greve cessava a gente que era prejudicada, até polícia os chefes chamava para nós”.<sup>113</sup> A desigualdade de gênero ao mesmo tempo que colocava as mulheres trabalhadoras como exploradas e oprimidas, as colocava também em relações assimétricas diante das situações vivenciadas e sob os sentidos atribuídos a estas, devido ao gênero que diferiam e diferem entre operários e operárias. Situação semelhante foi vivenciada por Dona Joselita Conceição, pois ao se referir a ação da polícia nos movimentos grevistas e sua participação nas lutas operárias, a mesma descreveu como foi a ação junto a outras mulheres.

Era uma segurando a mão do outra, a gente ia para porta da fábrica e ninguém entrava pra trabalhar, quando chegava o horário da sirene apitar, nós ficávamos cada vez mais unidas na nossa missão. Eu me lembro de que o mestre, o patrão, o chefe chamavam o pessoal para entrar. A gente não entrava e não deixava ninguém passar. Eles ficavam apavorados porque a produção caía, as vendas caíam, os portos fechavam porque não tinha exportação, porque enquanto duravam as greves não tinha charuto pra vender, era prejuízo pra eles, mas a gente só queria nossos direitos. Aí eles chamaram foi a polícia pra nós, e a presença das mulheres eram maiores nesses movimentos né? Porque, a gente que era escassa de tudo dentro da fábrica, e éramos as mais atingidas, mas a gente era resistente porque a gente não estava brincando só queria um pão a mais em nossa mesa.<sup>114</sup>

As mulheres pobres do Recôncavo buscavam nos movimentos grevistas melhorar economicamente suas vidas, mas apesar da sua força nas reivindicações operárias, sobretudo de levantarem suas vozes e exigirem seus direitos a partir de suas experiências elas sempre sofriam em razão da hierarquização e da opressão sobre o gênero. Nota-se a partir da narrativa de Dona Joselita citada acima que as desigualdades de gênero é, portanto, uma construção social estática gerada em torno das diferenças biológicas, onde o sexo masculino é sempre mais protegido em relação ao sexo oposto. As mulheres sabiam das suas fragilidades e dificuldades para sobreviver, e por isso não hesitavam em pôr fim nas greves uma vez que só buscavam condições melhores para agenciar suas famílias. O gênero se

---

<sup>113</sup> Dilza Maria Nascimento. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 1º de julho de 2019.

<sup>114</sup> Joselita Conceição dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada da Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 25 de abril de 2019.

tornou, assim, um modo de indicar as “construções sociais” dos conceitos que definiram as condições de homens e mulheres, em constante relação e transformação (ROVAI, 2012, p. 332).

O historiador José Raimundo Fontes (1982), ao estudar os movimentos grevistas, corroborou que a insistência da greve levou o patronato fumageiro a comunicar a Associação Comercial da Bahia para que junto ao Governo do Estado alegasse a falta de garantia de suas propriedades privadas. O que resultou segundo Aldrin Castellucci (2004, p. 232) com o auxílio de 8 praças da força pública, 15 funcionários públicos e 4 guardas fiscais e tropas policiais, para o Recôncavo Baiano com a intenção de intimidar as trabalhadoras, na tentativa de reprimir os movimentos. A charuteira continuou seu relato: “Lembro-me bem desses atos, o centro da cidade ficou terrível de operários(as), a gente estava correndo risco de levar uma demissão, porque a gente batia na porta da fábrica pra trabalhar e depois fazia greve”<sup>115</sup>. Nota-se na narrativa da charuteira que as greves foram expressivas, mas as mulheres tinham muito medo de serem demitidas por serem as principais responsáveis pela manutenção da família, o medo da repressão era maior pois os trabalhadores que participavam de greves ficavam marcados pelas empresas, mesmo a greve sendo um direito do trabalhador. Sobre isso noticiou o jornal *O Momento*, onde trabalhadores da Dannemann fizeram protestos e foram demitidos, através do depoimento do operário Guilherme Lago, da fábrica Cia. de Charutos Dannemann de São Félix, podemos observar que:

Era operário da Fábrica Dannemann há seis anos, durante os quais venho trabalhando regularmente, não tendo havido durante esse tempo, qualquer coisa que me desabonasse. Ultimamente, porém, como chegasse ao auge a exploração dos donos da Fábrica contra os trabalhadores, estes começaram a movimentar-se para conseguir melhores condições de trabalho e melhores salários, tendo comparecido, inclusive, ao Sindicato, para discutir o problema. Numa destas reuniões, discutia eu o assunto, e protestei contra essa exploração. Isso foi o bastante para que a direção da Fábrica me pusesse para fora o que prova o regime de completa insegurança sob o qual vivemos.<sup>116</sup>

Embora a maior participação fosse feminina nesses espaços nos momentos de conflitos as vozes que mais ecoavam nas reuniões burocráticas no sindicato eram as masculinas, ainda assim, as mulheres eram as mais ameaçadas, uma vez que só estavam buscando o apoio diante de suas lutas contra a ameaça das demissões em massa, mas não deixaram se intimidar e continuaram lutando por melhores salários e condições de trabalho.

---

<sup>115</sup> Ibidem.

<sup>116</sup> Protestou contra a exploração e foi despedido. *O Momento*, Salvador, Ano III, N.716, p. 2, 8 de Jun. 1948.

O historiador Carlos Augusto Neri (2016) sinalizou que houve uma mobilização com os comerciantes da região exigindo que o Sr. Capitão de Fragata Pedro Manot Serrat, tomasse providências necessárias a fim de extinguir a greve que se instalou nas duas cidades para que os mesmos pudessem fazer embarques, pois os portos de Cachoeira e São Félix foram afetados pela falta da importação do principal produto da região, o fumo. Contudo, a luta teve final vitorioso para o proletariado, os acordos foram fechados, e os operários saíram em festa pelas ruas de São Félix comemorando a vitória ao lado de seu advogado Luiz Soares. A greve com a mobilização das operárias, enquanto um fator marcante, foi uma vitória oriunda de um protagonismo social que as mulheres nunca haviam tido (SOUZA, 2019, p. 13).

As formas como as pessoas vivem a exploração, a exclusão e suas identidades particulares são moldadas não apenas pelas diferenças sexuais, mas também pela posição social que ocupam no mundo do trabalho, pela classe à qual pertencem. É preciso partir da ideia de que suas experiências não foram reflexo ou espelho dos homens com os quais conviveram. Elas foram e são recriações contínuas, reflexão e devolução (Rovai, 2012, p. 190).

Além de receberem baixos salários, em unidade de produção precárias, as operárias também eram vítimas de abusos, por parte de mestres e contramestres, pois os mesmos usavam de seus poderes para coagi-las. O mestre de charutaria senhor Cosme Oliveira com muito receio ao falar sobre as mulheres proferiu que: Algumas mulheres não gostavam de mim, porque eu cobrava, eu falava grosso, forçava elas fazerem o serviço, comigo não tinha corpo mole, tinha trabalho ou saía, mas eu fazia isso porque eu era cobrado”.<sup>117</sup> Dona Janacira se emocionou muito, foi possível ver as lágrimas escorrem pelo seu rosto, uns minutos de pausa foram feitos em sua narrativa até informar que se alguém pedisse aumento de salário ou até mesmo de produção, o patrão já tinha a resposta imediata: “Se você não está satisfeita com o seu salário, com o seu trabalho então pode sair, porque tem muita mulher querendo sua vaga, e era certo saía mesmo sem direito a nada”.<sup>118</sup> A imprensa operária também era protagonista para as denúncias das condições enfrentadas pelas fumageiras do Recôncavo Baiano. O periódico o Solidário noticiou que: “As infelizes mulheres têm que

---

<sup>117</sup> Cosme de Oliveira. Muritiba-BA. Operário. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 11 de outubro de 2021.

<sup>118</sup> Janacira F. dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel em Muritiba. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 24 de abril de 2019.

ganhar ali uns miseráveis mil reis e ainda ter que ouvir desaforos”. Como revela os depoimentos, as mulheres estavam presentes nas greves, mas por sua participação também eram perseguidas e postas para fora pelo patriarcado. As charuteiras não deixaram de ser humilhadas pelo sexo forte e prepotente que é o masculino, elas lutaram pelos seus direitos para livrar-se do modelo burguês que foi imposto pela sociedade capitalista masculina, ainda que por ora o homem negro também estava sendo importunado. A cientista social Ana Alice Alcântara Costa (1998), especialista nos estudos de mulher e gênero, no seu importante trabalho sobre as donas no poder mulher e política na Bahia informa que o patriarcado e capitalismo convivem através da divisão sexual do trabalho na família e na produção social, na qual um se adapta às necessidades do outro, e não se pode entender o patriarcado e o capitalismo como sistemas autônomos ou independentes pois os dois são duas faces de um mesmo sistema produtivo e devem examinar-se como formas integradas já que: “Classe e gênero são construídos simultaneamente ao longo da história” (1998, p. 36-39).

Ao fazer um levantamento das fichas dos trabalhadores das empresas em estudo, foi possível verificar nos registros da Cia de Charutos Dannemann na parte que consta anotações que mais de 68% dos funcionários abandonavam o trabalho, outros 22% pediam pra sair ou eram dispensados por eventuais conflitos e desrespeitos aos mestres, conforme registros abaixo (Figuras 23, 24, 25, 26 e 27).

Figura 23 – Registro da operária Maria de Lourdes Conceição.

The image shows two pages of a handwritten employment record for Maria de Lourdes Conceição. The left page is the 'REGISTRO DOS EMPREGADOS' form, and the right page is the 'Anotações' section.

**REGISTRO DOS EMPREGADOS**  
 DA FIRMA: Cia. de Charutos Dannemann, N. 110  
 Estado civil: Solteira  
 Filiação: Sr. Manoel da Conceição  
 Mãe: Beatriz Maria da Conceição  
 residente a rua: Aguiar, n. 18, no cidade: São Félix  
 profissão da Carteira Profissional n. 3762, corr. 98, foi admitido em 18 de Setembro de 1938  
 na qualidade de: Auxiliadora  
 para trabalhar normalmente das 7h às 17h, com os intervalos de 1 hora para refeição e descanso-beneficiária  
 Observações:  
 São Félix, 11 de Setembro de 1938. Maria de Lourdes Conceição  
 Assinatura do empregado

**Anotações (inclusive a de férias e de acidentes no trabalho)**  
 2 dias de férias em 1941 por R\$ 216,00 em 21/1/41  
 8 dias de férias em 1938  
 8 dias de férias em 1943  
 8 dias de férias em 1944  
 8 dias de férias em 1945  
 8 dias de férias em 1946  
 8 dias de férias em 1947  
 8 dias de férias em 1948  
 8 dias de férias em 1949  
 8 dias de férias em 1950  
 8 dias de férias em 1951  
 8 dias de férias em 1952  
 8 dias de férias em 1953  
 8 dias de férias em 1954  
 8 dias de férias em 1955  
 8 dias de férias em 1956  
 8 dias de férias em 1957  
 8 dias de férias em 1958  
 8 dias de férias em 1959  
 8 dias de férias em 1960  
 8 dias de férias em 1961  
 8 dias de férias em 1962  
 8 dias de férias em 1963  
 8 dias de férias em 1964  
 8 dias de férias em 1965  
 8 dias de férias em 1966  
 8 dias de férias em 1967  
 8 dias de férias em 1968  
 8 dias de férias em 1969  
 8 dias de férias em 1970  
 8 dias de férias em 1971  
 8 dias de férias em 1972  
 8 dias de férias em 1973  
 8 dias de férias em 1974  
 8 dias de férias em 1975  
 8 dias de férias em 1976  
 8 dias de férias em 1977  
 8 dias de férias em 1978  
 8 dias de férias em 1979  
 8 dias de férias em 1980  
 8 dias de férias em 1981  
 8 dias de férias em 1982  
 8 dias de férias em 1983  
 8 dias de férias em 1984  
 8 dias de férias em 1985  
 8 dias de férias em 1986  
 8 dias de férias em 1987  
 8 dias de férias em 1988  
 8 dias de férias em 1989  
 8 dias de férias em 1990  
 8 dias de férias em 1991  
 8 dias de férias em 1992  
 8 dias de férias em 1993  
 8 dias de férias em 1994  
 8 dias de férias em 1995  
 8 dias de férias em 1996  
 8 dias de férias em 1997  
 8 dias de férias em 1998  
 8 dias de férias em 1999  
 8 dias de férias em 2000  
 8 dias de férias em 2001  
 8 dias de férias em 2002  
 8 dias de férias em 2003  
 8 dias de férias em 2004  
 8 dias de férias em 2005  
 8 dias de férias em 2006  
 8 dias de férias em 2007  
 8 dias de férias em 2008  
 8 dias de férias em 2009  
 8 dias de férias em 2010  
 8 dias de férias em 2011  
 8 dias de férias em 2012  
 8 dias de férias em 2013  
 8 dias de férias em 2014  
 8 dias de férias em 2015  
 8 dias de férias em 2016  
 8 dias de férias em 2017  
 8 dias de férias em 2018  
 8 dias de férias em 2019  
 8 dias de férias em 2020  
 8 dias de férias em 2021  
 8 dias de férias em 2022  
 8 dias de férias em 2023  
 8 dias de férias em 2024  
 8 dias de férias em 2025

Demitida em 16 de Março de 1965, por uma suposta e falsa reclamação de morte por doença pulmonar, e não o de "Suproprietário" em consequência do meu Diretor ser, pois, que classe meca foi também desrespeitada por suas autoridades, moralmente, Comandante.  
 Recebi indenização e aviso escrito a seu bastante de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) em 16 de Junho de 1965.

Fonte: Arquivo Municipal de São Félix. Série: Fábricas de charutos. Subsérie: Dannemann. Caixas dos registros dos empregados da Cia. de Charutos Dannemann.

Figura 24 – Registro do operário Orlando Nascimento.

**REGISTRO DOS EMPREGADOS**  
DA FIRMA

O Sr. Orlando Nascimento nacionalidade Brasileira  
Estado civil Solteiro com 16 anos de idade, nascido na  
cidade São Félix em 21 de Abril de 1931.  
Filho (Nome) João Olímpio Nascimento  
(Mãe) Maria Eugênia Nascimento  
residente a rua Parque das Palmeiras 24 na cidade São Félix portador da  
Carteira Profissional n. 1 série 1 foi admitido em 13 de Julho de 1933 na qualidade  
de Operário com os vencimentos de R\$ 1,000  
para trabalhar normalmente das 8 às 13 horas, com os intervalos de 1 hora para refeição e descanso  
beneficiários.  
Observações:  
São Félix, 21 de Julho de 1933  
Procure a lista de anotações

Anotações (inclusive a de férias e de acidentes no trabalho)  
Foi despedido por ter desobediado ao chefe em  
23 de Julho de 1933

Fonte: Arquivo Municipal de São Félix. Série: fábricas de charutos. Subsérie: Dannemann. Caixas dos registros dos empregados da Cia. de Charutos Dannemann

Figura 25 – Registro do operário Floriano Braga dos Santos.

**REGISTRO DOS EMPREGADOS**  
DA FIRMA

O Sr. Floriano Braga dos Santos nacionalidade Brasileira  
Estado civil Solteiro com 11 anos de idade, nascido na  
cidade Brasília em 13 de Dezembro de 1929.  
Filho (Paterna) Antônio Braga  
(Mãe) Leonor dos Santos  
residente a rua De Brasília n. 1 na cidade São Félix  
portador da Carteira Profissional n. 1 série 1 foi admitido em 11 de Outubro de 1933 na  
qualidade de Operário com os vencimentos de R\$ 1,000  
(Diária)  
para trabalhar normalmente das 8 às 12 horas, com os intervalos de 1 hora para refeição e descanso  
beneficiários.  
Observações:  
São Félix, 11 de Outubro de 1933  
Procure a lista de anotações

Anotações (inclusive a de férias e de acidentes no trabalho)  
Foi despedido de serviço por desobediência ao chefe das repartições, em  
17 de Setembro de 1933  
13 dias de férias, a partir de 20 de Setembro em 21 de Outubro de 1933

Fonte: Arquivo Municipal de São Félix. Série: fábricas de charutos. Subsérie: Dannemann. Caixas dos registros dos empregados da Cia. de Charutos Dannemann.



autoridade moral nesta Companhia”. Assim sendo, o diretor que alegou ter sido desrespeitado pela operária ficou enfurecido, pois mulheres racializadas como Dona Maria Conceição, poderiam atrapalhar a dominação da organização do trabalho que reproduziu os racismos de gênero. Sendo esse possivelmente, um homem branco questionado por uma mulher negra. Os “impropérios” lançados constatavam para os patrões o perigo dos transtornos que uma mulher negra poderia causar para eles e para a empresa, logo buscou agir uma resposta com a demissão. Consequentemente, os assédios morais mostram como as divisões das tarefas se produziu e se produz com base no gênero, mostrando como o fazer charutos, estava distante de ser um trabalho delicado. Encontrei também o registro de Orlando Nascimento (Figura 24), servente, 16 anos que foi despachado por ter desrespeitado o mestre em 23 de julho de 1937. Outro servente dispensado do serviço por desobedecer ao mestre da repartição em 17 de setembro de 1940, foi Floriano Braga dos Santos (Figura 25) de 18 anos. Outro operário na função de preenseiro que também fora demitido foi Florivaldo Rodrigues (Figura 26) de 23 anos, “despachado do serviço no dia 17 de março 1937 por ser muito malcriado”. Dona Eliotéria de Jesus de 15 anos e charuteira (Figura 27), foi dispensada por dois dias por indisciplina em 18 de março de 1945. Embora não conste em todas as fichas as suas fotografias nota-se que se trata de pessoas negras pela função que desempenhava no interior da fábrica.

Segundo Castoriadis (1985, p. 138), essa ação e organização cotidiana aparece então como a manifestação na forma de “lutas implícitas” a organização do operariado é apenas uma forma de luta, pois os trabalhos em uma empresa de organização capitalista não ocorrem sem lutas, e essa situação decorre de uma organização do trabalho baseado na oposição entre dirigentes e executantes. Outra forma, que o proletariado tem de se defender das explorações patronais são as reivindicações e seus direitos de determinar por si o controle sobre os ritmos, mas também a recusa de serem tratadas como “coisas”. As reivindicações foram ampliadas para além dos espaços de trabalho, pois serviram como principal ferramenta de luta para toda classe operária, dando visibilidade e valor a trabalhos invisíveis dentro da nossa sociedade, diante de um trabalho mal remunerado que as mulheres executam diariamente. Como descreve Carlos Augusto Neri (2021, p. 158), o uso dos termos como “indisciplina”, “insubordinação”, “desobediência” ou “mal criada” fazem parte de uma linguagem patronal para definir os flagrantes na produção.

Elizabete Rodrigues da Silva (2001) em seu trabalho sobre as fumageiras informou que uns recebiam até o dia de sábado, outros até sexta-feira e outros até quinta-feira, assim, na primeira semana do acerto todos deveriam receber até o dia de quinta-feira ficando sexta e sábado para serem incluídos na folha da próxima semana.

Sobre isso informou a charuteira Dilza Maria Nascimento durante suas narrativas salientou que quando trabalhou na Dannemann recebia por tarefa, “geralmente pagavam por tarefa, mas só contavam até o meio da semana, sexta e sábado ficava pra trás, prometiam pagar na próxima semana, mas eu nunca via esse dinheiro, perdia dois dias para empresa”.<sup>119</sup> O mesmo argumento foi utilizado por Dona Nilza ao dizer que “A mão de obra era grande, porém barata, a gente quase não recebia pelo que fazia porque os patrões enganavam a gente, nosso dinheiro era cortado, os homens ganhavam duas ou três vezes a mais que a gente”.<sup>120</sup> Em geral, as mulheres que sofriam essas penúrias recorriam as greves com o feito de conseguir seus direitos, podendo expressar coletivamente o sentimento de revolta que tinha com os patrões contra a situação de exploração as quais eram submetidas.

As charuteiras em 1950, ao se sentirem prejudicadas anunciaram uma nova greve, posto isso convocaram a presença do advogado Alberto Rabello, para representá-las, junto com o Sr. Ernest Tobler, representante da Dannemann, que participou de reuniões e assembleias trazendo vitória para classe operária.<sup>121</sup> Zilda Ferreira de Oliveira em suas narrativas reforçou que quando havia reuniões que ela falava, mesmo que não fosse ouvida, mas as colegas tinham medo de enfrentar os patrões, inclusive durante as greves, foi declarado por ela, que era preciso ter uma postura de coragem e não mostrar-se insubmissa em relação aos homens.<sup>122</sup> As trabalhadoras não se intimidaram com o medo e as ameaças se reafirmaram e mantiveram as suas reivindicações garantido visibilidade e força no movimento. A historiadora Marta Gouveia Rovai (2012, p. 190) ao escrever sobre “*Osasco 1968: A greve no feminino e no masculino*” afirmou que é preciso partir da ideia de que as experiências femininas não foram reflexo ou espelho dos homens com os quais conviveram. Elas foram e são recriações contínuas, reflexão e devolução. Elas se tornaram aquilo que

---

<sup>119</sup> Dilza Maria Nascimento. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 1º de julho de 2019.

<sup>120</sup> Nilza Rosa dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 1º de julho de 2019.

<sup>121</sup> AMSF. Correspondências Internas da Dannemann, 1920 - 1952. Março 1924, 04/09/1924.

<sup>122</sup> Zilda Ferreira de Oliveira. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 24 de abril de 2019.

suas relações lhes fizeram ser, em constante processo de apropriação e recriação de si mesmas.

A charuteira aposentada Dona Dilza Nascimento conta-nos que: Nós mulheres erámos muito perseguidas na charutaria, por sermos mulheres, mas a gente não fazia corpo mole, os patrões ficavam aborrecidos chegavam cobrando de nós e nos perseguindo e a gente recorrendo aos sindicatos tudo o que era nosso.<sup>123</sup> Diante dessas imposições o sindicato aparece como um instrumento de apoio, uma vez que essas perseguições patronais criam laços entre sindicatos e operariado. O Sindicato para as mulheres era visto com uma categoria legítima para diversas reivindicações, pois por meio deste as fumageiras poderiam se expressar coletivamente da insatisfação com as condições de trabalho, uma vez que os sindicalistas defendiam a manutenção de uma estrutura hierárquica e refletiam sobre avanços mais significativos no que se refere a relações sociais igualitárias.

Aldrin Castellucci (2004) apontou que as trabalhadoras fumageiras de Muritiba, São Félix e Cachoeira não sossegaram e em poucos dias, com a ajuda do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros da capital baiana, criaram a organização sindical das charuteiras. A charuteira Antonieta Santos de Jesus ao falar sobre as organizações das fumageiras nos sindicatos dos trabalhadores ressaltou que: “já fiz de tudo nessa vida, nunca tive medo de trabalho, já fui trabalhadora agrícola, já fui parteira, já fui muito explorada enquanto operária, enquanto fumageira, mas quando vi muita exploração fui procurar meus direitos no sindicato”. As mulheres buscavam reivindicar seus direitos através dos sindicatos, e nos diversos espaços sociais. Mas ao se tratar da história operária feminina é visível a questão de gênero, posto que as mulheres viveram e vivem nos sindicatos um processo de luta pela sua inserção semelhante à sua integração ao mercado de trabalho.

Rosana Falcão (2010) afirma que a criação do Sindicato dos Trabalhadores do fumo foi uma aquisição intensa, porém foi a que mais deu visibilidade à atuação das mulheres negras que não tinham uma união conjugal formal, eram chefes de família e lutavam contra a exploração do trabalho reivindicando seus direitos via essa organização sindical. No dia 19 de novembro de 1935 os operários fumageiros de Cachoeira, São Félix e Muritiba não tinham entidades, logo, foi fundado pela operária D. Luiza Matos, importante liderança do

---

<sup>123</sup> Dilza Maria Nascimento. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 1º de julho de 2019.

movimento operário, o sindicato dos trabalhadores da indústria do fumo, a mesma atuou como presidente durante todo o período de 1937 até 1942.<sup>124</sup>

Em julho 1946, o jornal Correio de São Félix noticiou a repercussão dos trabalhadores(as) das fábricas de charutaria Dannemann, Suerdieck e Costa & Penna os quais reivindicaram junto aos sindicatos aumento de salários.<sup>125</sup> O mesmo jornal em março de 1950 notificou a exigência do sindicato dos fumageiros sobre pagamento das férias dos(as) operários(as) que somente só veio ser solucionado pela Dannemann meses depois.<sup>126</sup>

Um levantamento realizado por Edinaldo Antonio Oliveira de Souza (2008), em sua dissertação de mestrado intitulada “*Lei e costume: experiências de trabalhadores na justiça do trabalho (Recôncavo Sul, Bahia, 1940-1960)*” apresentou resultados sobre as reclamações feitas nos sindicatos e comarcas do trabalho pelas mulheres são minorias em relação aos homens, não obstante a pequena presença feminina entre os reclamantes dentro de um contexto sobre o sexo feminino estava ligada a condição do gênero, pois carregavam uma enorme expectativa de comportamentos denotativos de fragilidade, subalternidade e submissão determinada pela condição de pobre e trabalhadora, vinculava-se também ao preconceito inerente à condição de ser mulher. Contudo, as mulheres não deixavam de mostrar sua força, coragem, em relação à sua própria condição de mulher e trabalhadora. Partindo desta percepção, Fraccaro (2018) chama atenção para a necessidade de buscar ultrapassar os obstáculos construídos pelos sindicatos para que possamos perceber a política das mulheres trabalhadoras operárias, bem como compreender a inserção das mulheres no movimento sindical através das suas pautas e suas formas de luta de classe trabalhadora.

Sardenberg et al (2001) apontam que, as mulheres, eram consideradas as mais ameaçadas, por isso buscavam apoio das suas entidades de classe na luta contra as demissões em massa. As mulheres começaram a ter coragem e passaram assumir espaços e ecoar suas vozes em lugares tidos como masculinos onde a mulher raramente assumia papel decisivo. Em “A mulher invisível”, Guacira Louro (1997) faz uso do que não pode faltar na pauta feminista, a evocação da “invisibilidade” da mulher num contexto histórico, mas destacando também a mudança gradativa desse quadro, principalmente a partir das mulheres da classe trabalhadora e camponesas, que com muita luta foram aos poucos adentrando outros espaços.

---

<sup>124</sup> MURICI, Aral. Como se organizaram os operários fumageiros de S. Félix. Tribuna Popular, Rio de Janeiro, Ano II, N.398, p.6, 20 de Set. 1946.

<sup>125</sup> AMSF. CORREIO DE SÃO FÉLIX. n.º 579, 20/07/1946

<sup>126</sup> AMSF. CORREIO DE SÃO FÉLIX. n.º 769 de 18/03, n.º 772 de 08/04, n.º 774 de 22/04, n.º 780 de 03/06/1950.

Suas condições nesses espaços, assim como de vida, logo foi se expandindo, dando assim voz a quem não tinha.

Aral Murici reportando sua trajetória deixou o seguinte relato:

Os empregados de São Félix viam em Dona Luiza Matos um perigo para a exploração de que eram vítimas os trabalhadores. A operária trabalhava em Dannemann, onde era alvo das piores perseguições. Um dia, quando ela saía tranquilamente para casa, um chefe chamou-a, pedindo para ver a sombrinha. Sem imaginar o que podia sair dali a operária Luiza Matos viu o chefe arrancar de dentro de sua sombrinha 3 charutos. Uma nojenta manobra: haviam posto três charutos escondidos dentro da sombrinha, para acusá-la de ladroagem, como realmente acusaram, e ela foi despedida.<sup>127</sup>

Apesar das perseguições a operária conseguiu vencer as mentiras imposta pelos patrões, conseguindo se reestabelecer diante da empresa. De um modo geral, as lideranças sindicais, o patronato via nas mulheres uma ameaça aos empregos e salários masculinos, por isso tamanha perseguição a Dona Luiza Matos. Isso também explica porque os sindicatos da época hesitavam em abraçar a bandeira de direitos iguais para homens e mulheres. As estratégias acionadas por Dona Luiza Matos furaram a barreira patronal, e sua reabilitação diante da justiça indica a armação dos empresários.

O jornal Correio de São Félix em 06 de março de 1950 repercutiu com informações sobre a ação do sindicato dos fumageiros, no contexto das dificuldades financeiras que enfrentavam a Dannemann e a Costa & Penna, novo dissídio foi suscitado pelo sindicato dos fumageiros que exigia o pagamento das férias dos(as) trabalhadores(as) que somente em junho do mesmo ano a Dannemann veio a solucionar.<sup>128</sup> Cada uma dessas ações entrou no conjunto das lutas da classe operária. As formas de resistências contra o patronato foram várias.

Contudo, consideramos que as lutas de classe das mulheres fumageiras contra a opressão, dominação, exploração e subalternidade não se limitaram, pois elas souberam a todo tempo se utilizar de elementos importantes, de lutas coletivas, políticas e sindicais em busca de melhores relações assimétricas entre operários, patrões e melhores condições de vida e igualdade de gêneros na indústria.

---

<sup>127</sup> MURICI, Aral. Como se organizaram os operários fumageiros de S. Félix. Tribuna Popular, Rio de Janeiro, Ano II, N.398, p.6, 20 de Set. 1946.

<sup>128</sup> (AMSF. Correio de São Félix. n.º 769 de 18/03, n.º 772 de 08/04, n.º 774 de 22/04, n.º 780 de 03/06/1950).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre o final do século XIX e o início do século XX, desenvolveu-se no Recôncavo Baiano a formação da economia fumageira, com o uso da força de trabalhadores negros(as) do pós-abolição. Essa economia constituiu-se com grandes empresas principalmente a Cia. De Charutos Dannemann e Cia. de Charutos Pimentel que comandaram o mercado de fumo no Brasil com as confecções de charutos em pequena escala, mas que ao longo dos anos tornaram-se um complexo industrial do fumo. Como bem pontua Silza Fraga Costa Borba (1975) a grande produção de fumo no Estado da Bahia tornou várias cidades do Recôncavo conhecidas pelas diversas produções e exportações do produto, apesar do capitalismo ter se instaurado sobre elas, gerando altos lucros para as empresas exportadoras, não deixou de ser uma contribuição importante para a economia Baiana.

As indústrias fumageiras a partir da produção de charutaria foram um importante marco no desenvolvimento regional e local, onde parte da força de trabalho foi composta por mulheres pobres e negras. O Recôncavo Baiano foi, durante muito tempo, líder da economia fumageira. As mulheres charuteiras fazem parte da história desse lugar. Elas deixaram o legado de um passado que se manteve. Apesar das transformações ocorridas, as fumageiras eternizaram o ofício aprendido com as mães quando eram crianças.

Identifiquei, sobretudo, as hierarquizações dos lugares na atividade fumageira e na produção fabril a partir das intersecções entre classe, raça e gênero, pensando, sobretudo, nas estratégias e nas formas de resistência desenvolvidas pelas trabalhadoras. Concordamos com Karine Damasceno (2019) ao relatar que a experiência da escravidão feminina esteve por todo tempo entrelaçada aos valores de subalternidade da sociedade patriarcal e escravista que colocava as mulheres negras em uma posição de diminuição em relação aos outros grupos sociais, fossem esses homens e mulheres brancas ou homens negros da mesma origem e condição que elas, como no caso dos mestres de seção, homens negros que exerciam poder e dominação sobre os corpos femininos negros diante do trabalho fabril. Ou seja, elas precisavam enfrentar a opressão racial, como forma de resistir contra as condições impostas ao gênero feminino. As fumageiras combateram todas as formas de discriminação nas fábricas, conseguiram avançar na sociedade mesmo diante de todas as dificuldades, combinando os trabalhos domésticos ao trabalho nas indústrias, fizeram das dificuldades com o trabalho uma realização pessoal, marca da experiência racial e social.

Na pesquisa, observamos que a ascensão econômica e o aumento da autoconfiança foram significativos para as trabalhadoras das indústrias fumageiras do Recôncavo. Além disso, percebemos que o trabalho nas indústrias, mesmo não garantindo condições adequadas para as mulheres, permitiu o fortalecimento econômico, uma vez que elas eram chefes de família, dessa forma, a renda era fundamental para a sobrevivência familiar. O trabalho no setor fumageiro permitiu uma ascensão social às charuteiras, ainda que modesta. Somado a isso, revelou a essas mulheres uma perspectiva de empoderamento de raça, classe e gênero, permitindo-lhes galgar lugares que antes não eram atribuídos. As memórias das charuteiras foram fundamentais para a construção dessa pesquisa, pois proporcionaram um diálogo que permitiu compreendermos o processo vivenciado por elas durante todo o tempo que trabalharam como operárias.

A pesquisa também nos permitiu olhar com mais afinco os gestos de companheirismo que existiam entre cada trabalhadora, seja na repartição dos alimentos, nas árduas lutas de produção, na idas e vindas, nas trocas existentes nos espaços, nas tensões e nos conflitos decorrentes com o trabalho, seja através de sindicatos ou até mesmo das greves. Outro aspecto observado foi a multiplicidade de tarefas e a longa jornada de trabalho, pois o trabalho das fumageiras avançou das fábricas para outros espaços, através do fabrico nos fundos de quintais das próprias casas das trabalhadoras e de grandes empresários que não tinham ligação com as indústrias, mas que pelos estereótipos do gênero viam nas mulheres a possibilidade de explorar a sua mão de obra, diante de um trabalho clandestino, invisível e informal que garantiam uma construção de melhores condições de vida para elas, para seus familiares, especialmente suas proles e, não raras vezes, outros integrantes da família.

Percebemos que mesmo diante da opressão, da invisibilidade conferida pela hierarquização do gênero, as mulheres negras fumageiras conseguiram se erguer, isso é bem perceptível quando as mesmas narram suas histórias de vida e trabalho através das festas religiosas ligada ao catolicismo, na qual elas puderam emancipar-se como trabalhadora fumageira e como mulher negra sendo muito importante na construção de sua cidadania. Ao trazer essa discussão problematizamos a resistência e as lutas travadas pelas mulheres negras para ocupar os espaços que eram renegados.

Procurei construir uma abordagem feminista a partir de uma perspectiva do feminismo negro, juntamente com outros teóricos que foram fundamentais para analisarmos a construção da história de vida das operárias, pois expressam posicionamentos diferentes

um dos outros. Ao analisar o perfil social e racial das operárias, busquei aprofundar os impactos que afetaram as experiências destas trabalhadoras a partir da exploração e opressão, significativas, sobretudo, pelo fato de ser mulher emergente do pós-abolição, o que lhes proporcionou baixos salários diante das condições de trabalho as quais eram submetidas. Todos esses aspectos foram importantes para pensarmos como eram construídas as relações sociais e raciais nos espaços de trabalho.

Surpreendemos, também, o trabalho infantil nas fábricas na presença de seus progenitores o que, muitas vezes, privava as crianças da educação e do direito de serem crianças. Muitas daquelas crianças não tinham escolha diante da necessidade de trabalhar para garantir a sobrevivência, e criaram no ambiente industrial fumageiro suas relações sociais, reconstituindo sua infância negra em um espaço controlado pela exploração.

Desse modo, analisei o processo de luta das trabalhadoras fumageiras mostrando como o patronato reproduziu processos de dominação e de produção das diferenças, visto que as mulheres tinham suas experiências baseadas no gênero. Foi necessário demonstrar também que as lutas das trabalhadoras ocorreram além do chão das fábricas, por isso foi preciso dialogar com as experiências do movimento operário baseadas nas greves, paralisações, lutas sindicais emergentes da exploração decorrente do trabalho e das suas experiências como mulher negra reivindicando direitos e melhores condições trabalhistas.

Foi gratificante quebrar algumas resistências encontradas durante algumas entrevistas, passar a ter a confiança das trabalhadoras através do diálogo foi além do que esperávamos, foi mais do que relatar sobre suas experiências e histórias de vida como charuteira, pois criamos laço de amizade e confiança, assim, a cada visita elas estavam alegres e dispostas para narrar suas vivências. No entanto, posso garantir que todas as pessoas entrevistadas, sem exceção, foram essências para dá fundamento a essa pesquisa.

Portanto, não podemos deixar de reforçar que o trabalho das mulheres negras fumageiras do Recôncavo se tornou uma maneira de lutar contra formas de opressão, submissão e subalternidades impostas ao sexo feminino por uma sociedade alicerçada no patriarcado e no capitalismo. E foi em meio a essa luta intensificada pelas relações do trabalho fabril que essas mulheres conquistaram suas identidades operárias e raciais, protagonizando suas vidas e suas histórias, deixando significativo legado para gerações futuras.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ceila Sales de. *Feminismo negro: a luta por reconhecimento da mulher negra no Brasil*. 2016. 114f. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) – Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2016.

ALMEIDA, Paulo Henrique. *A manufatura do fumo na Bahia*. 1983. 192f. Dissertação (Mestrado em Economia e Planejamento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983.

ALMEIDA, Simone Cristina Damasio de. *Inserção da mulher negra no mercado de trabalho: por que as mulheres negras ocupam uma posição de desvantagem no mercado de trabalho?*. 2017. 70f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Instituto de Educação e Ensino Superior de Campinas, Campinas, 2017.

AMADO, Jorge. *Jubiabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 360p.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência no Brasil, por suas drogas e minas*. Lisboa: Offic. Real Deslandesiana, 1711. 224p.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o Debate. *Psicologia Clínica*, v. 17, n. 2, p. 41-52, 2003.

ASSIS, Cristina da Anunciação da Silva. *Memórias e narrativas dos trabalhadores dos armazéns de fumo – Santo Antônio de Jesus, Bahia (1950-1960)*. 2015. 129f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2015.

BAIROS, Luiza. Pecados no “paraíso racial”: o negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980. In: REIS, João José (Org). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 289-323.

BARBOSA, Elizabete Pereira. *A fábrica, a casa e a escola: as políticas de educação para a infância no Recôncavo fumageiro da Bahia 1925-1946*. 2015. 229f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

BARICKMAN, Bart Jude. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*, n. 21/22, p. 177-238, 1998-1999.

\_\_\_\_\_. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo: 1788-1860*. Tradução de Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 203p.

BARRETO, Virginia Queiroz. *Fronteiras entre a escravidão e a liberdade: história de mulheres pobres e livres, escravas e forras no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888)*. 2016. 249f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BARROS, José D'Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. *LPH - Revista de História da UFOP*, n. 15, p. 1-23, 2005.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 479-488, 1995.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1999.

BORBA, Mirella Moraes de; VINHAS, Luciana Iost. Sentidos de greve nos discursos de mulheres operárias. *Estudos Linguísticos e Literários*, n. 67, p. 518-538, 2020.

BORBA, Silza Fraga Costa. *Industrialização e exportação do fumo na Bahia, 1870-1930*. 1975. 328f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.

BORTONCELLO, Sara Carolina Noce. Gênero, cor e classe: a invisibilidade da mulher no pós-abolição. *História & Democracia: precisamos falar sobre isso. Anais...* Guarulhos: UNIFESP, 2018. p. 1-10.

BORTSMANN, Renata Silveira da. *A relação entre trabalho e tempo nos processos de subjetivação das trabalhadoras sarfistas das indústrias do fumo de Santa Cruz do Sul*. 2017. 81f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987. 399p.

\_\_\_\_\_. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 448p.

BRAGA, Carlos Augusto Santos Neri. *Operárias negras: lutas e controle patronal na Cia. Charutos Dannemann e na Costa Penna & Cia (1910-1950)*. 2021. 242f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

\_\_\_\_\_. Mulheres no trabalho: Controle, lutas e resistências na Cia. de Charutos Dannemann (1919-1948). In: Encontro Estadual de História, 8, 2016, Feira de Santana. *Anais...* Feira de Santana: UEFS/ANPUH, 2016. p. 1-18.

BRIANTI, Luciana Xavier de Brito. *Políticas públicas de apoio ao empoderamento das charuteiras do Recôncavo da Bahia: um olhar de afirmação*. 2013. 169f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2013.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar e revisão técnica de Joel Birman. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 209p.

CALLAS, Danielle Girotti; ASSIS, Lea Nunes de; SIGALLA, Luciana Andréa Afonso; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. Memória, aprendizagem e formação docente. *Revista Diálogos Interdisciplinares*, v. 5, n. 2, p. 213-227, 2016.

CANABARRO, Ivo. Fotografia, história e cultura fotográfica: aproximações. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 31, n. 2, p. 23-39, 2005.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. *A construção doutro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019. 296p.

CARVALHO, Hugo Adão de Bittencourt. *Livro dos charutos: Bahia - terra de todos os charutos*. 2011. Disponível em: <<http://livrodoscharutos.blogspot.com/2011/06/bahia-terra-de-todos-os-charutos.html>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2022.

CARVALHO, Mônica; SANTOS, Winnie Nascimento dos. A mulher preta no mundo do trabalho brasileiro: entre a sujeição e o prestígio social. *Revista Fim do Mundo*, n. 4, p. 176-201, 2021.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), 2004. 330p.

CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. 258p.

CASTRO, Anfilóbio de. *Muritiba: sua história e seus fados 1559 - 1941*. Digressões - Notas à Bahia. Bahia: Tipografia Naval, 1941.

CASTRO, Armando Alexandre Costa de. *A irmandade da boa morte: memória, intervenção e turistização da festa em Cachoeira, Bahia*. 2005. 181f. Dissertação (Mestrado em Cultura & Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2005.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. *Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Seguros/ENS-CPES, 2018. 120p. (Estudos sobre Seguro, nº 32).

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1998. 351p.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 287p.

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Jamile Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 496p.

COSTA, Ana Alice Alcantara. *As donas no poder: Mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA - Assembleia Legislativa da Bahia, 1998. 248p. (Coleção Bahianas 2).

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 524p.

COSTA, Mariarosa Dalla; JAMES, Selma. *The power of women and the subversion of the community*. 3<sup>rd</sup>. Bristol: Falling Wall Press, 1975. 80p.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista de Estudos Feministas*, Ano 10, p. 171-188, 2002a.

\_\_\_\_\_. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *Cruzamento: raça e gênero*, Painel 1, 2002b. p. 7-16. Disponível em: <<https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2022.

DAMASCENO, Karine Teixeira. *Para serem donas de si: mulheres negras lutando em família (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888)*. 2019. 244f. Tese (Doutorado em História Social do Brasil) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 256p.

DIAS, Maria Odila Leite Silva da. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. 268p.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). *A história das mulheres no Ocidente*. Tradução de Maria Helena da Cruz Coelho, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota. Porto: Edições Afrontamento/São Paulo: EBRADIL, 1994. 640p.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017. 464p.

\_\_\_\_\_. *O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Editado por Tadeu Breda e tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019. 388p.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”*. 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 2008. 439p.

\_\_\_\_\_. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”*. 3. ed. São Paulo: Editora Dominus, 1965.

\_\_\_\_\_. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Editora Global, 2007. 320p.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu, que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940*. Salvador: Editora Edufba, 2003. 219p.

FIGUEIREDO, Angela. *Novas elites de cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador*. 1. ed. São Paulo: Editora Annablume/UCAM, 2002. 124p.

FIGUEIREDO, Luciano. *Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. In: JANCÓS, István; KANTOR, Íris (Org.). São Paulo: Editora EDUSP, 2001. p. 263-277.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004. p. 510-553.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018. 236p.

FRAGA, Walter. Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no Recôncavo baiano após a Abolição. In: BACELAR, Jeferson; PEREIRA, Cláudio (Org.). *Política, instituições e personagens da Bahia (1850-1930)*. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2013. p. 43-71.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: Histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910*. 2004. 363f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

\_\_\_\_\_. Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a Abolição. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, p. 95-130, 2009.

FONTES, José Raimundo. *Manifestações operárias na Bahia: O movimento grevista 1888-1930*. 1982. 273f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

GOMES, Margarete Nunes Santos. *Caprichos e trapiches: memórias das ex-trabalhadoras da atividade fumageira em Conceição do Almeida-BA, (1960-1980)*. 2010. 158f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010.

GONÇALVES, Carminha. O trabalho doméstico na sociedade capitalista. In: VEIGA, Ana Maria; VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira; BANDEIRA, Andréa (Org.). *Das margens: lugares de rebeldia, saberes e afetos*. Salvador: Editora Edufba, 2022. p. 227-236.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-americano. *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino*, n. 1, p. 12-20, 2011.

\_\_\_\_\_. *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos*. Organização e tradução de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 375p.

HARTMAN, Saidiya. *Vidas rebeldes, belos experimentos: Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais*. Tradução Floresta. São Paulo: Editora Fósforo, 2022. 432p.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Tradução de Maria T. L. Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

hooks, bell. *Outlaw culture*. New York: Routledge, 1994. 320p.

IANNI, Octávio. *Raças e classes sociais no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 356p.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. *História e Oralidade*, v. 22, p. 79-103, 2001.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244p.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 4. ed. Cotia - SP: Ateliê Editorial, 2012. 85p.

LANDES, Ruth. *A cidade das mulheres*. Tradução de Maria Lúcia do Eirado Silva e revisão e notas de Édison Carneiro. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. 360p.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. 1. ed. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 160p.

LESSA, Luciana Falcão. *O que o racismo fez com você? processo de resistência e descolonização de mulheres integrantes da rede de mulheres negras da Bahia*. 2020. 251f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

\_\_\_\_\_. *Senhoras do Cajado: um estudo sobre a Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos*. 2005. 188f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

LESSA, Rosana Falcão. *Mulheres na indústria fumageira de São Gonçalo dos Campos-Bahia: cotidiano e memórias 1950-1980*. 2010. 146f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2010.

LIMA, Junia de Souza. Os melhores empregados: a inserção e a formação da mão-de-obra feminina em fábricas têxteis mineiras no final do século XIX. *Varia Historia*, v. 27, n. 45, p. 265-287, 2011.

LOBO, Elizabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1997. 179p.

\_\_\_\_\_. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2, p. 16-27, 2008.

MACÊDO, Goiacira Segurado; MACEDO, Kátia Barbosa. As relações de gênero no contexto organizacional: o discurso de homens e mulheres. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, v. 4, n. 1, p. 61-91, 2004.

MACEDO, Márcia dos Santos. Relações de gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres do meio popular. *Cadernos do CAES*, 2001.

MARTINS, Aparecida Suely. As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura. *Em Tese*, v. 2, n. 2, p. 113-126, 2006.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MATA, Iacy Maia. 'Libertos do treze de maio' e ex-senhores na Bahia: conflitos no pós-abolição. *Afro-Ásia*, n. 35, p. 163-198, 2007.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Costurar e batalhar: O cotidiano de trabalho e de luta feminino - São Paulo (1900-1930). *Textos de História*, v. 8, n. 1/2, p. 269-284, 2012.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX: Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

\_\_\_\_\_. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. 267 p.

MESQUITA, Augusto Sávio; OLIVEIRA, José Mario Carvalhal de. A cultura do fumo na Bahia da excelência e decadência. *Bahia Agrícola*, v. 6, n. 1, p. 31-40, 2003.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p. 1-17, 2017.

MOTA, Luciana Guerra Santos. *Manufaturas de fumo do Recôncavo Baiano: Vestígios de patrimônio industrial*. 2014. 244f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

MOURA, Clovis. *Dialética radical do Brasil negro*. 2. ed. São Paulo: Fundação Mauricio Grabois/Editora Anita Garibaldi, 2014. 336p.

\_\_\_\_\_. *Rebeliões da senzala*. 4. ed. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1988. 304p.

NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

\_\_\_\_\_. A (des)montagem da indústria brasileira do fumo (1808-1913) – o caso da Bahia. In: Congresso Brasileiro de História Econômica, 4, e Conferência Internacional de História de Empresas, 4, 2001, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA-USP, 2001. p. 1-19.

\_\_\_\_\_. *Fumo e desenvolvimento local em Arapiraca/AL*. Primeiras observações e análises para a elaboração do diagnóstico socio-econômico municipal e regional. Projeto FAPEAL/CNPQ-FUNESA. Impacto socio-econômico da crise do setor fumageira em Arapiraca/AL e perspectivas. Projeto para o desenvolvimento local, 2004.

NASCIMENTO, Alvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, v. 29, n. 59, p. 607-626, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Organização de Alex Ratts. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021. 271p.

\_\_\_\_\_. A mulher negra no mercado de trabalho. In: RATTIS, Alex. *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza/Imprensa Oficial, 2007. p. 102-106.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no século XIX*. 2000. 136f. (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *Mulher negra: afetividade e solidão*. Salvador: Editora Edufba, 2013. 377p.

\_\_\_\_\_. Raça, gênero e escolhas afetivas: uma abordagem preliminar sobre a solidão entre mulheres negras na Bahia. *Temáticas*, ano 11, n. 21/22, p. 11-48, 2003.

PENA, Maria Valéria Juno. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 227p.

PENNA, Mariah Costa. *Vidas da vida aos humildes e humilhados*. Brasília: Horizonte Editora Ltda., 1989. 142p.

PERROT, Michele. *Minha história das mulheres*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007. 192p.

\_\_\_\_\_. A história feita de greves, excluídos e mulheres. *Tempo Social*, v. 8, n. 2, p. 191-200, 1996.

\_\_\_\_\_. *As mulheres e os silêncios da história*. Bauru: Editora EDUSC, 2005. 520p.

PINTO, Giselle. Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 15, 2006, Caxambu. *Anais...* Campinas: ABEP, 2006. p. 1-16.

PINTO, Luiz Aguiar da Costa. Recôncavo, laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado: Academia de Letras da Bahia/ Universidade Federal da Bahia, 1998. 260p.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro e Revisão Técnica de Déa Ribeiro Fenelón. *Cultura e Representação*, v. 14, p. 25-39, 1997.

\_\_\_\_\_. *Usos e abusos da história oral*. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. 304p.

PORTO FILHO, Ubaldo Marques. *Suerdieck, epopéia do gigante*. Salvador: Edição do Autor, 2003. 400p.

\_\_\_\_\_. *Geraldo Dannemann: o empreendedor*. Salvador: Edição do Autor, 2014a. 84p.

\_\_\_\_\_. *História dos charutos Dannemann*. Salvador: Edição do Autor, 2014b.

\_\_\_\_\_. *O fim dos gigantes dos charutos brasileiros*. Salvador: Edição do Autor, 2014c. 36p.

PRAUN, Andrea Gonçalves. Sexualidade, gênero e suas relações de poder. *Revista Húmus*, v. 1, n. 1, p. 55-65, 2011.

PRIORE, Del Mary. *Festas e utopias no Brasil colonial*. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002. 136p.

\_\_\_\_\_. *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. 2007. 305f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. 323p.

\_\_\_\_\_. *Ganhadores: A greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019. 539p.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 304p.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Escutas sensíveis, vozes potentes: diálogos com mulheres que nos transformam*. Teresina: Editora Cancioneiro, 2021. 480p.

\_\_\_\_\_. *Osasco 1968: a greve no feminino e no masculino*. 2012. 592f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013. 528p.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Mães e filhas: etapas do ciclo de vida, trabalho e família entre o antigo operariado baiano. *Caderno CRH*, n. 29, p. 21-47, 1998.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar; REIS, Helyom Rogério; FERREIRA, Francismeire; BONFIM, Tatiana. Mulheres e sindicatos: Presença feminina no Sindhêtil-Bahia nos anos 50. In: SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar; VANIN, Iole Macedo; ARAS, Lina Maria Brandão de (Org.). *Fazendo gênero na historiografia baiana*. 1. ed. Salvador: NEIM/FFCH/UFBA, 2001. p. 133-159.

SANTOS, Elisane dos. *Trabalho infantil nas ruas, pobreza e discriminação: crianças invisíveis nos faróis na cidade de São Paulo*. 2017. 290f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS, Fábio Américo Reis. *Trabalho e racialização em São Félix: O caso Dannemann (1889-1940)*. 2018. 157f. Dissertação (Mestrado em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2018.

SANTOS, Rubenilda Sodrê dos. *Cultura política e participação no Recôncavo Baiano hoje – uma análise sobre Cachoeira e São Félix*. 2009. 165f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal da Bahia, Salvador 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 480p.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. 2. ed. Traduzido pela SOS Corpo – Gênero e Cidadania. Recife, 1990.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. *As mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres: um estudo sobre as mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano*. 2011. 251f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

\_\_\_\_\_. *Fazer charutos: uma atividade feminina*. 2001. 203f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

\_\_\_\_\_. Trabalho Invisível e relações de gênero: o trabalho domiciliar das mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano no período de 1950 a 1970. In: Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Gênero, 13, Salvador, 2007. Salvador: *Anais...* FFCH/UFBA, 2007. p. 1-30.

SILVA, Ozana Rebouças. *Universidade e desenvolvimento local: a UFRB e o desenvolvimento em Cachoeira/BA segundo a percepção dos agentes locais*. 2017. 162f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2017.

SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. 1994. 126f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal da Bahia, 1994.

SOUZA, Adinélia Maria Oliveira. *Pós-abolição na Bahia: Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus 1888/1930*. 2012. 269f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. *História Oral*, v. 16, n. 2, p. 55-71, 2013.

SOUZA, Edinaldo Antonio Oliveira. *Lei e costume: experiência de trabalhadores na justiça do trabalho (Recôncavo Sul Bahia 1940-1960)*. 2008. 181f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2008.

SOUZA, Felipe Azevedo e. As cigareiras revoltosas e o movimento operário: história da primeira greve feminina do Recife e as representações das mulheres operárias na imprensa. *Cadernos Pagu*, v. 55, p. 1-28, 2019.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: Questão sobre a relação da entre História Oral e as memórias. *Ética e História Oral*, n. 15, p. 51-84, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organização e tradução de Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. 286p.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa*. Tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987. 441p.

VASCONCELOS, Tânia Mara Pereira. Mães nas margens: maternidades, opressões interseccionais e luta por autoridade em processos de sedução. In: VEIGA, Ana Maria; VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira; BANDEIRA, Andréa (Org.). *Das margens: lugares de rebeldia, saberes e afetos*. Salvador: Editora Edufba, 2022. p. 191-208.

VEIGA, Ana Maria. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. *Revista Tempo e Argumento*, v. 12, n. 29, p. 1-32, 2020.

VIEIRA, Bianca. Mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro: um balanço das políticas públicas. UNICAMP. Seminário Internacional Fazendo Gênero, 11, & 13<sup>th</sup> Women's Worlds Congress, Florianópolis, 2017. *Anais...* Eletrônicos: Florianópolis, 2017. p. 1-19.

VIEIRA, Marina Mello de. *Entre a casa e a fábrica: patrimônio e gênero na creche Marina Crespi na Mooca*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

WALKER, Alice. *A cor púrpura*. Tradução de Betúlia Machado, Maria José Silveira e Peg Bodelson. 12. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2009. 336p.

ZWEIG, Stefan. *Brasil, país do futuro*. Tradução de Odilon Gallotti. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1941. 407p.

**Fontes orais**

- Antonieta Santos de Jesus. São Félix-BA. Aposentada. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 06/09/2019.
- Cosme Oliveira. Muritiba-BA. Operário. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 11/10/2021.
- Dalva Damiana de Freitas. Cachoeira-BA. Operária aposentada da Cia. Suerdieck. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 14/01/2019.
- Dilza Maria Nascimento. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 01/07/2019.
- Igina Correia dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 2 de junho de 2022.
- Janacira F. dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel em Muritiba. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 24/04/2019.
- Joselita Conceição dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 25/04/2019.
- Joselita Sampaio. São Félix-BA. Aposentada. Entrevista cedida a autora Viviane dos SantosSilva em 09/11/2018.
- Nilza Rosa dos Santos. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 01/07/2019.
- Zilda Ferreira de Oliveira. Muritiba-BA. Operária aposentada da Cia. Pimentel. Entrevista cedida a autora Viviane dos Santos Silva em 24/04/2019.

**Biblioteca Nacional Digital do Brasil (www.bndigital.bn.gov.br) - Hemeroteca digital**

Bahia Ilustrada, Rio de Janeiro, Ano 1, N.1, p. 29, dez. 1917.  
 Manhã, Rio de Janeiro, Ano XII, N. 3.378, p. 32, 10 de agosto 1952.  
 A Manhã, Rio de Janeiro, Ano XII, N. 3.378, p. 6, 10 de ago.1952.  
 A Manhã, Rio de Janeiro, Ano XII, N. 3.378, p. 2, 10 de agosto de 1952.  
 A Nação, Rio de Janeiro, Ano 1, N.195, p. 3, 29 de ago. 1933.  
 Tribuna Popular, Rio de Janeiro, Ano II, N.398, p.6, 20 de Set. 1946.

**CEDOC- FAMAN**

Acervo da Biblioteca da Faman - Registros de empregados da Fábrica Pimentel de Muritiba-BA.

**Arquivo Municipal de São Félix**

Documentos da Série – Fábricas de Charutos Caixas dos Registros dos Empregados da Cia. da firma Cia. de Charutos Dannemann.  
 Correspondências Internas da Cia. de Charutos Dannemann.  
 Fotografias Acervo Carmem Barros. Acervo da família Dannemann.

**Jornais**

Correio de São Félix. Ano XXXIV, 27/04/1968, p. 01.  
 Correio de São Félix. Ano XIX 17/05/1952 n°879.  
 Correio de São Félix. São Félix: Jornal semanal, n.º 65, 26/07/1942.  
 Correio de São Félix. Ano XVII, n.º 781, 10/06/1950.  
 Correio de São Félix. São Félix, Ano XVII, N.807, p. 1, 16 de dez. 1950.  
 Correio de São Félix. São Félix, Ano X, n. 24, p. 1, 29 de out. 1944.  
 Correio de São Félix. op. cit. n.º 25, 05/11/1944.  
 Correio de São Félix. n.º 769 de 18/03.  
 Correio de São Félix. n.º 772 de 08/04.  
 Correio de São Félix. n.º 774 de 22/04.  
 Correio de São Félix. n.º 780 de 03/06/1950.